



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Vívian Marcello Ferreira Caetano

Relações de poder, gênero e condição feminina na imprensa carioca: *O*

Malho, Careta e Fon-Fon (1910- 1950)

São Gonçalo

2021

Vívian Marcello Ferreira Caetano

Relações de poder, gênero e condição feminina na imprensa carioca: *O Malho, Careta e Fon-Fon* (1910- 1950)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Processos Formativos e Desigualdades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

C128 Caetano, Vívian Marcello Ferreira.
Relações de poder, gênero e condição feminina na imprensa carioca: *O Malho, Careta e Fon-Fon* (1910- 1950) / Vívian Marcello Ferreira Caetano. – 2021.
220f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Imprensa – Teses. 2. Mulheres na imprensa – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Mulheres – Condições sociais – Teses. I. Silva, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 – 4994 CDU 070-055.2

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vívian Marcello Ferreira Caetano

**Relações de poder, gênero e condição feminina na imprensa carioca: O Malho, Careta e
Fon-Fon (1910-1950)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – Faculdade de Formação de Professores.

Aprovada em 25 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Anna Marina Madureira de Pinho Barbará Pinheiro.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Karoline Carula
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. Ana Carolina Huguenin Pereira
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Ricardo Augusto dos Santos
Fundação Oswaldo Cruz

São Gonçalo

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha família e amigos que torceram por mim desde que entrei no doutorado. Agradeço a minha mãe Margareth Marcello, por acreditar em mim e pelo amor incondicional, apoio e incentivo. Agradeço a minha tia Luciene Marcello, que me criou junto com minha mãe me fazendo entender a importância dos estudos em minha formação.

Agradeço à professora Ana Paula Barcelos, que gentilmente aceitou orientar esta pesquisa. Agradeço pelas indicações de caminhos a seguir na escrita, por toda paciência, pela generosidade que me atendeu todas as vezes que precisei, pelas críticas e reflexões realizadas ao longo do doutorado que acrescentaram muito no resultado final deste trabalho. Também sou grata à banca do exame de qualificação. Às professoras Ana Carolina Huguenin e Anna Marina Barbará Pinheiro agradeço a leitura cuidadosa e as indicações bibliográficas e correções que me ajudaram a desenvolver melhor o trabalho. Deixo também registrado meu agradecimento ao Programa de Pós Graduação em História Social por ter aberto a oportunidade de realização deste doutorado.

Por último agradeço ao meu marido Andrews Silveira Caetano pela constante companhia, atenção, carinho e paciência compartilhados durante esses dezesseis anos juntos. Agradeço todo o apoio durante os quatro anos de graduação, os dois de mestrado e os quatro do doutorado, sempre me incentivando a realizar meus sonhos. Tenho plena certeza de que sem estas pessoas ao meu lado, não conseguiria chegar até aqui, principalmente devido à pandemia do Covid-19 que tornou as coisas ainda mais complicadas e difíceis.

RESUMO

FERREIRA, Vívian Marcello Caetano. *Relações de poder, gênero e condição feminina na imprensa carioca: O Malho, Careta e Fon-Fon (1910- 1950)*. 2021. 220 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

Nesta tese analisamos as representações e a participação feminina na imprensa carioca entre as décadas de 1910 e 1950. Pretendemos pensar a modernidade sob a ótica das revistas, entendendo haver uma reafirmação da divisão sexista dos papéis de gênero. Isto porque, em relação aos comportamentos femininos, mesmo com as transformações que caracterizam a época, o encontro entre tradição e modernidade seguia limitando a atuação das mulheres na sociedade. Neste sentido, a partir da análise das revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, é possível visualizar tanto as alterações nas relações de gênero com o protagonismo feminino, como também a construção e a reprodução de um padrão de comportamento marcado pela exclusão e definição social de papéis. Partimos de uma relação dialética entre a sociedade e as revistas, sendo este um instigante pretexto para as reflexões acerca dos valores sociais e políticos transmitidos pelas propagandas, charges, caricaturas e artigos que nos permitem pensar o lugar social da mulher durante a primeira metade do século XX. Assim, podemos refletir acerca dos significados conferidos às mulheres e ao feminismo, representados frequentemente a partir de valores conservadores. Ou seja, a mulher moderna continuava retratada como mãe e dona de casa, em oposição aos avanços e à conquista de maior autonomia. Portanto, apesar da pouca participação feminina nestes periódicos, e justamente por isso, pretendemos investigar nos artigos, contos, entrevistas e imagens fotográficas, quem eram e o que pensavam estas mulheres.

Palavras-chave: Imprensa. Relações de poder. Gênero.

RESUMÉN

FERREIRA, Vívian Marcello Caetano. *Relaciones de poder, género y condición femenina en la prensa carioca: O Malho, Careta e Fon-Fon (1910- 1950)*. 2021. 220 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

En esta tesis analizamos las representaciones y la participación femenina en la prensa carioca entre las décadas de 1910 y 1950. Pretendemos pensar la modernidad desde la perspectiva de las revistas, entendiendo que hay una reafirmación de la división sexista de los roles de género. Esto se debe a que, en relación al comportamiento femenino, incluso con las transformaciones que caracterizan a esta época, el encuentro entre tradición y modernidad siguió limitando el papel de las mujeres en la sociedad. En este sentido, a partir del análisis de las revistas *O Malho*, *Careta* y *Fon-Fon*, es posible visualizar tanto los cambios en las relaciones de género con el protagonismo femenino, como la construcción y la reproducción de un patrón de comportamiento marcado por la exclusión y definición social de papeles. Partimos de una relación dialéctica entre la sociedad y las revistas, siendo un pretexto instigador para reflexiones sobre los valores sociales y políticos transmitidos por anuncios, viñetas, caricaturas y artículos, que nos permiten pensar el lugar social de la mujer durante la primera mitad del siglo XX. Así, podemos reflexionar sobre los significados conferidos a las mujeres y al feminismo, frecuentemente representados desde valores conservadores. Es decir, la mujer moderna continuaba siendo retratada como madre y dueña de casa, en oposición a los avances y a la conquista de una mayor autonomía. Por lo tanto, a pesar de la poca participación femenina en estos periódicos, y precisamente por eso, pretendemos investigar en los artículos, historias, entrevistas e imágenes fotográficas, quiénes eran y qué pensaban estas mujeres.

Palabras-clave: Prensa. Relaciones de poder. Género.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - <i>Careta</i> , Anno X, n. 470, 23 de junho de 1917	29
Figura 2 - <i>Careta</i> , Anno XXV, n. 1273, 12 de novembro de 1932	34
Figura 3 - <i>O Malho</i> , Anno XVI, n. 771, 23 de junho de 1917	36
Figura 4 - <i>O Malho</i> , Anno XX, n. 978, 11 de junho de 1921	38
Figura 5 - <i>O Malho</i> , Anno I, n. 1, 20 de setembro de 1902	41
Figura 6 - <i>O Malho</i> , Anno XXXII, n. 1.576, 4 de março de 1933	45
Figura 7 - <i>Fon-Fon</i> , Anno XXXVI, n. 29, 10 de outubro de 1936	50
Figura 8 - <i>Fon-Fon</i> , Anno XXXVI, n. 29, 10 de outubro de 1936	51
Figura 9 - <i>Fon-Fon</i> , Anno XXXVI, n. 29, 10 de outubro de 1936	51
Figura 10 - <i>Fon-Fon</i> , Anno XXXVI, 10 de outubro de 1936	52
Figura 11 - <i>Fon-Fon</i> , Anno I, n.1, 13 de abril de 1907	54
Figura 12 - <i>Careta</i> , Anno XVIII, n. 881, 9 de maio de 1925	64
Figura 13 - <i>Fon-Fon</i> . Anno VII, n. 46, 15 de novembro de 1913	99
Figura 14 - <i>Careta</i> , Anno VII, n 341, 31 de janeiro de 1914	101
Figura 15 - <i>Careta</i> . Anno VII, n. 317, 18 de julho de 1914	104
Figura 16 - <i>Fon-Fon</i> . Anno VIII, n. 20, 16 de maio de 1914	104
Figura 17 - <i>O Malho</i> . Anno XVIII, n.895, 15 de agosto de 1919	106
Figura 18 - <i>O Malho</i> . Anno IX, n.406, 25 de junho de 1910	108
Figura 19 - <i>Careta</i> . Anno V, n.239, 28 de dezembro de 1912	110
Figura 20 - <i>O Malho</i> . Anno XXI, n.1009, 14 de janeiro de 1922	115
Figura 21 - <i>Fon-Fon</i> . Anno XVII, n.41, 13 de outubro de 1923	116
Figura 22 - <i>Careta</i> . Anno XXXV, n. 1781 15 de agosto de 1942	117
Figura 23 - <i>Fon-Fon</i> . Anno III, n. 20, 15 de maio de 1909	119
Figura 24 - <i>O Malho</i> . Anno XLIV, n. 73, fevereiro de 1946	120
Figura 25 - <i>Fon-Fon</i> . Anno XLII, n.2.160, 28 de agosto de 1948	123
Figura 26 - <i>Fon-Fon</i> . Anno XLII, n.2.152, 3 de julho de 1948	124
Figura 27 - <i>Careta</i> . Anno XXIX, n. 1447, 14 de março de 1936	127
Figura 28 - <i>O Malho</i> . Anno XI, n. 520, 31 de agosto de 1912	133
Figura 29 - <i>Careta</i> . Anno XXIII, n.1170, 22 de novembro de 1930	136
Figura 30 - <i>Fon-Fon</i> . Anno XLIV, n. 2311, 28 de julho de 1951	141
Figura 31 - <i>Fon-Fon</i> , Anno XXVII, n. 33, 19 de agosto de 1933	149

Figura 32 - <i>O Malho</i> . Anno XXIV, n.1206, 24 de outubro de 1925	150
Figura 33 - <i>O Malho</i> . Anno XXXVI, n.194, 18 de fevereiro de 1937	151
Figura 34 - <i>Careta</i> . Anno IV, n.166, 5 de agosto de 1911	164
Figura 35 - <i>O Malho</i> . Anno XXI, n. 1.016, 4 de março de 1922	168
Figura 36 - <i>Fon-Fon</i> . Anno XLV, n.2335, 12 de janeiro de 1952	171
Figura 37 - <i>Careta</i> . Anno XLI, n.2.123, 5 de março de 1949	186
Figura 38 - <i>Careta</i> . Anno XLII, n.2.178, 25 de março de 1950	188
Figura 39 - <i>Careta</i> . Anno LIII, n.2.726, 24 de setembro de 1960	193
Figura 40 - <i>Fon-Fon</i> . Anno XXXVIII, n.23, 3 de junho de 1944	195
Figura 41 - <i>Careta</i> . Anno XLIII, n. 2.228, 10 de março de 1951	196

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	CARETA, FON-FON E O MALHO: CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE, FEMINISMO E ONQUISTA DO VOTO FEMININO	18
1.1	Careta: “Ahi vae a nossa Careta”	18
1.2	O Malho: Semanário humorístico, artístico e literário	35
1.3	Fon-Fon: Semanário alegre, político, crítico e esfuziante	47
2	VOZES FEMININAS, TRABALHO E REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO NA IMPRENSA	60
2.1	Do lar e das fábricas: A mulher no mercado de trabalho e a imposição da manutenção dos deveres naturais do “belo” sexo	60
2.2	Vozes femininas nas revistas <i>Careta</i>, <i>Fon-Fon</i> e <i>O Malho</i>: Tradicionalismo ou estratégia?	77
2.3	Entre o riso e o estereótipo: as representações do feminismo nas revistas ilustradas e a utilização do humor como instrumento antifeminista	97
3	IMPRENSA, DIVÓRCIO E CASAMENTO: O PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA	113
3.1	Casamento, maternidade, sexualidade e medicina	113
3.2	Divórcio, mulheres divorciadas e suas representações	128
3.3	As manifestações femininas em favor do divórcio	145
4	VIOLÊNCIA E REBELDIA: O CORPO FEMININO E O PATRIARCALISMO MODERNO	158
4.1	Práticas e representações da violência contra as mulheres nas revistas <i>Careta</i>, <i>Fon-Fon</i> e <i>O Malho</i>	158

4.2	Reações femininas contra a violência de gênero	166
4.3	Revistas e trajetórias de rebeldia: Os casos de Pagu, Luz del Fuego e Elvira Pagã	178
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
	REFERÊNCIAS	209

INTRODUÇÃO

Neste trabalho refletiremos sobre a condição feminina na sociedade carioca na primeira metade do século XX, período considerado como de passagem à modernidade. Focalizamos na relação entre história, imprensa e gênero, buscando compreender a importância desses veículos de comunicação na divulgação das ideias de modernidade e progresso e de um padrão de comportamento feminino. Com isto, analisamos também o papel das mulheres que participaram de algumas revistas no período. Para Ilka Stern Cohen, as revistas ilustradas são importantes construtoras de discurso no seu tempo: “(...) resumindo os eventos da semana, comentando as mazelas da política oficial e retratando a vida cotidiana da cidade, as revistas construíam um discurso sobre seu tempo, projetando simultaneamente um ideal de sociedade”¹.

Assim, selecionamos as revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, importantes publicações cariocas na primeira metade do século XX, como fontes e objetos. Buscamos investigar as mulheres que participaram dessas revistas (escrevendo, sendo entrevistadas ou fotografadas) a fim de analisar quais mulheres publicavam nelas, bem como suas posições sociais e políticas. Interessa-nos saber como as revistas se posicionavam em relação a elas ao longo deste período. Assim, analisaremos a partir dos anos 1910 a atuação das mulheres na conquista do voto feminino, que se concretiza nos anos 1930, e o processo para a sua autonomia política, econômica e social até os anos 1950. A partir deste recorte cronológico mais amplo procuramos compreender os processos da luta cotidiana das mulheres para a conquista de mais direitos e espaços. A principal ideia é analisar como o perfil da resistência feminina vai se modificando ao longo do tempo. Além disto, durante este período as revistas apresentavam uma estrutura mais organizada e consolidada no mercado impresso.

Sabemos que parte da historiografia entende essas revistas como progressistas. Mônica Velloso, ao escrever sobre a *Fon-Fon*, destaca que sua proposta “(...) é a de analisar, especificamente, o papel da revista *Fon-Fon!* como agente mediador da atualização”². Ao

¹ COHEN, Ilka Stern. “Diversificação e segmentação dos impressos”. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 114.

² VELLOSO, Monica Pimenta. “Fon-Fon! Em Paris: passaporte para o mundo. Fon-Fon! Buzinando a modernidade”. *Caderno de Comunicação*. Série Memória; 22, Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação, 2008, p. 12.

analisar a condição feminina na revista, Velloso a entende como sufragista apoiadora das causas feministas, contra o conservadorismo e as desigualdades de gênero:

A revista esteve engajada na campanha das “sufragistas” que, inovadoramente, faziam a apologia do voto feminino no Brasil. Uma mídia, sem dúvida, avançada para aqueles tempos de machismo explícito e de preconceitos sexuais hipócritas³.

Porém, diferentemente da autora, neste trabalho a entendemos como marcada por aspectos conservadores e defensora dos papéis tradicionais femininos, evidenciando a tradição como parte da modernidade. É possível notar que a partilha binária e a divisão desigual do gênero são utilizadas na *Fon-Fon* por meio de um discurso em torno da construção dos modelos de mulher e de comportamentos femininos modernos. Nesse sentido, analisamos o conceito de representações trabalhado por Roger Chartier⁴. Para o autor, as representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. A partir dele podemos pensar o lugar das mulheres nos alicerces da moral familiar/social moderna, constantemente apresentadas a partir das imagens de “fragilidade e periculosidade que exigiam cuidado, zelo e vigilância constantes por parte do pátrio poder”⁵. Além da *Fon-Fon* como vimos acima, estas características estão igualmente expostas nas revistas *O Malho* e *Careta*. Portanto, defendemos que estes periódicos definiam papéis de gênero determinados e procuravam difundir-los no momento em que as mulheres ocupavam cada vez mais os espaços públicos e atuavam profissionalmente.

Estas revistas eram consumidas por homens e mulheres majoritariamente da classe dominante, mas seus discursos traziam muitos aspectos que objetivavam moldar o comportamento feminino independente da classe ou etnia. Assim, nosso foco de análise é compreender o que as mulheres que participaram dessas revistas diziam sobre assuntos como o divórcio, a educação superior, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o sufrágio feminino, a sexualidade e a violência – temas em geral vistos como perigos da vida moderna. Afinal, o ideal feminino seguia sendo o de esposa, mãe e dona de casa, em oposição ao feminismo.

³ Ibidem, p. 22.

⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

⁵ MACENA, Fabiana Francisca. *Madames, mademoiselles, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914)*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010, p. 8.

Alguns questionamentos orientam nossa leitura da experiência de passagem à modernidade na sociedade carioca durante a primeira metade do século XX: Qual era o perfil das mulheres que participaram das revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* entre os anos de 1910-1950? Ou seja, quais eram seus vínculos de classe, a etnia, as condições de vida, imagens, significações e valores? O que era preciso para ser uma mulher considerada moderna e socialmente aceita? Como a participação feminina na imprensa poderia colaborar para a emancipação da mulher no período proposto? Além disso, como se deu a representação da modernidade, do feminino e do feminismo nas revistas, em seu papel de orientar os comportamentos sociais modernos? Para isto, procuramos refletir também sobre como os autores/grupos dos periódicos apresentaram/entendiam essas ideias, compreendendo que não se trata de “uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta”⁶. Portanto, partimos dos estudos de gênero para investigar “as relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (...) e as relações de poder estabelecidas a partir desta distinção”⁷, como afirma Joan Scott. Veremos como, segundo as leituras do *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* e de suas estratégias discursivas baseadas na divisão binária de comportamentos e relações sociais em feminino/masculino, construiu-se uma orientação do que seriam o feminino e o feminismo na modernidade.

Sendo assim, precisamos destacar a utilização das caricaturas e textos irônicos que faziam parte das três revistas. Afinal, as entendemos como parte destas estratégias, sendo importantes veículos de difusão dos posicionamentos políticos dos seus produtores. Segundo Joaquim da Fonseca, o conceito de caricatura designa “(...) a representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia interpretada, voluntariamente distorcida sob seu aspecto ridículo ou grotesco”⁸. Para Carlos Alberto Rabaça⁹, a caricatura funciona como uma designação geral e abrangente, englobando formas de arte distintas, como a pintura, o desenho e a escultura, cuja finalidade é o humor. A partir desta perspectiva, a charge, o cartum, o desenho de humor e a tira cômica seriam subdivisões do termo. O caricaturista Cassio Loredano explica a utilização diferenciada dos termos no Brasil:

⁶ ARRUDA, Ângela. “Teoria das representações sociais e teorias de gênero”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 17, novembro de 2002, p. 134.

⁷ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil da análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, o. 5-22, jul./dez., 1990, p. 15.

⁸ FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999, p. 17.

⁹ RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978, p. 20.

Cabe uma explicação para a utilização desses conceitos no Brasil – charge, caricatura, cartum. No Brasil, tais expressões adquiriram sentidos próprios, onde nada é muito preciso. Charge e caricatura são a mesma palavra: carga; mas quando, numa redação brasileira, se diz charge, em geral se está pensando na sátira gráfica a uma situação política, cultural, etc¹⁰.

Neste trabalho adotamos o termo charge, que se refere a uma forma de representação humorística, caricatural e de caráter potencialmente político que satiriza um fato específico. Os autores das três revistas que analisamos aqui fazem parte da mesma classe social e rede de sociabilidade. Neste sentido, os conteúdos nelas presentes são muito parecidos, como destaca Marialva Barbosa:

Criando uma série de estratégias empresariais, editoriais e redacionais, os jornais e revistas procuram atingir um público cada vez mais vasto. Além disso, a imagem do poder público está sempre presente nos textos impressos, difundindo eficiência, pois fazer-se compreender é também fundamental para os grupos dominantes. E, para isso, não basta a imposição de normas sociais nas ruas, é preciso também a unificação do discurso. E a imprensa cumpre esse papel através dos homens de letras¹¹.

Porém, por uma questão mercadológica, as revistas precisavam se diferenciar de alguma forma para alcançar um público leitor alvo. Assim, como metodologia, além da análise das charges, estudamos as fotografias e propagandas amparadas por autoras como Ana Maria Mauad¹² e Maria de Lourdes Eleutério que nos auxiliam a identificar as diferenças entre elas. Afinal “(...) a imprensa tornava-se grande empresa, otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado do setor”¹³.

Na organização desta tese, optamos por uma estrutura de quatro capítulos. No primeiro, a fim de relacionar a construção da modernidade, o feminismo e a conquista do voto feminino, pretendemos perceber as diferenças e semelhanças das revistas *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho*, principalmente em relação à mulher e ao discurso feminista. Analisamos as

¹⁰ LOREDANO, Cássio. *Nássara desenhista*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional de Artes Plásticas, 1985, p.15.

¹¹ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p.128.

¹² MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Tese de doutorado. 2 v. Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 1990.

¹³ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 83.

mudanças ocorridas na condição feminina e no olhar sobre ela. Além disso, observamos suas posições em relação à república e a um ideal de progresso, tendo como base a relação entre tradição e modernidade. Sendo assim, analisamos o surgimento da primeira onda feminista no país, com ênfase na luta pelo sufrágio feminino. Apoiamo-nos na concepção de “ondas” com base na análise das historiadoras Celi Regina Pinto¹⁴ e Rachel Soihet¹⁵. Sabemos que a historiografia recente questiona esta interpretação por acreditar que esta ideia exclui a multiplicidade das pautas feministas. Mas, como o foco na nossa análise são as pautas defendidas pelas mulheres brancas e letradas, em sua maioria, publicadas nestas revistas, optamos por utilizar a divisão do movimento em “ondas”, sem descartar as outras reivindicações existentes no período que serão apontadas ao longo da tese. Assim, entendemos que mesmo sendo um período no qual o movimento foi organizado majoritariamente por mulheres da classe dominante, não podemos desqualificá-lo. Isto porque trata-se de um movimento do qual “(...) resultaram conquistas efetivas, dentre elas o voto e também outras em relação à educação, ao trabalho, dentre elas, a igualdade salarial, o horário, as medidas protetoras da maternidade, etc., completando o saldo da primeira onda feminista”¹⁶. Nesse sentido, analisaremos a participação feminina nos periódicos e destacamos algumas mulheres que fizeram parte deste movimento e que com suas redes de sociabilidade e a visibilidade na imprensa colaboraram para a emancipação feminina.

No Brasil, é possível perceber que a ideia de progresso estava muitas vezes ligada a forma, e não necessariamente ao conteúdo, essa reflexão será desenvolvida a partir das perspectivas distintas, mas complementares, de Reinhart Koselleck, Marshall Berman e Arno Mayer. Apesar das cidades e dos hábitos serem remodelados, o conteúdo continuava carregado de tradições, principalmente no que se refere ao comportamento da mulher. Então, o projeto de modernização da sociedade carioca, segundo a leitura das revistas, e dos grupos que as organizaram, estava ligado às relações e comportamentos de gênero pré-definidos, com significações e interpretações do que seriam a modernidade e o feminino.

No segundo capítulo, analisaremos a inserção da mulher no mercado de trabalho e como esta realidade foi divulgada pelos organizadores dos periódicos. Autoras como Angela

¹⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁵ SOIHET, Raquel. *Feminismos e antifeminismos. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

¹⁶ *Ibidem*, p. 14.

Davis¹⁷, Margareth Rago¹⁸ entre outras nos ajudarão a refletirmos sobre a diferença do trabalho para mulheres da classe dominante e das classes populares, a participação feminina nos movimentos grevistas e as primeiras leis que regulamentaram o trabalho feminino. Devido às conquistas femininas neste espaço, foi possível perceber algumas pequenas alterações nos discursos dos colaboradores das revistas que as reconheceram. Assim, ao mesmo tempo que noticiavam as mulheres no mundo do trabalho, apresentavam limites para sua atuação. Afinal, para eles, o importante era manter a ordem e as bases familiares. Assim, as mulheres modernas teriam que ter limites em suas condutas para não se tornarem perigosas; era preciso modernizar sem perder o controle.

Analisamos também os discursos femininos de mulheres que participaram dessas revistas publicando artigos, colunas ou contos. É possível perceber o número pequeno de participações femininas nas publicações desses três periódicos, que eram comandados por homens. Tratava-se de homens dizendo às mulheres como elas deveriam se comportar na conjuntura de passagem à modernidade. Assim, o objetivo é perceber o que essas poucas mulheres diziam e porque elas estavam presentes nessas revistas. Pretendemos investigar quais são as posições destas mulheres em relação aos papéis sociais de gênero. Perguntamos se as mulheres que escreveram na *Fon-Fon*, em *O Malho* e na *Careta* estão ou não de acordo com as representações feitas no conteúdo dessas revistas. Ou seja, se a participação feminina nessas revistas seria para apresentar as mulheres como sujeitos históricos e políticos com direito de fala ou para reafirmar a ideia de inferioridade e submissão do feminino.

Para a melhor compreensão da posição dessas revistas em relação às mudanças na condição feminina, selecionamos algumas charges e imagens que apresentam representações do feminismo. Através delas podemos analisar o posicionamento dos periódicos em relação ao movimento e como eles divulgavam para seus leitores suas ideias sobre o assunto. Assim, é possível perceber a utilização do humor e da ironia como forma de desqualificação e enfraquecimento do movimento feminista no período proposto.

No terceiro capítulo, procuramos compreender as posições das três revistas, *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho*, acerca do papel da mulher em um ideal de família moderna, sendo filha, esposa ou mãe. Sabemos que para estes periódicos o novo era bem-vindo, mas ao mesmo tempo temido, principalmente quando relacionado a papéis femininos, tradicionalmente

¹⁷ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁸ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930*. São Paulo. Editora: Paz e Terra, 2014.

relacionados à família, à religiosidade, à educação... Daí a necessidade de controlar e vigiar a mulher. Sendo assim, refletiremos sobre o conceito de patriarcalismo moderno, através, principalmente, das análises de Jeni Vatsman¹⁹ e Carole Pateman²⁰. As autoras nos levam a compreender as novas formas do patriarcado no Brasil republicano e como isto afetava o comportamento feminino, seu cotidiano nas famílias, nas relações sociais e de poder nos espaços privados e públicos neste período de mudanças aceleradas. Período no qual, inclusive, pensadores progressistas e conservadores debatiam e buscavam determinar as condições de vida da mulher, sua participação social, e, mais especificamente, seu comportamento sexual, diretamente relacionado à honra. Partindo desta análise, pensamos como a imprensa noticiava aos seus leitores os casos de separações e como apresentava o desejo feminino pelo divórcio. A partir destas questões investigamos não somente a posição das revistas, mas também, escritos femininos sobre o tema, indo contra e a favor do divórcio.

Por fim, no quarto capítulo, analisaremos os conteúdos na imprensa que de alguma forma amenizam ou naturalizam a violência contra a mulher. Nesse sentido, pretendemos analisar quais foram as formas encontradas para isso. Nessa perspectiva, pensamos a possibilidade ou não de reações femininas contra a naturalização dessa violência. Analisaremos também, trajetórias femininas de rebeldia nas décadas de 1930 a 1950, como os casos de Pagu, Luz del Fuego e Elvira Pagã. Acreditamos que mesmo que elas tenham aparecido pouco nas revistas, suas atitudes nos revelam outras formas de resistência feminina possíveis frente ao patriarcado, pois, como afirma Soihet:

As mulheres brasileiras, como aquelas da Europa e dos Estados Unidos, incorporam saberes que tratam de suas existências e reclamam direitos, agindo contra essa ou aquela condição a que se veem submetidas, algumas através de rebeldias explícitas, outras de maneiras sutis, capazes de subverter experiências de opressão, por muito tempo silenciadas ou mantidas em lugares de invisibilidade²¹.

Ou seja, estas três mulheres nos despertam o interesse em saber quais ações eram consideradas de rebeldia pelas revistas, o que divulgavam sobre elas, quais espaços conquistaram e como a sociedade as entendia.

¹⁹ VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

²⁰ PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Autêntica, 1993.

²¹ SOIHET, Rachel. Op. cit., p.14.

1 CARETA, FON-FON E O MALHO: CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE, FEMINISMO E CONQUISTA DO VOTO FEMININO

1.1 Careta: “Ahi vae a nossa Careta”²²

Lançando a publicidade este semanario, é preciso confessar, e contritamente o fazemos, que a Careta é feita para o Publico, o grande e respeitável Publico, com P grande! Se tomamos esta liberdade foi porque sabiamos perfeitamente que elle não morre de caretas. Longe vae o tempo em que isso acontecia. Todavia, nossa esperança é justamente que o publico morra pela Careta, afim de que ella viva. E, feita cynicamente essa confissão egoísta (nós estamos no século XX) digamos logo que o nosso programma cifra-se unicamente em fazer caretas. Ora por ahi existe muita gente de quem se diz ter duas e mais caras; não é demais, por consequência, que nós tenhamos uma porção de caretas, que iremos mostrando todos os sabbados. As nossas caretas são sérias como as sessões do Instituto Histórico e a sua perfeição e semelhança garantidas. Se ao vêr a Careta, gentil senhorita, apreciadora entusiasta das secções galantes do jornalismo smart, franzir graciosamente as graciosas sobranceiras, na boquita rubra estalando um desprezador muxoxo, nós já temos meia vingança: o muxoxo é meia careta, pelo menos (...). A Careta é honesta e não é feia, é uma careta de lei ²³.

O trecho acima foi publicado no ano de 1908 na revista *Careta*. A elegemos como fonte e objeto desta pesquisa, juntamente com a *Fon-Fon* e *O Malho*, por considerá-las formadoras e reprodutoras de opiniões e comportamentos da sociedade carioca durante a primeira metade do século XX. Como afirma Monica Pimenta Velloso: “(...) as revistas como *O Malho* (1902), *Fon-fon* (1907) e *Careta* (1907), atingem grande popularidade. Tais publicações contribuíram – de forma decisiva – para o debate sobre a brasilidade, traduzindo-o para o linguajar e a vivência cotidiana”²⁴.

“Ahi vae a nossa Careta”!, expressão que intitula o primeiro trecho da revista inaugurando seu editorial, apresentava o significado humorístico e sarcástico que desejava transmitir aos leitores. Isso porque a careta sugere uma brincadeira, uma forma específica de interação na comunicação com os mesmos. No trecho “A Careta é honesta e não é feia”, é possível perceber uma explicação ao leitor, pedindo que este fosse simpático e acolhedor. A

²² “Ahi vae nossa Careta”. *Careta*. Anno I, n.1, 6 de junho de 1908.

²³ Ibidem.

²⁴ VELLOSO, Monica Pimenta. “Em busca da identidade nacional: diferentes expressões do moderno e da brasilidade”. In: MAGALDI, Ana M.; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (orgs). In: *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 364.

honestidade é destacada como um ponto de credibilidade, uma ironia à ordem sociopolítica, por vezes corrupta e hipócrita. Nesse sentido, a revista *Careta* se apresenta com o propósito de trazer verdades, sendo imparcial, trazendo muitas opiniões sobre os temas, sem se importar com possíveis notícias que desagradem alguns leitores, como pode ser percebido no seguinte trecho: “Todavia, nossa esperança é justamente que o público morra pela Careta, afim de que ella viva. E, feita cynicamente essa confissão digamos logo que o nosso programma cifra-se unicamente em fazer caretas”²⁵. Mas, sabemos, evidentemente, que a imprensa não é imparcial. Trata-se de “empresas visando lucro”²⁶, o que, segundo Marinalva Barbosa, teve início no final do século XIX:

Cria-se, no Rio de Janeiro, desde os anos de 1880, e com mais intensidade a partir da década seguinte, um novo jornalismo que muda o padrão editorial das publicações. A valorização do caráter imparcial leva a criação de colunas fixas para a informação e para a opinião. (...) Para conquistar maior número de leitores, os jornais dedicam cada vez mais espaço as notícias policiais, charges diárias, escândalos sensacionais, palites do jogo do bicho, notícias dos cordões e blocos carnavalescos, entre uma gama variável de assuntos, com a preocupação de atingir um universo significativo, vasto e heterogêneo de leitores²⁷.

Eram utilizados como estratégia o discurso de imparcialidade e as propagandas a fim de se conseguir mais leitores/consumidores do seu produto. Nesse período, havia muita rivalidade entre os periódicos, então era preciso conquistar um público mais amplo para obter mercado na economia capitalista. Assim, muitas revistas e jornais possuíam ligações políticas com grupos dominantes, ou os próprios editores chefes já eram parte destes.

Neste sentido, é possível notar quais orientações e ideias norteavam a revista. Estas orientações podem ser observadas no mesmo trecho com o qual iniciamos este capítulo no que se refere ao público leitor feminino. Nele o periódico apresenta uma posição machista, primeiro ao declarar que pretende noticiar assuntos que causem “muxoxo” (termo que menospreza a insatisfação feminina) e, também, por selecionar para as mulheres colunas separadas relacionadas às “Secções Galantes”, dividindo os conteúdos segundo o gênero dos leitores. Partindo deste ponto, quais conteúdos eram estes considerados pela revista como pertencentes ao “universo feminino”? Qual seria a suposta influência exercida pela revista sobre a sociedade carioca no início do século XX para dizer o que causaria insatisfação

²⁵ “Ahi vae nossa Careta”. *Careta*. Anno I, n.1, 6 de junho de 1908.

²⁶ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 121.

²⁷ *Ibidem*, p. 122.

(expressada por uma careta) ou não? Estes grupos que organizavam a revista faziam parte do projeto de modernização da cidade e eram divulgados pela imprensa que influenciava e afirmava tais modelos a serem seguidos.

No Rio de Janeiro, a então Capital Federal, surgiram as mais importantes revistas da época. A imprensa carioca no início do século XX foi um dos principais veículos de divulgação da modernidade e do progresso. Jornais e revistas mostravam ideais de modernidade que estavam ligados às obras e decretos realizados pela prefeitura e pelo Governo Federal. A modernidade carioca pode ser pensada, em grande parte, a partir destas revistas por diferentes perspectivas, inclusive pela descrição que elas trazem dos espaços de sociabilidade da época, como cafés literários e salões. Porém, interessa-nos percebê-las através da representação do feminino, nelas constantemente relacionado à modernidade e à civilidade. Assim, priorizamos neste primeiro capítulo uma análise breve das revistas *Careta*, *O Malho* e *Fon Fon* nos anos de 1910 a 1930 a fim de pensar algumas práticas e representações formadoras e reprodutoras da modernidade ao longo do tempo, principalmente no que tange ao feminino. Com isto, objetivamos investigar quais significados, valores e imagens são atribuídos aos papéis de gênero na imprensa, bem como analisar as resistências enfrentadas pelas mulheres e suas conquistas noticiadas na mesma.

Para Ana Maria Mauad, as revistas ilustradas são importantes construtoras de discursos do seu tempo:

(...) compuseram o perfil de uma época em que as imagens fotográficas tinham nas revistas ilustradas o seu principal veículo de divulgação. Um veículo que, através de uma composição editorial adaptada ao seu próprio tempo e às tendências internacionais, criavam modas, impunham comportamentos, assumindo a estética burguesa como a forma fiel do mundo que representavam²⁸.

Portanto, elas tinham a função pedagógica de interpretar as representações sociais, o moderno, o urbano e o republicano, além das relações de gênero. Analisando as três revistas, podemos notar uma semelhança entre elas: ambas contavam com a participação de intelectuais da época, como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Bastos Tigre, Martins Fontes, Olegário Mariano, Aníbal Teófilo, Alberto de Oliveira, Goulart de Andrade, Emílio de Menezes, Luís Edmundo, Lima Barreto, entre outros. Eles expunham suas ideias, poemas, contos e opiniões sobre vários temas e ocupavam muitas páginas dos periódicos. Neste sentido, é importante destacar que tanto a direção da *Careta*, como as da *Fon-Fon* e *O*

²⁸ MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996, p. 15.

Malho, juntamente com os intelectuais, faziam parte de um grupo social que participava amplamente nas decisões políticas, econômicas, culturais e sociais, de modo a forjar um projeto “civilizador burguês” para o país. Pierre Bourdieu analisa a importância dos intelectuais na França e destaca que os mesmos que publicavam em periódicos representativos do pensamento dominante faziam parte desta classe. Portanto, é importante reforçar que as revistas aqui analisadas, e os intelectuais que faziam parte delas, representavam as “frações dominantes da burguesia de onde a maioria de seus membros se origina e da qual participam se não por suas relações familiares e círculos de amigos, pelo menos por seu estilo de vida, infinitamente mais próximo do estilo da burguesia do que do estilo das classes médias”²⁹ e populares.

Susan K. Besse destaca que a classe dominante da cidade era composta por “profissionais liberais, burocratas, pequenos empresários, comerciantes e empregados de escritório”³⁰, juntamente com os grandes proprietários de terras. Eram eles que orientavam as regras de conduta, a moral e os bons costumes durante o processo de modernização. Estes valores eram divulgados e defendidos pelas três revistas de maneiras distintas. Portanto, os periódicos aqui analisados expõem conteúdos acordantes com a visão dessa classe por meio de diferentes estratégias. No caso da *Careta*, que estamos destacando neste momento, era apresentado um discurso diversificado, utilizando tanto do humor com uma forma de abordagem mais popular, como também de escritos eruditos ou assuntos/notícias que interessavam ao público da classe dominante. Não há imparcialidade, mas sim interesses que estão voltados para esta mesma classe, expondo uma visão a ser aceita por quem consumia o seu produto. O discurso da *Careta* em abordar conteúdos abertos à irreverência e à pluralidade de opiniões, visava, assim, atingir um maior público leitor que, conseqüentemente, gerava um maior lucro.

Para compreendermos melhor o papel da *Careta* neste debate, é preciso saber mais sobre ela. O periódico semanal circulou de 6 de junho de 1908 a 29 de outubro de 1960, aos sábados. De início, custava 300 réis. A partir de 1930 passou a custar 600 réis e nos anos 1950 a 1960 seu valor era de um cruzeiro no Rio de Janeiro e outros estados, tendo em torno de 30 a 40 páginas. O periódico foi uma iniciativa do jornalista e empresário Jorge Schmidt, que exerceu a direção da revista de 1908 (data de sua fundação) até 1935 (ano de seu

²⁹ BOURDIEU, Pierre. “Campo do Poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.192.

³⁰ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1919-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 15.

falecimento). Schmidt defendia a proposta de uma revista irreverente e singularmente crítica em relação à política e à sociedade carioca do seu tempo. A carga semântica contida na expressão da careta, a relacionava com imagens ou escritos de humor assumindo, assim, uma postura de contestação e crítica perante os assuntos retratados. Ou seja, o nome do periódico pode indicar uma desaprovação da situação sociopolítica do momento, que poderia ou não vir em forma de ironia. Os intelectuais e os caricaturistas faziam parte dessa estratégia de aumentar a quantidade de leitores e assinantes da revista, demonstravam sintonia expressiva com a cultura da modernidade e tinham como um dos principais instrumentos de comunicação a linguagem humorística presente nos escritos satíricos e nas caricaturas. Proporcionavam um aspecto irreverente e provocador às publicações, elegendo o humor como principal veículo para retratar as transformações urbanísticas, sociais e políticas ocorridas no início do século XX. Segundo Flora Sussekind, a escrita literária neste período era para um consumidor apressado, pois o cotidiano se acelerava em conjunto com as modificações que ocorriam nas grandes cidades e que:

(...) “mal permitem qualquer demora na transmissão de ideias”. Tendência que, aliada às dificuldades de impressão tipográfica, deu às revistas, às conferências, aos cursos e aos jornais uma nova importância literária, obtida em detrimento dos livros (...) Tendência à recepção desatenta e à preferência pelos textos curtos, mas de leitura pouco exigente (...)³¹.

Sendo assim, as charges tinham um lugar de destaque nas revistas ilustradas, alcançando pessoas que queriam ter informações mais rápidas e dinâmicas. Para isto, a *Careta* contou com ajuda do famoso caricaturista J. Carlos³² que esteve intimamente ligada à história da revista, na qual atuou desde o lançamento da publicação, em 1908, até sua morte em 2 de outubro de 1950. Além dele, podemos destacar Djalma Pires Ferreira (Théo)³³ e Osvaldo

³¹ SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.105.

³² José Carlos Brito e Cunha, conhecido apenas como J. Carlos. Ao longo de 49 anos de carreira na imprensa garantiu um fluxo ininterrupto de desenhos para abastecer as maiores revistas ilustradas do país. Sua carreira na imprensa concentrou-se em torno de três grandes empresas editoriais: a *Careta*, *O Malho* e *Fon-Fon*.

³³ Usava esse pseudônimo. Nascido, em dois de julho de 1901, na Bahia, teve seus primeiros trabalhos publicados com a assinatura de *Djalma*, em *A Tarde* (de 1918 a 1922) e na seção de esportes do *Diário de notícias*, em 1919. No início da carreira, enviava, da Bahia, charges para serem publicadas pela revista *D. Quixote*, no Rio de Janeiro, embora, assim como J. Carlos, não possuísse formação acadêmica em desenho. A partir de 1922, mudou-se para a capital carioca, ampliando seu espaço de atuação.

Navarro³⁴, que juntos ilustravam o periódico. Como já enfatizado, desde o início, a *Careta* teve a preocupação de abranger um grande público, pois tinha um conteúdo direcionado para aqueles que possuíam condições socioeconômicas de se tornarem consumidores efetivos de revistas ilustradas. Portanto, textos e imagens, deveriam responder aos interesses de um determinado público leitor, tornando-se assim um produto destinado à comercialização e ao consumo. Assim, a estratégia de diversificação foi utilizada em todo o período de existência da mesma, misturando assuntos e introduzindo muitas charges irreverentes para a época, com o objetivo de alcançar um público mais variado. Segundo Clara Asperti Nogueira:

(...) sua diversificada teia de colaboradores, de colunas, de reclames, de conteúdo gráfico e de modelo editorial, a *Careta* conseguia diferenciar-se das demais publicações similares da época para a *Careta*, a melhor classificação seria como revista de variedades, pois, como se verá, é extremamente difícil e arriscado julgar uma publicação que atravessou, por mais de cinco décadas, o cenário cultural do século XX, sendo sempre tão multiforme em todos os seus aspectos e de conteúdo amplamente diversificado³⁵.

Transmitindo sua mensagem através de uma forma de comunicação visual, não verbal, muitas vezes simbólica, as charges provocam reações imediatas para os leitores que reconhecem nelas a crítica política ou social. As charges, por vezes, podem ser tendenciosas, podendo também apresentar múltiplas interpretações, já que muitas, não contém um texto explicativo, que por muitas vezes pode substituir o próprio texto. Ao analisar o interior da revista *Careta*, percebemos que as colunas não seguiam um padrão, variando muito a cada edição. Nos anos de 1910 a 1930, destacamos as seguintes colunas: *Trovas* (espécie de quadro popular de intento humorístico e/ou satírico); a *Careta Parlamentar* (com notícias e piadas sobre políticos); *Instantâneos* (galeria de fotos dos eventos sociais); *Conselhos Domésticos* (“dicas bem-humoradas” para donas-de-casa); *Um sorriso para todas* (coluna feminina que será destacada no próximo capítulo); *Azas* (comentário ilustrado sobre cinema); além de pequenos quadros como *Conceitos e Preconceitos* (trocadilhos rápidos sobre comportamento social); *A estação da elegância* (crônica de costumes carioca); e *Cartas de Madame de Lery* (dicas de comportamento para as mulheres). Os conteúdos variam entre charadas, contos, piadas, além das propagandas, ilustradas com desenhos. Há diversos contos

³⁴ Nascido em Pati (atualmente Andrade Pinto), no Rio de Janeiro, em abril de 1893, mudou-se, anos depois, para a cidade mineira de Barbacena, de onde enviava suas obras para as principais revistas ilustradas da época. Seus primeiros trabalhos com desenho cômico datam dos tempos de estudante, por volta de 1912.

³⁵ NOGUEIRA, Clara Asperti. “Revista *Careta* (1908- 1922): Símbolo da modernização da imprensa no século XX”. *Miscelânea*, Revista de pós-graduação em letras, UNESP, Campus de Assis, vol.8, jul./dez, 2010, p. 68.

e textos sobre a vida urbana, principalmente a do cotidiano das metrópoles com muita exposição dos ambientes externos. É possível notar que as fotografias e as charges aumentaram de volume com o passar dos anos: havia instantâneos de pessoas nas ruas, de conversas informais, impasses, debates sobre relacionamentos, carreira profissional ou pretensões amorosas. O periódico era um local para divulgar os principais eventos políticos e sociais ou para difundir novas formas de comportamento e sociabilidade por meio das imagens sobre o cinema norte-americano e suas estrelas, bem como sobre os elegantes bailes dos clubes cariocas. O papel da imagem fotográfica veiculada pela imprensa ilustrada foi discutido por Ana Maria Mauad³⁶. A autora observa o avanço na caracterização da revista, uma vez que ofereceu novas informações sobre seus procedimentos editoriais dando uma ideia parcial de verdade.

Como já destacado, havia muitas referências às questões políticas nacionais, notícias sobre governadores, vereadores, prefeitos, e também sobre os presidentes da Primeira República, presentes nas colunas principais. Porém, é possível notar que nas décadas de 1910, quando as mulheres ainda não haviam conquistado o direito de votar, e na de 1940, durante o período da ditadura de Vargas, havia um silenciamento feminino no espaço político. São retratadas no periódico as relações de gênero do seu tempo, ao separar as seções femininas e masculinas, sendo a maioria dos seus conteúdos direcionados ao público masculino com temas sobre esporte, política e economia. Os discursos direcionados para as leitoras eram dotados de críticas sociais e morais na defesa de deveres entendidos como naturais do feminino (o belo sexo ou o sexo frágil), demonstrando a configuração do seu espaço social moldado pelas relações de gênero pré-estabelecidas, ou seja, dona de casa, esposa e mãe. Como destaca Fabiana Francisca Macena, “estas publicações funcionaram como tecnologias sociais de gênero, produtoras dos efeitos de feminino e masculino em corpos, comportamentos e relações sociais”³⁷. Além disso, nas capas do periódico é possível notar que majoritariamente eram os homens que apareciam (na maioria das vezes, intelectuais ou políticos conhecidos). Para as mulheres, não havia representatividade, não se pedia opinião, ou seja, a revista não era voltada para o público feminino, o que não quer dizer que não direcionasse conteúdos para as mesmas.

³⁶ MAUAD, Ana Maria. “Janelas que se abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. Vol.10, n.2, julio/diciembre, 1999, p. 14.

³⁷ MACENA, Fabiana Francisca. Op. cit, p. 30.

Havia poucas seções e colunas femininas, pois a revista sabia da existência desse público, mas raramente ganhavam posição de destaque. Esse tema será visto no próximo capítulo, no qual analisaremos os espaços conquistados pelas mulheres na imprensa. Defendemos que, ao mesmo tempo em que a revista *Careta* transmitia uma autoimagem moderna e propagava o ideal de modernidade (discurso este utilizado também pela *Fon- Fon* e *O Malho*), suas publicações eram produtoras de uma visão tradicional, cristã e patriarcal, que orientava os comportamentos segundo o sexo e dividia o mundo hierarquicamente em masculino e feminino. As três revistas ilustram o quanto a tradição é parte da modernidade, influenciando diretamente na construção do que seria supostamente o novo durante o período republicano. Assim, de acordo com Marshall Berman, é “dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização”³⁸. Arno Mayer, em seu livro *A força da tradição* lembra que o desenvolvimento da modernidade liberal durante a segunda metade do século XIX na Europa conviveu com valores da tradição e do conservadorismo que apenas aparentemente declinavam³⁹. É justamente nesta ambiguidade que se insere o processo de modernização no Brasil, no qual as novas ideias e práticas da modernidade se misturavam às “representações e tradições coletivas antigas que eram preservadas”⁴⁰ por uma classe dominante que queria se manter no poder.

Sendo assim, a negação da participação das mulheres no espaço público era justificada por uma estrutura patriarcal na qual elas deveriam se manter à margem, separadas na segurança de seus lares e sob o controle dos homens. A cidadania política feminina viu-se num patamar difícil de ser contestado, uma vez que o conceito se viu atrelado a uma diferenciação sexual e a exclusão foi baseada no quesito “sexo”, como afirma Joan Scott:

Quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a “diferença sexual” não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social⁴¹.

³⁸ BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.16.

³⁹ MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime - Europa (1848-1914)*. SP, Companhia das Letras, 1987, p. 13-25.

⁴⁰ *Ibidem*, p.88.

⁴¹ SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002, p. 26.

Neste sentido, a justificativa para a exclusão das mulheres centrava-se no fato de que estavam sob o mando de alguém, eram subordinadas (no caso, ao pátrio poder ou ao poder marital). Portanto, as mulheres não poderiam ser eleitoras, e muito menos candidatas. A condição de silêncio das mulheres diante do quadro político brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, foi explicitada nas revistas, que nas primeiras edições majoritariamente emitiam vozes masculinas sobre o assunto. Nos raros momentos em que eram citadas, existia um teor humorístico ou irônico na mensagem passada ao leitor, esvaziando a possibilidade de participação feminina na política. A manutenção do silenciamento feminino neste período, foi então questionada por algumas mulheres que entendiam que era o momento de novas conquistas de espaços femininos.

Segundo afirma Koselleck, a “modernidade é como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”⁴², ou seja, com a modernização, a experiência se afasta da expectativa, abrindo espaço para a entrada de algo novo. Ocorre uma mudança na percepção do tempo e, junto com esta, vinha a ideia de progresso, como destaca o autor: “O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiram com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam”⁴³. Porém, no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, o progresso estava muito vinculado ao positivismo, sem apagar o papel da religião, responsável por manter a ordem. Esta junção fazia com que o passado permanecesse com carácter pedagógico, ensinando como o homem deveria romper com o mesmo, fazer diferente, mas sem radicalizar. Sendo assim, o passado oferece as bases para o futuro, que se apresenta neste período, com expectativas positivas, “(...) ‘modernidade’, no sentido de progresso otimizador”⁴⁴.

A manutenção da hierarquia social obrigava a manutenção de oposições binárias entre classes e sexos, e qualquer tentativa de anular uma dessas posições ameaçava todo o sistema de poder. Como afirma Susan K. Besse:

(...) a medida que as mulheres de classe média inventavam um novo discurso de direitos individuais e se afirmavam, por vezes de maneira vigorosa, como agentes de

⁴² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 314.

⁴³ *Ibidem*, p. 317.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 327.

seus próprios destinos, questões a respeito da moralidade sexual e das relações entre gêneros se tornaram temas políticos explícitos⁴⁵.

Mesmo com dificuldades, esse novo tempo de modernidade contribuiu para viabilizar às mulheres um espaço de luta e conquistas. Isso se expressa, por exemplo, no aparecimento de movimentos pelo sufrágio feminino ao redor do mundo. Os movimentos feministas no início do século XX na Europa buscavam a mudança da condição feminina na sociedade, através principalmente da luta pela participação na cena eleitoral, como afirmam Geneviève Fraisse e Michelle Perrot:

(...) o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política⁴⁶.

Merece destaque no Brasil a advogada Myrthes Gomes de Campos, primeira mulher aceita no Instituto dos Advogados e que requereu seu direito ao alistamento eleitoral. Segundo Raquel Soihet, seu argumento era que havia uma ambiguidade na Constituição da República Brasileira de 1891⁴⁷. Esta dava direito ao voto aos cidadãos brasileiros maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei. Myrthes Campos alegava que o elemento feminino estava incluído na categoria “cidadãos brasileiros”, pois o referido artigo não deixava explícita a exclusividade masculina na participação eleitoral. Portanto, a Constituição não negava esse direito às mulheres. O que havia era uma interpretação que tomou no sentido literal os termos usados no masculino (já que o texto não esclarecia o gênero do eleitor), ou seja, a interpretação foi restritiva, infringindo, inclusive, outro artigo que continha a famosa prescrição liberal de que “todos são iguais perante a lei”. Na verdade, tal interpretação vinha ao encontro de uma estrutura patriarcal que acabou por considerar as mulheres como cidadãs de segunda classe, não eleitoras e tampouco elegíveis. O requerimento de Myrthes Campos

⁴⁵ BESSE, Susan K. Op. cit, p.5.

⁴⁶ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. “Ordens e Liberdades”. In: DUBY, G, PERROT, M. (org). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 9.

⁴⁷ Eis os artigos da Constituição Brasileira de 1891 que se referem aos direitos políticos: Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados: 1º) os mendigos; 2º) os analfabetos; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual. 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

foi indeferido⁴⁸. Outra feminista importante do período foi a professora baiana Leolinda Daltro, que também usou do mesmo argumento de Myrthes e requereu seu alistamento, o que lhe foi igualmente negado. Mas, ela não desistiu, e, com o objetivo de mobilizar mais mulheres na luta pelo sufrágio, criou em 1910 o Partido Republicano Feminino, juntamente com a poetisa Gilka Machado. Este partido, segundo Céli Pinto:

(...) merece atenção especial pela ruptura que representou (...) pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida. (...) Leolinda e Gilka conseguiram colocar na imprensa carioca a questão do voto⁴⁹.

As duas aparecem nas três revistas aqui analisadas e daremos maior destaque a elas no próximo capítulo. Continuando a análise sobre a conquista da cidadania feminina, em 1917, o deputado Maurício Paiva de Lacerda apresentou para a Câmara, um projeto de lei que propunha estender o alistamento eleitoral para as brasileiras, mas, de acordo com Raquel Soihet, este nem chegou a ser discutido. Nessa época, Maurício de Lacerda estava no seu segundo mandato como deputado federal pelo Partido Republicano Fluminense⁵⁰ e a revista *Careta*, em 23 de junho de 1917, apresenta uma charge sobre o assunto:

⁴⁸ SOIHET, Raquel. Op. cit., p. 58 e 59.

⁴⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. Op. cit., p. 18 e 19.

⁵⁰ Lacerda foi relator do primeiro Código do Trabalho, além de ter militado na defesa dos direitos trabalhistas, dos direitos civis da mulher e do direito de greve, prestando, assim, um importante apoio ao movimento operário do início do século.

Figura 1 - *Careta*, Anno X, n. 470, 23 de junho de 1917



Legenda: Duvida. “Si o projecto de Mauricio no Congresso enfim passar meus dez mil apaixonados quererão em mim votar?”

Fonte: *Careta*, Anno X, n. 470, 23 de junho de 1917.

Nela podemos perceber a posição de resistência da revista em relação ao voto feminino que é representado ironicamente na charge se referindo ao projeto de lei. Notamos a diminuição do valor da presença feminina na política, que seria restrita ao seu interesse de arrumar um marido. A desqualificação feminina ao exercício do voto partia de vários motivos machistas e um desses teria relação com seu aspecto físico, sua beleza. Na charge, ela estaria usando a sua beleza para conseguir votos, ou seja, a visão transmitida pela revista era de que as mulheres não entendiam de política e a usariam para seus interesses naturais femininos, que na visão patriarcal estão relacionados a futilidades e a busca de um casamento. As charges irônicas ou em forma de deboche eram um instrumento muito utilizado na *Careta* e nas outras revistas ilustradas, como uma das formas de violência sutis para descrédito das lutas feministas pela emancipação. Como afirma Raquel Soihet, as feministas, as literatas e todas aquelas que fugiam ao estereótipo feminino tradicional são apresentadas, “contraditoriamente,

como feias, supremo do pecado da mulher, masculinizadas, grosseiras e algozes dos maridos”⁵¹.

Esta posição do periódico é reforçada em vários outros momentos, tanto que no mesmo ano encontramos um texto intitulado “Revolucionária feminista”:

O prestígio feminino, por mais esforços que as mulheres façam em defesa dos direitos equivalentes aos dos homens para o seu sexo, hão de ser sempre o que foram e são, destacando-se entre ellas mesmo quando pregam as suas ideias, não as que produzem os melhores argumentos ou que improvisem as mais lindas phrases, mas as que tenham os corpos mais perfeitos e a beleza mais notada... Belén de Sárraga⁵², aquella terrível revolucionária que andou pelo Brasil... era um sucesso... quando subia à tribuna popular, procurava com habilidade colocar-se de maneira que o seu lindo par de roliças pernas ficasse em plena exposição sobre a tribuna⁵³.

Neste trecho, percebemos que ao descrever uma “revolucionária feminista”, há uma nítida exclusão das mulheres na participação sociopolítica, reduzindo, assim, a sua importância e evidenciando a naturalização de uma sociedade tida como imutável, como podemos perceber no trecho mulheres “hão de ser sempre o que foram e são”. Este argumento enfatiza a falta de credibilidade nas ideias produzidas por mulheres e revela o autoritarismo do discurso patriarcal, que está interessado em relações de gênero que garantam a sua dominação. Com isto, permanecia vigilante ao corpo feminino, apresentando-o frequentemente como objeto. Isto pode ser percebido na seguinte frase: “colocar-se de maneira que seu lindo par de roliças pernas ficasse em plena exposição”. Aqui a fala política e intelectual da mulher é desmerecida em prol da sexualização do corpo feminino. Este aspecto traz também indícios para se pensar sobre a educação das mulheres no período, que era fundamentada em “saberes” diversos que pregavam basicamente sua inferioridade intelectual e, portanto, um papel social restrito aos cuidados com filhos, à casa e à própria beleza, pois o mais importante seria manter-se sempre atraente aos olhos masculinos para alcançar um bom casamento.

Neste sentido, o acesso à educação superior continuava sendo majoritariamente dos homens, ou pelo menos, era isso que a *Careta* divulgava, talvez para dar veracidade ao discurso propagado sobre o que é ser mulher neste período. Mas, segundo Anne-Marie

⁵¹ SOIHET, Rachel. Op. cit, p. 168.

⁵² Belén de Sárraga (1873-1951), espanhola, foi médica, pensadora e feminista. Atuou como escritora, oradora e envolveu-se em confrontos políticos na Espanha, México e outros países latinos nos quais residiu. Pregava a educação laica, a tolerância, a democracia e a liberdade. Seu discurso voltava-se principalmente para as mulheres trabalhadoras e estudantes.

⁵³ “Revolucionária Feminista”, *Careta*, Anno X, n. 476, 4 de agosto de 1917.

Käppeli, mesmo com todo o empenho da imprensa em delimitar o lugar da mulher, “o direito ao sufrágio tornou-se na viragem do século o eixo principal da luta feminista”⁵⁴. O movimento foi tão importante na época que, em novembro de 1917, o PRF organiza uma “passeata com 84 mulheres, surpreendendo a população do Rio de Janeiro”⁵⁵. A ocorrência desta manifestação é muito importante, revelando uma militância que buscava dar visibilidade à causa, pois segundo Céli Pinto:

Deve-se ter presente que aquela era uma época em que a rua era interdita para as mulheres, que nela transitavam apenas por estrita necessidade, e sempre acompanhadas. Nesse cenário, o fato dessas mulheres terem saído em passeata tem um sentido muito especial, de enfrentamento à ordem estabelecida⁵⁶.

Ainda segundo a autora, o PRF perdeu força e desapareceu em 1918, quando Berta Lutz⁵⁷ retorna de Paris e inicia a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), que viria a ser a “maior expressão do feminismo da época”⁵⁸ no Brasil. A luta continuou e nesta perspectiva a revista *Careta* se mostra contrária à possível conquista da cidadania feminina. Podemos notar sua posição em vários textos escritos tanto pelos intelectuais que compunham a edição da revista, como também pelas charges e textos satíricos nela presentes. Em 9 de julho de 1921, Lima Barreto, bastante atuante na revista, escreveu um texto intitulado “Voto Feminino”, onde enfatiza a sua posição crítica ao tema:

D. Leolinda Daltro, que está pleiteando a passagem do projecto, ia para o Senado com um bando de senhoras, senhoritas e meninas, carregadas de flores, e despejava as pétalas sobre a cabeça do respeitável e imenso senador Lopes Gonçalves, que sabe inglez e é o defensor do mesmo projecto, embora seja este de autoria do seu collega Justo Chermont. As flores, porém, foram e irão para o Sr. Gonçalves, porque é pessoa notoriamente elegante e trata-se de um projecto que interessa às damas. (...) Não tenho nenhuma sympathia pelo projecto, mas julgo elle útil porque da ás casas do Parlamento feições floridas e gentis de sala de baile ou platéa de teatro. Demais, segundo dizem, as senhoras andam aos abraços com os senadores. Não dizem se

⁵⁴ KÄPPELI, Anne-Marie. “Cenas Feministas”. In: DUBY, G, PERROT, M. (org). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 556.

⁵⁵ SOIHET, Raquel. Op. cit, p.59.

⁵⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. Op. cit, p.19.

⁵⁷ Bióloga e Advogada, pioneira das lutas feministas no Brasil. Nasceu em São Paulo, completou sua formação na Europa onde tomou contato com a explosiva campanha sufragista inglesa e francesa. Em 1918, em Paris, licenciou-se em Biologia na Universidade Sorbonne, voltando em seguida para o Brasil, onde ingressou através de concurso público, como bióloga, no Museu Nacional e, em 1934, se formou em direito.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 21.

andam também aos beijos. Uma lei que nasce de abraços, só pode ser favorável aos destinos da Pátria⁵⁹.

Percebemos no texto que o autor tenta de várias formas deslegitimar a luta pela conquista do voto feminino: primeiro ele coloca o projeto como de autoria masculina, mas sendo conduzido por Leolinda Daltro de forma fútil (jogando flores no Senado), tirando, assim, a representatividade feminina. Em seguida, Lima Barreto deixa evidente sua posição contra o projeto e mais uma vez o esvazia quando destaca que somente seria útil devido à decoração com as flores no Parlamento: “julgo elle útil porque da ás casas do Parlamento feições floridas e gentis de sala de baile ou platéa de teatro”. O autor reitera as funções tidas como naturais do “belo sexo”. Encerrando o texto, ele ainda insinua que haveria trocas ou propostas sexuais das mulheres, como abraços, carícias ou beijos, por trás do interesse político no sufrágio feminino, como se as conquistas femininas só pudessem ser alcançadas através de favores sexuais aos homens. Por fim, o autor ainda ironiza o fato: “Uma lei que nasce de abraços, só pode ser favorável aos destinos da Pátria”. Posições como a de Lima Barreto eram constantes na revista *Careta*. Em 7 de março de 1925, o jornalista e médico Berilo Neves⁶⁰ também escreve um texto apontando o quão ruim seria para o futuro do Brasil o voto feminino:

Com efeito, acabada a guerra, estavam as mulheres encarapitadas nos logares dos homens: umas conduzindo bondes, outras policiando as ruas, outras ensinando nas universidades, pontificando nas assembléas políticas, tomando parte nos Congressos e até dirigindo e dominando Estados. Era a inversão da ordem social anárquica no mundo. E até mesmo uma contravenção ao direito divino, porque o Creador, fazendo a mulher depois do homem, estatuiu que ella viesse sempre em segundo lugar. (...) A confusão que o feminismo vai causando no mundo inteiro não se registra só nas repartições públicas: em todas as modalidades da vida a intromissão da mulher é um facto. Advogadas, medicas, deputadas, senadoras, diplomatas, ministras de Estado. Em breve, serão os homens que haverão de adotar os nomes das suas esposas, e passarão a ser conhecidos como marido da sra ministra da Fazenda, da sra deputada Fulaninha, da sra Governadora de Caixa Prego, etc. (...). Longe vai o agouro! O que é de todo, intoleravel é a mulher burocrática. Eva nasceu para ser funcionaria ... do amor. Cupido é o seu ministro eterno. Todas ellas devem ser candidatas ao... noivado. Mesmo porque a sua aposentadoria está no ... casamento. O mais é contra a natureza, o bom senso, a poesia e... a preservação da espécie⁶¹.

⁵⁹ “Voto Feminino”. *Careta*. Anno XIV, n. 681, 9 de julho de 1921.

⁶⁰ Nascido no Vale do Parnaíba no Piauí, Berilo Neves (1901-1974) mudou-se para o Rio de Janeiro em 1924 e, desde então, começou a atuar como jornalista na cidade. Logo estaria colaborando regularmente em periódicos de grande circulação, como *Jornal do Commercio*, *Careta*, *Revista da Semana*, *Fon-Fon*, dentre outros. Coursou a Faculdade de Medicina da Bahia, havendo controvérsias sobre a conclusão da sua graduação como farmacêutico. De qualquer forma, veio a ser membro da Associação Brasileira de Farmacêuticos e atuou no Corpo de Saúde do Exército, além de lecionar no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

⁶¹ “Eva, funcionaria”. *Careta*, Anno XVIII, n. 872, 7 de março de 1925.

Segundo Aline de Castro Lemos, Berilo Neves dialogava com os discursos médicos e científicos do seu tempo, em um contexto de valorização da ciência e do cientista em projetos políticos de modernização. A autora destaca que “o principal tema de seus escritos era a mulher, quase sempre confrontada com o progresso e ciência”⁶². Seus escritos debatiam e determinavam o comportamento feminino e o lugar da mulher na sociedade, em um momento em que as transformações nas relações entre os gêneros começavam a acontecer. Ao analisar o trecho acima, notamos este fato na revolta de Berilo Neves ao escrever sobre o voto feminino, que, segundo ele, seria uma “contravenção do Creador”, já que segundo a Bíblia a mulher foi criada depois do homem e, portanto, estaria em segundo lugar, subordinada a ele. O autor encara o sufrágio feminino como algo que inverteria a ordem social vigente, representando a instauração do caos social. É possível perceber também sua indignação com o feminismo, que ele defende ser a causa da confusão no mundo, com mulheres assumindo posições e profissões antes destinadas somente aos homens. Em todo o texto, ele reforça a visão patriarcal e religiosa sobre a mulher, visão esta que a impedia de conquistar novos espaços. Assim, ele enfatizava os estereótipos femininos, utilizando a metáfora religiosa de Eva e Adão e definindo as características do gênero feminino: amar, noivar, casar... Outros objetivos ou possíveis ambições, segundo o autor, seriam “contra a natureza, o bom senso, a poesia, e a preservação da espécie”, ou seja, a mulher estava fadada ao destino de ser esposa e mãe. Todos esses textos e charges mostram os conflitos e obstáculos enfrentados pelas mulheres na conquista de novos espaços.

Porém, segundo Raquel, um momento de transição política no Brasil abriu margem para novas perspectivas em torno da luta pelo voto feminino:

A indicação de Júlio Prestes para suceder a Washinton Luís na Presidência da República descontenta Minas Gerais, que se sentiu prejudicado, segundo a lógica do “café com leite” da Primeira República. Esse processo de ruptura entre as oligarquias que detinham o poder constituiu-se na brecha para a emergência dos descontentamentos que se vinha acumulando, em termos da moralização do processo eleitoral e da emergência de outros segmentos sociais, desejosos de participação na vida política. E esses irromperam com a Revolução de 1930⁶³.

A partir de 1930 com Getúlio Vargas no poder, o movimento feminista visualizava uma nova oportunidade para obtenção da conquista das suas demandas em torno do voto até então não atendidas. A FBPF, diante deste cenário político, decide realizar o III Congresso

⁶² LEMOS, Aline de Castro. *Gênero e ciência na ficção científica de Berilo Neves*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2014, p. 13.

⁶³ SOIHET, Raquel. Op. cit, p. 71.

Internacional Feminista, em junho de 1931, com o interesse de apresentar suas aspirações ao novo governo, enfatizando o direito de votar, ser votada e de participar da vida pública do país em condição de igualdade para ambos os sexos. Soihet destaca que em um primeiro momento o presidente Vargas coloca restrições ao voto feminino, mas, após a pressão das feministas, ele cede com o Decreto n. 21076, de 24 de fevereiro de 1932, estabelecendo o voto feminino e secreto. Este é incorporado à Constituição de 1934, no artigo 108. Bertha Lutz foi fundamental nesta conquista, sendo a representante na Comissão de Elaboração do Anteprojeto da referida Constituição. De acordo com Soihet, essa foi a “primeira vez que a opinião feminina, como resultado da pressão feminista, se pronunciava sobre a organização da vida pública nacional”⁶⁴.

Para demonstrar como a revista *Careta* fazia forte oposição à conquista da cidadania feminina, destacamos a seguinte charge, de 12 de novembro de 1932:

Figura 2 - *Careta*, Anno XXV, n. 1273, 12 de novembro de 1932



Legenda: Getúlio: A Constituinte vai ser feita pelo princípio do voto secreto... Gregório: Pois eu penso que é o contrário, o voto é cada vez mais descoberto...

Fonte: *Careta*, Anno XXV, n. 1273, 12 de novembro de 1932.

Novamente a charge sexualiza o corpo feminino, ironizando um fato histórico e político importante para o país. O voto conquistado pelas mulheres é novamente esvaziado de sentido e importância pelo periódico. A charge demonstra a insatisfação da revista com a

⁶⁴ Ibidem, p. 74.

mudança ocorrida no período. Como forma de desqualificar e desmerecer o ocorrido, é utilizado o mecanismo da ironia, do deboche e das piadas, conforme já destacamos anteriormente, tirando, assim, a credibilidade das mulheres e da sua conquista. Daremos prosseguimento à análise, pensando se as revistas *Fon-Fon* e *O Malho* também tinham a mesma visão e eram contra a maior participação feminina na esfera pública.

1.2 *O Malho*: Semanário humorístico, artístico e literário

Como vimos anteriormente, o ano de 1917 foi importante para a tentativa de ocupação da esfera política pelas mulheres. Não podemos esquecer que este também foi o ano da Revolução Russa, que deixava os conservadores assustados, pois houve forte participação feminina o que poderia estimular mulheres também do Brasil. Como afirma Augusto César Buonicore, o próprio 8 de março influenciou a Revolução Russa, pois a partir da greve de operárias têxteis de Petrogrado deu-se início ao processo revolucionário:

A Revolução Socialista viria abalar profundamente este estado de coisas e colocar a mulher em outro patamar na luta pelos seus direitos. Na verdade, a reviravolta já havia se iniciado meses antes quando o governo provisório, sob a direção de Kerenski, sob a pressão das massas insurgentes, especialmente das mulheres, promulgou o direito ao voto feminino. A Rússia revolucionária foi o primeiro grande país europeu a instituir tal direito. O segundo foi a Alemanha, após a revolução operária de 1918. A França e a Itália só viriam instituir o sufrágio feminino em 1945, após a vitória estrondosa das forças de esquerda antifascistas. A conquista dos direitos políticos e sociais das mulheres, direta e indiretamente, sempre esteve ligada aos avanços da revolução socialista no mundo⁶⁵.

Nesse sentido, acreditamos que a intensa produção de charges e crônicas sobre o assunto se dava justamente para desmotivar e desencorajar as lutas femininas na sociedade brasileira. Assim, como destacado na revista *Careta*, *O Malho* em suas edições, também trazia informações através das charges sobre o projeto de lei do deputado Maurício de Lacerda que dava às mulheres direito ao voto.

⁶⁵ BUONICORE, A. C. “As mulheres e a luta socialista.” In: MACIEL et ali (orgs.). *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiás: CEPEC, 2007, p.6.

Figura 3 - *O Malho*, Anno XVI, n. 771, 23 de junho de 1917



Legenda: Zé povo: Aqui tem "seu" Maurício, um quadro do futuro que nos espera, ao passar o seu projeto, dando o direito do voto às mulheres... Em pouco tempo "elas" que são mais sábias do que nós, aproveitarão a moleza dos homens e dominarão tudo! E teremos então esta beleza: O avô fazendo "crochet", a avó fumando cachimbo, o marido amamentando o filho, enquanto a mãe vae para a Camara dos Deputados deitar o verbo pela salvação da pátria! Tudo transtornado! Tudo invertido! Maurício de Lacerda: Mas, que tem isso! A constituição é clara: as mulheres podem ser eleitoras! Zé: Pois, então, viva a Constituição e o voto feminino! Talvez, com as mulheres em scena, nós sejamos mais homens... acudindo ao apelo do Ministério da Agricultura e fazendo, rumo ao campo para plantar batatas!...

Fonte: *O Malho*, Anno XVI, n. 771, 23 de junho de 1917.

Na charge acima é possível notar o posicionamento da revista com o projeto de lei que defendia a necessidade do voto feminino. Nela aparece a ideia de que este mudaria as funções consideradas naturais do sexo feminino e automaticamente isto alterava também toda a estrutura social e familiar já determinada em relação ao gênero. Este aspecto pode ser percebido em: "E teremos então esta beleza: O avô fazendo "crochet", a avó fumando cachimbo, o marido amamentando o filho, enquanto a mãe vae para a Camara dos Deputados deitar o verbo pela salvação da pátria! Tudo transtornado! Tudo invertido!". Ou seja, para a revista, a participação feminina na política altera as relações de gênero, mudança esta vista como um transtorno para a sociedade brasileira, deixando evidente a preocupação na manutenção do controle masculino no cenário político. Isto mostra o quanto o sufrágio feminino era uma luta importante para a emancipação da mulher e para mudanças nas estruturas patriarcais. Logo, encontraria resistência por parte do Estado, da sociedade e dos

meios de comunicação. Raquel Soihet destaca que havia uma abertura, mas que a resistência masculina ao sufrágio feminino mostrou-se difícil de conter, pois, como afirma a autora:

(...) a oposição ao sufrágio feminino no Brasil baseou-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres (...). A mulher deveria ser um anjo confortador, companheira amorosa de seu homem e a deusa do lar, mas nunca sua adversária ou rival na luta cotidiana da vida. Para os positivistas, a mulher constituía a parte moral da sociedade, a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da nação⁶⁶.

Nesse sentido, percebemos que tanto na *Careta* como em *O Malho* são apresentadas aos leitores defesas que reforçam essa sociedade patriarcal. Isto fica perceptível ainda quando além das charges, textos e crônicas, também observamos a pouca participação feminina nessas duas revistas. E os conteúdos para as mulheres eram de produção quase exclusiva dos homens. Segundo Judith Butler, as lutas da primeira onda feminista trouxeram espaço e deram poder a uma parcela de mulheres, mas:

Por um lado, a representação serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender a visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres⁶⁷.

Como já destacado, as novas demandas das feministas brasileiras não eram somente a luta pela participação política, expressa na campanha sufragista no início do século XX, mas também a procura por outros espaços de vivência nas escolas, no mercado de trabalho e na vida social. Entretanto, mesmo que os espaços de sociabilização da mulher estivessem se alargando, seus papéis ainda eram circunscritos ao âmbito privado e doméstico. Seu acesso à educação serviria de base para auxiliar nos seus papéis de mãe e esposa e as revistas serviam como porta-vozes deste projeto civilizador burguês, tendo um papel de construção simbólica normativo, conservador e mantenedor destes hábitos e morais nesta “nova etapa”. Isto pode ser observado ao analisarmos outra charge da revista. Nela é possível perceber a inconformidade da mesma com o movimento feminista.

⁶⁶ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 85.

⁶⁷ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 18.

Figura 4 - *O Malho*, Anno XX, n. 978, 11 de junho de 1921



Legenda: Professora Daltro: Viva o senador Justo Chermont!... Viva o senador Lopes Gonçalves!... Viva o Partido Republicano Feminino! Viva o nosso direito de voto! Coro: Vivaaaaa! Alfredo Ellis: Mas que exercito de "canhões"! Azeredo: Deixa disso, Ellis! Com o direito de nos elegerem, todas as mulheres são bonitas...

Fonte: *O Malho*, Anno XX, n. 978, 11 de junho de 1921.

Analisando a charge sobre o feminismo no Senado, encontramos a representação de uma manifestação feminista. No movimento em destaque estão dois senadores: Justo Leite Chermont, do Pará, e Lopes Gonçalves, do Amazonas. A charge ironiza um momento da história, em 1919, no qual estes senadores deram início ao voto feminino, quando foi apresentado o projeto de lei nº. 102, que seria aprovado em primeira discussão no ano de 1921. Na charge, podemos notar também, de forma destacada, a professora Leolinda Daltro segurando uma bandeira onde está escrito "Fé, meninas!". Na imagem ela celebra os dois senadores e o PRF por ajudarem no processo de defesa em favor do voto feminino. Observando a manifestação, estão os senadores Alfredo Ellis⁶⁸ e Antônio Francisco de

⁶⁸ Alfredo Ellis nasceu em São Paulo no dia 19 de março de 1850, filho de William Ellis, médico inglês, e de Maria do Carmo da Cunha Bueno Ellis. Coursou o secundário em São Paulo e formou-se em medicina pela Universidade da Filadélfia, na Pensilvânia, EUA, em 1869. Ingressou na política filiando-se ao Partido Liberal do Império em 1870. Ajudou na elaboração da Constituição Republicana do Brasil em 1891, foi deputado federal de São Paulo (1891-1902) e senador (1903- 1925).

Azeredo⁶⁹. Ambos ironizam o movimento, desqualificando, assim, a participação feminina na política, reafirmando um pensamento machista, principalmente ao falar sobre a importância da beleza, a fim de afastar possíveis leitoras do movimento feminista. A utilização desta estratégia estava na constante publicação da ideia de que as feministas eram feias, descuidadas, masculinizadas, entre outras características contrárias aquelas que faziam parte do estereótipo feminino. Isto fica claro no trecho: “Mas que exército de “canhões!””. Também notamos que além de menosprezar o movimento devido à falta de beleza das mulheres participantes da manifestação, a fala do senador Azeredo busca reverter o movimento para seu proveito: “Com o direito de nos elegerem, todas as mulheres são bonitas”, o que nos revela a ideia central da charge, de que as mulheres não entendem nada de política e que, mesmo conseguindo o direito do voto, seriam facilmente manipuladas a votarem nos homens.

As revistas *O Malho* e a *Careta* tinham seus conteúdos voltados para a sátira política e ficaram conhecidas pelo tom de ironia de suas charges e caricaturas. O humor era utilizado para comentar a política nacional e a sociedade em geral. Entretanto, *O Malho* não tinha tantas sessões e colunas variadas como havia na *Careta*, além de ser muito mais ousado e ácido nos comentários e ironias. Entendemos, então, que ambas as revistas exibiam uma linguagem e propostas similares, pois visavam atingir várias classes sociais e não especificamente a dominante como fazia a *Fon-Fon*. Portanto, a *Careta* e *O Malho* tinham uma linguagem mais popular, que poderia ser entendida como uma aproximação com as classes populares, menos alfabetizadas, que eventualmente teriam contato com a revista em locais públicos como bancas, bares ou barbearias.

Para compreender melhor a visão expressa por *O Malho*, faremos alguns destaques importante sobre a revista. Ela foi fundada pelo jornalista e deputado Luís Bartolomeu de Souza e Silva⁷⁰ e por Crispim do Amaral. Sua sede ficava no Rio de Janeiro. O periódico circulou de 20 de setembro de 1902 a janeiro de 1954. No ano de 1930, a revista foi contra a Aliança Liberal e combateu a candidatura à presidência de Getúlio Vargas. Em 30 de agosto de 1930, para de circular e só retorna em 7 de fevereiro de 1931, já após a revolução de 1930 e a entrada de Vargas no governo. Logo na primeira edição de retorno, é possível perceber a

⁷⁰ Luís Bartolomeu de Souza e Silva nasceu em Rio Preto (MG) no dia 3 de outubro de 1864. Coursou a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e participou do Batalhão de Jovens Republicanos, sendo promovido a alferes e transferido para o Paraná logo após a proclamação da República. Nos primeiros anos de 1900 afastou-se das forças armadas e retornou ao Rio de Janeiro. Na então capital federal desenvolveu intensa atividade na imprensa, trabalhando na redação do jornal *O País* e atuando como diretor de *O Malho*, *Ilustração Brasileira* e *O Tempo*. Exerceu um único mandato político, como deputado federal pelo Paraná, entre os anos de 1918 e 1920.

diferença da posição da revista perante os assuntos políticos. Acreditamos que nessa fase ela tenha passado por alguma restrição do governo. No ano de 1937 foi censurada pelo Estado Novo, assim como a maioria dos meios de comunicação. Até o ano de 1939, era semanal, custava 200 réis e tinha 30 páginas, mas a partir de 1940 ocorreram mudanças editoriais e na diretoria. Com a entrada do senador e jornalista Antônio Azeredo⁷¹ e Oswaldo de Souza e Silva, a revista se tornou mensal, custando 3 cruzeiros em todo o Brasil, e passou a ter entre 40 e 50 páginas. Seu texto inaugural diz o seguinte:

Se apresenta desfilando perante o leitor boquiaberto um rosário de promessas a que se chama pomposamente o programa. Iconoclasta de nascença, o Malho começa por atacar e destruir a praxe: não tem programa. Ou, mais exatamente, tem todos, como o seu nome bem o indica: ele é o Malho; tudo que passar a seu alcance será a bigorna. O povo rirá ao ver como se bate o ferro nesta oficina e só com isso ficaremos satisfeitos, com a tranquila consciência de quem cumpre um alto dever social e concorre eficazmente para o melhoramento e progresso da raça humana⁷².

No trecho acima é possível perceber que o objetivo da revista era “malhar”, ou seja, criticar os temas propostos. A revista de início apresentava um caráter crítico e satírico, repleto de caricaturas políticas produzidas por Raul, Calixto e J. Carlos⁷³. Segundo Mônica Pimenta Velloso, *O Malho* “misturava crônicas, músicas, caricaturas, teatro, charadas, reclames, fotografia, modas e esportes”⁷⁴, mas o grande alvo eram os assuntos políticos tratados com irreverência. O símbolo utilizado pelo periódico era uma bigorna e um martelo que representavam a forma como ela iria tratar os assuntos, como podemos observar abaixo no seu logotipo:

⁷¹ Antônio Francisco Azeredo, nasceu em Cuiabá no dia 22 de agosto de 1861. Iniciou os estudos no Liceu da capital mato-grossense e posteriormente seguiu para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Militar. Abandonou, porém, a formação militar, ingressou na Escola Politécnica, e a partir de então vinculou-se definitivamente ao jornalismo. Eleito em 15 de setembro de 1890 deputado constituinte pelo Partido Republicano criado em Mato Grosso (1890-1893) e foi eleito senador no mesmo Estado (1897- 1930). Além de suas atividades no campo político, atuou fortemente na imprensa. Foi fundador da *Gazeta da Tarde* e do jornal *Diário de Notícias* e responsável pela redação dos dois periódicos. Foi também proprietário do *O Malho* e *A Tribuna*, sendo que desta última foi redator chefe.

⁷² Editorial de abertura do número inaugural de *O Malho*, Anno I, n. 1, de 20 de setembro de 1902.

⁷³ Raul (pseudônimo de Raul Pederneiras), Calixto e J. Carlos (pseudônimo de José Carlos de Brito e Cunha) nacionalizaram a arte da caricatura no Brasil, além de serem verdadeiramente as maiores referências do desenho satírico no limiar do século XX.

⁷⁴ VELLOSO, Monica Pimenta. “Distintas retóricas do moderno”. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 88.

Figura 5 - *O Malho*, Anno XX, n. 978, 11 de junho de 1921



Fonte: *O Malho*, Anno I, n. 1, 20 de setembro de 1902.

Monica Pimenta Velloso destaca que o título tem um “forte apelo sonoro-auditivo, como malhar, bimbalar e martelar, que expressam uma comunicação ruidosa que, voltada para a crítica de costumes, se alicerça fortemente no humor”⁷⁵. Portanto, *O Malho* surge com uma proposta de revista ilustrada crítica e humorística, voltada para um público alvo masculino. As mulheres não aparecem no logotipo da revista, que representa a força, a rapidez, o protagonismo. O domínio do espaço público era masculino. Em 1904, a revista mudou e incorporou a sua equipe de articulistas importantes nomes ligados ao grupo de literatos do Rio de Janeiro conhecido como “geração boêmia”. Eram assim chamados, pois muitas vezes suas publicações e versos eram uma extensão das mesas boêmias das quais participavam. Para Vera Lins, o que unia o grupo simbolista era a crítica ao positivismo tão destacado neste período:

O que unia o grupo simbolista era uma ética. Interrogavam-se sobre a condição humana e o que se oferecia a eles dentro de um mundo já dominado pela mercadoria que não lhes podia satisfazer. Criticavam o naturalismo e o evolucionismo positivistas, do século XIX. Sua arte era uma aventura absoluta na ordem da criação artística com os riscos e perigos que isso implicava⁷⁶.

Entre eles, os que mais escreviam em *O Malho* eram: Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Meneses e Bastos Tigre. Os mesmos que participavam também da *Careta* e *Fon-Fon*. Estes intelectuais simbolistas que iam contra o positivismo tinham “distintos projetos que, mesmo criticando o regime republicano propunham possibilidades de ação/renovação da República”⁷⁷, como afirma Ângela de Castro

⁷⁵ Ibidem, p.82.

⁷⁶ Ibidem, p. 62.

⁷⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 29.

Gomes. Com o mesmo objetivo das outras revistas ilustradas de seu tempo, o foco do periódico era ampliar seu público leitor e garantir um maior número de vendas. Para isto, foram criadas diferentes colunas que iam além da política e do humor, decidindo unir literatura, variedades, moda e utilidade pública a fim de agradar a muitos, inclusive a mulher, consumidora em potencial.

O Malho é composto por várias seções que foram sendo alteradas com o passar dos anos. O periódico possuía poucas seções fixas, eram estas: “Chronica”, coluna que iniciava a apresentação do periódico com crônicas escritas por vários autores sobre temas diversos como: política, mulher, homem, economia, cotidiano carioca e brasileiro, notícias mais comentadas de cada período histórico, entre outros. A “Caixa do Malho” era uma seção onde os redatores respondiam as correspondências que chegavam ao periódico; os “Postaes masculinos” eram cartas abertas de leitores, perguntas e poemas destinados ao público masculino e os “Postaes femininos”, dirigidos por Le Blondel, tinham a mesma função, porém direcionada para o público feminino, sendo a única seção fixa destinada a ele; o “Álbum de Édipo” se encontrava constantemente em destaque na última página da revista com charadas, piadas e passatempos; a coluna “Assumptos internacionais” tratava das principais notícias internacionais que o periódico considerava necessário divulgar e, durante os períodos de guerras, tinha maior destaque nas primeiras páginas da revista. “De cinema” e “De literatura” noticiavam respectivamente os principais filmes da época com as atrizes e atores que faziam sucesso fora e dentro do país e os principais literatos do Brasil e do mundo, com destaque para os livros mais lidos e para a apresentação de novos livros e autores; por fim, a coluna “Malhadas da semana” que dava destaque às principais notícias da semana seja no Rio de Janeiro ou em outros estados e onde eram expostas as posições do periódico sobre os assuntos anunciados.

Entre as três revistas analisadas, esta é a que menos tem seções/colunas femininas confirmando que esse não era seu público alvo principal. Isto muda a partir de 1933, quando a revista apresenta mudanças na edição de 27 de maio, indicando que o “novo” *O Malho* começaria no dia 8 de junho do mesmo ano:

O novo O Malho em off-set e retogravura outra cousa não procura ser senão aquella altíssima culminância, de onde se poderá ver, em minutos, todos os reinos do mundo, com os seus homens, suas curiosidades, as suas belezas naturais, as suas riquezas, os faustos da sua atividade política, científica, social, artística e intelectual, enfim, a gloria e a ruina das civilizações... quando chegar dia 8 de Junho, data em que aparecerá o novo O Malho, antes de folhear, para se certificar de tudo o que ahi ficou dito, entregue a sua esposa, sua filha ou sua irmã esse outro *O Malho* também em off-set que virá dentro do seu exemplar. São dois suplementos enormes

dedicados exclusivamente às senhoras. O primeiro, impresso a muitas cores, trará os últimos modelos de vestidos para casa, passeio, baile e sport. Muitos modelos de vestidos para mocinhas e creanças. Os ensinamentos caseiros, pequenas notas e literatura, bordados, arranjos de casa, receitas praticas e econômicas de doces, bolos e manjares⁷⁸.

A partir do trecho acima, percebemos a proposta da revista em incentivar a leitura das suas colunas pelo público feminino, orientando os homens (público leitor majoritário) a entregarem “para a sua esposa, sua filha ou sua irmã”, essa “nova” proposta de revista que orientava a representação de mulher a ser seguida através de “ensinamentos caseiros, pequenas notas e literatura, bordados, arranjos de casa, receitas práticas e econômicas de doces, bolos e manjares”. Esse modelo de mulher burguês, divulgado pela classe dominante, deveria se manter uma companhia agradável e obediente ao homem, mesmo tendo alcançado mais espaço na vida pública. Sendo assim, nos interessa analisar a representação do feminino presente nessas revistas, mais especificamente a *Careta* e *O Malho*, devido à proximidade de propostas editoriais e jornalísticas e à participação dos mesmos intelectuais em suas páginas. Interessa-nos também refletir sobre as possíveis conquistas de espaço por mulheres que fugiram de padrões estabelecidos e configuraram mudanças significativas nas relações de gênero.

Para compreendermos melhor toda a crítica feita por *O Malho*, a *Careta* e, veremos também, pela *Fon-Fon*, ao feminismo, precisamos saber como este movimento surgiu no Brasil e suas propostas que incomodavam seus organizadores e a ordem patriarcal vigente. A primeira onda do feminismo no Brasil, que, segundo Céli Pinto, foi do “final do século XIX e se estendeu pelas três primeiras décadas do século XX”⁷⁹, tinha como foco a luta feminina pelos direitos políticos através da participação eleitoral como candidatas e eleitoras. A autora destaca que existem três vertentes do feminismo. A primeira é chamada de “feminismo bem comportado” pois, ao mesmo tempo que defendia o voto feminino, também reafirmava a manutenção das relações de gênero:

A primeira delas, a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha Lutz, que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. Esse feminismo constituiu um verdadeiro movimento com alcance nacional, chegando a uma institucionalização surpreendente. Porém, tem limites muito precisos: nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição do homem. A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para

⁷⁸ “O novo O Malho”. *O Malho*, Anno XXXII, n. 1.588, 27 de maio de 1933.

⁷⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. Op. cit, p. 13.

ser incluídas como cidadãs⁸⁰.

A segunda vertente ela chama de “feminismo difuso”, no qual mulheres cultas defendem questões mais amplas como a educação feminina e falam da dominação masculina e do interesse dos homens em deixar as mulheres fora do espaço público. Em seus textos, tocam em temas como sexualidade e divórcio. A terceira vertente é chamada de “feminismo radical”, pois se manifesta nos movimentos anarquista e comunista. Tratavam-se de mulheres militantes de esquerda que defendiam a liberação em todas as esferas (política, social e econômica) e a questão da exploração do trabalho era sempre enfatizada⁸¹. Não podemos perder de vista que as mulheres envolvidas no projeto eram privilegiadas por sua etnia e camada social. Elas eram brancas, de classe média, alfabetizadas e muitas delas com acesso ao ensino superior. Esse era o perfil do movimento de mulheres no período:

Além de Bertha Lutz, formavam a comissão Jerônima Mesquita, filha do barão e da baronesa do Bonfim, que vivera na França e na Suíça por dez anos; Ana Amélia Carneiro de Mendonça, filha de um engenheiro proprietário da Siderúrgica Esperança, que “foi educada por preceptoras estrangeiras, com as quais aprendeu inglês, francês e alemão; e Maria de Eugênia Celso, filha do conde e historiador Afonso Celso e neta do visconde de Ouro Preto”⁸².

Segundo a autora, entre os anos de 1910 e 1930, os movimentos feministas brasileiros tiveram importante função na redefinição da ordem de gênero no Brasil. Afinal, lutavam pelo direito de voto, educação e emprego, desafiando o poder patriarcal, mesmo que muitas mulheres não tivessem consciência da importância da representação do feminino nos espaços destinados ao masculino pela sociedade e pela imprensa. O movimento de mulheres neste período era reflexo de uma sociedade em transformação, com novos horizontes e possibilidades. É neste período que acontecem as greves de operários em 1917, com fortes ideias anarquistas, a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, e, no mesmo ano, a Semana de Arte Moderna em São Paulo, visando se distanciar da influência europeia nas artes. Assim, “o processo de urbanização, acompanhado do surgimento de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização”⁸³.

⁸⁰ Ibidem, p. 15.

⁸¹ Ibidem.

⁸² Ibidem, p. 25.

⁸³ Ibidem, p.17.

Bertha Lutz e as outras mulheres da classe dominante que faziam parte da FBPF (já citada neste capítulo), utilizavam suas redes de sociabilidade e influências para a organização de eventos e congressos, faziam viagens para a Europa e os EUA e traziam militantes de lá para discursarem no Brasil. O primeiro avanço na campanha sufragista movida pela FBPF ocorreu em 1927, quando o governo do estado do Rio Grande do Norte fez inserir um artigo na Constituição estadual suprimindo as barreiras ao voto feminino. Apesar dessa medida, os votos das mulheres foram considerados nulos pelo Tribunal Eleitoral do estado. Após este acontecimento, várias mulheres entraram com pedido de alistamento eleitoral. No final da década de 1920, a FBPF reunia várias associações profissionais de mulheres e possuía núcleos em vários estados. Entre estes, destacavam-se os da Bahia (dirigido por Maria Luísa Bittencourt), de Minas (Elvira Kommel), de Pernambuco (Nícia Sá Pereira), de Sergipe (Maria Rita) e de Alagoas (Lili Lages)⁸⁴. Como vimos anteriormente, a conquista definitiva do direito da mulher ao voto se deu no governo de Getúlio Vargas com o novo Código Eleitoral de 1932 que incluiu a mulher como detentora do direito de votar e ser votada. Neste cenário, *O Malho*, em 1933, registrou o momento da reunião das mulheres da FBPF para a organização do alistamento feminino:

Figura 6 - *O Malho*, Anno XXXII, n. 1.576, 4 de março de 1933



Legenda: “Nesta fotografia, especialmente apanhada pelo O MALHO, veem-se sentadas as sras. Adelia de Castro e Carmem de Carvalho, secretarias da Federação Feminina, ao lado da sra. Julieta Nogueira, da Aliança Civica de Mulheres de São Paulo, no serviço de alistamento em pé, a Dra. Bertha Lutz, alma de toda essa organização.
Fonte: *O Malho*, Anno XXXII, n. 1.576, 4 de março de 1933.

⁸⁴ Ibidem, p. 26-27.

Para analisar as fotografias, charges e imagens em geral das revistas aqui selecionadas, utilizamos a abordagem histórico-semiótica, ou seja, a produção de sentido das mesmas, apresentada por Ana Maria Mauad:

(...) como um fenômeno de produção de sentido, dois conceitos históricos são fundamentais: cultura e ideologia. Tais conceitos revelam tanto ao quadro cultural, no qual a mensagem foi concebida, quanto às escolhas efetivamente realizadas, de acordo com a dinâmica social contemporânea⁸⁵.

Isto será feito com a intenção de interpretar as mensagens que estas passavam ao seu público leitor. Sendo assim, é possível notar que a intenção da fotografia acima seria mostrar um flagra da participação das mulheres na organização do alistamento eleitoral. Isto porque a revista traz um discurso democrático ao noticiar o momento. Porém, em um trecho nos remete a duas interpretações:

Será uma covardia, se, após a victoria, a mulher, com o seu voto e a sua vontade de trabalhar, seu idealismo e seus pensamentos, não acorrer, em massa, às bancas eleitoras ou á sede da Federação alistando-se, cumprindo o seu dever⁸⁶.

Seria incentivo ou ironia? Interpretamos este trecho como um discurso desacreditado da revista na vontade feminina em exercer o voto conquistado. Ou seja, mesmo noticiando um momento histórico na democracia do Brasil, e com todo um discurso, a princípio, de apoio à causa, vemos em um trecho a dúvida se realmente esta medida foi acertada para o país. O novo causa medo, desconfiança e incômodo, principalmente quando esse novo está relacionado diretamente à mulher. *O Malho* reiterava a visão de modernização conservadora. Portanto, suas publicações iam de acordo com esta ideia. Sendo assim, os novos hábitos femininos que deixavam as mulheres “mais expostas” nos espaços públicos, geravam um certo desconforto por parte dos mais conservadores, logo, também da revista, que exigiam uma maior vigilância sobre as mulheres, principalmente as jovens solteiras. A imagem serve, então, para transmitir uma mensagem com sentido cultural e ideológico. Segundo Mauad, o grande desafio ao analisar uma fotografia “é chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico”⁸⁷. Para isto, precisamos estudar as relações entre signo e imagem, ou seja, “(...)

⁸⁵ MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. Op. cit., p. 15.

⁸⁶ “O alistamento eleitoral na federação feminina”. *O Malho*, Ano XXXII, n. 1576, 4 de março de 1933.

⁸⁷ MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Tese de doutorado. 2 v. Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 1990, p. 11.

aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora, e principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo”⁸⁸.

Mas, mesmo com a tentativa de manipulação do leitor pela imprensa, precisamos focar na importante utilização pelas mulheres deste meio fundamental para alcançarem e reafirmarem as suas posições nas redes de sociabilidade e no debate político do período, que era dominado pelo poder masculino. Para Céli Pinto:

O uso constante dos jornais, a presença em eventos públicos e até a realização de passeatas mostram que essas mulheres não eram apenas exceções excêntricas em uma época de recato, mas pessoas que pretenderam ampliar sua base de apoio buscando formar uma opinião pública a seu favor⁸⁹.

Isso já evidenciava um potencial de transformação na condição feminina, garantindo-lhes visibilidade pública. Este novo tempo que se construía tinha uma maior velocidade no transporte, na industrialização e na comunicação, o que era utilizado na luta pela cidadania feminina.

1.3 *Fon-Fon*: Semanário alegre, político, crítico e esfuziante

A cidadania feminina também foi tema da *Fon-Fon*. Após a conquista do voto em 1932, a Federação Feminina continuou promovendo congressos e outros eventos para a discussão de temas relacionados à mulher. Em 1936, Bertha Lutz se torna deputada e no mesmo ano, foi realizado o III Congresso Nacional Feminista. Segundo Céli Pinto, “constavam da pauta, naquele ano, projetos para pressionar o Legislativo a aumentar os direitos das mulheres”⁹⁰. Na coluna *Feira de Vaidades*, este evento foi retratado em detalhes:

Está reunida, nesta capital, o terceiro Congresso Feminino, cujos trabalhos se vêm processando num ambiente de fina espiritualidade, nos luxuosos salões do Automóvel Club do Brasil. (...) O número de congressistas compreende as mais altas

⁸⁸ Ibidem, p. 11.

⁸⁹ PINTO, Céli Pinto. Op. cit, p. 18.

⁹⁰ Ibidem, p. 28.

expressões da inteligência feminina, que actua nos diversos sectores das atividades cariocas. Espectaculo da mais sugestiva evidencia cultural, a notável assembléa marca um índice do adeantamento do espirito da mulher brasileira, já interessado nos problemas da vida moderna, como valor econômico e elemento propulsor de energias novas. (...). Foi o ágape em honra do sr. Presidente da República e da excellentissima senhora Getulio Vargas, flor da simplicidade e de graça, que tanto eleva a cultura e a beleza da mulher patricia. Esse ágape teve o engalanar-lhe exito a palavra de vibrantes oradoras, cuja frente se nomeiam: a poetisa Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça, as deputadas Bertha Lutz, Carlota de Queiroz e Maria Luiza Bittencourt, que proferiram eloquentes orações, verdadeiras profissões de fé do verdadeiro feminismo christão da mulher brasileira. O almoço decorreu no meio das expansões mais cordiaes, vendo-se, entre outras ilustres damas da melhor sociedade carioca, as senhoras Jeronyma Mesquita, Amaral Peixoto, Maria de Eugenia Celso, a notável escriptora, as poetisas Maria Sabina de Albuquerque e Ida Uchôa, além de muitas outras⁹¹.

No trecho acima é possível notar que o III Congresso Feminista é chamado de Feminino. Percebemos aqui que, igualmente às outras duas revistas analisadas (*Careta* e *O Malho*), a *Fon-Fon* também faz uma leitura machista do evento, já que enfatiza ao longo da matéria o feminino, a beleza, a inteligência, a cultura, a espiritualidade, entre outras características supostamente femininas, como elementos naturais do “belo sexo” ou do “sexo frágil”. As palavras feminista e feminismo vinham constantemente acompanhadas dessas características mantenedoras da visão tradicional/patriarcal de sociedade amplamente utilizada na imprensa, o que pode ser percebido em o “verdadeiro feminismo christão da mulher brasileira”. Ou seja, o feminismo aceitável deveria ser o cristão, unindo-se as pautas a serem conquistadas com a defesa da graça, da beleza, da espiritualidade, da cultura, da maternidade, do casamento e da superioridade masculina. Isso não quer dizer que todas que faziam parte deste congresso ou do movimento feminista da FBPF pensassem da mesma forma. Entendemos que estes espaços eram os possíveis naquele momento a fim de se alcançar maiores direitos, de se tornar visível para o país e o mundo. Assim, muitas se encaixavam nesses padrões, mesmo não aceitando-os. Defendemos a ideia de que as mulheres deste período tinham como estratégia alcançar maior participação na esfera pública/política, fazendo crer à vontade dominante que estavam de acordo com ela, como destaca Rachel Soihet:

A utilização desse recurso revela uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder, que percebem sua incapacidade, num dado momento, de questionarem as prerrogativas da vontade dominante. Embora reverenciem as regras estabelecidas, buscam perseguir objetivos próprios⁹².

⁹¹ “Feira de vaidades. Um ágape do congresso feminino”. *Fon-Fon*, Anno XXX, n. 41, 10 de outubro de 1936.

⁹² SOIHET, Raquel. Op. cit., p. 103.

Neste sentido, as feministas, como Bertha Lutz, utilizaram esta tática de submissão e manutenção de alguns estereótipos femininos a fim de construir caminhos e alternativas para a transformação das relações de dominação⁹³. Assim, elas conseguiriam ampliar seus espaços de atuação, o que acreditavam que seria inviável de outra forma. Então, “constata-se uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina contra seu próprio dominador”⁹⁴. Branca Moreira Alves, em *Ideologia e feminismo*⁹⁵, destaca que nos debates do Congresso brasileiro sobre o voto feminino, do período de 1891 até 1930, a defesa do papel da mulher na família era o tema principal, quer pelos defensores, quer pelos opositores da causa. Este fato demonstra a importância da questão, pois era um pensamento dominante naquele período e qualquer atitude de confronto a essa ideia acabaria com as chances de aprovação das pautas almejadas. Podemos observar abaixo as fotografias do III Congresso Nacional Feminista, divulgadas pela *Fon-Fon*, onde é possível visualizar tais estratégias e informações mais detalhadas sobre o evento.

⁹³ CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação simbólica”. *Cadernos Pagu*. Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. Tradução de Sheila Schwartzman, 1995, p. 41.

⁹⁴ SOIHET, Raquel. Op. cit., p.104.

⁹⁵ ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 138.

Figura 7 - *Fon-Fon*, Anno XXXVI, n. 29, 10 de outubro de 1936



Legenda: “O terceiro Congresso Nacional Feminino, que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino promove nesta capital, sob o patrocínio da esposa do presidente da Republica, foi solenemente instalado na noite de quinta- feira penúltima, no salão de honra do Automóvel Club do Brasil, com a presença do representante do chefe da Nação, do ministro das Relações Exteriores, dr. Macedo Soares; do prefeito do Distrito Federal, conego Olympio de Mello, deputados, senadores, diplomatas e varias outras ilustres personalidades. Nossa pagina focaliza os mais suggestivos aspectos da cerimonia inaugural do Congresso, em que falaram a deputada Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; o conego Olympio de Mello, as senhoras Maria Eugenia Celso, Carlota de Queiroz e Maria de Miranda Leão; as senhoritas Lia Veiga, Martha Paulino Machado e Maria Sabina e os srs. Deoclecio Duarte e Baêta Neves. Vemos ahí, tambem algumas das principaes figuras do Congresso Feminino á sahida da igreja de São Bento, após a missa ali celebrada por motivo do certame”.

Fonte: *Fon-Fon*, Anno XXXVI, n. 29, 10 de Outubro de 1936.

Figura 8 - *Fon-Fon*, Anno XXXVI, n. 29, 10 de outubro de 1936



Legenda: “Antes da instalação dos trabalhos do Terceiro Congresso Nacional Feminino, as respectivas delegadas foram recebidas, em audiência especial, pelo presidente da Republica, no palacio do Cattete, onde as deputadas Bertha Lutz e Miranda Leão, esta representante do Amazonas, fizeram discursos de saudação ao dr. Getúlio Vargas”.

Fonte: *Fon-Fon*, Anno XXXVI, n. 29, 10 de outubro de 1936.

Figura 9 - *Fon-Fon*, Anno XXXVI, n. 29, 10 de outubro de 1936



Legenda: “A exposição de arte feminina organizada pela Federação Brasileira pelo Progreso Feminino anexa ao Congresso Nacional Feminino inaugurou-se na tarde de 1 do corrente e foi um acontecimento artístico e mundano expressivamente concorrido de figuras representativas dos nossos círculos sociaes.”

Fonte: *Fon-Fon*, Anno XXXVI, n. 29, 10 de Outubro de 1936.

Figura 10 - *Fon-Fon*, Anno XXXVI, 10 de outubro de 1936



Legenda: “O presidente da Republica e a senhora Darcy Vargas reverberam uma expressiva homenagem do Terceiro Congresso Nacional Feminino, cujas representantes offereceram ao illustre casal um almoço, realizado no Jockey Club. O cliché desta página fixa tres detalhes photographicos do ágape”.

Fonte: *Fon-Fon*, Anno XXXVI, 10 de Outubro de 1936.

As fotos e suas legendas revelam vários detalhes importantes do Congresso. O evento foi realizado em dois dias, sendo a cerimônia inaugural iniciada numa quinta-feira, dia 1 de Outubro de 1936, provavelmente pela manhã, com uma missa na Igreja de São Bento, no centro do Rio de Janeiro. Após a missa, os convidados foram diretamente para o salão de

honra do Automóvel Club Brasil e lá almoçaram e discursaram alguns convidados e Bertha Lutz, deputada e presidenta do FBPF. O primeiro dia do Congresso termina no final da tarde, no Palácio do Catete, a convite do Presidente da República, com discursos de Bertha Lutz saudando Vargas e uma exposição de arte feminina no local. O segundo dia acontece no sábado, dia 3 de Outubro de 1936, quando é realizado um almoço em homenagem ao presidente Vargas e sua esposa Darcy Vargas, no Jockey Club. Sobre as táticas utilizadas pelas feministas que destacamos anteriormente, podemos observar na fotografia 7: no palanque onde discursavam as feministas e seus convidados, vemos esticada a bandeira do Brasil significando o patriotismo; flores na decoração, passando uma imagem de delicadeza. No centro, junto às flores, há uma bandeira com o seguinte escrito: “Paz, beleza, sabedoria, justiça e ideal”, reforçando o conjunto de características femininas que agradava ao grupo masculino ali presente, sendo estratégico colocarem na frente aquilo que agrada (paz e beleza) e em seguida aquilo que se milita (sabedoria, justiça e ideal). Aqui é possível perceber como elas fazem uso de aspectos e meios que ratificam a submissão feminina para alcançarem espaço e apresentarem suas reivindicações. Não podemos esquecer que se trata de um feminismo branco e de mulheres ricas. Pois, é justamente pelo fato dessas mulheres terem boas condições financeiras, formação acadêmica e acesso a uma grande rede de sociabilidade, que esse evento foi possível e ganhou tanta visibilidade na imprensa. À direita, podemos ver um homem, que acreditamos ter iniciado o evento com a missa. Ele aparece em quase todas as fotos, representando assim a presença constante do cristianismo no movimento. Outro fato que nos chama a atenção é que este evento teria sido patrocinado por Darcy Vargas. Isto nos faz refletir sobre o nível de destaque e influência que estas mulheres feministas conquistaram naquele período. Com sua rede de sociabilidade e estratégias, elas conseguiram criar um evento com a participação não só da primeira dama, como também do presidente Vargas, conferindo visibilidade e legitimidade as suas pautas. De acordo com Gabriela Lima de Grecco:

Historicamente, foram impostos limites à cidadania feminina, mas as ações coletivas das mulheres muitas vezes transgrediam as normas estabelecidas. É por isso que não podemos falar de cidadania sem falar de gênero. A presença feminina em organizações políticas ou espaços de sociabilidade possibilitou uma redefinição da cidadania hegemonicamente masculina⁹⁶.

⁹⁶ GRECCO, Gabriela de Lima. “Levemos a mulher à Academia Brasileira de Letras! Tetrá de Tefté, a primeira romancista premiada pelos imortais”. *Revista Travessias*. Cascavel. v. 12, n.1, jan./abr. 2018, p. 183.

Consideramos a *Fon-Fon* uma revista feminina. Isto pode ser percebido, principalmente, pelo número excessivo de propagandas de roupas, seções sobre moda, conselhos domésticos e comportamentais, entre outros. Portanto, diferente da *Careta* e *O Malho*, sua edição era voltada quase que exclusivamente para o público feminino. Também selecionava as seções e colunas com orientações de divisões pelo sexo, sendo a maioria delas de culinária de bom gosto, conselhos às mães, páginas do lar, como ser bela, moldes para roupas, literatura, cinema, arte, entre outros elementos característicos do “universo feminino”. Estes fatos nos levam a defender esta ideia. Neste sentido, havia um investimento do periódico em um temário relacionado à afirmação de papéis ideais para a mulher desde sua criação, em 13 de abril de 1907, até o seu fim, em 29 de dezembro de 1945. A *Fon-Fon* abriu com a proposta de um passeio de carro pela cidade e seus símbolos eram o automóvel (representação do moderno), o repórter (chamado de chofer) e o título (que se confundia com o som da buzina). Segundo Monica Pimenta Velloso, além da onomatopeia da buzina do automóvel no título da revista, “a figura do chofer como personagem central confirma a intenção de familiarizar o leitor com os novos valores da modernidade”⁹⁷. A mesma se considerava ágil, apresentando comentários leves sobre os acontecimentos do cotidiano. Assim, se autoneameava “Noticiário Avariado, Telegrafia sem Arame, Chronica Epidêmica”, como podemos observar abaixo:

Figura 11 - *Fon-Fon*, Anno I, n.1, 13 de abril de 1907



Legenda: “Semanário, alegre, político, crítico e esfusante. Noticiário avariado, telegrafia sem arame, chonica epidemica. Tiragem: 1000.000 kilimetros por ora”.

Fonte: *Fon-Fon*, Anno I, n.1, 13 de abril de 1907.

⁹⁷ VELLOSO, Monica Pimenta. Op. cit., p. 58.

Semiranis Nahes destaca que “o título proclama, como marca de progresso, um ruído novo para a cidade, o das buzinas dos automóveis da capital que se industrializava vertiginosamente”⁹⁸. Porém, mesmo com toda a temática voltada para o público leitor feminino, as mulheres não aparecem no logotipo da revista, que representa os novos tempos, do mundo dos negócios, das máquinas e da rapidez. O domínio do espaço público era masculino. O periódico semanal carioca circulava aos sábados e custava 400 réis no Rio de Janeiro e 500 para fora do estado. Era responsável por informar aos leitores tudo sobre a moda em Paris, além de registrar o cotidiano da sociedade carioca em notas e charges. O grupo que fundou a revista era integrado pelos intelectuais simbolistas: Lima Campos, Gonzaga Duque e Mário Pederneiras. Estes compartilhavam um projeto comum, se dedicavam a discutir a condição humana e se aventuravam na pesquisa de novas linguagens em matéria de criação artística. Produziam também muitas crônicas-versos, traduzindo em textos os novos costumes que surgiam no cotidiano carioca. Neste sentido, a *Fon-Fon* era, então, uma revista amplamente feminina escrita majoritariamente por homens.

Em 1915, o periódico mudou de proprietário e direção. Sérgio Silva passou a ser o editor proprietário e assim se manteve até o último número. A Mário Pederneiras, que havia ficado sozinho na direção da revista, juntaram-se Álvaro Moreira (como diretor), Hermes Fontes, Olegário Mariano, Felipe d’Oliveira, Homero Prates, Rodrigo Otávio Filho, Ronald de Carvalho, Paulo Godói, Rui Pinheiro Guimarães e Ribeiro Couto. A revista contou também com a colaboração de Gustavo Barroso, Mario Sette, Oscar D’Alva, Mario Poppe e Bastos Portela. A ilustração passou às mãos de Correia Dias, com eventuais colaborações de outros artistas, como Di Cavalcanti e Fabian. Neste período, observa-se na *Fon-Fon* uma identificação com a atmosfera do movimento modernista, tendência que se acentuou na década de 1920. Durante a Era Vargas, nota-se a intensificação do uso da fotografia e textos informativos, com ênfase no orgulho nacional e no espírito patriótico. Isto se intensifica com o Estado Novo e a entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra, quando boa parte dos textos exaltam o espírito guerreiro do brasileiro. É possível notar que ao longo de toda a existência da revista, não havia espaço definido para as seções. O que se via eram assuntos soltos; apenas a capa tinha espaço definido no periódico. As propagandas algumas vezes eram colocadas no início da revista, mas também apareciam no final ou até mesmo divididas entre o início e o fim das páginas. Estas eram destinadas a produtos variados que iam de remédios a

⁹⁸ NAHES Semiranis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007, p.100.

lojas de vestuário “elegante” para as senhoras, suas crianças e maridos, além dos cosméticos destinados ao público feminino. Assim, não havia uma ordem de distribuição dos textos, provavelmente os assuntos eram distribuídos segundo a ordem de importância para os redatores.

Na revista aparecia por semana, em cada edição, um conto diferente, com diferentes autores, normalmente no início, mas havendo variações. O editorial de publicação vinha abaixo do logotipo. Mesmo não seguindo uma ordem jornalística, o periódico possuía seções fixas. Eram estas: “Caixa de gasolina”, onde os redatores respondiam as correspondências que chegavam até o periódico; o “Esboços: o Rio elegante”, crônicas que falam principalmente do papel da mulher na sociedade (esposa, mãe e educadora e protetora do lar); e o “Rio em flagrante: nossos estanteados”, que eram fotos de pessoas da classe dominante carioca, mulheres, homens e crianças que circulavam pelas avenidas do Rio de Janeiro. “Fon-Fon no cinema”, coluna dedicada aos principais filmes do período juntamente com os atores e atrizes principalmente do cinema americano. As colunas “Block-notes mundial”, “Notas mundanas” e “Perfis internacionais” comentavam os eventos considerados importantes nacional e internacionalmente. Existiram até 1930, quando foram extintas e substituídas por “Mozaicos”. Deve ser destacada uma sessão responsável por criticar os comportamentos das pessoas no cotidiano do Rio de Janeiro: “Trepações” que permaneceu até o fim da revista. Abaixo apresentamos um de seus trechos:

O homem misterioso aparece invariavelmente depois da meia noite na rua deserta do bairro chic, salta do automóvel e penetra numa casinha simples, onde supunhamos morar gente morigerada. Entretanto, quem vê cara não vê coração... A garota de physionomia doce, tranquilla, olhos rasgados, negros, inspira confiança, e ninguém seria capaz de suspeitar que tivesse coragem de permitir visitas nocturnas o seu lar, quando o companheiro está ausente. Mas, temperamento ardente, ella não quer saber de viver como sombra perdida no interior da sua casinha modesta e vazia. O homem logrou vencer a partida, sem difficuldade, por que chegou no momento preciso, e todos sabem que a occasião faz o ladrão... Por isso, depois da meia noite, o automóvel apparece, abre-se o portão e a rua cae na pacatez habitual...⁹⁹

Analisando o trecho acima, percebemos que a revista tinha uma visão machista sobre a mulher. Quando o texto afirma que a mulher de aparência “doce, tranquila, olhos rasgados, negros, inspira confiança”, percebemos um estereótipo angelical, recatado, característico das mulheres consideradas “dignas”. Entendemos o relato como algo que os leitores deveriam

⁹⁹ “Trepacoes”. *Fon- Fon*, Anno XXVI ,n.11. 12 de março de 1932.

achar graça e, ao mesmo tempo, deveria ser visto como imoral, principalmente por parte das mulheres.

A *Fon-Fon*, como as outras revistas, também utilizava de estratégias para reafirmar os limites sociais impostos às mulheres, já que estavam cada vez mais ganhando espaço público. Ela servia como uma forma de controle social, de suas ações e pensamentos. Por ser uma revista feminina, foi um importante canal de informações, colaborando, assim, para a manutenção do poder patriarcal. Suas colunas e seções eram então voltadas para este objetivo de conter corpos femininos em padrões existentes. Portanto, ao anunciar as novidades do período vivido, tinha-se uma estratégia para, quando possível, moldá-lo de acordo com seus interesses.

Desta forma, entendemos que a divulgação de fotografias e outros conteúdos mostrando a maior participação feminina no cenário político, como vimos anteriormente, não seria para incentivar a ampla participação das mulheres na política, mas sim, uma tentativa de orientar/controlar suas atuações neste espaço. Cabe ressaltar que, mesmo após a conquista do voto feminino em 1932, grande parte das mulheres brasileiras continuaram excluídas desse processo em razão do analfabetismo. Entre as analfabetas, a superioridade numérica era de mulheres negras que, por seu passado histórico escravista, tiveram o acesso à educação restrito por mais tempo do que a mulher branca rica, como destaca Susan K. Besse: “Fora dos centros urbanos, o peso da tradição era ainda muito mais forte. As mulheres de pequenas cidades e da zona rural tinham pouco ou nenhum acesso à educação superior e a bons empregos pagos”¹⁰⁰. Portanto, além do problema estrutural patriarcal, temos o racismo e a questão de classe. Assim, a julgar pelo número de eleitas, a participação política ainda foi pequena. Para tratar da pouca presença das mulheres no cenário político nacional, recorreremos ao que diz Lená Medeiros:

Com relação ao Senado da República, uma mulher só assumiria assento em 1979, quando Eunice Michiles ocupou a cadeira; no caso da prefeitura, a primeira mulher a governar uma capital brasileira foi Maria Luiza Fontenelle, no ano de 1985; (...) no governo estadual, o destaque vai para Iolanda Fleming, como vice-governadora do Acre, em 1982. Em 2010, foi enfim, eleita a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. Reeleita, porém, acabou deposta no segundo mandato. (...) Paira no ar, ademais uma indagação: até que ponto o fato de uma mulher ocupar a presidência pesou nas articulações que levaram à sua deposição?¹⁰¹

¹⁰⁰ BESSE, Susan K. Op. cit., p. 194.

¹⁰¹ MENEZES, Lená Medeiros de. “Feminismo(s): reflexões sobre silêncios, resistências e descontinuidades”. MAGALHAES, Livia (org.). *Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017, p. 33.

Neste sentido, é preciso destacar a importância da constante vigilância dos direitos femininos conquistados, pois, segundo Susan K. Besse, a própria Bertha Lutz, após a conquista do voto, afirmava:

(...) o sufrágio feminino não é o fim em si mas um instrumento a ser usado para melhorar o status das mulheres. Acrescentava que os ganhos recentes eram precários e a real batalha ainda estava à frente: as mulheres ainda não tinham entrado na Terra Prometida¹⁰².

Alertando as feministas sobre a necessidade de uma revolução permanente de costumes, leis e hábitos, Bertha Lutz enfatiza que a oposição também seria constante e das mais variadas formas, o que exigiria uma resistência “energética e eficaz”¹⁰³. Pouco tempo depois, em 1936, Bertha Lutz toma posse como deputada federal. Porém, no ano seguinte, no contexto histórico de fascismos e entre guerras, a continuidade do processo de inclusão foi interrompida pelo Estado Novo (1937-1945), no qual Vargas dissolveu o Congresso, suspendeu as eleições, acabou com os partidos políticos, impôs a censura à imprensa e redigiu uma nova Constituição. Assim, muitas das garantias adquiridas pelas feministas foram perdidas antes mesmo de serem implementadas. Seus argumentos democráticos liberais eram inúteis em uma ditadura. O que Bertha Lutz alertava às mulheres não demorou a acontecer e logo se viram de pés e mãos atadas, certamente pensando como poderiam resistir a esse momento histórico. A FBPF foi suspensa, enfraquecendo o movimento feminista do período e distanciando os planos de mudanças significativas que pudessem ocorrer no status e na consciência das mulheres. Partindo desta análise, até quando o movimento feminista é silenciado? Havia mulheres que neste período de Estado autoritário resistiram?

A fim de compreender a importância do feminismo e suas demandas no século XXI, precisamos analisar o passado e, ao estudar essas três revistas, visamos participar do movimento de recuperação das narrativas femininas, destacando que estas mulheres fazem parte de um processo de reescrita da história. Segundo Michelle Perrot¹⁰⁴, o silêncio sobre a história das mulheres é relacionado ao seu silenciamento nas esferas políticas por muito tempo percebidas como locais exclusivos do poder masculino. Sendo assim, a busca por relações igualitárias na sociedade entre homens e mulheres segue sendo uma pauta presente e

¹⁰² BESSE, Susan K. Op. cit., p. 189.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

compreender qual o papel da imprensa nestas construções simbólicas de desigualdades de gênero é ainda um tema relevante e, quiçá, urgente.

No próximo capítulo, analisaremos as vozes femininas na imprensa no período de 1910 a 1950. Trazemos alguns questionamentos, como: Qual comportamento elas consideravam ideal para a mulher na modernidade? Elas reforçam os papéis sociais de gênero? Ou mostram as mulheres como sujeitos históricos com direito de fala? Como elas percebiam o feminismo? Quais espaços foram conquistados por elas? Abordaremos, principalmente, a inserção feminina no mundo do trabalho e quais meios foram utilizados para sua maior participação. Quais profissões foram alcançadas por elas? Além disso, refletiremos também, sobre as representações do feminismo nas revistas, analisando seus posicionamentos em relação ao avanço do movimento no Brasil e suas reivindicações. Assim, daremos sequência às questões que norteiam essa pesquisa no que se refere às formas de resistência e às conquistas femininas na primeira metade do século XX.

2 VOZES FEMININAS, TRABALHO E REPRESENTAÇÕES DO FEMINISMO NA IMPRENSA

2.1 Do lar e das fábricas: A inserção da mulher no mercado de trabalho e a imposição da manutenção dos deveres naturais do “belo” sexo

As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível¹⁰⁵.

O trecho acima, de Michelle Perrot, destaca a invisibilidade do trabalho feminino durante décadas, pois se tratava do trabalho doméstico, não remunerado, desvalorizado e não reconhecido. E as mulheres negras e pobres, historicamente trabalhavam para garantir sua sobrevivência. Isto se dava em razão da naturalização deste trabalho como um dever feminino. Segundo Maria Rita Khel, estas ideias foram defendidas no século XVIII pelos pensadores iluministas e teriam permanecido no século XIX:

Os defensores da sujeição feminina do século XIX seguiram os argumentos de Rousseau e Kant, segundo os quais a mulher é um animal selvagem que é preciso domar com mão de ferro para que ela possa, pacificada, encarregar-se da paz doméstica¹⁰⁶.

Dialogando com a autora, acreditamos que a justificativa para a reclusão feminina dos iluministas, tenha percorrido ainda mais tempo e permanecido no século XX, pois muito do que analisamos está de acordo com essa ideia, mesmo com as mudanças ocorridas na virada do século XIX para o XX. Nesse período, juntamente com os avanços tecnológicos, as ideias libertárias, possibilitando acessos social, político e econômico antes não conquistados por determinados grupos sociais, o patriarcalismo se manteve e a mulher continuava sendo vista como inferior.

Apesar das transformações do período, o medo da mulher alcançar maior liberdade e fugir aos padrões exigidos foi se tornando cada vez maior. Com ele, a exigência da

¹⁰⁵ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015, p.109.

¹⁰⁶ KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 58.

manutenção dos padrões sexistas se fortalece. No que se refere ao mundo do trabalho, várias alterações ocorreram. O trabalho é incentivado, sendo percebido como forma de dignificação do indivíduo e de liberdade na medida em que, por meio dele, seria possível criar e transformar as coisas. Segundo Todorov, na modernidade o trabalho oferece o reconhecimento social do indivíduo, pois:

No trabalho o indivíduo obtém não só um salário para sua subsistência, mas também um sentimento de utilidade, de mérito, aos quais se acrescentam os prazeres da convivência: procura existir, mais ainda do que viver. O descanso físico pode ser bem vindo, mas a ausência de reconhecimento gera angústia. Dar um sentido e ter prazer no trabalho é, sem dúvida, mais útil do que multiplicar as horas de lazer¹⁰⁷.

Neste sentido, o autor destaca que o trabalho pode ser uma atividade libertadora e, assim, tornar-se um dos fatores de autorrealização humana. Concordamos com o autor no que se refere, por exemplo, aos homens e mulheres brancos e da classe dominante reforçando as ideias capitalistas de meritocracia, pois, como afirma Marialva Barbosa, foi preciso criar um novo tempo e uma “nova representação para o trabalho, numa sociedade saída da escravidão; o que era desvalorizado precisa agora ser valorizado”¹⁰⁸. Em relação às mulheres, foco da nossa pesquisa, acreditamos que a modernidade do século XX trouxe vários motivos para sua maior inserção no mercado de trabalho, pois segundo Susan K. Besse:

Na década de 1910, as mulheres de classe média e até de classe alta urbanas estavam cada vez mais participando, juntamente com as mulheres pobres, da mão de obra assalariada. Isso era resultado de uma associação de fatores: a passagem gradativa da produção doméstica para o mercado e o conseqüente declínio do valor econômico do trabalho doméstico das mulheres, a situação econômica precária da crescente classe urbana, esmagada pelas altas taxas de inflação e pela pressão para consumir os produtos e serviços da economia de mercado que se expandia rapidamente, a procura cada vez maior de funcionários no setor de serviços, e a adoção pelas próprias mulheres do valor burguês do trabalho, o que promovia seu desejo de maior auto-suficiência econômica e realização profissional¹⁰⁹.

Por esses motivos, acreditamos que a sensação de reconhecimento e realização vindos do trabalho, em primeiro momento, como já enfatizamos, era uma busca e uma visão da classe média e alta e não das classes populares. Isto, porque em uma sociedade racista, classista e patriarcal, as ocupações no mercado de trabalho ocorreram de formas diferentes,

¹⁰⁷ TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Campinas: Papyrus, 1996, p. 100.

¹⁰⁸ BARBOSA, Marialva. Op. cit., p. 129.

¹⁰⁹ BESSE, Susan K. Op. Cit., p. 143.

assim como suas aspirações. Homens e, principalmente, mulheres negras e pobres, possivelmente tinham uma ideia distante do reconhecimento vindo pelo trabalho, em razão das heranças escravistas e da não inserção do negro na sociedade como cidadão ou trabalhador assalariado qualificado após a abolição da escravidão. Então, evidentemente, a questão do reconhecimento social não se apresenta de uma mesma forma em toda a sociedade brasileira. Trata-se de uma sociedade que investia em apagar o passado colonial e escravista, mas, ao mesmo tempo, mantinha marcas patriarcais e paternalistas como forma de controle e manutenção das hierarquias e da ordem social. Neste contexto, nas sociedades “modernas”, o reconhecimento é alcançado com a conquista do prestígio e do sucesso, como afirma Todorov:

Essa corrida ao sucesso provém do reconhecimento de distinção. Este, porém, não é desconhecido na sociedade tradicional: toma a forma de uma aspiração à glória ou à honra, que assim consagram a excelência pessoal. (...) Na sociedade moderna, (...) é a busca de prestígio. (...) Em suma, a sociedade tradicional favorece o reconhecimento social enquanto a sociedade moderna concede a todos os cidadãos reconhecimento político e jurídico (todos tem os mesmos direitos, o que contrasta com os sistemas de privilégios que regem as sociedades hierárquicas), ao mesmo tempo em que valoriza a vida privada, afetiva e familiar¹¹⁰.

Portanto, o sucesso estava relacionado com a vida privada, pública, afetiva e familiar, ostentada nas revistas, jornais e eventos sociais, valorizando a distinção e aspirando à honra. Os valores sociais, o reconhecimento, o sentimento de pertencimento e a alteridade são elementos essenciais para se compreender a sociedade carioca do início do século XX, o que envolve uma relação direta entre o moderno e o tradicional¹¹¹. Assim, a maioria dos negros no Brasil neste período continuava assumindo funções subalternas e sendo pouco remunerada por isso. Sobre a redefinição do trabalho das mulheres na sociedade moderna, o trabalho doméstico, realizado no espaço privado, dentro de suas casas, continuava sendo o lugar prioritário de sua atuação. Porém, a figura da mãe burguesa jamais poderia ser equiparada à da mãe operária; ou da mãe pobre que trabalhava para garantir o sustento familiar, pois como afirma Camila Ferreira:

O trabalho era necessário para garantir alimento e residência, o sustento das crianças e a mínima dignidade possível. A sociedade machista enganava-se ao acreditar que o homem era o maior e único responsável pela obtenção de recursos para a chefia

¹¹⁰ TODOROV, Tzvetan. Op. cit., p. 99.

¹¹¹ FERREIRA, Vívian Marcello. *Moda e condição feminina nas páginas da revista Fon-Fon (1910-1920)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social. UERJ/FFP, 2016, p. 27.

familiar financeira. Nas camadas mais miseráveis, o trabalho feminino era não só complemento ao masculino, como muitas vezes mais essencial¹¹².

A visão patriarcal de sociedade considerava o emprego das mulheres um mal necessário, imposto pelas contingências da vida moderna. Insistia-se na ideia de que ele não deveria transformar a consciência feminina, ou a definição de feminilidade, incluindo seus deveres com o lar. Ou seja, se houvesse a necessidade de as mulheres trabalharem por salário, isto deveria ser temporário e não central em suas vidas. E mesmo inseridas no mercado de trabalho, sua função principal seria o serviço doméstico não remunerado e nem reconhecido, pois era considerado algo natural do “belo” sexo. Assim, como destacamos anteriormente, as justificativas filosóficas foram somadas às médicas e científicas, com o objetivo de afastar a mulher do mundo do trabalho, como, por exemplo, em um texto publicado na revista *Careta* em 21 de junho de 1919.

Nele, foi utilizado o discurso de um cientista francês, o professor Jules Amar, para dar legitimidade à posição da revista contra o trabalho feminino. A publicação alega serem as mulheres inferiores aos homens, fisicamente e intelectualmente, ao afirmar que o trabalho feminino “equivale apenas a quarenta por cento do dos homens, e é irregular e descontínuo por causa da intermitência da actividade cerebral”¹¹³. Ao final do texto ainda destaca que as mulheres poderiam tirar proveito de serem inferiores aos homens, pois não precisariam lutar por igualdade em nenhum outro segmento da sociedade, mas somente permanecer no campo dos direitos políticos, pois “a política não é causa séria mesmo”¹¹⁴, então não faria diferença a presença feminina. Entretanto, esse discurso se voltava muito para as mulheres brancas e com boas condições financeiras que escolhiam trabalhar ou não. Mas, e as trabalhadoras pobres, que necessitavam do trabalho para a sobrevivência e não se adequavam a esse arranjo familiar proposto pela ordem burguesa? Elas que viviam em condições precárias em um período onde o progresso era limitado e atendia aos interesses de poucos.

Como vimos no capítulo 1, no início do século XX, a Primeira Grande Guerra abriu espaço para as mulheres iniciarem funções que antes eram desenvolvidas apenas por homens. Na França e na Inglaterra, as mulheres substituíram, na retaguarda, os homens que “foram mobilizados para a frente de batalha. Isso obriga as fábricas a acelerarem a divisão do

¹¹² FIGUEIREDO, Camila Ferreira. “Da moralidade à necessidade: o trabalho feminino na Primeira República e as representações da mulher na revista *Careta*” (org). In: MAIA, Andréa Casa Nova. *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, p. 39.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem.

trabalho e reorganizarem seu espaço, com a criação de locais para aleitamento (...) ¹¹⁵, como relata Michelle Perrot.

No Brasil, como reflexo dos ocorridos no mundo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho começa a crescer. O papel da imprensa neste cenário é muito importante e revela como foi divulgado o processo de mudanças da condição feminina ao longo do tempo, assim como também as posições dos periódicos diante das mesmas. Na década de 1920, a luta pela regulamentação do trabalho feminino ganhava cada vez mais força, principalmente com o movimento feminista sufragista e as greves operárias, como podemos destacar em uma publicação da revista *Careta*, em 9 de maio de 1925:

Figura 12 - *Careta*, Anno XVIII, n. 881, 9 de maio de 1925



Legenda: Uma jovem operaria discursando sobre o 1 de maio.
Fonte: *Careta*, Anno XVIII, n. 881, 9 de maio de 1925.

A fotografia acima aparece avulsa na revista, não havendo explicação sobre a origem do agrupamento nem o local onde ocorreu. Só aparece na foto uma única mulher que aparentemente estava discursando no dia do trabalhador para um público masculino. Ela representa um episódio excepcional, que mostrava o silenciamento da militância feminina no meio operário, pois segundo Michelle Perrot, a mulher operária tinha “dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes” ¹¹⁶. As ações femininas que não se encaixavam no padrão feminino que a revista queria divulgar eram pouco noticiadas, as imagens, com títulos ou legendas, continham poucas explicações a respeito das circunstâncias. Entendemos que isto era parte de uma estratégia para não motivar outras mulheres a agirem da mesma forma, pois, como afirma Roger Chartier, as

¹¹⁵ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Op. cit., p. 120.

¹¹⁶ Idem, p. 186.

“representações sociais”, visualizadas nas imagens fotográficas, charges e nos artigos da revista, “não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”¹¹⁷.

Porém, as estratégias sociais utilizadas pela imprensa, para afastar as mulheres do espaço público, não conseguiram calar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que manteve sua posição em defesa das reivindicações das operárias. Em 1924, a FBPF lançou um manifesto protestando contra a ausência de mulheres do Conselho Nacional do Trabalho. Este manifesto contou com o apoio do movimento dos trabalhadores onde se conseguiu cerca de 700 assinaturas de mulheres em apoio à monção da FBPF. O texto do manifesto dizia o seguinte:

1. À mulher brasileira seja dada, como a mulheres de outras nacionalidades, nos seus respectivos países, representação profissional no Conselho Nacional do Trabalho.
2. Seja proporcional a representação que lhe for [dada] entre os membros do Conselho Nacional do Trabalho com exercício do voto e no que se refere ao Quadro Administrativo sejam confiados a uma representante do sexo feminino habilitada aos assuntos referentes ao trabalho dos menores e da mulher¹¹⁸.

A atuação das sufragistas, que tinha na obtenção do voto feminino o seu maior objetivo, não excluía a necessidade de legalizar as relações trabalhistas em defesa do operariado, mantendo acesa a chama da regulamentação do trabalho da mulher, que ocorre em 17 de maio de 1932, com o decreto n. 21.417-A. Segundo Giselle Martins Venancio, esta é considerada a mais importante medida sobre o trabalho feminino no período:

Proibiu-se o trabalho feminino em atividades insalubres, quando depreendessem emanações nocivas, vapores ou poeira, na maior parte dos ramos químicos, com produtos voláteis ou inflamáveis. (...) em lugares profundos, a afiação de instrumentos ou peças metálicas, e a fabricação ou transporte de explosivos. Proibia-se o trabalho de mulheres grávidas quatro semanas antes e quatro semanas após o parto; e, diante do atestado médico assinalando complicações de saúde, as quatro semanas poderiam ser ampliadas para seis. Permitia que a mulher rompesse o contrato de trabalho sem qualquer obrigação, desde que estivesse grávida. Em caso de aborto não criminoso, eram concedidas duas semanas de descanso. Previam-se ainda dois intervalos de descanso diário em caso de amamentação nos seis primeiros meses de vida do bebê e creches em locais onde trabalhavam mais de 30 mulheres.

¹¹⁷ CHARTIER, Roger. “Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

¹¹⁸ LUTZ, Bertha. *O trabalho feminino: a mulher e a ordem econômica e social*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937, p. 88-89.

O decreto estabeleceu ainda a norma do salário igual para o trabalho igual, independente do sexo do trabalhador¹¹⁹.

Estabeleceu-se por essa lei, a proibição do trabalho noturno das mulheres, antiga reivindicação do movimento dos trabalhadores. A proibição do trabalho noturno e os benefícios para os períodos de gravidez e amamentação eram pontos consensualmente aceitos, nesse momento, tanto pelo empresariado, que enfrentava problemas em relação a essas questões, quanto pelos operários, que viam com bons olhos a ideia de proteção à família. Podemos perceber essa tendência da proteção à família também no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, com destaque para dois artigos publicados: o primeiro em novembro de 1934 e o segundo em abril de 1937:

(...) a consequência do trabalho feminino para a fecundidade foi a diminuição dos nascimentos (...) A mãe ativa é quase sempre forçada a negligenciar os cuidados com a família, os filhos e a educação. É fato notório que a mortalidade infantil se tornou muito elevada onde o trabalho feminino se tornou geral¹²⁰.
A regulamentação do trabalho das mulheres adultas (...) é um progresso da legislação social. Anteriormente a mão-de-obra feminina era considerada como mercadoria inferior que podia ser remunerada por preço menor que o trabalho do homem. O maquinismo, entretanto, supriu a debilidade natural da mulher¹²¹.

Ao analisar esses dois artigos, percebemos que se mantém como embasamento da lei, a defesa da família e da moral feminina. Em 1932, O Estado brasileiro teve que trabalhar com uma realidade concreta: as mulheres já ocupavam o mercado de trabalho regulamentado a partir daquele ano. Sendo assim, partiram para um outro tipo de estratégia: a culpabilização da mulher devido a sua inserção no mercado de trabalho, refletindo na menor taxa de natalidade e maior de mortalidade infantil. No ano de 1937, a tática utilizada era antiga, a de enaltecer algum aspecto do trabalho feminino para então desqualificar ou enfraquecer algum ponto de maior importância para a efetivação do mesmo. Na verdade, o que se pretendia era explorar mais as mulheres no mercado de trabalho, principalmente as operárias. Assim, era reforçado o padrão feminino socialmente exigido pela burguesia, a fim desvalorizar a mão de obra feminina. Neste sentido, era possível haver a manutenção da ideia sexista de que o sexo feminino é frágil e delicado, que impedia as mulheres de exercerem funções iguais as dos homens, ampliando, inclusive, as diferenças salariais.

¹¹⁹ VENANCIO, Giselle Martins. “Lugar de mulher é...na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934)”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, 2001, p.194.

¹²⁰ BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, nov. 1934. n. 1, p. 117.

¹²¹ BRASIL. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, 1937, p. 101.

Isto é notado no início do artigo onde é feito um elogio à regulamentação do trabalho feminino e à defesa da ideia de equiparação dos salários masculinos e femininos para, logo depois, destacar a existência de uma debilidade “natural” da mão-de-obra feminina, certamente associada à ideia de menor força física das mulheres. Estas estratégias utilizadas pelo Estado objetivavam manter sob controle este novo cenário que caracterizava o mercado de trabalho. Na década de 1940, o governo brasileiro estabeleceu a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) passando a regular todas as relações de trabalho. No que se refere à regulamentação do trabalho feminino, a CLT não apresenta grandes novidades no que diz respeito à lei de 1932. As mudanças sobre o trabalho feminino limitaram-se à permissão para a prorrogação da jornada de trabalho por duas horas, com pagamento adicional de 20% para cada hora, desde que autorizada por atestado médico. Pode-se perceber que se mantém como embasamento da lei, a defesa da família e da moral feminina.

Em conjunto com as leis do Estado, as revistas ilustradas tratavam do tema de maneira que não impulsionasse tanto as mulheres a saírem ao mercado de trabalho. Constantemente era enfatizada a importância de se manterem no lar, considerando-se ser este seu lugar de origem. Assim, além da revista mostrar as novidades da modernidade carioca e do mundo, desejava formar uma opinião favorável à desigualdade de gênero e sua naturalização. Colaborando, assim, para o sentimento de culpa nas mulheres que trabalhavam, pois estavam indo contra sua natureza feminina. Para este fim, como afirma Semiranis Nahes, a mesma utilizava principalmente a moda, a literatura e o humor a fim de construir uma imagem de Rio civilizado nos moldes da classe dominante. Aqui observamos que muda a forma, mas não o conteúdo, ou seja, as tradições permanecem principalmente no que se refere ao comportamento feminino:

(...) à medida que o progresso industrial avançava, trazia para a sociedade hábitos modernos a serem seguidos e que podiam facilmente ser “ensinados” pela imprensa. O advento do capitalismo, no Brasil, possibilitou, sem dúvida, o surgimento da imprensa escrita em substituição da imprensa artesanal, que se fazia no país até os primeiros trinta anos do século passado. Porém, ser moderno na forma não significava ser moderno no conteúdo. É o que se vê em *Fon-Fon*. Mesmo utilizando recursos como a fotografia, a informação por meio da imagem no lugar da ilustração que a caracterizou nas décadas de 10 e 20¹²².

As mudanças no comportamento feminino nas primeiras décadas do século XX incomodaram muito os conservadores, pois era recente a aparição de mulheres jovens das camadas médias e altas nas ruas da cidade. Esta liberdade teria seu preço. Foram impostos

¹²² NAHES, Semiranis. Op. cit., p. 107.

sobre elas códigos de conduta e bons costumes e a imprensa funcionou como um canal de transmissão destes valores. Para que a mulher “(...) a todos imponha o devido respeito”¹²³, tinha que ser “sensata, principalmente se fosse casada, evitasse sair à rua com um homem que não seja seu pai, irmão ou marido”¹²⁴.

A vida urbana do Rio de Janeiro neste período, era composta por “imigrantes, egressos da escravidão, trabalhadores pobres, operários e representantes das aristocracias rurais vindos do campo para a cidade”¹²⁵. Intelectuais conservadores da época os culpavam de manchar a ordem social, quebrar os costumes e inserir as mulheres em novas rotinas, além de modificar as relações entre elas e os homens. Para conter as mulheres brasileiras, foram elaborados rígidos papéis sociais de representações de comportamento feminino ideal, limitando a sua existência a fim de enquadrá-las como donas de casa, mães e modelos a serem seguidos.

Como podemos observar na publicação da revista *Fon-Fon* do dia 26 de março de 1941, a notícia em destaque era: “Um dia com as ‘Kitty Foyle’ brasileiras”. O título remetia a um filme norte-americano de Hollywood que fez muito sucesso na década de 1940 no Brasil e no mundo. É importante destacar que os filmes não só proporcionavam uma atividade de lazer como ainda conquistavam a imaginação popular. Segundo Susan K. Besse, eles apresentavam um novo mundo dos astros, com modos de vida e valores culturais dos EUA, assim as mulheres frequentadoras de “cinema passaram a ter como modelos e exemplos as melindrosas e sensuais atrizes e as moças independentes que trabalhavam fora de casa. Os astros se tornavam heróis e símbolos da vida moderna”¹²⁶.

O enredo do filme é construído a partir da protagonista Kitty Foyle (Ginger Rodgers) que interpreta uma secretária de um socialite da Filadélfia, Wyn Stratford. Na trama, ela se apaixona pelo seu patrão e logo pensa ser correspondida, achando que ele a pedirá em casamento. Entretanto, ela decide voltar para Nova Iorque, onde conhece Mark Eisen, que se apaixona por ela, mas Wyn (seu patrão) volta para pedi-la em casamento. Ela, então, terá que decidir o que fazer. Esse romance foi muito comentado pelas revistas da época, refletindo o sucesso do período. Como a atriz principal interpretava uma secretária e na trama havia vários

¹²³ MALUF, Maria; Mott, Maria Lúcia. “Recônditos Do Mundo Feminino”. In: *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras. Editora: Schwarcz, 1998, p. 368-369.

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Ibidem, p. 371.

¹²⁶ BESSE, Susan K. Op. cit., 1999, p. 25.

assuntos polêmicos para a época, como aborto, trabalho, vontade, desejo e decisões femininas, a imprensa teve muitos assuntos para tratar referentes ao filme e às novas funções das mulheres na sociedade. Logicamente, não escolheram temas tão polêmicos, mas, mesmo assim, acreditamos que talvez o cinema tenha sido uma das revoluções modernas das comunicações que contestaram alguns estereótipos e papéis de gênero tradicionais, ao mesmo tempo em que existia uma tentativa de monopólio da informação comandada pelos homens na imprensa.

Segundo as reflexões de Miriam Bratu Hansen, o cinema assume um papel na modernidade, estruturando a percepção e a interação humana, pois “(...) surge como parte de uma cultura emergente do consumo e do espetáculo (que congrega em si) uma efemeridade e obsolescência aceleradas – de sensações, tendências e estilos”¹²⁷. Ou seja, o cinema estimula sensações que interferem diretamente na percepção dos espectadores, promovendo “um novo viver social que extrapola o âmbito econômico e político atingindo culturalmente a preferência social dos sujeitos históricos”¹²⁸. Neste sentido, a *Fon-Fon* inicia uma série de entrevistas com secretárias brasileiras, tomando como referência o filme para relatar as mudanças do período no país. Na matéria escrita pelo jornalista O. Gold, foram entrevistadas duas secretárias de empresas diferentes no Rio de Janeiro. A primeira entrevistada trabalhava para um dos diretores de uma empresa de Turismo, se chamava Vera Maria Amelia Teixeira Mendes. Foi perguntado como ela encarava o trabalho feminino e se o considerava bem remunerado. Ela respondeu:

- Encaro o trabalho feminino como deve ser encarado todo trabalho: um dever moral e uma fonte de renda. Sob o ponto de vista moral, talvez tivessem as mulheres melhor ambiência nos seus próprios lares. Sob o ponto de vista econômico, era de se estimar que a produção feminina fosse melhor recompensada. A remuneração do trabalho masculino tem sido sempre maior, embora as mulheres façam o mesmo ou mais do que os homens... Mas dizem que o homem é chefe de família e precisa ganhar mais. É porque não conhecem o drama de muitas mulheres que trabalham para sustentar seus filhos, seus pais velhos ou enfermos, e muitas vezes, o próprio marido... Contudo, também há moças que trabalham apenas para o seu luxo. São contrastes que confundem a situação em prejuízo da maioria¹²⁹.

¹²⁷ HANSEN, Miriam Bratu. “Estados Unidos, Paris, Alpes: Kracauer (e Benjamin) sobre o cinema e a modernidade”. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. (Orgs.). *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p. 498.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ “Um dia com as ‘Kitty Foyle’ brasileiras”. *Fon-Fon*. Anno XXXV, n. 12, 26 de março de 1941.

A segunda entrevistada trabalhava na empresa “McCann-Erickson Corp. Of Brasil”¹³⁰ e se chamava Maria Ines Rinaldi. O jornalista perguntou o que ela achava “sobre a invasão da mulher nas zonas outrora ocupadas por homens”¹³¹. Ela respondeu ser uma “realidade criada pelas necessidades da época”¹³², não havendo por que as mulheres deixarem seus empregos para os homens, já que elas eram mais “eficientes, substituindo o homem com vantagem”¹³³. Foi perguntado também o que ela faria se pudesse deixar de trabalhar. Ela respondeu:

- Se eu deixasse de trabalhar, reservaria algumas horas para passa-las numa instituição infantil, numa creche, de preferência. Adoro crianças. Trataria de ser uma boa dona de casa. Estudaria línguas. São apenas sonhos, que dificilmente se realizarão, a não ser que eu tire a sorte grande, o que é muito pouco provável, pois raramente a ela me habilito, ou então casando-me¹³⁴.

Nas duas entrevistas é possível perceber a condução das perguntas do jornalista aos temas que a revista estava interessada em saber, como o trabalho feminino espontâneo (realização pessoal) ou obrigatório (necessidade); a diferença salarial entre homens e mulheres; o trabalho feminino podendo interferir no casamento; tipos de trabalhos específicos para a mulher e se o trabalho feminino seria tão eficiente quanto o do homem. Nas respostas das secretárias, são apresentados sentimentos ambíguos, de mistura de interesse/satisfação em fazer parte do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, um sentimento de “culpa” por estar ali, e não nos seus lares cuidando dos filhos, família, ou arranjando um bom casamento (que segundo a entrevistada Maria Ines Rinaldi, seria motivo para parar de trabalhar).

A ampliação da presença das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança significativa na história. O trabalho, fora de casa, constituiu um importante mediador para que as mulheres exercessem atividades além dos muros de suas residências, ocupando posições sociais e determinadas atividades profissionais, até então alcançadas majoritariamente pelos homens. Nas entrevistas da revista *Fon-Fon*, percebemos que as concepções machistas do período fortaleceram paradigmas de discriminação que não entendiam a mulher como produtora e trabalhadora. Isto mostra o quanto a visão patriarcal se mantinha no início da República no Brasil, limitando o acesso feminino aos espaços

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem.

considerados de domínio masculino. Para Margareth Rago, a construção do papel feminino voltado para o lar e a família, e a manutenção da valorização deste modelo, colaborou também para a desvalorização profissional da mulher:

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido¹³⁵.

Percebemos nas entrevistadas que a necessidade econômica era a justificativa mais utilizada para o emprego feminino, as mulheres entrevistadas possivelmente eram oriundas das classes médias urbanas e brancas. Cabe aqui destacar que a atuação feminina variava de acordo com a classe social. Não objetivamos desmerecer a conquista de espaço dessas mulheres ou duvidar de suas reais necessidades financeiras. Tratamos da condição de escolha que muitas dessas mulheres tinham em trabalhar ou não. Algo que uma mulher pobre não tinha, pois se para essas mulheres era difícil a luta para conseguir espaço na sociedade e no mundo do trabalho, para a mulher negra e pobre era quase impossível escapar das limitadas funções destinadas a elas (na maioria das vezes, trabalhos desqualificados marcados pelas heranças da escravidão). Como afirma Margareth Rago:

Às mulheres ricas, as exigências de um bom preparo e educação para o casamento, tanto quanto as preocupações estéticas, com a moda ou com a casa, reclamam sua frequência nos novos espaços da cidade, como nas escolas então criadas para os filhos das famílias abastadas. Às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam como alternativas possíveis e necessárias¹³⁶.

Nesse sentido, poderiam as mulheres pobres seguir o padrão de mulher burguesa? As mulheres pobres historicamente ocupavam as ruas para trabalhar. Como afirma Silvia Fávero Arend, “grande parte delas começavam entre os 9 e 10 anos a trabalhar como babás e, com o avançar da idade, tornavam-se empregadas domésticas”¹³⁷. Elas atuavam também como ambulantes, nas fábricas e mais tarde nos setores comerciais (lojas e casas elegantes):

Entre as populações femininas pobres, rurais, e urbanas, além dos processos relativos ao corpo (a menstruação e a gravidez), o que continuava a demarcar o

¹³⁵ RAGO, Margareth. Op. cit., p.91.

¹³⁶ Ibidem, p. 88.

¹³⁷ AREND, Silvia Fávero. “Meninas: trabalho escola e lazer”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). In: *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 76.

ingresso na mocidade era o fato de a menina estar apta para trabalhar (na maioria das vezes entre os 10 e 13 anos), especialmente fora de casa¹³⁸.

Estes empregos apareciam como alternativas possíveis e necessárias para mulheres que também sofriam com a vigilância e a desqualificação da sociedade, pois:

As classes mais baixas também deveriam ser educadas para que as desordens amorosas não desembocassem em desordem social. A população pobre, de trabalhadores imigrantes, negros e mulatos, passou a ter seu comportamento fiscalizado, criticado e, na medida do possível, submetido a intervenções por parte de autoridades religiosas, intelectuais e do Estado¹³⁹.

É possível perceber, então, que estas mulheres e suas famílias também eram pressionadas pelas instituições que, segundo Bourdieu, eram de grande importância na manutenção da ordem dos gêneros: a família, a Igreja e a escola. Para o autor, estas são “(...) objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes”¹⁴⁰. Neste contexto, segundo Camila Figueiredo, as mulheres pobres e negras, distantes deste projeto burguês de destaque aos estereótipos da “mulher moderna”, eram consideradas imorais e envolvidas em escândalos relacionados ao sexo, pois a “perda da virgindade antes do casamento e a possibilidade de conceber filhos bastardos eram condenações às jovens, que seriam julgadas como ‘mães solteiras’”¹⁴¹.

Portanto, havia um projeto idealizado para que as classes sociais se encaixassem no padrão considerado pelos conservadores da moderna ordem burguesa como civilizado e moderno. O controle masculino sobre a sexualidade feminina era feito de formas estratégicas, a imprensa auxiliou na divulgação de padrões morais que tinham que ser seguidos pelas mulheres. Assim, era possível afastá-las ou controlá-las no espaço público, interferindo em vários aspectos de sua vida, inclusive na sua independência, vontade ou necessidade de participar do mundo do trabalho. Estes padrões morais afetavam ainda mais as mulheres

¹³⁸ RAGO, Margareth. Op. cit., p. 76.

¹³⁹ PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos rígidos”. Op.cit., p. 479.

¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014, p. 119.

¹⁴¹ FIGUEIREDO, Camila Ferreira. Op. cit., p. 49.

pobres, pois “promovia, entre as mais ingênuas, a convicção de que se não podiam ser santas, só lhes restava ser putas”¹⁴², como afirma Claudia Fonseca.

Devido à pressão social imposta a essas mulheres, muitas cederam por se sentirem hostilizadas e, por não terem outra opção, acabavam se prostituindo. Margareth Rago destaca que isso acontecia constantemente, com as “não casadas das classes proletárias, que exerciam anteriormente atividades de floristas, costureiras, operárias, domésticas, artistas de teatro, entre outras”¹⁴³. Acreditava-se também que as festas populares como o carnaval, “numa cidade quente e úmida, como o Rio de Janeiro, onde predomina o temperamento nervoso de seus filhos cujo o produto não é nada menos do que uma imaginação ardente”¹⁴⁴, promoviam a libertinagem feminina. Portanto, o mundo do trabalho e o espaço público eram muito mais cruéis e difíceis para as mulheres pobres e negras do que para as mulheres mais abastadas e brancas. Isto mostra a força do patriarcalismo na sociedade que, de diferentes maneiras, buscava restringir e controlar os espaços e vidas das mulheres pobres, ricas, negras e brancas. De acordo com Rachel Soihet:

As crenças tradicionais sobre o corpo e a sexualidade humana são utilizadas para ratificar os pressupostos de desigualdade entre os sexos ao nível social. Ultrapassa-se a concepção quanto a semelhanças estruturais entre o corpo masculino e feminino e a homologia dos órgãos genitais, cuja diferença se pensava residir apenas em estar oculto nas mulheres, o que nos homens era aparente¹⁴⁵.

Ou seja, no projeto de modernidade a atuação feminina na sociedade era contida. Por diferentes meios, apesar das diferentes classes sociais, todas eram vigiadas, controladas, reprimidas e inferiorizadas de alguma maneira. Assim, a partir das diferenças nos órgãos genitais feminino e masculino, foram estabelecidas estruturas para indicar as ocupações de cada sexo: a esfera privada para as mulheres e a pública para os homens. No mundo do trabalho, esse conceito foi aplicado pelos empregadores que fizeram a divisão por gênero conforme a necessidade e a expansão do setor de serviço. Estes determinavam as funções que seriam assumidas pelas mulheres, declarando que estas estavam “naturalmente” qualificadas a preencherem os novos postos de professoras, enfermeiras, secretárias, assistentes, balconistas,

¹⁴² FONSECA, Claudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 529-530.

¹⁴³ RAGO, Margareth. Op. cit., p. 118.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 117.

¹⁴⁵ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 20.

telefonistas, entre outras funções que remetiam ao cuidado e à organização. Neste sentido, grande parte das funções e lugares não qualificados pertenciam às mulheres. Como afirma Susan K. Besse:

No setor comercial, os empregadores concordavam que o trabalho da mulher era mais eficiente, mais seguro e mais rápido (e também mais barato) na execução de tarefas repetitivas que não exigissem tomada de decisões, inovação ou responsabilidade (habilidade que se supunha serem difíceis para as mulheres, dada sua natural “timidez”)¹⁴⁶.

A divisão do trabalho estabeleceu-se assim com a justificativa de que as mulheres não detinham o conhecimento técnico para supervisionar os serviços devido a uma condição natural feminina. Nesse sentido, voltando para a análise da matéria da *Fon-Fon*, podemos destacar outra forma de desvalorização do trabalho feminino. O jornalista destaca a insatisfação das secretárias entrevistadas com os salários que recebiam, por serem menores que os dos homens, reflexo da construção sexista que coloca o homem na posição de chefe do lar com função principal de sustento da família. Isto serviu como justificativa para a diferença salarial do homem que tinha a mesma função da mulher.

Como vimos até aqui, a inserção das mulheres no mundo do trabalho gerou uma necessidade em aumentar o controle sobre seus corpos no espaço público. Este controle apoiava-se no sistema capitalista de diversas formas: desigualdades salariais, feminização de algumas profissões, desvalorização do trabalho feminino, além de assédios, por acreditarem que estes espaços eram de domínio masculino e não feminino. Todas estas formas e estratégias de desqualificação do trabalho feminino, foram e são motivos para debates públicos. A imprensa, ao mesmo tempo que noticiava as novidades do momento, intensificava os mecanismos de divisão sexual do trabalho e a desvalorização feminina no mercado.

Entendemos desta forma, pois acreditamos que os valores patriarcais do período colonial serviram como referência ao longo da história do Brasil, se mantendo presentes na primeira metade do século XX. Mesmo com as mudanças políticas ocorridas neste período, é possível perceber a presença do pensamento patriarcal. Segundo Carla Bassanezi Pinsky:

(...) na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram “por natureza”, destinadas ao casamento e à maternidade. Considerado parte integrante da essência feminina, esse destino surgia como praticamente incontestável.¹⁴⁷

¹⁴⁶ BESSE, Susan K. Op. cit., p. 148.

¹⁴⁷ PINSKY, Carla Bassanezi. Op. cit., p. 470.

Sendo assim, com o passar dos anos a economia e a política se modificaram, mas as estruturas patriarcais se mantiveram. O conceito de patriarcado, segundo Sylvia Walby, é capaz de “capturar a profundidade, penetração ampla e interconectividade dos diferentes aspectos da subordinação das mulheres”¹⁴⁸, e é a partir dele que analisaremos a condição feminina no país, pois se insere corretamente, a nosso ver, no período estudado.

Nesse sentido, podemos perceber nas revistas como este patriarcalismo estava enraizado na sociedade brasileira. Selecionamos um trecho que expressa o posicionamento da revista *Careta* sobre o trabalho feminino, publicado no dia 21 de janeiro de 1950. O periódico faz uma reportagem sobre formaturas e inicia falando sobre o protagonismo feminino em várias profissões que antes tinham como maioria a formação de homens. Destaca que: “Se isso é para o bem ou para o mal da Humanidade, ainda não se sabe com certeza. A nós parece-nos que será para o mal”¹⁴⁹. Percebemos então, que o periódico demonstra ter uma posição contrária à inserção feminina no ensino superior e no mercado de trabalho, pois era considerado uma “ameaça á única coisa realmente segura que existia no mundo, a família. A mulher, em se fazendo independente, descontrola-se”¹⁵⁰. Notamos também a desvalorização da capacidade feminina e sua ambição por salários iguais ou maiores, estimulando-se ainda o medo nos homens, pois estes poderiam perder seus empregos devido a mão de obra farta e barata da mulher. Afinal, “o trabalho feminino, além de ser mais bem feito do que o homem, também é mais barato. Eva é menos exigente em matéria de retribuição pecuniária”¹⁵¹.

Ou seja, na visão da revista a mulher independente seria descontrolada, servindo como uma ameaça à família. Caso esta sobrevivesse, então o homem ficaria somente com trabalhos desprezados pelas mulheres ou virariam donos de casa com as funções de “varrer, cozinhar, lavar, arrumar, ir á feira e dar de mamar a prole (...)”¹⁵². Notamos a partir do texto, a rejeição masculina ao trabalho feminino e a sua independência. Entendemos esta indignação sob o ponto de vista da perda de controle sobre os corpos femininos, antes assegurado na prisão do privado e neste período avançando e ganhando mais espaços públicos. Com uma metáfora bíblica, a revista se refere à mulher como Eva e ao homem como Adão, mostrando seu olhar

¹⁴⁸ WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990, p. 2.

¹⁴⁹ “Formaturas”. *Careta*. Anno XLII, n. 2.169, 21 de janeiro de 1950.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Ibidem.

cristão sobre ambos, definindo, assim, os papéis de cada gênero. Portanto, o olhar da *Careta* evidencia que a presença feminina nos espaços públicos incomodava bastante, principalmente no mercado de trabalho ao assumir funções iguais as dos homens e conviver no mesmo ambiente que eles.

A sociedade machista do período não aceita que a mulher faça algo para o seu próprio prazer, vontade ou realização. Coloca constantemente uma culpa sobre seus desejos e reforça seus interesses para agradar aos outros e não a si mesma. A partir das fontes, percebemos como foi difícil a aceitação da nova realidade feminina, principalmente devido aos privilégios dos homens na sociedade. Para as mulheres, esse novo espaço de experiência vinha carregado de padrões e expectativas sociais do passado patriarcal que se mantinham juntamente com as novas conquistas. Assim, no mundo do trabalho foram somados os antigos valores vistos como femininos às novas conquistas, como o voto, a atuação em diferentes funções e a independência financeira. A imprensa teve grande contribuição na construção da delimitação do espaço de ação das mulheres. Entretanto, por mais que existissem o silenciamento feminino e as estratégias de controle do comportamento das mulheres, é preciso dizer que houve várias formas de resistência em diferentes classes sociais. Segundo Camila Ferreira Figueiredo, desde “burguesas libertárias e feministas às operárias grevistas, muitas tentaram provar seus interesses em modificar as condições de inserção no cenário social, político e intelectual”¹⁵³.

Destacamos em *O Malho*, na edição de outubro de 1941, no período Vargas, o artigo intitulado “O feminismo brasileiro em movimento”. Nele trata-se da união de mulheres que eram a favor da proteção do trabalho feminino: “Uma prova de que o nosso feminismo está em franco progresso; vemos na União de Classes Femininas no Brasil. Fundada há quatro anos, em 14 de agosto de 1937, essa instituição ampara a mulher que trabalha”¹⁵⁴. As mulheres que participavam deste movimento eram brancas, ricas e com amplas redes de sociabilidade; “muitas das quais se notabilizam na vida intelectual, professoras, advogadas, poetisas, escritoras. (...) A poetisa Hecilda Clark Ferreira preside a filial de São Paulo”¹⁵⁵. Talvez por este motivo, os assuntos sobre o feminismo, trabalho feminino e independência sejam colocados de forma positiva no periódico. Percebemos, que a revista enaltece as mulheres participantes da União de Classes Femininas.

¹⁵³ FIGUEIREDO, Camila Ferreira. Op. cit., p. 45.

¹⁵⁴ “O feminismo brasileiro em movimento”. *O Malho*. Anno XL, n. 21, outubro de 1941.

¹⁵⁵ Ibidem.

Outro fato importante é que mesmo vivendo no regime autoritário do Estado Novo a união das mulheres continuava. Ou por causas progressistas e novas mudanças, ou pela manutenção das transformações já conquistadas na condição feminina no Brasil. A questão feminina esteve no centro das questões sociais na primeira metade do século XX, tendo suas propostas encaminhadas ora pelo movimento operário, ora pelas sufragistas. A regulamentação daí oriunda criou mecanismos para que as mulheres se defendessem da superexploração a que estavam submetidas. Por outro lado, manteve-se nos limites da defesa de um tipo de família baseada na divisão “natural” dos papéis sociais. Portanto, defendemos a ideia de que, mesmo com as conquistas femininas no âmbito público (mercado de trabalho, escola, universidades, cursos técnicos...), a função principal defendida e mantida pelo Estado e a sociedade ainda se localizava no âmbito privado (mãe, dona de casa, esposa, filha...), visando à manutenção estrutural do conceito de família patriarcal. Com isto, a mulher moderna tinha que encarar uma dupla função: o trabalho e a casa. Ao mesmo tempo que entrava no espaço público, tinha que continuar dando conta do espaço privado (sua principal função). Partindo desta ideia, torna-se relevante pensar como se posicionavam as mulheres que escreveram nas revistas *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho* e que viviam esses conflitos.

2.2 Vozes femininas nas revistas *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho*: Tradicionalismo ou estratégia na luta por direitos?

As mulheres conquistavam cada vez mais espaço na imprensa e na literatura no século XX com romances, crônicas, biografias entre outros escritos. Neste período, lutas pela liberdade de expressão tomaram conta dos jornais, revistas e folhetins. Como destaca Celi Pinto, a luta pela liberdade de informação era uma constante entre todos os que “pretendiam de alguma maneira reformar o regime político brasileiro ou mudar as formas hierárquicas e excludentes que regiam as relações entre as pessoas no Brasil”¹⁵⁶.

Neste sentido, alguns grupos que desejavam apresentar novas ideias, buscavam a imprensa para se expressarem e formarem uma opinião pública a seu favor. No Brasil, isto ocorria nos limites de uma classe dominante urbana e letrada e as mulheres deste segmento se destacavam buscando divulgar suas ideias e movimentar opiniões a favor da sua libertação.

¹⁵⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. Op. cit., p. 30.

Mas, como a maioria dos jornais e revistas de maior porte, tiragens e vendas se mantinha naquela época sob o controle dos homens, estes monopolizavam os cargos mais altos e tinham como principal objetivo aconselhar as leitoras sobre serviço doméstico, moda, literatura, casamento e comportamento. Lericice de Castro Garzoni reflete sobre o direcionamento dado pela imprensa aos textos sobre o feminino, mesmo quando eram escritos pelas próprias mulheres (o que era mais raro). A autora destaca que havia um direcionamento na escrita e na leitura das mulheres aos temas “relacionados ao universo doméstico, que reiterava a dicotomia entre esfera pública associada ao masculino e esfera privada ao feminino”¹⁵⁷.

Sendo assim, as mulheres que participavam da imprensa, faziam parte de colunas, seções, crônicas ou publicavam textos soltos, e tinham que seguir uma linha de pensamento político e social apontada pela direção. Selecionamos alguns destes escritos femininos nas revistas *Fon-Fon*, *O Malho* e *Careta*, entre os anos de 1910 e 1950, que nos ajudam a investigar de que maneira as mulheres que conquistaram este espaço na grande imprensa passavam suas ideias e o que defendiam. Quais estratégias eram utilizadas? Neste sentido, visamos refletir sobre a importância do lugar dessas escritoras conquistado num ambiente de grandes mudanças sociais.

A primeira revista que analisamos é a *Fon-Fon*. A coluna se chama “Do meu diário” escrita por uma autora que assina pelo pseudônimo de Maria Luiza. Ela aparece no dia 14 de outubro de 1922 e publica pela última vez em 12 de janeiro de 1924. A revista apresenta a coluna da seguinte maneira:

Esta pagina que publicaremos semanalmente, escripta por um dos mais formosos talentos do belo sexo carioca, espelha impressões de um diário intimo, interessante e cheio de ironias observações escritas com espirito e naturalidade, fieis compromissos que assumimos de nunca revelar o nome de sua auctora, iniciamos hoje a publicação da primeira pagina do precioso diário que nos foi secretamente confiado¹⁵⁸.

Nesta coluna semanal, a autora relata um dia que para ela teria sido marcante e como em um diário descreve os acontecimentos que considerou interessantes. Nos seus relatos era constante o destaque dado aos lugares que frequentava no Rio de Janeiro, como bailes, festas de casamentos, saraus, cafeterias e algumas viagens. Isto mostra a necessidade da *Fon-Fon* em apresentar ao seu público (principalmente o feminino) quem era essa mulher que escrevia,

¹⁵⁷ GARZONI, Lericice de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese (Doutorado em Concentração História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012, p. 25.

¹⁵⁸ “Do meu diário”. *Fon-Fon*. Anno XVI, n. 41, 14 de outubro de 1922.

como uma forma de identificação de um padrão das leitoras que a revista queria alcançar. Nesse sentido, o diário da escritora servia também como forma de especulação e exposição do cotidiano da classe dominante carioca e seus comportamentos sociais nos eventos e lugares onde frequentava.

Nos meses de agosto, setembro e outubro de 1923, a escritora publica algumas cartas espaçadas, o que parece em primeiro momento ser uma troca de correspondências entre ela e sua mãe. Estas trocas ocorrem em três edições da revista. Nelas foi possível encontrar as seguintes informações sobre a escritora: Ela tinha 18 anos e morava longe dos pais – vivia no Rio de Janeiro e os pais em Caxambú-MG. Em uma primeira carta publicada em 1 de agosto de 1923, ela desabafa com a mãe sobre não saber se iria se casar: “Minha querida mãe. Eu não tenho pressa de casar. (...) Sei que é muito triste para mim, um pesadelo para meus pais ficar eu solteirona”¹⁵⁹. Neste trecho destacamos a posição firme da escritora ao deixar evidente seu desinteresse em casamento naquele momento. Inclusive notamos uma certa indignação com os homens e suas formas de conquistas e tratamento com as mulheres, em: “os homens podem ser ignorantes. Podem se vestir com saccos de estroinas... Si os direitos não são iguaes minha mãe, as obrigações devem ser ...”¹⁶⁰.

Mas, nas cartas seguintes dos meses de setembro e outubro, ela muda o conteúdo e sua posição e decide se casar com um jovem rico carioca. Os pais não aceitam, por acreditarem em incompatibilidade de valores morais. Então, a mãe Alzira retorna as cartas para a filha orientando-a a não se casar. Maria Luiza publica duas cartas e percebemos a insatisfação de Alzira, mãe da escritora, com a notícia, principalmente por achar que a filha seria desmoralizada socialmente pelo futuro marido, ao se expor nas “noitadas longas dos bailes, onde o corpo se despe nos decotes exagerados e as amabilidades se fazem com intuito máo e perverso”¹⁶¹, podendo vir a se arrepender do casamento. A filha responde parecendo ter certeza do que está fazendo ao aceitar se casar com um jovem rico, inclusive o defende com posições preconceituosas e revelando uma posição classista, como podemos observar no trecho abaixo:

Infelizmente minha mãe, eu não posso concordar com a tua opinião. Perdoa. O meu casamento realizarse-á. Por certo, não me virás ver vestida de noiva. Alfredo não é o typo que imaginas. Filho de uma família nobre, muito lindo e muito viajado, é,

¹⁵⁹ “Do meu diário”. *Fon-Fon*. Anno XVII, n.31, 1 de agosto de 1923.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ “Do meu diário”. *Fon-Fon*. Anno XVII, n.37, 11 de setembro de 1923.

também, um rapaz rico. Desejavas por acaso, que ele fosse um funcionário publico, que morasse numa casinha de subúrbio? Desejavas vê-lo todas as tardes, de volta do trabalho, enfiado numas calças pardas e mettido nuns chinelos de couro a ler noticias da politica municipal, ralhando contra a peraltice de cinco ou seis garotos levados? (...) Nasci para a vida tumultuosa da sociedade. Para os grandes salões doirados, para o borborinho das recepções, para o encanto dos chás- dansantes, para o reboiço dos fox-trots! O meu ideal é bem mais alavancado que uma casinha nos subúrbios. O meu sonho se resume nisto: Um bungalow cheio de degrãos e de recantos de tapetes ricos e cortinas caras, uma baratinha amarela barulhenta e espalhafatosa e um marido rico, que me compreenda e me adore e encare a vida pelo mesmo prisma por que eu a encaro... Perdoa, minha mãe, mais esta loucura de tua filha - Clara¹⁶².

É possível notar que ao final da carta a escritora assina como Clara, o que nos deixa sem saber se essas cartas foram uma invenção da escritora; se foram ficção, realidade ou se foram escritas por um homem se dizendo mulher. Na edição do dia 23 de outubro de 1923, Maria Luiza publica na sua coluna uma crítica que havia recebido de uma leitora que não gostou da maneira como ela teria falado do subúrbio do Rio de Janeiro. Na carta protesto, como a autora da coluna a chama, é possível notar a revolta da leitora com a forma pejorativa com que a autora tratava os trabalhadores e “suburbanos”. A leitora faz várias referências às cartas anteriores publicadas na coluna “Do meu Diário” e rebate afirmações antes feitas pela escritora. Destacaremos alguns aspectos para analisarmos a riqueza desta crítica da leitora. O primeiro a se enfatizar é a consciência de classe trazida em vários momentos do texto, como por exemplo em: “Senhora, deixe, por momentos, as radiosas belezas das nossas cariocas ricas, e procure mitigar o sofrimento dos pobres que trabalham para o brilho daquellas”¹⁶³. A leitora critica e evidencia o quanto as afirmações da publicação anterior da coluna eram vazias e falsas, apontando a difícil realidade dos trabalhadores e funcionários públicos. Ela expressa também a falta de humanidade e empatia com os pobres, repudiando o menosprezo da imprensa para com eles. Pede que a autora da coluna procurasse com sua escrita “tocar o coração das nossas meninas ricas, em favor dos que morrem de fome, sorrindo para que os outros não vejam”¹⁶⁴.

Em outro trecho ela faz referência aos “nossos avós da costa d’África”¹⁶⁵. Por isso, levantamos a hipótese de que ela poderia ser uma mulher negra, do subúrbio e letrada. Levando-se em consideração a existência no Brasil de uma quantidade expressiva de analfabetos, principalmente entre as mulheres negras, essas informações são de grande

¹⁶² “Do meu diário”. *Fon-Fon*. Anno XVII, n.38, 18 de setembro de 1923.

¹⁶³ “Do meu diário” *Fon-Fon*. Anno XVII, n.43, 23 de outubro de 1923.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

importância, pois explicitam as mudanças ocorridas naquele tempo e as novas experiências vividas pelos indivíduos na sociedade brasileira. Neste sentido, precisamos refletir também sobre o quanto a Maria Luiza deve ter ficado surpresa com a carta, vinda desta mulher “suburbana” e possivelmente negra, considerando-se que a revista seguia sendo orientada para um público de leitoras brancas e da classe dominante. O feminismo divulgado por Maria Luiza em seus textos, era limitado e não incluía a mulher negra e pobre.

Ao final do texto, a leitora, que se chamava E. S. Wanderl, faz um pedido em tom de ironia a Maria Luiza: que não permitisse mais que os preconceitos das zonas centrais do Rio de Janeiro, em relação à população dos subúrbios, estivessem presentes em suas falas: “Minha senhora não deixe que outra ‘Clara’ venha falar mal de nós pelas páginas graciosas do seu ‘Diário’”¹⁶⁶. Maria Luiza, após esta carta, não publicou mais a continuação das cartas entre mãe e filha e não respondeu à leitora. Os textos seguintes falavam sobre seu cotidiano na cidade, nas festas, teatros e também alguns contos. Não sabemos se a autora ficou sensibilizada com a crítica, mas foi possível notar uma mudança em sua forma de escrita. Isto pode ser percebido em um dos seus contos, em 22 de dezembro de 1923, no qual ela destaca que preferia voltar a viver com seus avós na fazenda quando era criança do que no luxo e na riqueza em que vivia, pois para ela “um tecto de palha, muitas vezes, há mais ventura que num palácio de mármore e de bronzes. Nós nos iludimos a nós próprias, para parecermos um pouco mais felizes”¹⁶⁷.

Neste último texto vemos mudanças na escrita da autora que se coloca numa posição mais humilde ao dizer que uma boa condição financeira não traz felicidade. Não podemos afirmar que o tom tenha mudado em razão da crítica feita anteriormente. Mas, é uma hipótese. De todo modo, a carta escrita por uma leitora possivelmente negra e do subúrbio e as publicações feitas pela autora da coluna mostram o reflexo de uma sociedade que destacava as desigualdades e as hierarquias. A imprensa era parte deste processo. O relato da leitora chama a atenção para o que a revista *Fon-Fon* não apresentava em seu conteúdo. Neste sentido, a coluna “Do meu diário”, de Maria Luiza, nos trouxe não somente a possibilidade de analisar alguns costumes e expectativas das mulheres brancas, ricas e jovens na década de 1920. Apresentou também visões diferentes da sociedade a partir da abertura que a autora deu às leitoras da sua coluna. Esta é encerrada no ano de 1924 sem nenhuma despedida ou explicação da revista ou da autora.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ “Do meu diário” *Fon-Fon*. Anno XVII, n.51, 22 de dezembro de 1923.

Partindo para outras análises de colunas femininas na revista *Fon-Fon*, entre os anos 1920 a 1950, foi possível perceber algumas mudanças no periódico. Uma delas foi o seu enunciado. No dia 19 de agosto de 1945, a revista deixa de ser um “Semanário, alegre, político, crítico e esfuziante” para se tornar “A revista feita para o lar”. Com este novo enunciado o periódico feminino divulga e defende a sua posição sobre o lugar de maior importância que a mulher deveria ocupar na sociedade, o âmbito privado. Após esta mudança, percebemos uma maior quantidade de propagandas voltadas para o consumo feminino e também a maior participação de mulheres nos conteúdos. No mesmo ano, as primeiras páginas que antes continham contos e textos de homens ligados à literatura e jornalistas, passaram a ser compostas por poetisas e jornalistas que se destacavam no período como: Lásinha Luis Carlos de Caldas Brito, Lia Corrêa Dutra, Iveta Ribeiro, Maria Eugênia Celso, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e Hecilda Clark. Como nossa proposta é analisar as colunas femininas, não daremos ênfase aos escritos soltos, mas sim a uma coluna que nos chama a atenção, a de Hecilda Clark. A jornalista e poetisa gaúcha havia conquistado espaço na imprensa desde que começou a liderar algumas reuniões feministas no Brasil e em outros países da América, principalmente nos países da América do Sul, e ganhou maior notoriedade ao ser convidada para fazer uma homenagem ao presidente Vargas durante o quarto aniversário do Instituto Nacional de Ciências Políticas no ano de 1944. Hecilda Clark era a única mulher oradora do evento. Segundo o periódico, era a “única representante do sexo fraco”¹⁶⁸. Ao enaltecer o presidente Getúlio Vargas, ela conseguiu prestígio na imprensa, que a nomeou como distinta jornalista e poetisa que “em nome da mulher intelectual do Brasil, fez vibrante oração exaltando as altas qualidades pessoais e de dirigente do Chefe do Governo”¹⁶⁹. Em seguida, foi aplaudida pelos convidados presentes no local da cerimônia.

Neste ponto, é importante lembrar que o país vivia o período do Estado Novo, quando havia grande incentivo e propaganda do Estado para promover as características que faziam dos homens cidadãos, como o trabalho e a família. As mulheres auxiliariam em um projeto nacional de fortalecimento do patriotismo. Assim, Hecilda Clark, quando homenageia o presidente, está em acordo com as ideias defendidas e propagadas pelo governo. A jornalista já havia participado da revista anteriormente, mas após esta celebração seu nome foi constantemente mencionado na *Fon-Fon* e não demorou muito para que ela conseguisse um

¹⁶⁸ *Fon-Fon*. Anno XXXVIII, n. 15, 8 de abril de 1944.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

espaço maior no periódico . Em 23 de fevereiro de 1946, foi então apresentada aos leitores e leitoras a nova coluna comandada pela escritora, que se chamava “Cenáculo Feminino”.

No texto de apresentação da coluna, a jornalista diz que tinha o objetivo de divulgar os ideais feministas. A imprensa comporta-se como construtora de narrativas exemplares que reafirmam as vantagens de agir de determinado modo. A autora destaca o que considera o “bom feminismo” e diz ser dele que irá tratar. Deste modo, o pensamento apresentado por Hecilda Clark é consoante com uma época em que as lutas pelos direitos das mulheres colocavam-se no Brasil. Neste momento, as reivindicações ainda eram recebidas com muitas ressalvas. Mesmo assim, ela enfatizava os direitos das mulheres e suas virtudes, que, segundo ela, seriam, “a inteligência, capacidade, civismo, bondade e beleza”¹⁷⁰. Novamente temos aqui a manutenção de uma compreensão biológica do papel da mulher que enfatiza a bondade e a beleza como características determinantes do sexo feminino. Afinal, não podemos esquecer que ser feminista no Brasil ainda apresentava diferentes significados, pois como afirma Susan K. Besse:

As que se definiam como feministas iam desde “feministas católicas”, que pregavam que “sem Deus, Pátria, Honra e Família não há feminismo possível”, até mulheres profissionais solteiras que buscavam modelos na Europa e nos Estados Unidos e consideravam que o emprego assalariado era o pré-requisito mais essencial para emancipação feminina (...). Até mesmo no interior do movimento feminista organizado, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), coexistiam opiniões muito divergentes¹⁷¹.

A coluna durou 9 meses na *Fon-Fon* e não estava presente em todas as edições semanais. Selecionamos aqui duas publicações que continham conteúdos relevantes para a pesquisa. Como o objetivo apresentado pela autora era divulgar o que seria o feminismo no seu entendimento, selecionamos trechos que apresentam conteúdos importantes para a análise do seu discurso. Iniciaremos com um artigo do dia 01 de junho de 1946. Nele a autora destaca que a missão da mulher era ser “mãe, excelsa condutora dos filhos no limiar da existência a estudar índoles”¹⁷², além de orientar a educação das meninas que serão “futuras mães de futuros homens - significa colaborar eficientemente para a grandeza da pátria”¹⁷³.

¹⁷⁰ “Cenáculo Feminino”. *Fon-Fon*. Anno XXXIX, n. 8. 23 de fevereiro de 1946.

¹⁷¹ BESSE, Susan K. Op. cit., p. 182.

¹⁷² “Cenáculo Feminino”. *Fon-Fon*. Anno XXXIX, n. 22, 1 de junho de 1946

¹⁷³ *Ibidem*.

Percebemos no trecho, novamente, a concepção biológica da função social da mulher. Por meio do uso da palavra “missão”, a escritora sugere que a mulher nasceu para a função de educar, não só os filhos, mas transmitindo bons valores para toda a sociedade. No modelo ideal de família burguesa divulgado pela imprensa, o papel atribuído à mulher era considerado importante. Karoline Carula, em seu trabalho sobre a educação feminina no século XIX, destaca que a mulher “era a rainha do lar e a sua reclusão ao espaço doméstico era enaltecida”¹⁷⁴. Entendemos que esta visão sobre o feminino permanecia na sociedade no período que estamos analisando. Sendo assim, ser mãe tornava-se a principal função da mulher na sociedade, tendo que educar e cuidar da saúde física do seu filho. É desta forma que a mulher extrapolava o espaço privado, da família, invadindo a esfera pública, uma vez que aquelas crianças seriam o futuro da nação. Como boa mãe, a mulher contribuía para o progresso do país. Margareth Rago nos faz refletir sobre a “nova mãe”, que fazia parte do nascimento da família nuclear moderna. Esta deveria ser “vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar (...)”¹⁷⁵. Ou seja, a casa era considerada o lugar “privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país”¹⁷⁶.

Portanto, segundo as ideias de Hecilda Clark, a mulher deve agir de modo a ser um exemplo para a nação. Em outro texto de 21 de setembro de 1946, com o título “As mulheres e os problemas sociais”, a autora destaca novamente a “missão” feminina e o perigo da ampla liberdade para a mulher, ao enfatizar que:

Não somos partidárias da ampla liberdade para a mulher por considerarmos isso um descalabro; mas, defendemos, com convicção de causa, direitos outorgados às que se desquitam de ridículos preconceitos ingressando, dignamente, nos diversos setores

A autora considera que o feminismo correto e que deveria ser seguido pelas mulheres era aquele que lutasse por direitos iguais apenas nos campos da educação e da ciência. Segundo ela, a mulher deveria ser educada “desde cedo, para o lado prático da vida no sentido

¹⁷⁴ CARULA, Karoline. “A Educação Feminina em A Mãe de Família.” In: CARULA, Karoline; CORRÊA, Maria Letícia; ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 86.

¹⁷⁵ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Brasil 1890-1930*. Op. cit., p. 109-110.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

racional, afastando-a dos tortuosos cipoais”¹⁷⁷. O conceito de feminismo defendido pela autora está atrelado à ideia de que a função social da mulher estaria ligada ao trabalho no lar e na educação. Ao defender esse “bom feminismo”, a autora automaticamente constrói o que seria o “mau feminismo”, que seria o de mulheres que naquela época estavam justamente lutando contra um determinismo biológico que ela defendia, colocando-as numa visão masculinizada ou desqualificada moralmente. Segundo Margareth Rago, algumas revistas femininas insistiam que não se deveria confundir liberdade com libertinagem e que “a grande participação das mulheres no mundo do trabalho resultaria no oposto do que se esperava, que era a valorização das mulheres”¹⁷⁸. Desta forma, percebemos que havia uma luta não apenas para a entrada no mercado de trabalho, mas também a aceitação e o fim dos estereótipos construídos em torno do trabalho feminino.

Portanto, conforme sugere o discurso que Hecilda Clark, aceitava-se um feminismo com ressalvas – não muito diferente daquele de 1923 da coluna “Do meu diário”, da Maria Luiza – e ainda com muita dificuldade em considerar a mulher com “novos olhos”, direcionados à liberdade nos diversos âmbitos sociais. Neste cenário, a imprensa pôde, hipoteticamente, contribuir para, através de uma autorreflexão do público feminino leitor, inibir movimentos de emancipação feminina que visassem a igualdade de direitos em setores além da educação. Neste sentido, a coluna de Hecilda Clark tornava mais fácil a internalização das diferenças entre os sexos, a partir da sua condição de mulher, servindo como justificativa para a manutenção de relações de gênero. Porém, por outro lado, mesmo reafirmando os discursos patriarcais da época, Hecilda Clark conquistou um lugar de grande destaque, indo além dos papéis pré-determinados para as mulheres. Então, estaria ela realmente de acordo com as ideias do “bom feminismo”? Ou reforçava este discurso para ocupar espaços importantes no período? Após esta coluna não encontramos mais escritoras com colunas parecidas, com opiniões ou maior participação. O que há são colunas de bordados, cinema, moda, rádio e alguns contos soltos na revista das poetisas já destacadas aqui anteriormente.

Partindo então para a revista *Careta*, encontramos somente uma escritora chamada Sylvia de Leon. Ela não tinha uma coluna, apenas textos soltos no periódico. Seus escritos foram publicados entre 1 de janeiro de 1910 e 10 de novembro de 1917. Sendo assim,

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ RAGO, Margareth. “Relações de Gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930”. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. (Orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006, p. 223.

selecionamos três que tratam das questões femininas que objetivamos abordar aqui. As demais publicações tratam de assuntos corriqueiros. Para iniciar nossa análise, encontramos um texto, intitulado “Conversas de salão”, que nos possibilita compreender mais sobre a autora. Nele ela afirma que morou na França e em Roma e descreve um pouco da estadia nestes países. Pela informação e pelo teor de seus textos, percebe-se que ela fazia parte do círculo abastado da sociedade carioca. Ela reclama, com base na experiência vivida na Europa, dos homens que frequentavam os salões brasileiros:

(...) em nossos salões os diplomatas brasileiros, salvo algumas exceções, empregam, no trato com as senhoras, uma linguagem capaz de fazer corar aos homens e não raro versam sobre assumptos que põem o pudor das pobres damas em perigo de sentir-se offendido... quando conversam nos salões do Rio de Janeiro e de Petrópolis, esses cavalheiros pensam que estão nos *cabarets* de Paris¹⁷⁹.

No texto, ela se mostra incomodada com os assédios nos bailes e festas frequentados por ela no Rio de Janeiro. Por vezes, há uma postura de defender especificamente o lugar das mulheres, mas, como neste texto, também podemos perceber quais mulheres ela defendia, pois, segundo ela, “esses cavalheiros pensam que estão nos cabarets de Paris”. Assim, ela desqualifica as mulheres que trabalham em casas noturnas. Estas não mereciam respeito. Como a maioria das escritoras de colunas das revistas ilustradas, ela também demonstra uma posição ambígua. Em outros textos, apresenta outra posição, como no editorial “Sobre o feminismo”:

O feminismo no Brasil preocupa muito mais os homens do que as mulheres. Não conheço, em nosso país, nenhuma mulher que o tenha estudado ou mesmo que mostre qualquer preocupação que se relacione com o feminismo. Os homens, ao contrário, acompanham com interesse a marcha do suffragismo e parece que o temem. Os meus confrades desta revista não tem razão quando reduzem as sufragistas a um exercito de carcassas; há entre ellas, muitas que são velhas mas há innumerables que são moças e bonitas. Mesmo que fossem feias e velhas, não deixariam de ser criaturas humanas, dignas dos direitos conferidos aos homens. (...) Em todos os ramos da atividade, as mulheres desde o começo do mundo, têm mostrado capacidade igual ao do sexo parcialmente denominado forte. (...) Os homens podem erguer obstáculos á marcha do feminismo porem ele triumphará (...) ¹⁸⁰.

No texto, a autora defende o feminismo e enfatiza a necessidade do seu fortalecimento e crescimento no Brasil. Ela argumenta em favor da beleza e da idade de algumas das sufragistas, defendendo-as da “acusação” de serem velhas e feias. Ao final, destaca que o

¹⁷⁹ *Careta*, Anno VIII, n.376, 4 de setembro de 1915.

¹⁸⁰ *Careta*. Anno VII, n.319, 1 agosto de 1914.

feminismo triunfaria. Portanto, a tônica discursiva de Sylvia parecia estar mais em concordância com as opiniões vigentes na *Careta*, na defesa do lugar feminino burguês, do espaço feminino na educação, na literatura, mas ofendendo as mulheres operárias, pobres que tinham que trabalhar para sobreviver e não somente por uma escolha ou vontade. Isto pode ser observado no último texto que analisamos, sobre uma festa feita para as operárias no Rio de Janeiro. A autora destaca que esta festa seria uma imitação da que ocorria na França, chamada de “*Mi-Carême*”¹⁸¹, proporcionando a elas um desfile em carro aberto pela cidade.

Em vários momentos do texto é possível notar uma certa ironia, principalmente quando a escritora se refere às operárias, como em “na sua glória efêmera de rainhas por um dia”¹⁸², como se a festa servisse de caridade para as pobres mulheres que precisam trabalhar para viver. Fala daquele momento também como se fosse necessário para as mulheres pobres saberem como é bom ser rica, pois o destino teria sido ruim com as operárias, e bom com ela, pois havia no seu lar “as alegrias da felicidade e as farturas da riqueza”¹⁸³. Ao final do texto, Sylvia de Leon desejou-lhes um príncipe, que poderia proporcionar-lhes uma vida menos difícil e “que vos consagrará um throno perdurável num lar tranquilo e risonho”¹⁸⁴. Este era o mesmo discurso utilizado pelas revistas quando se falava da importância do casamento como destino final de toda mulher; somente assim ela alcançaria a felicidade e a dignidade.

Com isto, em meio a tantas críticas feitas às mulheres e sua inferioridade intelectual, os escritos de Sylvia de Leon na *Careta* emitiram opinião positiva sobre a escrita feminina (mulheres ricas que se destacavam na literatura) e o feminismo. Isto, porém, não significa uma mudança de posição por parte da revista sobre as mulheres, pois ao mesmo tempo a autora também reforça os estereótipos sexistas e conservadores em relação à condição feminina na sociedade. Não há mais registros de colunas ou outros escritos femininos na revista *Careta*, o que nos leva a refletir sobre sua posição de silenciamento e rejeição à participação feminina.

Ao levantar e analisar as colunas femininas presentes na revista *O Malho*, encontramos somente três no período proposto e um concurso de melhor poetisa brasileira que iremos analisar aqui. Duas dessas colunas são escritas por Sorcière. Nelas não encontramos fotos ou sua apresentação, mas por muito tempo ela foi a única mulher que fazia parte dos

¹⁸¹ “Rainhas por um dia”. *Careta*. Anno VIII, n.302, 14 de março de 1914.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem.

escritos femininos em *O Malho*. Iniciou com uma coluna chamada “Alinhavos”¹⁸⁵ no dia 16 de janeiro de 1933, que mudou de nome em 14 de dezembro de 1933, passando a se chamar “Senhora: Suplemento Feminino”. Na primeira versão da coluna, a proposta era basicamente atualizar as leitoras sobre a moda no período; já a segunda coluna falava não só sobre moda, mas também sobre “bordados, costuras, acompanhados de riscos e desenhos, informações de interesse essencialmente feminino, que nenhuma mulher pode dispensar”¹⁸⁶. Os conteúdos eram espaçados e em algumas edições a coluna não aparecia. Além disso, havia muito mais ilustrações sobre os modelos de roupas a serem seguidos ou feitos em casa, do que escritos da própria autora. Neste sentido, como interessa-nos delimitar discursos femininos que estão presentes em *O Malho*, mas que correspondem principalmente à diferença e à resistência em relação à configuração normativa feminina que a revista propõe, decidimos nos aprofundar nos poemas de Gilka Machado (1893-1980) e nos afastar das publicações de Sorcière que reafirmavam o comportamento feminino patriarcal. Entendendo, assim, a possibilidade do discurso da Gilka Machado caminhar para uma ideia de resistência e reação às normas da sociedade.

Sendo assim, daremos maior ênfase a um texto encontrado no ano de 1933, quando a revista anunciou um concurso para eleger a “Maior poetisa brasileira” (com participações e votações de intelectuais homens). Portanto, partimos para análise deste concurso e, em seguida, analisaremos a terceira coluna escrita por uma mulher. Na lista de 250 poetisas feita pela revista, as mais votadas foram: Gilka Machado, Maria Eugenia Celso, Anna Amelia, Carmen Cinira, Rosalina C. Lisboa, Patricia Galvão (Pagú), Henriqueta Lisboa, Cecília Meirelles, Lia Correa Dutra, Leda Rios, Hildeth Favilha, Else Machado, Eloisa Bezerra, Elza Araripe Milanez e Eneida. Todas concorrendo a um prêmio que seria entregue por *O Malho* e por Iveta Ribeiro, diretora da revista *Brasil Feminino*, que destinava a homenagem a Gilka Machado, que segundo a revista, tinha “um caracter grandioso digno de sua personalidade, e será absolutamente independente do resultado do concurso”¹⁸⁷

Antes de analisarmos melhor a revista *Brasil Feminino* e sua diretora Iveta Ribeiro, precisamos destacar Gilka Machado, que, segundo Angélica Soares, foi a primeira poetisa brasileira a publicar versos eróticos, abrindo espaços contra o paradigma masculino

¹⁸⁵ “Alinhavos”. *O Malho*. Anno XXXI, n. 1.520, 16 de janeiro de 1932.

¹⁸⁶ “Senhora: suplemento feminino”. *O Malho*. Anno XXXII, n. 28, 14 de dezembro de 1933.

¹⁸⁷ “Qual a maior das poetisas brasileiras?”. *O Malho*. Anno XXXII, n.1.571, 28 de janeiro de 1933.

dominante, através da criação literária¹⁸⁸. A obra mais citada na revista foi “Cristais Partidos” revelando a posição da poetisa sobre a condição feminina na sociedade:

Ser mulher, vir à luz trazendo a alma talhada para os gozos da vida: a liberdade e o amor; tentar da glória a etérea e altívola escalada, na eterna aspiração de um sonho superior... Ser mulher, desejar outra alma pura e alada para poder, com ela, o infinito transpor; sentir a vida triste, insípida, isolada, buscar um companheiro e encontrar um senhor... Ser mulher, calcular todo o infinito curto para a larga expansão do desejado surto, no ascenso espiritual aos perfeitos ideais... Ser mulher, e oh! Atroz, tantálica tristeza! Ficar na vida qual uma águia inerte, presa nos pesados grilhões dos preceitos sociais!¹⁸⁹

Neste texto é possível perceber um paradoxo entre o desejo de liberdade da mulher e a prisão que lhe oferece a sociedade machista; entre a busca de um complemento no “companheiro” e o encontro do incompleto na figura de “um Senhor” (dono ou proprietário), ligado ao amor romântico (principalmente na mensagem do “infinito”). Os versos trazem uma crítica social fruto da ambiguidade do seu tempo. Segundo Ana Paula Costa de Oliveira, esta obra teve seus primeiros versos dedicados ao parnasiano Olavo Bilac, que teria se oferecido para prefaciar o livro, mas a autora não aceitou, pois “queria adentrar na carreira literária sozinha, sem ajuda de homem nenhum”¹⁹⁰. De fato, ela obteve no início um relativo sucesso: a aprovação do público e a tradução de seus poemas para o espanhol, mas, a partir dos anos 1930 foram surgindo críticas; não às poesias, mas à poetisa. Para Ana Paula Oliveira, pelo fato de ser mulher, Gilka Machado foi ofendida por moralistas que a chamavam “de matrona imoral”¹⁹¹ e que “havia confundido sua obra com a confissão de desejos particulares”¹⁹².

Por ser mulher, escrever textos com teor sensual e criticar ações machistas como no trecho anterior, Gilka Machado enfrentou duras críticas e pré-julgamentos sobre as suas obras e, principalmente, sobre sua pessoa. Os críticos não consideravam o conteúdo de suas obras um resultado de sua imaginação/criação ou crítica válida, mas sim da vida promíscua que levava. Segundo Sylvia Paixão, as mulheres precisavam se policiar naquilo que escreviam, da

¹⁸⁸ SOARES, Angélica. *A Paixão Emancipatória: vozes femininas de liberação do erotismo na poesia brasileira*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999, p. 93.

¹⁸⁹ MACHADO, Gilka. “Cristais partidos: ser mulher”. In: *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editora, Ltda., 1992, p. 56.

¹⁹⁰ OLIVEIRA, Ana Paula Costa. “Poesia erótica e construção identitária: a obra de Gilka Machado”. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, jan. 1999, p. 252.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 256.

¹⁹² *Ibidem*.

mesma forma que faziam ao se comportar, para manter uma imagem de “mulher de família”. Caso contrário, seriam vistas e tratadas de forma repulsiva e opressiva. Para a autora:

O olhar crítico da sociedade pré-determinava a conveniência ou não de certos assuntos, tendo, por isso, uma importância relevante no que concerne à produção literária da mulher. O fator social importa, na medida em que prepara a esfera de atuação da crítica literária, na época totalmente edificada sob um olhar preconceituoso e condescendente em relação à literatura feminina, influenciando no imaginário da escritora, cerceando, policiando¹⁹³.

Sylvia Paixão analisa a ideia de “fala-a-menos”, abordada em seu livro de mesmo nome. Esta se refere ao fato de as mulheres terem temas pré-estabelecidos para trabalhar a poesia, entre eles não estavam incluídos a sexualidade ou a crítica ao modelo feminino vigente. Gilka, sendo a primeira a ter quebrado a regra da “fala-a-menos”, perdeu, para alguns críticos e leitores, o seu título de “senhora”, e passou a ser tratada como “devassa”. Porém, mesmo enfrentando diversas críticas, a escritora venceu o concurso da “Maior poetisa brasileira” e recebeu como reconhecimento, além da festa promovida por Iveta Ribeiro, uma coroa e uma medalha de ouro com seu nome gravado entregue pelo *O Malho*. Para Angélica Soares, Gilka Machado fez da liberdade de expressão uma forma de libertar-se e de libertar a mulher, pela conscientização erótica, e de gênero impressa em seus textos. Assim, podemos considerá-la uma poetisa feminista. Para Soares, revisitá-la, torna-se necessário, para “investigar as limitações e os avanços do tema do erotismo na produção literária de autoria feminina, bem como reconstruir a caminhada da mulher, na luta pela emancipação”¹⁹⁴.

Para enriquecer ainda mais o debate, encontramos a informação de que Gilka Machado possivelmente seria negra e tentava esconder sua cor a fim de conseguir espaço nas revistas e publicar seus versos. Quando não mais conseguia esconder, os críticos do período começaram a desqualificar suas poesias eróticas devido não só ao seu gênero, mas também a sua origem étnica. Afinal, como já enfatizado anteriormente, estamos analisando uma sociedade em um período imediatamente posterior à abolição com princípios morais baseados em valores cristãos, conservadores, patriarcais e racistas. Humberto de Campos¹⁹⁵, em sua obra *Diário Secreto*, acusa Gilka Machado de ser a responsável por fazer com que as garotas

¹⁹³ PAIXÃO, Sylvia. *A fala-a-menos*. Rio de Janeiro: Numen, 1991, p. 50.

¹⁹⁴ SOARES, Angélica. “O erotismo poético de Gilka Machado: um marco na liberação da mulher”. UFRJ, *Revista Litcult*, publicado em 6 de novembro de 2012, p. 5.

¹⁹⁵ Jornalista, crítico, contista e memorialista (1886-1934). Nasceu em Miritiba, no Maranhão.

da sociedade carioca se perdessem com “seus versos cheios de sensualidade animal”¹⁹⁶, já que em vários de seus textos é destacado o desejo feminino. Nesta mesma obra, aparece um comentário feito por Afrânio Peixoto¹⁹⁷, médico ligado diretamente às teorias raciais e às ideias eugênicas, a Humberto de Campos no qual ele se mostra indignado ao perceber que Gilka não era a mulher branca e elegante que aparecia nas fotografias em revistas:

Conta-me Afrânio Peixoto:

Você não imagina a tristeza que eu senti outro dia. Eu havia recebido de Gilka Machado pedido de um enxerto de obra minha, ou um trecho inédito, para uma antologia que ela estava organizando. E davam-me o endereço. Como era aqui perto da Câmara, na Rua da Misericórdia, e eu tivesse a carta no bolso, resolvi entregar pessoalmente, isto é, a um criado, a pessoa que me aparecesse. Subi uma escadinha suja e escura e dei, no segundo andar, com uma porta fechando um corredor escuro. Bati e apareceu-me uma mulatinha escura, de chinelos, num vestido caseiro. Perguntei se era ali que morava D. Gilka Machado.

- Sim, senhor; sou eu mesma - respondeu-me a mulatinha. O doutor faça o favor de entrar...

Afrânio continua:

- Não entrei. Entreguei a carta, desculpando-me e sai... Mas “seu” Humberto, que tristeza! Eu não conhecia a Gilka, senão de retrato: moça branca, vistosa... E fiquei penalizado de vê-la naquela alfurja, onde tudo respirava pobreza e quase miséria¹⁹⁸.

Neste trecho, podemos observar uma reação de pena e frustração de Afrânio diante do seu encontro com Gilka, deixando evidente o seu racismo ao chamá-la de “mulatinha” e se assustando com a sua condição social ou origem familiar. Assim, além da discriminação de gênero e raça, também havia a de classe. Angela Davis em sua obra em que analisa as mulheres negras na sociedade norte-americana pós a abolição da escravatura, destaca a continuidade da sua hipersexualização e da colocação das mesmas no mercado de trabalho constantemente como domésticas. Davis deixa claro que esta relação entre mulher negra sensual, pobre e doméstica é reafirmada nos países que sofreram com a escravidão. Logo, esta visão está presente também no Brasil:

Desde o período da escravidão, a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas tem sustentado muitos dos mitos duradouros sobre a “imoralidade” das mulheres negras, vistas como “promíscuas”. (...) A definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista¹⁹⁹.

¹⁹⁶ CAMPOS, Humberto de. *Diário Secreto*, Vol.II, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1954, p.63.

¹⁹⁷ Escritor, médico legista e professor, romancista, ensaísta e literário (1876-1947). Nasceu na cidade de Lençóis, na Bahia.

¹⁹⁸ CAMPOS, Humberto. Op. cit., p. 50.

¹⁹⁹ DAVIS, Angela. Op. cit., p. 101-102.

Portanto, Gilka estava ocupando um lugar que não seguia a determinação racista, patriarcal e conservadora da sociedade brasileira. Ela fugia ao estereótipo de mulher da classe dominante, branca e moralista que os conservadores queriam manter durante o século XX. E é justamente ela quem vence o concurso de *O Malho* que representa o feminino na literatura brasileira. Uma representante importante para o processo de mudança na condição feminina que demonstra também a ambiguidade do seu tempo, pois conquistou espaço em uma revista misógina e conservadora.

Voltaremos a Iveta Ribeiro neste momento, pois, seguindo com a análise de colunas no periódico, encontramos a escritora que financiou e julgou o concurso da “Maior poetisa brasileira”, anos mais tarde, como diretora da segunda coluna feminina no periódico, em dezembro de 1947. Não havendo apresentação da mesma, ela simplesmente apareceu com sua coluna sem aviso e desapareceu da mesma forma em 1951. A coluna não aparecia em todas as edições mensais e selecionamos para esta pesquisa cinco artigos com temas que nos interessam mais diretamente desenvolver aqui. Iveta Ribeiro pertencia a uma família de intelectuais e estadistas (os Pereira e Sousa, que incluía o antigo presidente da República Washington Luís Pereira e Sousa). Era casada com o teatrólogo português José Ribeiro dos Santos. Durante a análise do periódico foi possível encontrar vários textos soltos, antes mesmo de iniciar sua própria coluna que se chamava “Mulher! Sempre a mulher”. Ao estudar seus textos, percebemos que ela visava enaltecer algumas mulheres importantes da história e também expor suas opiniões sobre comportamento, vestimenta, modernidade, tempo, ou seja, tudo aquilo que influenciava de alguma forma a conduta ou o posicionamento da mulher na sociedade brasileira. Isto é percebido logo na primeira publicação no mês de dezembro: “Mulher, modelo e símbolo, espelho e guia de todas as mulheres, Maria a Virgem Mãe de Jesus!”²⁰⁰

Percebemos no trecho acima uma relação entre a mulher e o sagrado. Esta era uma das estratégias utilizadas pelo patriarcalismo para conter a liberdade feminina, principalmente a sexual, pois, como afirma Camila Ferreira, na necessidade “moral da família burguesa, a mulher ideal seria casta, discreta e contida. A sexualidade jamais estaria em evidência em seu cotidiano; a mulher, principalmente quando mãe, era comparada a mãe de Jesus, à Maria”²⁰¹. Ou seja, a mulher que não se encaixasse nesses padrões morais não mereceria ser valorizada ou respeitada. Segundo Joana Maria Pedro, através da imprensa foi possível construir várias

²⁰⁰ “Mulher! Sempre a mulher”. *O Malho*. Anno XLV, n. 95, dezembro de 1947.

²⁰¹ FIGUEIREDO, Camila Ferreira. Op. cit., p. 49.

formas de distinção e ao mesmo tempo de legitimação da desigualdade entre homens e mulheres, deixando claros estereótipos há muito incorporados no cotidiano social²⁰². A autora esclarece que as mulheres que contrariavam a conduta estabelecida eram consideradas não honestas; eram colocadas no mesmo patamar das prostitutas que eram mal vistas e mal faladas. Neste sentido, entendemos que através das publicações das colunas femininas nas revistas foram criados mecanismos para divulgação de um padrão ideal de mulher: valorizada, cristã, honesta e não masculinizada ou vulgarizada. Em edição de *O Malho* de agosto de 1948, Iveta Ribeiro se apresentava indignada com o comportamento das mulheres mais jovens. Ela relaciona as ideias do pós-guerra com as mudanças ocorridas na condição feminina, e estas estariam rompendo com a moral cristã:

As terríveis consequências da guerra em conjunto com a expansão tremenda de certas teorias tão profundamente materialistas que estavam envenenando a alma humana, e, principalmente, derrubando a MULHER do pedestal em que Deus a colocou como símbolo do Amor, de Abnegação, da Pureza e de Beleza²⁰³.

Ela destaca que a moda naquele momento estaria ajudando a mulher a voltar ao seu lugar natural e divino do qual ela foi tirada ou influenciada pelas “teorias materialistas”²⁰⁴. Ainda no texto, a autora questiona se as saias compridas voltaram a ser moda por uma vontade masculina, pois estariam “cansados de ver tantas pernas femininas, bonitas e feias, expostas a seus olhares”²⁰⁵, ou feminina, “despertando do pesadelo que a reduzia à condição de animalzinho bonito”²⁰⁶. O fato é que ambas estão relacionadas ao olhar masculino sobre a mulher. Portanto, o que prevalecia era a visão que o homem teria sobre a mulher e que a definiria como moral ou imoral. Iveta Ribeiro evidencia sua posição conservadora em relação às mulheres, embasa seu preconceito em ideias religiosas e coloca em dúvida a moral daquelas que usavam saias longas, mas que nas praias também faziam uso de maiôs ou biquínis.

A ambiguidade desta coluna é constantemente evidenciada com suas opiniões que objetivavam destacar e enaltecer as mulheres, mas não todas, pois se tratava de um feminismo

²⁰² PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

²⁰³ “Mulher! Sempre a mulher”. *O Malho*. Anno XLVI, n. 103, agosto de 1948.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

seletivo, excludente e contido nas mulheres brancas e de classe média e alta, como podemos perceber em seu artigo de abril de 1951. Nele notamos que a visão da autora sobre o feminismo era que este já tinha concluído o seu objetivo maior ao conquistar o voto e alguns novos espaços, lutando pela ordem da pátria sem destruir a família e sem deixar o lar, seu “templo natural”²⁰⁷. Segundo ela, não se acreditava ser ainda possível haver “alguma coisa que a Brasileira ainda não tivesse alcançado em matéria de reivindicações sociais, políticas ou administrativas”²⁰⁸. Ela também defende um feminismo que não inclui as mulheres negras e pobres. Ao enaltecer nomes importantes da primeira onda feminista, ela destaca ser uma surpresa a aparição de uma nova conquista da mulher no âmbito público, no caso a primeira Juíza do país. Ao finalizar o texto, ela enaltece a nova conquista feminina, e expõe sua opinião ao escrever que iria pedir a Deus que a juíza soubesse ser mulher, sendo “justa, generosa, consciente e cristã!”²⁰⁹. Enfatiza, assim, os estereótipos entendidos por ela como naturais da mulher e o caráter cristão dela esperado.

Na primeira metade do século XX, entre os conservadores prevalecia um medo grande da extinção da família. Isto se deu na medida em que as mulheres foram adquirindo maior acesso à educação e algum poder social e econômico devido ao emprego remunerado e o direito ao voto. Elas foram se tornando mais independentes e ousadas para saírem de uma condição de insatisfação. A imprensa fazia seu papel de defender a manutenção da ordem e da família, agindo de forma a culpabilizar os “males” modernos, como o feminismo, o trabalho assalariado feminino, o individualismo, o egoísmo, o cinema, e outros temas que corromperiam os bons costumes e a moral cristã. Para Iveta Ribeiro, os filmes de Hollywood iam minando o conceito de família, pois havia uma instabilidade matrimonial dos artistas do cinema americano que “chega ao ponto de já haver entre nós, mesmo sem termos a lei do divórcio, quem só se case para descasar-se logo depois”²¹⁰. Veremos o tema do divórcio na imprensa de forma mais aprofundada no capítulo 3, mas cabe aqui ressaltar que novamente o cinema é culpabilizado por influenciar os brasileiros e, mais ainda, as mulheres com novos costumes e ideias. Na verdade, esperava-se que elas cultivassem na modernidade uma aparência exterior de sofisticação moderna e ao mesmo tempo conservassem as “eternas” qualidades femininas de recato, simplicidade e submissão.

²⁰⁷ “Mulher! Sempre a mulher”. *O Malho*. Anno XLIX, n.135, abril de 1951.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ *Ibidem*.

²¹⁰ *Ibidem*.

A valorização das supostas características naturais da mulher era apresentada como necessária para a “salvação da família”²¹¹, pois, como destaca Sueann Caufield, a “modernidade deveria estar intimamente ligada à defesa da honra e da família”²¹². Para Susan K. Besse:

A luta para modernizar a família e com isso fortalecer e legitimar a instituição, tornou-se parte integrante de luta das elites modernizantes urbanas para transformar a sociedade oligárquica “anacrônica” que, no início do século XX, continuaria a existir dentro de um país burguês moderno, próspero e ordeiro²¹³.

Segundo a autora, já que a classe dominante estabelecia as normas da sociedade, não seria diferente que as mulheres desta classe fossem as primeiras a defenderem a importância do casamento para a manutenção da ordem. As revistas divulgavam o casamento como meta para toda jovem. As mulheres muito modernas eram consideradas perigosas e verdadeiras ameaças aos bons costumes e a moral da sociedade e da família. Com isto, defendemos que estas revistas participavam de um discurso que visava conter o movimento de emancipação feminina no Brasil demonstrando um padrão de mulher moderna a ser seguido. Portanto, entendemos que Iveta Ribeiro ocupou um espaço importante na revista *O Malho*, sendo a segunda escritora a ter uma coluna no periódico. Podemos pensar na sua participação como uma forma de se transmitir exemplos para as mulheres.

De qualquer forma, uma mulher que recebesse o espaço e os elogios a ela dispensados na revista, como vimos anteriormente, necessariamente teria passado antes por uma aprovação do seu discurso. Suas publicações ao mesmo tempo que reforçavam o projeto burguês patriarcal e a submissão feminina, também destacavam as mulheres importantes do seu tempo, os lugares conquistados pelas mesmas que antes eram constantemente ocupados por homens e a defesa do “bom feminismo”. Assim, percebemos que a maioria das escritoras das colunas femininas nas revistas *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho* seguiram um padrão de pensamento favorável ao discurso patriarcal do período, estando num lugar importante de mulheres escrevendo sobre mulheres para um grande público leitor, já que se tratavam de revistas de ampla tiragem. A maioria delas reafirmava conceitos e padrões sexistas propostos

²¹¹ BESSE, Susan K. Op. cit., p. 63.

²¹² CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p. 109-110.

²¹³ BESSE, Susan K. Op. cit., p. 64.

por um projeto burguês e incentivados pela imprensa que era formada majoritariamente por homens.

Por outro lado, estas publicações nos fazem refletir sobre qual seria o motivo destas mulheres defenderem visões machistas e sexistas, sendo que elas estavam ocupando um espaço que, a partir desta mesma concepção, não poderiam ocupar. Para Susan K. Besse, a sociedade brasileira autoritária, patriarcal e capitalista contribuiu para a modernização das relações de gênero. As feministas desta vertente teriam evitado assumir posições radicais de contestação em relação aos homens, mantendo-se numa atitude moderada, em nada alterando os padrões da dominação sexual. Assim, para evitar atitudes “segregacionistas” estas mulheres colaboraram com os homens:

Aceitando os valores e normas da sociedade burguesa capitalista moderna. (...) Embora, individual e coletivamente, muito certamente as mulheres de classes urbanas média e alta se tenham beneficiado. (...) os ganhos imediatos para a maioria pobre foram desprezíveis ou não existiram. De fato, com suas vitórias, as feministas contribuíram para o fortalecimento e a legitimação da nova ordem burguesa²¹⁴.

Para a autora, as mulheres da classe dominante ajudaram na manutenção dos valores e normas da sociedade capitalista burguesa, já para a maioria das mulheres pobres os ganhos teriam sido inexistentes. As feministas da primeira onda, contribuíram para fortalecer e legitimar a nova ordem burguesa, conquistando alguns direitos. Branca Moreira Alves também parte dessa ideia, criticando a primeira onda feminista ao contribuir com o papel das mulheres como mães e colaboradoras dos homens para justificar a importância da conquista de direitos. Segundo ela, o movimento não desenvolveu uma crítica que possibilitasse às mulheres criar sua autoconsciência, que as levasse a questionar os motivos da sua inferioridade, ou as relações de poder dentro da família. Assim, “a conquista do voto não teria alterado significativamente a condição da mulher”²¹⁵.

Acreditamos, no entanto, que estas escritoras feministas reforçavam o discurso patriarcal de submissão, muitas vezes, não por alienação ou concordância, mas por perceberem uma oportunidade de subverter a relação de dominação. Afinal, como afirma Rachel Soihet, esta pode ser:

(...) uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta, aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. Assim, definir os poderes

²¹⁴ BESSE, Susan K. Op. cit., p. 220.

²¹⁵ ALVES, Branca Moreira. Op. cit., p. 155.

femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador²¹⁶.

Neste sentido, a incorporação da dominação não exclui a presença de manipulações e mudanças por parte dos dominados. Entendemos a partir da análise destas publicações que ao mesmo tempo em que essas escritoras foram importantes para os mecanismos da imprensa na tentativa de controle dos corpos e pensamentos femininos, serviram para evidenciar a conquista de espaço na imprensa e em outros segmentos da sociedade. Compreende-se, dessa forma, uma estratégia feminina que mobiliza para seus próprios fins “uma representação imposta, aceita, mas desviada contra a ordem que a produz”²¹⁷.

2.3 Entre o riso e o estereótipo: as representações do feminismo nas revistas ilustradas e a utilização do humor como instrumento antifeminista

Nessa questão de feminismo há uma coisa que me intriga: As mulheres como usarão a barba e os bigodes?²¹⁸

O trecho acima da revista *Fon-Fon* revela uma prática utilizada por muitas revistas ilustradas no período: o humor e a irreverência na abordagem de temas sobre a política e a sociedade brasileiras. Dentre tais temas, destacam-se as questões femininas, com muitas críticas nas quais o deboche era uma arma significativa. Segundo Rachel Soihet, os usos da sátira e das caricaturas como formas de expressão crítica sobre os acontecimentos políticos e sociais estiveram “intimamente relacionados com o processo de expansão dos periódicos impressos”²¹⁹. A imprensa do período passou a ser vista como importante instrumento veiculador dos novos ideários, cabendo à linguagem gráfica do humor retratar o ambiente de tensões e lutas por meio da deformação ou exagero nos traços.

O termo “charge”, conceito adotado neste trabalho, refere-se a uma forma de representação humorística, caricatural e de caráter potencialmente político que satiriza um

²¹⁶ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 24.

²¹⁷ Ibidem, p. 200.

²¹⁸ “Reflexão de Simplicio”. *Fon-Fon*, Anno IV, n.22, 28 de maio de 1910.

²¹⁹ SOIHET, Rachel. Op. cit., p. 168.

fato específico. Neste processo, as revistas, em detrimento dos jornais, foram consideradas o suporte ideal para comportar tais mudanças, porque a periodicidade dos semanários permitia melhores condições para receber as ilustrações que demandavam tempo para serem produzidas. Os humoristas e caricaturistas encontraram nesta imprensa moderna um espaço fértil para a produção de figuras e desenhos alegres e jocosos que, além de inovarem uma imprensa carregada pelo rigor e pela austeridade dos noticiários verbais, alcançava um novo tipo de público: a população analfabeta. Assim, de maneira fácil e interpretativa conseguia-se passar a posição crítica da revista sem precisar escrever nada, apenas através da representação contida na charge. As charges, fotografias e artigos eram utilizados para divulgar estas ideias, pois como Ana Maria Mauad destaca, são:

Janelas que se abriam para o mundo representado na foto, tais revistas contribuíram, em grande medida, para a generalização da crença da verdade fotográfica. Ao mesmo tempo que através de suas crônicas e notas sociais, impunham valores, normas e criavam realidades, num processo que transformaria a cidade em cenário e a burguesia em seu principal ator. Sendo assim, foram importante instrumento, desta classe social, para a naturalização das suas representações através da imposição de uma determinada forma de ver e reproduzir o mundo sobre todas as outras possíveis²²⁰.

Assim, na primeira metade do século XX, com o comportamento feminino reivindicador de uma participação maior na sociedade sendo visto como uma ameaça à ordem estabelecida, a imprensa fazia seu papel de divulgação e manutenção do padrão feminino. Como afirma Maria de Lourdes Eleutério:

Nesse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada; charge, caricatura, fotografia, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação em massa²²¹.

Nesse sentido, o que se pretende aqui é discutir as representações da mulher presentes nas revistas ilustradas e as construções da imagem do feminino e do masculino durante a primeira metade do século XX, pontuando algumas dimensões que revelam a pluralidade e a complexidade dessa produção. Pretendemos analisar, também, o quanto estas representações auxiliaram no projeto burguês conservador para a manutenção do padrão feminino

²²⁰ MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da Imagem...* Op. cit., p. 206.

²²¹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. "Imprensa a serviço do progresso". In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Org.). Op. cit., p. 83.

considerado correto e na tentativa de esvaziamento e enfraquecimento do feminismo entre as mulheres. Para, Ilka Stern Cohen, as revistas ilustradas eram concebidas como “objeto de lazer, que se revelaram essencialmente normativas, definindo o papel social e determinando os padrões de comportamento desejáveis para a mulher na época”²²². Assim, muitas leitoras se identificavam com os conteúdos dessas revistas e seguiam suas orientações, pois eles eram apresentados como exemplos a serem seguidos e copiados, auxiliando na coesão interna da classe dominante.

Como já destacamos anteriormente, vários mecanismos foram utilizados para abafar os movimentos feministas que ocorriam no mundo e que chegavam com força no Brasil. As charges, piadas e ironias faziam parte destas táticas para enfraquecer e desmobilizar as mulheres com a causa feminista. Desde o início do século XX, é possível perceber esse aspecto. Para a Susan K. Besse, a imprensa restringia a “compreensão e a aceitação do feminismo pelo público associando seguidamente o movimento com questões que eram marginais para o problema da emancipação das mulheres”²²³. A imagem a seguir de 1913, mostra como a mesma revista apresenta as mulheres feministas:

Figura 13 - *Fon-Fon*. Anno VII, n. 46, 15 de novembro de 1913



Legenda: Antigamente dizia-se: fulana tem cabellinhos nas ventas, hoje com o feminismo victorioso, os mesmos mudam de lugar conforme o gênio da sua dona. Eis por exemplo os cabellinhos da emproada, da endiabrada, da atrevida e da conquistadora.

Fonte: *Fon-Fon*. Anno VII, n. 46, 15 de novembro de 1913.

Na charge as feministas são apresentadas aos leitores como: “cabellinhos da emproada, da endiabrada, da atrevida e da conquistadora”; sendo todos esses adjetivos desmoralizantes

²²² COHEN, Ilka Stern. “Diversificação e segmentação dos impressos”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (org). Op. cit., p. 117.

²²³ BESSE, Susan K. Op. cit., p. 214.

da conduta esperada das mulheres. Portanto, a revista faz uma crítica ao enfatizar que essa “moda” feminista, não poderia pegar, pois iria desvalorizar as virtudes “naturais do belo sexo”. A *Fon-Fon*, muitas vezes, representa a modernidade com imagens de mulher, no sentido de que ambas seriam retratadas de maneira momentânea e instável, além da constante associação da mulher à inconstância, caprichos, esquisitices e frivolidades. As mulheres apresentadas na revista são consumidoras que reproduzem padrões estéticos e de vestuário. As imagens nos permitem múltiplas interpretações, como afirma Ana Maria Mauad, elas podem “avaliar e desvendar influências, interrelações e os mecanismos de dominação entre os diversos grupos sociais”²²⁴.

Na charge, a revista coloca o feminismo como moda para torná-lo fútil e vulnerável, como eles acreditavam que as mulheres eram. Assim, o movimento feminista era desqualificado como algo passageiro. O movimento ia contra os padrões pré-determinados do projeto modernizador burguês. Para diminuir seus impactos, a imprensa banalizava seu significado. A ideia passada pela revista era de que ser feminista estava apenas na moda, e que não era necessária nenhuma mudança de consciência para ser “moderna” ou “feminista”. Cabe também dizer que a imprensa no Brasil neste período transmitia as novidades da modernidade e destacava as diferenças entre a República e o Império, frequentemente identificando-o como atrasado e ultrapassado. Como vimos ao longo do capítulo, em relação ao feminino alguns valores tradicionais permaneciam e eram até valorizados. Valores que eram ensinados por juristas, médicos e pela Igreja Católica que se mantinha forte apesar do processo de secularização do Estado no qual ela tinha perdido parte do poder político institucional, mas se mantinha como forma coesão social. Ou seja, a cultura e as ideias religiosas permaneciam agindo na sociedade²²⁵.

Neste contexto, a mulher para conquistar sua independência, além da luta para ascender aos espaços públicos, enfrentava questões de ordem moral. De acordo com Margareth Rago, a luta pela afirmação da mulher, diante destes padrões comportamentais, envolve a “necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina”²²⁶. Renato

²²⁴ MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da Imagem...* Op. cit., p. 14.

²²⁵ Roberto Romano reflete sobre o “antimodernismo católico” em seu livro: *Conservadorismo Romântico*. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 1997.

²²⁶ RAGO, Margareth. Op. cit., p. 134.

Ortiz, ao analisar Pierre Bourdieu, afirma que, na divisão entre classes dominante e dominada, temos uma classe dominante que deseja:

(...) conservar sua posição, secretar uma série de instituições e de mecanismos que assegurem seu estatuto de dominação (...) Os que se encontram no pólo dominado procuram manifestar seu inconformismo através de estratégias de “subversão” o que implica em confronto permanente²²⁷.

Então, enquanto esse “estatuto de dominação” era imposto sobre as mulheres e a classe dominada, as mesmas manifestavam seu “inconformismo” lutando pelos seus direitos. Era um momento em que as mulheres perceberam que podiam ser ouvidas, não precisavam mais se manterem caladas diante das insatisfações. Percebemos que há um “confronto permanente” das revistas ilustradas com a questão feminina, assim elas utilizam de estratégias antifeministas para ridicularizar o feminismo. Vejamos a seguinte charge presente na revista *Careta*:

Figura 14 - *Careta*, Anno VII, n 341, 31 de janeiro de 1914



Legenda: Machucou-se? Qual macho couce! Foi um couce feminino...
Fonte: *Careta*, Anno VII, n 341, 31 de janeiro de 1914.

A charge acima ilustra como o comportamento feminino havia mudado. A mulher não ficava mais quieta ao ser assediada e isto incomodava os homens. Em 1928, na *Fon-Fon*, podemos perceber este incômodo por parte deles:

O feminismo, igualou as mulheres aos seus companheiros na terra e ... adeus galanteios e rapapés, adeus combates singulares, adeus rompantes quixotescos pagos com sorrisos! A mulher tornou-se forte, guarneceu barcos de regatas, jogou tênis,

²²⁷ ORTIZ, Renato (org). *Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 22-23.

basket-ball, luta romana e box e, por fim, passou a andar armada de agressivos guarda-chuvas, com cabos desta grossura e feitos de pedra mármore...²²⁸

No trecho acima, podemos deduzir ser uma escrita masculina indignada com o feminismo e as novas atitudes das mulheres. As charges e os escritos humorísticos são constantes nas revistas, fazendo uma representação do feminismo com mulheres loucas ou masculinizadas, como vemos neste trecho da revista *O Malho* em 14 de abril de 1936:

Creio que não há mais duvidas sobre os triumphos do feminismo. Isto é: as mulheres masculinizam-se. Porque será que as prophetisas do novo credo, são quase todas feias? (...) Se o feminismo continuar nessa marcha de fáceis conquistas, os dias serão tristemente contados. A volta do matriarcado será então a maior do século. Uma vez este instituto inicial da vida collectiva reorganizados, si algum perigo novo o ameaçar, como o advento de um terceiro sexo!²²⁹

A partir do texto notamos novamente a questão de desqualificação do movimento feminista. O periódico passava uma ideia de que a mulher feminista era masculinizada e feia. Como afirma Rachel Soihet, destacam-se:

(...) a feiura, a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconsequência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens²³⁰.

Assim, era considerado o surgimento de um terceiro sexo, visto como um “perigo novo o ameaçar”. Neste ponto, a revista pode estar se referindo às mulheres homossexuais. Pois, como afirma Judith Butler, uma sociedade com a relação binária da sexualidade determinada, anula a multiplicidade de uma sexualidade que romperia com a hegemonia heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica. Sendo assim, acreditamos que o feminismo por romper com a superioridade masculina atingiria sua identidade de gênero, construída culturalmente. Então, “‘a lésbica’ emerge como um terceiro gênero, prometendo transcender a restrição binária ao sexo, imposta pelo sistema da heterossexualidade compulsória”²³¹. A imprensa divulgava frequentemente a ideia de que mulheres feministas poderiam se tornar

²²⁸ “Feminismo”. *Fon-Fon*, Anno XXII, n.15, 14 de abril de 1928.

²²⁹ “A volta do matriarcado”. *O Malho*. Anno XXXV, n. 152, 30 de abril de 1936.

²³⁰ SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005, p. 595.

²³¹ BUTLER, Judith. *Op. cit.* p. 47.

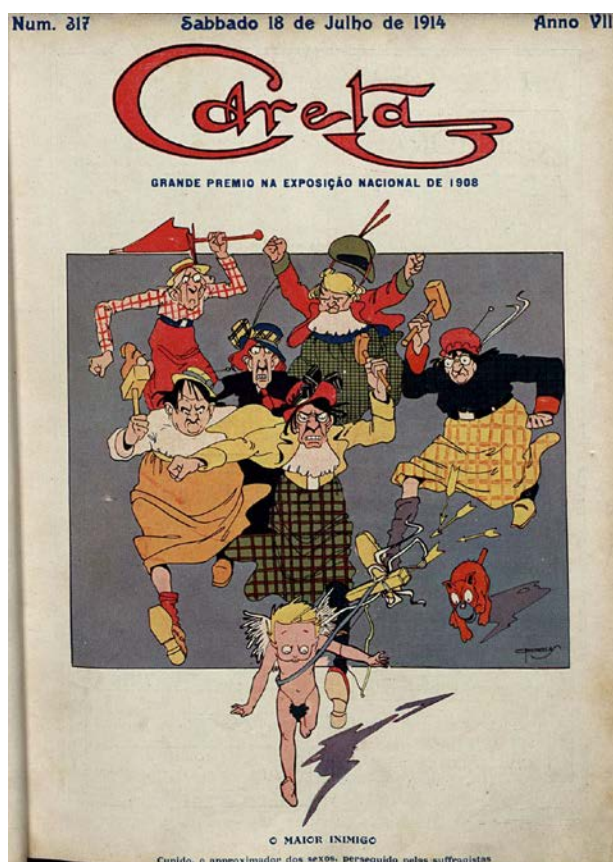
lésbicas, devido ao suposto ódio estimulado contra os homens. Como já enfatizado anteriormente neste capítulo, a sexualidade feminina era um alvo importante para alcançar a manutenção da ordem e das hierarquias. Sendo assim, várias publicações ofendendo e atacando a moral e a conduta femininas eram relacionadas ao feminismo.

Era recorrente a preocupação em acentuar o caráter imprescindível da beleza para as mulheres. A ausência desse atributo representava um pesado ônus, já que provavelmente elas seriam rejeitadas pelos homens. Crônicas eram feitas sobre esta questão. Nelas eram propostas estratégias para superar o “problema” e garantir às feias a possibilidade de realização daquela que é considerada a única aspiração legítima para as mulheres: o casamento. Neste sentido, o feminismo era constantemente utilizado como uma grande ameaça à concretização deste “destino feminino”. Na *Fon-Fon* do dia 5 de janeiro de 1918, sob o título “O leilão das moças”, o cronista, que assinava com o pseudônimo de Jotaene, relata uma prática existente na Antiguidade que possibilitava o casamento de moças bonitas, mas também das feias, através de leilões. No texto, o autor enfatiza a necessidade de aplicação destes leilões no Rio de Janeiro e destaca que talvez fosse o único jeito de acabar com as “sufragistas, as literatas, as neurasthenicas, as cochichadeiras e as beatas, horríveis espécies femininas nascidas da classe imensa, descontente, vingativa e audaz das vieilles-fille”²³².

Compreende-se a partir da crônica que as mulheres que decidiam ir à luta pelo reconhecimento de direitos, e buscavam disseminar suas ideias, faziam isso apenas por frustração, por serem feias e não conseguirem um marido. Sendo assim, por serem “vieille-fille” (solteiras em francês), buscavam vingança através do questionamento de sua condição. As caricaturas serviram como representações das feministas, feitas para construir uma imagem para os leitores, reafirmando um senso comum que já existia sobre elas. Observemos as charges abaixo:

²³² “O leilão das moças”. *Fon-Fon*. Anno XII, n.1. 5 de janeiro de 1918.

Figura 15 - *Careta*. Anno VII, n. 317, 18 de julho de 1914



Legenda: O maior inimigo. Cupido, o aproximador dos sexos, perseguido pelas sufragistas.

Fonte: *Careta*. Anno VII, n. 317, 18 de julho de 1914.

Figura 16 - *Fon-Fon*. Anno VIII, n. 20, 16 de maio de 1914



Legenda: Suffragistas.

Fonte: *Fon-Fon*. Anno VIII, n. 20, 16 de maio de 1914.

Nas capas das revistas *Careta* e *Fon-Fon*, é possível perceber as características que enfatizamos anteriormente, mulheres com imagens estereotipadas de solteironas, muito magras, outras gordas, mulheres mais velhas, feias, com vestimentas masculinas, pois estavam usando chapéus e sapatos de homens... Não representavam os signos femininos positivos para aquela época. Percebemos nessas imagens que o que parece, à primeira vista, ser somente uma brincadeira como forma de divertir o leitor, na verdade é intencional e maldoso, o que evidencia uma forma de violência simbólica contra as mulheres.

Outra estratégia utilizada pela imprensa era relacionar o feminismo à desmoralização feminina. O radicalismo agressivo e a masculinidade atribuídos às mulheres que se diziam feministas podem ser observados numa publicação da revista *Careta* de 10 de agosto de 1946, com o título de “Perigo feminista”. No texto é destacado que na Itália foram espalhadas várias placas nas estradas com recomendações para tomarem cuidado com os mosquitos, na imagem da placa havia uma “mulher volutuosa com a seguinte legenda: ‘cuidado com a Greta Squito. Mete-se na cama com qualquer um’”²³³. Segundo o artigo, o feminismo tornava as mulheres promíscuas, identificando o seu anseio de emancipação com o desejo sexual. A revista mostra sua posição machista com o intuito de descaracterizar o real significado e as lutas das feministas. Não esqueçamos dos valores da pureza e da virgindade como garantias da honra feminina, sendo o principal exemplo a Virgem Maria.

Portanto, a mulher que pensa, que fala, que escreve, a mulher que reclama, que se revolta é frustrada, feia, solteira e altamente perigosa. Neste sentido, a modernização precisava encontrar limites, principalmente no que tange à divisão de papéis sexistas e à religião. Um exemplo desta preocupação estava estampado na capa da revista *O Malho* em 15 de agosto de 1919, em uma imagem intitulada “Duvida nova: Almofadinha ou feminista?”:

²³³ “Perigo feminista”. *Careta*. Anno XXXIX, n. 1989, 10 de agosto de 1946.

Figura 17 - *O Malho*. Anno XVIII, n.895, 15 de agosto de 1919



Legenda: Duvida nova: Almofadinha ou feminista?

Fonte: *O Malho*. Anno XVIII, n. 895, 15 de agosto de 1919.

A partir da análise da charge e da legenda, entendemos que pode se tratar de duas críticas. A primeira se refere à preocupação do homem em estar se afeminando e a mulher se masculinizando. A segunda crítica seria por não conseguir distinguir o homem (almofadinha) da mulher (feminista). Ou seja, em ambos os casos, a preocupação é com a mistura de papéis femininos e masculinos e com a sexualidade de ambos os gêneros.

Em outra matéria na *Fon- Fon* do dia 24 de janeiro de 1920, podemos observar esta mesma preocupação:

Quando um homem procura imitar uma mulher, usando maneiras afeminadas, pondo carmin nos lábios e cintando suas roupas ao ponto de bem moldarem as formas toda a gente, com um risinho irônico de mofa, logo exclama: lá vae um autentico almofadinha²³⁴.

A partir do texto, podemos notar que a ideia passada sobre masculinidade era que o homem não deveria ter vaidades que se assemelhassem as das mulheres. Como afirma George Boris:

O comportamento que a maioria das culturas e das sociedades costuma definir – e conseqüentemente reforçar – para os homens como adequadamente masculino é construído através de um conjunto de manobras de defesa: temor às mulheres; temor à expressão de qualquer tipo de feminilidade, particularmente sob a forma da ternura, de passividade, de dependência ou mesmo de cuidados dispensados aos outros²³⁵.

²³⁴ “Coisas”. *Fon-Fon*. Anno XIV, n. 4, 24 de janeiro de 1920.

²³⁵ BORIS, George. *Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2000, p. 25.

Vemos, a partir da citação acima, do texto na revista *Fon-Fon* e da charge no periódico *O Malho*, que a masculinidade é construída pelo homem através do medo do que os outros vão pensar ou falar de suas atitudes: ou ele nega veementemente tudo o que a sociedade não quer que ele seja, ou ele será considerado um “não homem”: um homossexual, o símbolo da negação e do avesso, o homem que quer ser “mulher” e é passivo. Estes atributos definidos como “masculinos” se manifestam como a identidade do homem, assim como os atributos ditos “femininos” como a identidade das mulheres.

Neste sentido, a “mistura” de características masculinas e femininas, evidenciada nas revistas *O Malho* e *Fon-Fon* neste período da década de 1920, abria uma discussão acerca do surgimento de um “novo” homem neste momento de modernidade. Estaria o homem iniciando sua trajetória de mudança, no mesmo momento que se alterava a condição feminina? O feminismo estaria afetando também a condição masculina na sociedade? Defendemos a ideia de que para o homem também foi um tempo de mudanças, de adaptação à entrada das mulheres em espaços antes somente ocupados por eles. Surgiram neste período novas vestimentas e produtos destinados aos homens influenciando, assim, a vaidade masculina. Acreditamos que o patriarcalismo, também pese para os homens. Há um medo de ser taxado com estereótipos femininos. As revistas ilustradas através do humor e da ironia, tentavam afastar essas possíveis alterações nas relações de gênero, buscando, ao mesmo tempo, enfraquecer as lutas feministas e, assim, proteger a honra e a virilidade masculina.

Ainda no início do século XX, vimos que não eram somente o feminismo e a feminização do homem que preocupavam a sociedade. Mas, também, os casos de transgêneros. Nos levantamentos sobre as representações do feminismo feitos nos periódicos, encontramos dois casos, um no *O Malho* e outra na *Careta* enfatizando casos ocorridos no Brasil. Sabemos que as questões de gênero vão além da condição feminina, mas no período raramente encontramos notícias como estas e, por escassez de fontes, estas relações acabam não sendo aprofundadas. Embora a questão não seja o foco desta pesquisa, não podemos deixar de abordar este assunto, até porque está intimamente relacionado às mudanças ocorridas nas relações de gênero como um todo. Assim, o primeiro caso encontrado foi publicado na revista *O Malho* no dia 25 de junho de 1910, com a seguinte fotografia:

Figura 18 - *O Malho*. Anno IX, n.406, 25 de junho de 1910

Legenda: Mulher Homem. Prudencia- natural de Cannaveiras, Estado de Santa Catharina. Escolhendo as vestes que apresenta na fotografia, guarda este disfarce há 3 annos, pouco mais ou menos, sem intuios reprováveis. Chama à presença do Dra. Juiz de Direito da Comarca do Tubarão, onde foi denunciada, ficou finalmente provado, apoz rigorosas investigações, que maleficio nenhum encobre. Inteligente e desembaraçada, trabalha com desenvoltura, de preferencia na lavoura, evitando a convivência com os verdadeiros representantes do sexo que ella imita cem perfeita habilidade, tendo, neste ponto, enganado a muitos. Prudencia, allega ainda que d'esse modo, ganha mais generoso salario do que se uzasse o seu verdadeiro vestuário, gozando assim de mais respeito para a sua honra intacta. Tem 17 para 18 annos e acompanha uma conhecida e amiga a quem presta toda dedicação e affecto, e com quem se dizia cazada... Tomou o nome de Jorge, sendo também conhecida por Jorgelino. Ultimamente, Prudencia trabalhava no plantio de colheita do arroz, n'aquelle município. Faz uzo perfeito da espingarda, podendo concorrer com o Sr. Thomaz Wood no campeonato do cachimbo, pois não morre de caretas... Felizmente esta espécie é rara...

Fonte: *O Malho*. Anno IX, n. 406, 25 de junho de 1910.

Na época os casos transsexuais eram vistos como “inversão sexual”²³⁶. Este discurso associa homossexualidade feminina com “masculinização” (como era feito constantemente

²³⁶ NEWTON, Esther. “Le mythe de la lesbienne masculine: Radclyffe Hall et la Nouvelle Femme”. *Cahiers du Genre*, N. 45, 2008, p. 15-42.

com as feministas), com especial ênfase à questão da vestimenta. Considera-se que o olhar de quem fotografa está direcionado para o cotidiano, com intuito de captar um efeito estético ou de notícia, podendo gerar assim uma visão parcial da realidade. Esta publicação nos mostra um problema de gênero e de sexualidade vivido no período. Segundo Luciana Bittencourt, as fotografias:

Retratam a história visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos, atores sociais e rituais, e aprofundam a compreensão da cultura material, sua iconografia e suas transformações ao longo do tempo. Mais ainda, a análise de registros fotográficos tem permitido a reconstituição da história cultural de alguns grupos sociais, bem como um melhor entendimento dos processos de mudança social, do impacto do colonialismo e da dinâmica das relações interétnicas²³⁷.

A maneira como Prudencia se vestia e o uso da espingarda (descrito na legenda) evidenciam elementos que remetiam ao gênero com o qual ela se identificava (o masculino), mas que não representava os padrões sociais determinados como “naturais femininos”. Ou seja, a revista entendia o homem-trans Jorge (Prudencia), como uma mulher que se vestia de homem, e ainda vivia acompanhada, assumindo um relacionamento com outra mulher, apontando sua homossexualidade. Fato este que foi invalidado e desqualificado pelo periódico quando é enfatizado que sua “honra esta intacta”, ou seja, não houve penetração e sua virgindade estava mantida. A revista apresenta esta informação como uma forma de justificativa para a mulher se vestir de homem, dando a entender que ela fazia isso para preservar sua virgindade e ganhar um salário melhor.

Questões como essas, geralmente tinham pouco ou nenhum espaço na imprensa, tanto que só encontramos esta notícia no periódico. As questões de gênero, nesta época estavam relacionadas mais especificamente à questão feminina. O que não quer dizer que casos como este não acontecessem com frequência. O fato da revista ter noticiado esta mulher, não significa dizer que ela estava apoiando o ocorrido, tanto que nela é observado o uso do deboche e da ironia. Portanto, como forma de crítica ao acontecimento, o periódico relata o ocorrido e encerra o seu texto com a seguinte frase: “Felizmente esta espécie é rara...”, despreocupando seus leitores e menosprezando a mulher noticiada.

A segunda notícia ocorre em 28 de dezembro de 1912, na revista *Careta*, intitulada, como em *O Malho*, “Mulher-Homem”. Observemos abaixo:

²³⁷ BITTENCOURT, Luciana Aguiar. “Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (org.). *Desafios da imagem*. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004, p. 199-200.

Figura 19 - *Careta*. Anno V, n.239, 28 de dezembro de 1912



Legenda: Pedro Peres ou Armando Airati, gatuno que operava vestido de mulher com o nome de Princesa de Bourbon, foi expulso do território nacional.

Fonte: *Careta*. Anno V, n. 239, 28 de dezembro de 1912.

A notícia apresenta um homem que se vestia de mulher e que praticava roubos vestido desta forma. Também é enfatizado que ele teria sido expulso do país. Mas, isso aconteceu porque era ladrão ou por se vestir de mulher? Não sabemos. Mas fica a dúvida, pois em tempos de manutenção de padrões sexistas, não seria estranho que isso acontecesse ou que o segundo aspecto tivesse reforçado o primeiro. As fontes nos apresentaram somente estes dois casos na imprensa, sendo possível perceber um aumento no conservadorismo a partir da década de 1920.

Por outro lado, precisamos destacar o fato de que também havia notícias positivas sobre o feminismo, embora de maneira sutil e muitas vezes comparando-se com notícias do movimento feminista internacional. Como exemplo, vejamos um artigo em *O Malho* de 24 de janeiro de 1935, onde era feito um elogio ao feminismo internacional:

O feminismo que já havia conquistado a Inglaterra, em cuja Camara dos Commons há 13 mulheres e que no seu actual governo trabalhista contam duas representantes do sexo fraco, estão invadindo vários parlamentos. Apesar de estar notavelmente desenvolvido o feminismo na Suecia, são somente três as deputadas nesse país, cujo parlamento se compõe de 230 membros. As suas conselheiras municipais são, porém, 702. (...) O total mundial de parlamentares femininos, excluídas as de

assembleas estadoaes e municipaes, é de 237, sendo 157 na Europa, 10 na América do Norte, 67 na Rússia dos Soviets, 2 na Austria e 1 na África. A proporção nos parlamentos europeus (exceptuada a Rússia) é de 1 mulher e 32 homens, nos parlamentos nacionais dos Estados Unidos e do Canadá 1 mulher e 74 homens e na Rússia soviética 1 mulher e 8 homens. (...) Esperemos a estatística de 1935 para avaliarmos a marcha do feminismo²³⁸.

A notícia aponta o crescimento da ocupação feminina na esfera política internacional no ano de 1930, e nada foi apontado sobre este mesmo dado no Brasil. As notícias que falavam positivamente sobre o feminismo não destacavam mulheres na política nacional, se limitavam aos acontecimentos e não introduziam ou alertavam para as mudanças necessárias no Brasil. Segundo Carla Pinsky, as revistas veiculavam conteúdos marcados pela história e “nunca surgem com ideias revolucionárias, não abrem caminhos, mas também não podem ficar muito distantes das transformações de seu tempo, pois correm o risco de perder seu público leitor”²³⁹. Portanto, destacamos que as revistas ilustradas mostravam as notícias a fim de agradar um maior número de leitores, já que precisavam vender e ter lucros. Afinal, esta era a perspectiva empresarial do periódico, que visava corresponder às expectativas de seu público consumidor, visando sempre atingir um maior número de clientes. Eram tempos de incertezas, de medo do futuro, de buscar o progresso, mas sem abandonar o passado.

Apesar das charges e crônicas irônicas, muitas mulheres reagiram no sentido de alterar a sua posição na sociedade, nas esferas pública e privada. Logo, as mulheres que, como vimos, queriam trabalhar fora de casa, circular livremente pelas ruas, utilizar roupas consideradas inadequadas, permanecerem solteiras, se formarem em faculdades, eram alvos da imprensa que as considerava jovens levadas pelo feminismo e pelo objetivo de se igualarem aos homens. Neste contexto, não poucas assumem abertamente a campanha pela conquista dos seus direitos, pois como afirma Rachel Soihet:

Com projetos para organizações de associações, pronunciamentos públicos, utilização da imprensa, buscavam o apoio de lideranças nos diversos campos, constituindo grupos de pressão visando garantir apoio de parlamentares e de outras autoridades, da imprensa, da opinião pública, etc²⁴⁰.

²³⁸ “O feminismo em 1930”. *O Malho*. Anno XXXIV, n. 86, 24 de janeiro de 1935.

²³⁹ PINSKY, Carla Bassanezi. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 15.

²⁴⁰ SOIHET, Rachel. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15. Campinas: Editora Autores Associados, set.-dez. 2000, p. 1.

Como vimos, isto foi feito em sua maioria, com um discurso moderado, pois este era o pensamento passado pela maioria das autoras/colaboradoras das revistas às leitoras. Porém, devemos destacar que, mesmo colaborando com as estratégias do patriarcado, estas autoras se colocavam como sujeitos históricos, com espaço (mesmo que este fosse concedido e limitado), pois cada “autora/leitora/indivíduo se constitui na linguagem e na história”²⁴¹. O faziam não porque tenham incorporado que esta seria a forma adequada de expressão feminina, mas acreditamos que por estratégia política. A seguir veremos de que forma as mulheres que escreveram nessas revistas se expressavam sobre os assuntos como o casamento, o divórcio e o papel feminino na família.

²⁴¹ MACENA, Fabiana. Op. cit., p. 103.

3 IMPRENSA, DIVÓRCIO E CASAMENTO: O PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA

3.1 Casamento, maternidade, sexualidade e medicina

Senhorita X: - Afirmam as estatísticas que oitenta por cento dos homens recolhidos às penitenciárias são solteiros. O cavalheiro: - Isso prova apenas que a maioria d'elles prefere a cadeia ao casamento ²⁴².

A missão que enobrece e dignifica a mulher é o matrimônio e a maternidade. No casamento realizará e vislumbrará uma vida de gozo, principesca e ostentosa²⁴³.

Os trechos acima são respectivamente dos anos de 1915 e 1936, das revistas *Careta* e *Fon-Fon*, e nos mostram parte dos discursos da imprensa sobre o casamento ao longo do tempo aqui estudado a partir de uma divisão de gênero. Para os homens era divulgado como algo ruim, sendo melhor até mesmo a prisão. Já para as mulheres, era apresentado como uma realização pessoal, trazendo dignidade, felicidade, ostentação financeira e sentido existencial. Como vimos no capítulo 2, as revistas ilustradas, perpassadas pelo patriarcalismo, colaboravam para o fortalecimento das divisões dos papéis de gênero. Logo, as mulheres eram as mais pressionadas a se casarem, e depois de casadas continuavam sendo cobradas pela durabilidade e felicidade conjugal.

É difícil medir o impacto que estas revistas tiveram sobre as mulheres, mas podemos supor que devido às altas tiragens, elas alcançaram um bom público leitor. Possivelmente, muitas delas, ansiosas com as mudanças que ocorriam no período, absorviam muitos dos posicionamentos dos periódicos e consolidavam a partir deles as suas próprias opiniões. Sendo assim, segundo afirma Susan K. Besse, as revistas orientavam as mulheres que:

(..) em primeiro lugar deveriam demonstrar que o único caminho para a verdadeira felicidade e realização pessoal encontrava-se no cultivo permanente do papel de esposa virtuosa. Em segundo lugar, instruía-as sobre o modo de cumprir melhor sua missão de preservar a estabilidade familiar e social, de criar forças de trabalho produtiva e de promover a prosperidade doméstica e nacional²⁴⁴.

²⁴² “Num baile”. *Careta*. Anno IV, n.8, 13 de novembro de 1915.

²⁴³ “Absolvição”. Lurdes Pereira de Freitas. *Fon-Fon*. Anno XXX, n. 45, 7 de novembro de 1936

²⁴⁴ BESSE, Susan K. Op. cit., p. 78.

Ou seja, a mulher foi conquistando o espaço público ao mesmo tempo em que se fortalecia a ideia de uma função natural feminina caracterizada por ser mãe, esposa e dona de casa. Estas revistas exigiam das mulheres sacrifícios que não eram destinados aos homens. Muitas leitoras seguiam os conselhos práticos nelas expostos para alcançar as exigências da sociedade que, segundo Jeni Vaitsman, passava por um processo de modernização patriarcal. Para a autora, “a modernização no plano da subjetividade e da família seria muitas vezes apenas aparente, com a persistência de elementos tradicionais coexistindo com comportamentos aparentemente modernos”²⁴⁵.

Concordamos com a ideia de Vaitsman sobre um “patriarcalismo moderno”²⁴⁶ no Brasil, a partir do início do século XX, ou seja, a família moderna é de fato uma família patriarcal²⁴⁷. Segundo a autora, a família conjugal moderna se formava a partir de algumas mudanças, como a vontade individual do homem e da mulher (o amor romântico), tinha uma maior participação da mulher em atividades lucrativas (como a de costureira, professora, datilógrafa, secretária, entre outras) e, em alguns casos, ocorria o desquite ou o casamento com desquitados, além da diminuição da autoridade paterna e do aumento do controle sobre a natalidade. Estas mudanças são os conteúdos distintos que modificaram o patriarcalismo rural do moderno vivenciado no país no período analisado nesta tese. Nesse sentido, as mulheres continuavam enfrentando as desigualdades de gênero, nos âmbitos público e privado. Isto porque a participação crescente das mulheres na esfera pública e a conquista de direitos eram vistos como uma ameaça à família e ao patriarcado, “(...) sendo alvo do ataque dos representantes do próprio Estado que promovia a industrialização”²⁴⁸.

Sendo assim, a valorização do casamento se tornava necessária para a realização destas novas formas do patriarcalismo. Isto pode ser percebido em um texto irônico sem autor da revista *Careta*, em 27 de agosto de 1910:

Em uma roda smart defendia-se que o casamento é um logro. Cada qual emitia a sua opinião. (...) - E você coronel, que pensa do casamento? - Lá para meus lados a mulher cria os filhos, arruma a casa, olha a cosinha, cose para a família, cuida da criação, prepara a manteiga, e á noite ainda ensina os meninos a lêr. Tudo isso de

²⁴⁵ VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 14.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 61.

²⁴⁷ Procuramos nos aprofundar neste conceito em dissertação de mestrado já anteriormente citada: FERREIRA, Vívian Marcello. *Op. cit.*, p. 45-55.

²⁴⁸ VAITSMAN, Jeni. *Op. cit.*, p. 56.

graça; não ganha nem um vintém por mez. Por isso não posso achar que o casamento seja logro nem mau negocio²⁴⁹.

O texto acima mostra um relato da realidade daquele tempo, os homens lucravam com o trabalho doméstico não remunerado das suas esposas. Assim, como parte da construção moderna capitalista, o trabalho no interior da família era visto como invisível, sem valor e improdutivo. Desta forma, imprensa, classe dominante, Estado e Igreja entendiam que o triunfo da “civilização e do progresso” na esfera pública dependia da “salvação” da família. Para Susan K. Besse, eles tinham o objetivo de:

(...) transformar a sociedade oligárquica “anacrônica” que, continuara a existir dentro de um país burguês moderno, próspero e ordeiro. Grande parte de sua atenção concentrava-se no fortalecimento das famílias de classe média e alta, uma vez que as mulheres dessas classes eram mais desabridas no ataque ao casamento e uma vez que eram essas classes que estabeleciam as normas da sociedade²⁵⁰.

Neste sentido, a imprensa ficava responsável por disseminar essas normas “modernas” a fim de obter aceitação por meio da indução feita de várias formas, como, por exemplo, a divulgação de fotos de casamento de pessoas influentes na sociedade (políticos, militares, empresários ou intelectuais). Isto pode ser observado nas imagens abaixo:

Figura 20 - *O Malho*. Anno XXI, n.1009, 14 de janeiro de 1922



Legenda: Vida Social. – Enlace Felipe Viviani- Elza Prado Viviani - Enlace Dr. Augusto Ferreira Martins – Herminia da Costa Campos.

Fonte: *O Malho*. Anno XXI, n.1009, 14 de janeiro de 1922.

²⁴⁹ “Casamento é logro?”. *Careta*. Anno II, n.117. 27 de agosto de 1910.

²⁵⁰ BESSE, Susan K. Op. cit, p. 63-64.

Figura 21 - *Fon-Fon*. Anno XVII, n.41, 13 de outubro de 1923



Legenda: Acontecimentos Mundanos: - A senhorita Zulmira Braga, da alta sociedade paulista, e o senhor Alfredo Matinez Grace, que ha dias se consorciaram em São Paulo.

- A senhorinha Antonietta de Souza, no dia do seu casamento com o sr. Mario Borges de Figueiredo.

Fonte: *Fon-Fon*. Anno XVII, n.41, 13 de outubro de 1923.

Figura 22 - *Careta*. Anno XXXV, n. 1781 15 de agosto de 1942



Legenda: Enlace de Moema Vergara com Gouvea Portela. Matrimônio da Srta. Moema Dutra Vergara, filha do Sr. Luís Vergara, secretario da Presidencia da Republica, com o Sr. Arthur Gouvea Portela, filho do general Arthur Silva Portela, diretor do Material Bélico. O ato teve a presença de ministros de Estado, membros do Corpo Diplomático, altas patentes do Exército, Marinha e Aeronáutica, membros dos gabinetes Civil e Militar da Presidência.

Fonte: *Careta*. Anno XXXV, n. 1781 15 de agosto de 1942.

As três revistas (*O Malho*, *Fon-Fon* e *Careta*) apresentavam estratégias muito parecidas para defender diante de seus leitores que o casamento continuava sendo de extrema importância para a sociedade, visando o fortalecimento da família e da ordem. Nas três fotografias percebemos que todos os casais são brancos, as noivas com vestidos luxuosos brancos e os noivos com ternos igualmente alinhados com a importância do evento. Nos anos 1920, percebemos que os noivos seguravam algo em suas mãos, e em todas as imagens. Na segunda imagem, da revista *Fon-Fon*, vemos uma noiva sozinha, o que não era muito comum nas revistas (principalmente no dia da cerimônia). Possivelmente, a noiva possuía maior influência na sociedade do que o noivo.

Na última fotografia, da *Careta*, vemos na legenda uma necessidade de orientar seus leitores, de apresentar a filiação dos noivos e a participação de militares e membros da política na cerimônia. Havia, portanto, uma notável preocupação em exhibir as uniões entre as famílias ricas das principais capitais do país. Como enfatizado no capítulo 1, o reconhecimento social dessa “nova” sociedade republicana era muito importante na busca por

pertencimento e prestígio. Para Carla Bassanezi Pinsky, mesmo com o ideal do casamento por amor:

(...) a família ainda era forte e a autoridade paterna mantinha poder de veto, especialmente em namoros considerados inadequados por questões (preconceitos) de classe, “raça” ou religião. Portanto não se apostava no sucesso de uniões desaprovadas pela família²⁵¹.

Sendo assim, ao divulgar fotos com as legendas contendo os sobrenomes dos noivos, a sociedade, além de conhecer os laços entre as famílias, interpretava que havia a aprovação delas. Além da divulgação a partir de fotografias, outras estratégias eram utilizadas pela imprensa: exposição de correspondências dos leitores sobre a importância do casamento; horóscopo com previsões de matrimônios para os diferentes signos; propagandas de vestidos de noivas; poemas; colunas; e discursos de políticos, intelectuais e artistas conhecidos que expressavam suas opiniões sobre o tema. Podemos destacar uma fala de Rui Barbosa publicada na *Careta* em 27 de abril de 1935:

A família divinamente constituída, tem por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a bemquerença, o sacrifício. É uma harmonia instintiva de vontade, uma desestudada permuta de abdições, um tecido vivente de almas entrelaçadas. (...) Multiplicai a família e tereis a Patria²⁵².

Constantemente, a revista trabalhava a ideia de família relacionada com o fortalecimento do país. Rui Barbosa já havia falecido, mas o periódico não por acaso relembra sua fala. Seu discurso se encaixava nas ideias da década de 1930 e, por isso, era reapropriado. Como vimos nos capítulos anteriores, esse foi um período de fortalecimento do patriarcalismo e da cultura religiosa católica no Brasil. Sendo assim, o casamento sendo considerado sagrado não poderia ser desfeito. Como afirma Gizlene Neder, “(...) a família dita moderna vai assumir cada vez mais os contornos da Sagrada Família”²⁵³. Para a autora, Rui Barbosa era “(...) sinceramente católico e não admitia a dissolução dos casamentos”²⁵⁴. Suas ideias conservadoras influenciaram profundamente o campo jurídico no país. No Código Civil de

²⁵¹ PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos rígidos”. Op. cit., p. 482.

²⁵² “Pensamento”. *Careta*. Anno XXVIII, n. 1401, 27 de abril de 1935.

²⁵³ NEDER, Gizlene. “Amélia e Clóvis Bevilacqua: o casamento, o casal e a ideia de indivíduo” In: FILHO, Gisálio Cerqueira, NEDER, Gizlene (org.) *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 134.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 153.

1916, na esfera do “Direito da família fez promulgar uma lei do casamento civil sem o divórcio”²⁵⁵. Rui Barbosa alterou e restringiu a liberdade feminina; “(...) discriminava a mulher tratando-a como um ser inferior e relativamente incapaz, necessitada de proteção, orientação e aprovação masculina”²⁵⁶. Neste sentido, entendemos que a *Careta* ao publicar um texto de Rui Barbosa em 1935, expõe seu posicionamento sobre o casamento e a inferioridade feminina, colaborando para a manutenção da desigualdade de gênero e induzindo seus leitores a pensarem da mesma forma.

Além dos discursos de intelectuais ou políticos, como o exemplo acima, muitas charges sobre matrimônio e vida conjugal também eram utilizadas pelos periódicos. Nas charges selecionadas, notamos uma padronização em torno de como esses temas eram entendidos entre homens e mulheres. Vejamos uma charge da *Fon-Fon*, em 15 de maio de 1909:

Figura 23 - *Fon-Fon*. Anno III, n. 20, 15 de maio de 1909



Legenda: -Lembra-te que não serias hoje o meu esposo, se meu pobre Anacleto não tivesse morrido afogado no Leme.

-O', como é cruel o mar! Fez duas victimas de um golpe só!

Fonte: *Fon-Fon*. Anno III, n. 20, 15 de maio de 1909.

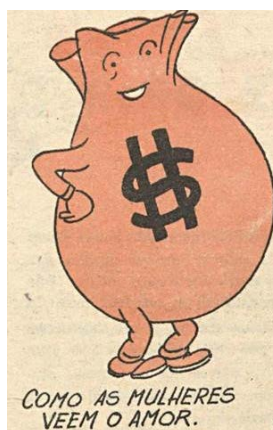
Notamos que o homem era retratado como prejudicado pelo casamento. A imagem mostra uma cena de insatisfação, tristeza, aborrecimento e até arrependimento do marido com a esposa, que antes era viúva e que teria feito mais uma “vítima” no seu segundo casamento. No caso das mulheres, a representação era outra. As charges trabalhavam constantemente com a ideia de que todas eram interesseiras e que só pensavam no casamento devido ao dinheiro

²⁵⁵ Ibidem, p. 157.

²⁵⁶ FERREIRA, Vívian Marcello. Op. cit., p. 118.

do pretendente ou a sua influência social, como é destacado abaixo na revista *O Malho* de fevereiro de 1946:

Figura 24 - *O Malho*. Anno XLIV, n. 73, fevereiro de 1946



Legenda: Como as mulheres veem o amor.

Fonte: *O Malho*. Anno XLIV, n. 73, fevereiro de 1946.

Portanto, ao mesmo tempo em que estas revistas incentivavam o casamento, também retratavam visões distintas sobre o que possivelmente homens e mulheres pensavam ou deveriam pensar sobre o assunto. O objetivo era fortalecer a ideia da necessidade do casamento, sua durabilidade e felicidade. Desta forma, como afirma Mary Del Priore: “Criaturas opostas, homens e mulheres deveriam se unir por uma razão: construir família”²⁵⁷. Mas, as mulheres, principalmente as mais jovens que viviam com mais intensidade as mudanças do período, começavam a agir de maneira diferente dos padrões exigidos e valorizados no século anterior, usando roupas leves para passeios nas praias, para a realização de esportes ou mesmo para dançar. Para a autora, o século XX inventou o “(...) corpo novo e exibido. Mas também, um corpo íntimo e sexuado que, lentamente, veria afrouxar as disciplinas do passado em benefício do prazer”²⁵⁸. Porém, acreditamos que seria um prazer comedido, controlado e vigiado.

Isto porque os pais estavam perdendo cada vez mais o controle das escolhas de casamento dos seus filhos e filhas e os maridos se encontravam temerosos com a perda de controle também sobre suas esposas. Afinal, mesmo com todo o esforço para se manter o patriarcalismo no Código Civil de 1916, apesar da recusa ao divórcio, o desquite foi permitido por lei. A possibilidade do desquite, as discussões sobre o divórcio, o amor romântico e a

²⁵⁷ DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013, p. 62.

²⁵⁸ DEL PRIORE, Mary. *Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011, p. 106.

liberdade do corpo feminino, enfraqueciam a visão patriarcal de propriedade e domínio sobre a mulher. Portanto, a fim de combater estas ameaças, reformadores começaram a pensar como adaptar a manutenção do casamento, do controle do corpo feminino e dos papéis sexistas, com as mudanças vindas no novo século. Como afirma Michelle Perrot, o corpo feminino era “objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor é a própria marca da feminilidade”²⁵⁹. Foi em meio a esta relação entre liberdade e censura, tradição e modernidade que viviam as mulheres da primeira metade do século XX.

Neste contexto, iniciava-se a discussão de propostas para a reformulação ou renovação do casamento. Como afirma Susan K. Besse:

O empenho em reformar o casamento sofria uma dupla pressão. Em primeiro lugar, devido ao descontentamento das mulheres, as relações marido-esposa tinham que ser modernizadas, adquirindo pelo menos uma aparência superficial de igualdade e reciprocidade. Em segundo lugar, os reformadores procuravam tornar o casamento mais “higiênico”, mais racional e, portanto, mais funcional na produção de cidadãos bem socializados e competentes, cujo comportamento promoveria a civilização e o progresso²⁶⁰.

Os reformadores decidiram divulgar quais mudanças seriam necessárias para a manutenção do casamento. O papel da imprensa seria informar sobre essas novidades. Para isto, novas colunas e textos com dicas de como manter um casamento harmonioso e saudável começaram a surgir com maior frequência. Desta vez, não apenas para as leitoras, mas também para o público leitor masculino. Abaixo observamos um exemplo em um texto na revista *O Malho*, de maio de 1947:

O homem que quiser conquistar o amor de sua mulher e conservá-lo, a despeito dos hábitos de “flirt”, dos chás, das reuniões elegantes, deve, distingui-la com pequenas cortesias já em desuso e que, feitas com oportunidade mas discretamente impressionam profundamente. (...) Nunca a interromper e nem lhe pedir silêncio sob pretexto algum. Conservar os galanteios do noivado (flores e bombons) espaçados e oportunos. (...) Com essas pequenas coisas é muito fácil fazer uma esposa feliz. Quanto a expansões e carinho, não esquecer que as mulheres são essencialmente variáveis. Há dias em que aceitam e até apreciam qualquer dose de carícias, mas há dias em que elas não estão para isso... Nesses dias ter a paciência de deixá-las em paz e não se mostrar aborrecido ou irritado por isso. Quem quiser ser feliz siga estes conselhos²⁶¹.

²⁵⁹ PERROT, Michele. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda S.; SOIHET, Rachel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 13.

²⁶⁰ BESSE, Susan K. Op. cit., p.65.

²⁶¹ “Para alcançar a felicidade conjugal”. *O Malho*. Anno XLV, n. 88, maio de 1947.

O texto apresenta dicas de como conquistar e conservar o casamento e a felicidade conjugal no cotidiano, a partir do esforço do homem em agradar a mulher. Este tipo de conselho era dado frequentemente às mulheres. Nessa nova perspectiva, conselhos baseados no amor, no consenso e na intimidade, começavam a ser direcionados aos homens. Estes eram encarados como as únicas bases possíveis para garantir a estabilidade na modernidade. Segundo Mary Del Priore, uma segunda onda de sexologistas nos anos de 1940, “(...) proclamavam os aspectos positivos do sexo dentro do casamento. Para eles o sexo não era visto apenas como instinto de reprodução, mas como reflexo do sentimento entre esposos”²⁶². Ou seja, a demonstração de afeto do marido pela sua esposa era um reflexo das discussões que circulavam no período como uma nova maneira de se relacionar dentro do casamento.

A imprensa passa a valorizar estas ações como uma forma de estabelecer que a afetividade tinha a ver com sucesso e felicidade no casamento. Percebemos nas fontes que as modificações aconteciam de forma controlada e as manifestações de afetividade deveriam acontecer sem “exageros”, para o homem não parecer “afeminado”, pois as emoções estariam ligadas ao feminino. Desta forma, a imprensa trabalhava com contradições, divulgando ao mesmo tempo um lado “novo” do homem, mais carinhoso e atento a sua esposa, mas continuava com charges e escritos menosprezando as mulheres, apresentando-as como inferiores e exaltando a força e a superioridade masculinas.

A vida conjugal ganhava novo sentido para homens e mulheres. Além das mudanças nas relações conjugais, a ciência passou a ser utilizada como uma fonte de convencimento na comprovação de que o casamento seria de extrema importância, não apenas para a sobrevivência da espécie humana, mas também para o bem estar individual. Portanto, além do Estado e da Igreja, o casamento teria agora, também a supervisão da medicina. De acordo com Rachel Soihet:

A higienização da família com vistas ao estabelecimento da saúde física e psíquica, garantindo uma prole saudável e uma futura classe dirigente sólida e respeitosa das leis e dos costumes, das regras e das convenções, é o objetivo. Mas tais propostas não representam um abrandamento na divisão de esferas, como se reafirma nesse discurso: o homem na órbita pública e a mulher na esfera privada²⁶³.

Ou seja, a proposta era destacar que as famílias modernas precisavam ser higiênicas e sem modificar a ordem dos gêneros. Mas, acreditamos que mesmo não tendo a intenção, a

²⁶² DEL PRIORE, Mary. *Histórias Intimas...* Op. cit., p. 122.

²⁶³ SOIHET, Raquel. *Feminismos e antifeminismos...* Op. cit., p. 32.

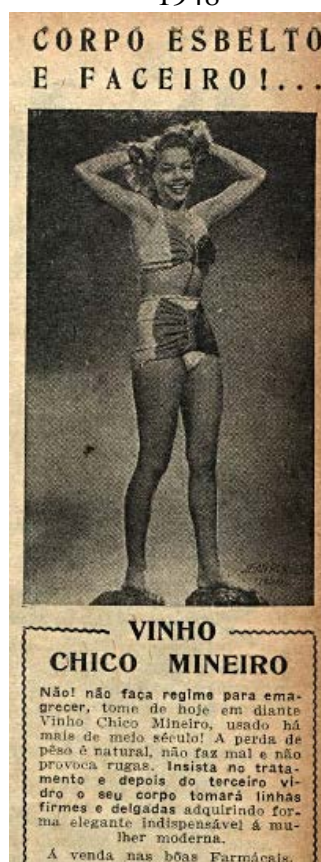
ideia de renovar ou reformar o casamento automaticamente redefiniu as relações de gênero. A comunidade médica observou a necessidade de tratar possíveis problemas da sexualidade que afetavam a vida conjugal. Desta forma, o papel da imprensa era informar e colaborar para que estes discursos fossem amplamente divulgados e aceitos. A partir deste momento, vemos o aumento das propagandas de produtos relacionados aos cuidados com os corpos, principalmente o feminino, o que pode ser observado em dois exemplos abaixo da revista *Fon-Fon*:

Figura 25 - *Fon-Fon*. Anno XLII, n.2.160, 28 de agosto de 1948



Legenda: Metrolina. Antisséptico, adstringente, bactericida. O produto preferido pelas senhoras modernas para a sua Higiene Intima.
Fonte: *Fon-Fon*. Anno XLII, n.2.160, 28 de agosto de 194

Figura 26 - *Fon-Fon*. Anno XLII, n.2.152, 3 de julho de 1948



Legenda: Corpo Esbelto e Faceiro!... Vinho Chico Mineiro. Não! Não faça regime para emagrecer, toma de hoje em diante Vinho Chico Mineiro, usado há mais de meio século! A perda de peso é natural não faz mal e não provoca rugas. Insista no tratamento e depois do terceiro vidro e seu corpo tomará linhas firmes e delgadas adquirindo forma elegante indispensável à mulher moderna. À venda nas boas Farmácias.

Fonte: *Fon-Fon*. Anno XLII, n.2.152, 3 de julho de 1948.

As propagandas acima demonstram preocupação com a saúde e o corpo da mulher. Na figura 25, vemos uma propaganda de higiene feminina. Eram várias as marcas de sabonetes íntimos divulgados nas três revistas aqui analisadas, e não somente na *Fon-Fon*. A segunda propaganda era direcionada ao objetivo de alcançar um corpo magro, amplamente divulgado como saudável e belo. A beleza continuava sendo uma busca constante das mulheres. Afinal, era necessário se manter atraente para conquistar um bom marido e manter o casamento. Eram poucas as propagandas sobre beleza masculina. As destinadas aos homens, quando apareciam, eram relacionadas à sexualidade e à virilidade, como podemos observar abaixo na *Careta* de 11 de janeiro de 1936:

Lastimavelmente, a porcentagem de homens fortes diminui continuamente. A syphilis, o álcool, o fumo, os entorpecentes, as deficiências alimentares, tudo isso enfim, estiola as forças humanas, diminuindo assustadoramente o número dos fortes. A medicina entretanto evolui sempre, por isso, compreendendo a situação angustiosa de milhões de envelhecidos precocemente, conseguiu descobrir o preparado opoterápico “PEROLAS TITUS”, que por ser de base hormonal e de extratos glandulares, reaviva as funções das glândulas endócrinas, adormecidas ou perturbadas, facilitando assim um revigoramento de todo o organismo. É o único reconstituente de efeitos permanentes sobre o físico em geral e as funções sexuais em particular.²⁶⁴

A propaganda enfatiza que os hábitos não saudáveis dos homens geravam consequências como a fraqueza e as doenças que afetavam sua virilidade – principal foco do produto anunciado. Até então, não havia nas revistas ilustradas informações sobre sexo, algo que se aprendia durante a vida na sua individualidade. Para a maioria das mulheres, uma vida de silêncio e culpa. Segundo Mary Del Priore, foi a partir do ano de 1930 que se iniciaram os primeiros trabalhos sobre o tema. Afinal:

(...) essa é a época de ouro dos higienistas, os especialistas em sanitarismo. A conscientização sobre a necessidade de educação sexual entre os jovens. Como funcionariam os casamentos de forma saudável se as jovens continuassem educadas “para nada saber” e os rapazes indo ao bordel? Resposta: explicando tudo direitinho, mas treinando a castidade²⁶⁵.

Mas, a maneira como as informações sobre sexualidade chegavam até os jovens, era diferenciada por gênero. A preservação da castidade, como enfatiza Del Priore, era direcionada à mulher juntamente com informações sobre a maternidade. Isto pode ser percebido em propaganda do livro intitulado *Biologia da mulher* na revista *Fon-Fon* do dia 27 de janeiro de 1940. Nela consta a apresentação dos capítulos do livro do médico Dr. F. Haro sobre a sexualidade feminina. Logo no início da propaganda vemos com letras destacadas a chamada para as mães darem o livro para suas filhas. Ou seja, as orientações médicas responsabilizavam as mães por fornecerem a educação sexual para suas filhas. Assim, cada vez mais as mães acumulavam obrigações e funções dentro da nova família moderna e higiênica. Nos capítulos expostos na propaganda, notamos que não se tratava somente do corpo e da sexualidade da mulher, mas também da moral cristã destacada na sinopse dos capítulos do livro: “Capítulo III - O casamento, com temas que envolvem o espírito de sacrifício e intimidade espiritual. Também na orientação de quando ter o primeiro filho”²⁶⁶.

²⁶⁴ “A victoria é dos fortes”. *Careta*. Anno XXIX, n.1438, 11 de janeiro de 1936.

²⁶⁵ DEL PRIORE, Maryl. *Histórias Íntimas...* Op. cit., p. 126.

²⁶⁶ *Fon-Fon*. Anno XXXIV, n. 4, 27 de janeiro de 1940.

O objetivo, portanto, não era a informação, para trazer conhecimento e liberdade sexual feminina. A mulher só poderia se relacionar sexualmente dentro do casamento com o objetivo de ser mãe e, mesmo assim, tinha que seguir as regras da moral cristã que limitava as informações sobre a sexualidade feminina. Ou seja, o conhecimento era limitado. Ainda segundo Mary Del Priore, estas informações eram divulgadas com o intuito de combater o aborto, manter em vigilância a virgindade feminina até o dia do casamento e tentar minimizar os erros cometidos nos atos sexuais que causavam dor ou incômodo nas mulheres²⁶⁷. Desta forma, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres continuariam sendo controlados pelo poder das instituições patriarcais.

Para os homens, as informações sobre sexo eram mais detalhadas e o foco dos livros era a orientação de como se prevenir das doenças venéreas, principalmente porque os exames pré-nupciais começavam a ser frequentemente cobrados pela família da noiva como garantia de um casamento e filhos saudáveis. Como podemos observar na revista *O Malho* de 29 de outubro de 1932:

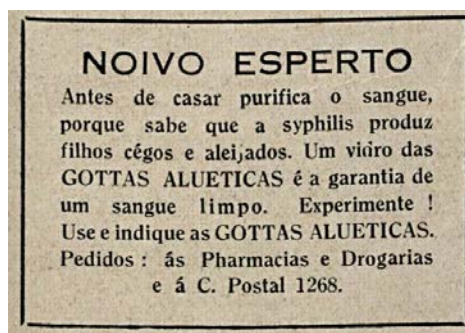
Em presença de um noivo portador de moléstias contagiosas, ao medico deve ser dispensado o segredo profissional e o mesmo ser obrigado a informar á família da noiva dos males que acarretaria tal união. Sejamos em pról do exame pré-nupcial. Paes, irmãos: eu vos peço que me auxiliéis nesta campanha sacrossanta, não deixando que vossas filhas e irmães se casem sem a presença do exame pré-nupcial satisfatório²⁶⁸.

A orientação médica era para que os homens da família da noiva interferissem incentivando o pedido de exames do noivo antes do casamento. Era naturalizada na cultura patriarcal a liberdade sexual masculina. Este exame não era pedido para as noivas, a orientação era manter a castidade, algo imprescindível dado como tão certo que não era questionado com um pedido de exame, pois poderia ser considerado um insulto. Assim, a fiscalização ao noivo acontecia na tentativa de proteger as noivas de possíveis doenças sexualmente transmissíveis antes do casamento. Neste período, era de grande importância o controle dessas doenças que interferiam na formação da família, pois, segundo a medicina da época, elas eram “inimigas da maternidade”. Mais uma vez, a preocupação não era com a mulher, mas sim com a reprodução de crianças saudáveis. Tratava-se de uma forma de controle sobre os corpos femininos. Em uma propaganda na revista *Careta* do dia 14 de março de 1936, isto pode ser percebido:

²⁶⁷ Ibidem, p. 126.

²⁶⁸ “O primeiro socorro e o exame pre-nupcial”. *O Malho*. Anno XXXI, n. 1558, 29 de outubro de 1932.

Figura 27 - *Careta*. Anno XXIX, n. 1447, 14 de março de 1936



Legenda: Noivo Esperto - Antes de casar purifica o sangue, porque sabe que syphilis produz filhos cegos e aleijados. Um vidro das GOTTAS ALUETICAS é a garantia de um sangue limpo. Experimente! Use e indique as GOTTAS ALUETICAS. Pedidos: ás Pharmacias e Drogarias e á C. Postal 1268.

Fonte: *Careta*. Anno XXIX, n. 1447, 14 de março de 1936.

Ou seja, o “noivo esperto”, é aquele que tem sua vida sexual ativa e livre, mas engana a noiva e seus familiares, tomando um remédio na tentativa de purificar o sangue na hora do exame pré-nupcial. É possível notar que a preocupação maior era com a possibilidade de filhos doentes. Desta forma, entendemos que combater a sífilis era uma forma de também proteger a maternidade, ou seja, a procriação. Nas propagandas analisadas sobre o assunto nas revistas, não encontramos nenhuma nota de preocupação com as mulheres que seriam infectadas, ou seja, a importância era a realização do casamento e não o bem estar da mulher. Assim, as mulheres foram formadas nessa cultura na qual não poderiam dispor livremente de sua sexualidade. Segundo Rachel Soihet, a mulher enquanto solteira deveria se manter virgem e quando casada fiel ao seu marido, o que “era sinônimo de honra feminina, a qual se estendia a toda a família, constituindo-se num conceito sexualmente localizado”²⁶⁹.

Desta forma, o projeto de casamento higiênico estaria bem encaminhado. Homens e mulheres seriam orientados pela ciência que tentava controlar as mudanças que ocorriam nas relações de gênero. Os homens eram estimulados ao livre exercício da sexualidade, símbolo de masculinidade e virilidade. Enquanto as mulheres que tinham tal atitude eram condenadas, tendo que reprimir seus desejos e vontades. Afinal, a pureza e a maternidade eram papéis fundamentais para as mulheres que tinham como referência a imagem da Virgem Maria para seguir. Neste contexto, a ideia de pureza articulava-se à preocupação em produzir “bons filhos”. Como afirma Jeni Vatsman:

²⁶⁹ SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos...* Op. cit., p. 174.

Dentro destes limites, a individualidade feminina e masculina só podem se expressar legitimamente como manifestações da dicotomia público/privado- dilema que já se instaura com a relação que institui a família conjugal moderna, o casamento moderno, resultado de uma escolha pessoal, mas igualmente constrangida pelos papéis que definem os contornos da individualidade de cada um²⁷⁰.

Estas eram as características da família moderna e patriarcal. Mas, sabemos que nem todas as mulheres concordavam e seguiam estas orientações. Algumas agiram de forma diferente questionando os padrões. Mulheres que desejavam se separar ou não queriam se casar e que enfrentavam a reprovação social.

3.2 Divórcio, mulheres divorciadas e suas representações

Requerer um divórcio a colocará numa situação indefinida na sociedade, sendo alvo de comentarios nunca lisonjeiros. Todos dirão da mulher: “Aquella é uma divorciada” – o que significa uma criatura degenerada, que abandonou a santa paz do lar em busca de aventuras deshonestas, do ouro, do luxo. Nunca será feliz porque é inconsciente; fará ao segundo o que fez ao primeiro, ao terceiro o que fez ao segundo; terá um triste fim de cigarra no inverno da vida. Pobre mulher!²⁷¹

O trecho acima foi publicado em 28 de junho de 1924 na revista *Fon-Fon*. Nele percebemos um aviso ou conselho às mulheres que estariam pensando em se divorciar dos seus maridos. O trecho destaca que ao tomar esta decisão, elas seriam colocadas como “indefinidas na sociedade” e desqualificadas por terem abandonado a “santa paz do lar”, rejeitando, assim, a função “natural” feminina de ser esposa. Além disso, seriam consideradas dignas de pena, pois, não conseguiriam fazer durar um casamento, atribuindo-lhes a culpa pelo fim da relação. A ameaça é utilizada como forma de manipular as possíveis decisões femininas. Pois, caso não fossem como o esperado pela sociedade patriarcal e moralista, eram consideradas desonradas, degeneradas, desonestas, infelizes e interesseiras.

No Brasil, o divórcio foi instituído oficialmente somente em 1977, regulamentado pela lei 6.515 do dia 26 de dezembro. A lei permitiu extinguir por inteiro os vínculos de um casamento e autorizava que a pessoa se casasse novamente. No contexto aqui analisado, a

²⁷⁰ VAITSMAN, Jeni. Op. cit., p. 33.

²⁷¹ “O amor livre”. *Fon- Fon*. Anno XVIII, n. 26, 28 de junho de 1924.

legislação brasileira só autorizava o desquite²⁷². É importante destacar que os conceitos de divórcio e desquite se confundiam muitas vezes nos periódicos. Em diferentes momentos, a palavra divórcio era generalizada, pois nem sempre significou separação com possibilidade de novas núpcias. Sendo assim, as palavras “desquite e divórcio” ora eram colocadas como sinônimas, ora como antônimas. Por isso, devemos ler com cautela, para que possamos entender e interpretar o contexto e a intenção da narrativa. Como afirma Koselleck:

Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos. A par disso, são entendidos, pelas ciências históricas sempre como palavras, pura e simplesmente²⁷³.

Palavras tornam-se conceitos a partir do momento em que passam a ser empregadas com diferentes sentidos. Sendo assim, acreditamos que os variados sentidos destes conceitos nos periódicos aconteciam por dois motivos. O primeiro está relacionado à forma patriarcal de se julgar as mulheres que não queriam permanecer casadas. Elas eram desmoralizadas e desqualificadas, mesmo exercendo o seu direito por lei, como era o caso do desquite. Isto é percebido no trecho da *Fon-Fon*, citado acima, no qual transparece que a conquista jurídica não seria o bastante para alterar a construção social sobre o papel do gênero feminino. O outro motivo está relacionado à estratégia destes periódicos em não esclarecer ou se aprofundar no assunto, a fim de confundir ou influenciar os leitores, orientando-os em uma determinada posição. Podemos destacar outro exemplo publicado na revista *O Malho* de 17 de agosto de 1912, anos antes do artigo da *Fon-Fon*:

O divorcio... Mas vocês já viram que idéa estapafúrdia?! Porque o divorcio? Onde a sua necessidade? Onde a sua oportunidade? Não resta duvida que de um ponto de vista doutrinário de idéa é excelente. É uma das mais formosas utopias que podem anhelar a phantazia humana. Mas na realidade, na pratica, o divorcio só tem uma significação: o estímulo aos maus costumes, a dissolução da família. Por isso que ahi fica dito, e por tudo o mais quanto não fica, somos contra o divorcio²⁷⁴.

O trecho foi escrito por um jornalista que usava o pseudônimo de J. Bocó, que aparecia frequentemente na revista. Ele escreveu quatro anos antes da lei do desquite, o que exemplifica o quanto a discussão sobre o divórcio já acontecia há algum tempo e causava

²⁷² O desquite permite a separação de corpos e de bens. Porém, a pessoa desquitada não poderia se casar novamente, pois o vínculo matrimonial continuava a existir e impedia outra união.

²⁷³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op. cit., p. 108.

²⁷⁴ *O Malho*. Anno XI, n. 518, 17 de agosto de 1912.

incômodo nos conservadores. O autor procura apresentar ainda a opinião como não apenas sua, mas da revista, quando afirma: “somos contra o divórcio”. Além disso, constantemente ao divulgar alguma notícia sobre o tema, ele era visto como o fim da família e da prática dos maus costumes. Isto porque, como vimos no início deste capítulo, o matrimônio representava a manutenção da ordem e dos privilégios masculinos. Ao mesmo tempo, significava maior reconhecimento e prestígio social. Desta forma, foram feitos esforços para convencer a sociedade de que o casamento seria a melhor forma de proteger a família e o país como um todo dos possíveis males da excessiva liberdade individual.

Durante a primeira metade do século XX, trechos como os que vimos acima faziam parte de constantes posicionamentos divulgados na imprensa sobre o divórcio e as mulheres divorciadas. O debate em torno da aprovação do divórcio no país começou no século XIX, entre religiosos e conservadores defensores da Igreja, contra liberais que prometiam o progresso com o Estado Laico. Ou seja, a preocupação com a aprovação da lei do divórcio estava relacionada com o início da República e a separação entre Estado e Igreja. O debate tornou-se mais intenso e polêmico a partir do dia 24 de janeiro de 1890, quando foi aprovado o Decreto n.181, que estabeleceu o casamento civil no Brasil. Segundo Clóvis Bevilacqua (jurista responsável pela autoria do Código Civil), era preciso mudar as relações de poder entre o Estado e a Igreja. Bevilacqua dizia:

Fazia-se mais urgente uma reforma legislativa mais radical. Desde 1854, apareceram tentativas de secularizar-se. Mas, somente com a transformação do sistema de governo, com a proclamação da República, é que tivemos o decreto de 24 de janeiro de 1890, criando o casamento civil, como consequência necessária da separação de poderes, o temporal e o espiritual, objetivava o decreto de 7 de janeiro de 1890, completou essa evolução o Código Civil regulando o casamento de acordo com os princípios da constituição republicana²⁷⁵.

Segundo Mary Del Priore, este período foi de grande agitação social e motivo de muitas discussões familiares: “É pecado ou não casar no civil?”²⁷⁶. Isto porque a Igreja fez forte oposição ao casamento civil e criticou a transformação do ato matrimonial divino em um mero contrato civil. Para a Igreja, casar no civil era um atestado de maus costumes. Na *Careta* do dia 13 de março de 1909, quando um reverendo noticiava o corpo docente do “Gymnasio do Estado do Espirito Santo”, afirmou durante um discurso: “O casamento civil é uma mancebia, é uma imoralidade. O único casamento legítimo para se constituir família, é o

²⁷⁵ BELIVAQUA, Clóvis. *Direito da família*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Freitas Bastos, 1938, p. 61.

²⁷⁶ DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. Op. cit., p. 60.

casamento catholico”²⁷⁷. Segundo Gilson Ciarallo, a instituição religiosa definia o casamento como:

O último Sacramento dos sete instituídos por Cristo Nosso Senhor (...) um contrato com vínculo perpétuo, e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregarão um ao outro (...) significando a união que há entre o mesmo Senhor e a sua Igreja²⁷⁸.

Ao se estabelecer o casamento como perpétuo e indissolúvel, não haveria espaço para individualidades. Sendo assim, qualquer medida que representasse a quebra deste contrato, seria condenada pela Igreja. Por isso, o divórcio foi estigmatizado pelo catolicismo. Como vimos nos capítulos anteriores, no Brasil, mesmo sendo uma república com um Estado Laico, a Igreja continuava interferindo em vários assuntos, o que também aconteceu com o divórcio. Para a Igreja, o matrimônio funda uma família cristã, na qual a moralidade da mulher em relação a do homem é muito mais vigiada. Sendo assim, ao casar, a mulher era submetida a funções como respeitar e obedecer ao marido, ser mãe, formar os filhos na fé cristã e administrar a casa, como afirma Marlene de Fáveri, que cita o pensamento do monsenhor Arruda Câmara:

(...) matrimônio vem de mairis munin, ofício da mãe, porque a mulher não casa senão para ser mãe. Se a maternidade só podia ser exercida mediante o sacramento do matrimônio, o divórcio seria o fim da humanidade, com sua tendência ingênua a esterilizar, a instabilizar a família, vai aos poucos destruindo a veneração à mãe, a deferência à esposa. Fica só a mulher, a mulher brinquedo, a mulher máquina de prazer, a mulher manequim de joias e vestidos²⁷⁹.

Segundo o trecho acima do monsenhor, era pela condição de mãe que a mulher deveria manter a família, cumprindo os deveres de boa esposa, cedendo às leis, exigências e expectativas não só da Igreja, mas do Estado, do marido e dos filhos. Ou seja, não se entendia a mulher como um indivíduo, com desejos, vontades ou direitos. Segundo Cláudia Maia, esta ideia estava presente também nas leis republicanas brasileiras, que foram criadas com a “aparência de igualdade de direitos, mas de fato legitimavam a subordinação das mulheres aos

²⁷⁷ “Gymnasio do Espirito Santo”. *Careta*. Anno II, n. 41, 13 de março de 1909.

²⁷⁸ CIARALLO, Gilson. “O matrimônio entre os poderes temporal e espiritual: o casamento civil e o processo de secularização da esfera jurídica no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, n. 39, jul-dez 2009, p. 259.

²⁷⁹ FÁVERI, Marlene de. “Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa”. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, jan- jul 2007, p. 342.

homens”²⁸⁰. Isto aparece, por exemplo, na lei do casamento civil na qual as mulheres tinham condição jurídica inferior, sendo consideradas incapazes e submissas ao marido. Como podemos observar no artigo 6 do Código Civil brasileiro:

Art.6 - são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:
 I- Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos;
 II- As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal;
 III- Os pródigos;
 IV- Os silvícolas²⁸¹.

As leis instituídas, portanto, reafirmavam o modelo patriarcal de família e diferenciavam os espaços dos maridos e esposas hierarquicamente separados, retirando das mulheres casadas a condição de indivíduos. A autora também destaca que o Código Civil afetava o trabalho feminino remunerado; não proibia diretamente, mas:

(...) criava um instrumento jurídico de controle da autonomia delas durante o casamento e após o desquite, já que caberia ao marido autorizar ou proibir a esposa a seguir uma carreira profissional. Além disso, o marido era oficialmente o chefe da sociedade conjugal, ele detinha a representação legal da família, determinava onde iam morar, e, como detentor do “pátrio poder” e do “poder marital”, podia dispor dos bens tanto do casal como da esposa²⁸².

Portanto, o Código Civil de 1916 legitimou a divisão sexual entre trabalho produtivo e reprodutivo ao tornar as mulheres incapazes e dependentes. Para Carole Pateman, o casamento civil assegurava aos homens o controle sobre as mulheres, pois “tais direitos foram criados pelo contrato social original e, nesse sentido, ele é também um contrato sexual”²⁸³. Segundo a autora, a história sobre o contrato social foi contada pela metade pelos clássicos teóricos, porque excluiu a forma como o patriarcado moderno se estabeleceu. Nela, o contrato social teria acabado com o patriarcado (entendido como direito político do pai), assegurando a liberdade civil aos homens. Contudo, para Pateman, o contrato social ao mesmo tempo em

²⁸⁰ MAIA, Claudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral - Minas Gerais (1890-1948)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2007, p. 93.

²⁸¹ BRASIL. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm Acessado em 13 de novembro de 2020.

²⁸² MAIA, Claudia. “Entre “inocência” e “corrupção”: Gênero e representações de mulheres desquitadas (1917-1936)”. Universidade Estadual de Montes Claros. *Revista Gênero*. Niterói, v.8, n.2, 2008, p. 286. Como assim Univ. de Montes Claros em Niterói? Conferir na referência original.

²⁸³ PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Autêntica, 1993, p. 17.

que concede a liberdade para os homens, cria formas de manutenção do patriarcalismo no qual:

Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Já que o contrato é feito entre homens, as mulheres são participam dele como indivíduos, pelo contrário, elas são o objeto do contrato²⁸⁴.

Neste sentido, entendemos que os direitos civis acabaram funcionando como um instrumento de legitimação do Estado e dos homens sobre as mulheres, já que elas estavam sujeitas ao pátrio poder, ou seja, do pai quando não casadas ou do marido quando casadas. Permanecer solteira ou desquitar-se constituía “uma das formas para escapar das determinações do contrato de casamento, ao mesmo tempo, expor a condição de submissão das esposas”²⁸⁵. Assim, para evitar a possibilidade de realização dessas alternativas para as mulheres, foram criadas várias formas de persuasão para contê-las dentro da ideia do casamento, seja ele civil ou religioso. Vejamos a charge da revista *O Malho*, de 31 de agosto de 1912:

Figura 28 - *O Malho*. Anno XI, n. 520, 31 de agosto de 1912



Legenda: As ligas catholicas contra o divorcio: Pobre divórcio... Encontrou oposição das mulheres? Está mortinho da silva... Pois se “ce que femme veut, Dieu le veut”!...

Fonte: *O Malho*. Anno XI, n. 520, 31 de agosto de 1912.

Na charge, vemos a representação de mulheres cristãs com objetos nas mãos em manifestação contra o divórcio, que seria o inimigo comum a elas. Segundo Darlene Oliveira,

²⁸⁴ Ibidem, p.21.

²⁸⁵ MAIA, Claudia. *Entre “inocência” e “corrupção”* ... Op. cit., p. 292.

a atuação das mulheres das Ligas Católicas no combate ao divórcio foi uma das formas encontradas pela Igreja, para enfraquecer o movimento feminista e as ideias progressistas:

As Ligas Católicas do século XX, apesar de possuírem particularidades, ambas se aproximam quanto à participação leiga, com um caráter marcadamente religioso e devocional e com atividades de assistência social aos pobres. A mulher, neste momento, é mostrada, não estando servindo à Igreja somente nesse requisito de caridade, mas também era intenção, colocar a mulher em um patamar que lhe conferisse sentimentos de importância perante a sociedade para afrontar o feminismo e as práticas laicas de intervenção social²⁸⁶.

Desta forma, a revista ao divulgar a charge, direciona seus leitores, e principalmente as leitoras, ao posicionamento de que mulheres cristãs deveriam ser contrárias ao divórcio. Isso porque, opor-se ao dogma cristão que afirmava a indissolubilidade do matrimônio, seria opor-se à vontade de Deus. Sendo assim, como romper um casamento sem ofender a vontade divina? A estratégia aqui utilizada para o convencimento das leitoras foi a de apresentar a oposição ao divórcio como sendo também uma vontade da mulher cristã. Ou seja, não só porque Deus quer, mas também, por ser um desejo feminino, como é destacado em francês “femme veut, Dieu le veut”²⁸⁷. Michelle Perrot destaca que as associações femininas eram entendidas como um espaço mais conveniente para o protagonismo feminino, pois eram:

Associações piedosas, caridosas e filantrópicas. (...) em que se engolfam a energia das mulheres e sua vontade heroica. Pela ação social podiam ser úteis e mesmo construir um nome. A ação local, concreta e limitada, era mais conveniente para as mulheres. Era a preparação à ação municipal, primeiro degrau para uma intervenção mais política na sociedade civil²⁸⁸.

Ou seja, as mulheres que participavam das Ligas Católicas, ou as que acreditavam ou defendiam seus posicionamentos, se sentiam reconhecidas não só no ambiente religioso, mas também sociopolítico do país. Acreditamos que a ambiguidade foi uma maneira encontrada pela Igreja e a imprensa para intervir e direcionar suas posições sobre o divórcio. Neste sentido, algumas ideias de liberdade foram utilizadas para manter medidas conservadoras. Portanto, entendemos que na charge a representação exposta traz uma ideia de que as mulheres das Ligas Católicas foram as que decidiram por aquela opinião, tentando amenizar o sentido de ordem ou obrigação imposta pela Igreja e enfatizar o protagonismo feminino,

²⁸⁶ OLIVEIRA, Darlene Socorro da Silva. *Liga das Senhoras Católicas de Cuiabá (1924-1935): O movimento de Ação Católica no Brasil e as Associações Femininas*. Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação. Cuiabá, 2010, p. 107.

²⁸⁷ Tradução: “A mulher quer, Deus quer”.

²⁸⁸ PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. Op. cit., p. 151.

mantendo, assim, a tradição e os privilégios existentes sem grandes alterações nas relações de gênero.

As três revistas que analisamos (*O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*) assumiram uma posição contraditória, mas prevaleciam os discursos contra a lei do divórcio. O que vemos em sua grande maioria são charges e matérias tendenciosas, como as que vimos acima. A partir da década de 1930, os periódicos começaram a buscar culpados pelas ideias consideradas liberais demais e que estariam ganhando cada vez mais força entre os jovens. Um dos escolhidos como o grande influenciador da mudança do comportamento de homens, e principalmente de mulheres, foi o cinema norte-americano. Como podemos observar abaixo na revista *Careta* de 1 de agosto de 1931:

O divorcio, em Hollywood, entre os artistas do cinema americano, é um passa tempo divertidíssimo. É um sport insequente, mas interessante. As stars de Hollywood se divorciam todos os meses, para casar de novo. Paulina Frederick que é campeã internacional de divorcio, conta-se um episodio curioso: o encontro do sétimo com o primeiro marido dela: - O senhor é meu parente não é? – Francamente, não me lembro. – É isso mesmo: o senhor foi o primeiro marido dela, eu fui o sétimo... E foram tomar um drink, para comemorar a piada²⁸⁹.

A notícia utiliza a ironia e a misoginia para tratar dos divórcios que aconteciam com frequência entre os artistas de Hollywood. Como vimos, as revistas constantemente noticiavam algo sobre o tema do divórcio, relacionando-o com uma imagem feminina corruptora, imoral e indecente. Novamente é possível notar a culpabilização da mulher pelo fim da estrutura padronizada da família tradicional. Um ano antes, em 20 de novembro de 1930, no mesmo periódico foi publicada uma charge com este mesmo sentido direcionado às mulheres:

²⁸⁹ *Careta*. Anno XXIV, n. 1206, 1 de agosto de 1931.

Figura 29 - *Careta*. Anno XXIII, n. 1170, 22 de novembro de 1930



Legenda: A visão dos factos. É a sua oportunidade senhorita. Os jornaes noticiam que vão sêr instalados grandes studios cinematográficos aqui no Rio. — É inútil, seu Clarimundo. Emquanto não tivermos uma lei de divorcio como nos Estados Unidos nunca teremos estrelas de cinema.

Fonte: *Careta*. Anno XXIII, n. 1170, 22 de novembro de 1930.

A partir do diálogo da charge acima, podemos notar duas críticas feitas pela *Careta*. A primeira está direcionada ao cinema norte-americano que estaria influenciando na campanha a favor da lei do divórcio, reduzindo, assim, sua real importância na luta pela ampliação dos direitos civis, sendo colocado apenas como uma moda ou algo passageiro. A outra crítica está relacionada às atrizes, que na charge eram apresentadas como promíscuas, por se divorciarem. Mas, nada foi dito a respeito dos atores na mesma situação. Ou seja, um homem divorciado não incomodava, a mulher sim. Desta forma, os periódicos colaboravam para o esvaziamento de assuntos importantes que precisavam ser debatidos, na tentativa de torná-los fúteis e desnecessários. Acreditamos que a ideia passada por estas revistas, relacionando as mulheres divorciadas ou desquitadas à desonestidade e à indecência, possuía duas finalidades: a primeira era convencê-las a não requererem o desquite, permanecendo sob o controle de seus maridos, presas à família e ao casamento heterossexual. A segunda era que, caso a mulher se desquitasse, seria vinculada à imagem de adúltera ou com a reputação duvidosa, criando condições para a exclusão dos bens do casal e a negação do seu direito à pensão alimentícia e/ou à guarda dos filhos, pois, como afirma Claudia Maia:

Ao provar que ela é “culpada”, o marido ficava desobrigado do pagamento dos meios de subsistência para os filhos. A representação de mulheres desquitantes era como corruptoras da família. A subordinação das mulheres aos maridos estendia-se

para além do desquite, uma vez que havia a possibilidade de ele condicionar a pensão alimentícia dos filhos ao celibato das ex-esposas²⁹⁰.

Ou seja, mesmo fora do casamento muitos homens conseguiam manter o controle sobre os corpos femininos. Eram muitas as formas de controle e fugir desta condição exigia muita luta e estratégia das mulheres. E elas resistiram, pois mesmo com todo esforço e aparato da Igreja, do Estado, da medicina e da imprensa em manter o casamento como indissolúvel, os casos de desquites foram aumentando com o passar dos anos e eram elas que na maioria das vezes pediam a separação. Este fato foi comentado na *Fon-Fon*, no dia 30 de junho de 1951, por um Juiz da Primeira Vara de Família, Dr. José Murta Ribeiro, convidado a escrever sobre o assunto:

O número de desquites vem aumentando de ano para ano, como consta a estatística das Varas de Família desta Capital. Em 1940 eram apenas duas essas Varas, passando a quatro, em 1945, e a seis, em janeiro do corrente ano. (...) Surgiu modernamente o tipo de mulher que se convencionou chamar de emancipada. É a mulher que refoge à sua missão de mãe de família e, desvencilhando-se dos filhos em algum jardim de infância, somente cuidam de suas ambições mundanas, de seus caprichos de vaidade, nas sessões de cinema, desperdiçando tempo numa azafamada ociosidade. (...) A maior incidência de desquites é motivada, não resta dúvida pelo afrouxamento dos laços familiares, consequência do egoísmo e da ambição dos conjugues esquecidos da grandeza do sacramento do matrimônio bem sintetizadas na Epístola de São Paulo aos Efésios. (...) Talvez que meditando sobre as mesmas, a leitora possa remover os obstáculos que se apresentem à sua integral felicidade no lar e não peça o desquite²⁹¹.

Esta ilustra o vínculo entre as ideias religiosas, as leis e a justiça no país, principalmente no direito de família. Ao citar uma passagem bíblica, o juiz não age de maneira imparcial e laica sobre os casos. Era a partir de ideias como as deste juiz que muitos pedidos de desquite eram analisados. Ao final, ele ainda tenta convencer os casais a não se separarem, alegando o sofrimento dos filhos: “Os filhos sofrendo, como sofrem com o desquite dos pais, estes devem ponderar muito antes de recorrer aos tribunais de justiça. (...)”. O discurso do sofrimento dos filhos como consequência do desquite era frequentemente utilizado nas revistas para gerar dúvidas sobre a separação, principalmente nas mulheres, percebidas como a protetora do lar e dos filhos. Segundo Jeni Vatsman, foi no período da década de 1950 que um grupo significativo de mulheres da classe média entraram no ensino superior e no mercado de trabalho, abrindo um campo de possibilidades para projetos pessoais que “seriam bem diferentes dos de suas mães, um mundo de possibilidades de

²⁹⁰ Ibidem, p. 297.

²⁹¹ “Para além do casamento”. *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2307, 30 de junho de 1951.

autodesenvolvimento fora do casamento”²⁹². Surgiam, portanto, novas oportunidades e expectativas para as mulheres que, muitas vezes, recorriam à separação.

Portanto, este é um momento de transição importante para modificações nas relações de gênero e, conseqüentemente, no casamento e na família. As mulheres foram as protagonistas deste processo reconstruindo os significados de feminino e masculino predominantes até então. Assim, a resistência conservadora a estas alterações foi aumentando e implementando estratégias diferentes, na tentativa de conter a maior quantidade de separações conjugais e as opiniões a favor da lei do divórcio. Não por acaso, no mesmo período, os periódicos começaram a relacionar o aumento dos desquites/divórcios com a maior quantidade de suicídios e loucura. Em reportagem da *Fon-Fon* do dia de 28 de julho de 1951, é destacada a preocupação com o grande aumento no número de desquites no Rio de Janeiro:

O desquite, cujo aumento verifica-se atualmente no Rio, precisa ser combatido não só pelos danos morais e profunda repercussão na estrutura da sociedade, como pela responsabilidade em tragédias como a loucura e o suicídio²⁹³.

Buscando conferir veracidade à afirmação feita acima, o jornalista J. Bandeira Nery, responsável pela matéria, propõe uma análise em gráficos que, segundo ele, confirmariam a posição de juízes da Vara de Família, expostos em artigos anteriores divulgados pela própria revista sobre o mesmo assunto, como vimos anteriormente. O jornalista faz questão de repetir algumas das posições defendidas pelos juízes, que explicariam as possíveis causas do aumento dos desquites: “o desequilíbrio econômico, afrouxamento dos laços familiares, o baixo nível de educação em geral, fatores de ordem moral como ausência de religião, vício em bebida e jogo e o excesso de liberdade da esposa”²⁹⁴. Acreditamos que, ao reforçar os discursos dos juízes, a revista teria a intenção de dar credibilidade à interpretação dos gráficos apresentados a seguir, que, segundo o jornalista, foram escolhidos para melhor compreensão das leitoras, público alvo da *Fon-Fon*, como podemos observar no trecho abaixo:

Finalizando a série de artigos que FON-FON vem oferecendo às leitoras e nos quais depuseram, com brilho e a autoridade que lhes são peculiares os meritíssimos juízes das Varas de Família, pouco ficou para dizer-se. Não obstante, não deixa de ser curioso o manuseio de algumas estatísticas pelas quais talvez se possa formar uma

²⁹² VATSMAN, Jeni. Op. cit., p.97.

²⁹³ “Para além do casamento”. *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2311, 28 de julho de 1951.

²⁹⁴ *Ibidem*.

ideia objetiva com maior facilidade, justamente agora quando, em nossa Assembléia Legislativa, o Deputado Nelson Carneiro traz à baila outra vez o controvertido problema do divórcio²⁹⁵.

Como vimos acima, a proposta de lei do divórcio foi levantada pelo deputado federal Nelson Carneiro, que trazia a pauta para ser debatida no Congresso Nacional, com o projeto de número 786/51, como podemos observar abaixo:

Altera dispositivos do Código Civil, e dá outras providências. Congresso Nacional decreta: Art. 1º acrescente-se ao art. 219 do Código Civil o seguinte: “V – A incompatibilidade invencível entre os cônjuges cuja redação dizia: Parágrafo único. Na hipótese do n. V, o autor deverá fazer a prova de que, decorridos cinco anos da decretação ou homologação de seu desquite, o casal não restabeleceu a vida conjugal. A sentença que julgar procedente a ação não modificará o resolvido na de desquite, quanto ao cônjuge inocente, e a posse, guarda, sustento e educação dos filhos.” Art. 2º. O art. 220 do Código Civil passará a ter a seguinte redação: A anulação do casamento, nos casos dos nº I ao IV do artigo antecedente, só o poderá demandar o cônjuge enganado²⁹⁶.

No trecho acima, percebemos as permanências nas ideias de se ter um culpado e um inocente para o fim de um casamento, assim como na situação da guarda dos filhos que continuava sendo direcionada ao cônjuge inocente. Apesar destas permanências, as propostas de mudanças apresentadas pelo deputado geraram muita discussão e resistência dos antídorcionistas. Nelson Carneiro (1910-1996) nasceu na cidade de Salvador, trabalhou como jornalista e teve uma longa carreira política iniciada em 1929, nos comícios da Aliança Liberal. Primeiro como deputado federal e, depois de 1971, como senador, apresentou uma série de projetos para a conversão do desquite em divórcio, tais como: o projeto de lei n. 786/51, o projeto n. 3.099/53; o projeto n. 1568/60; e o projeto n. 1.810/60²⁹⁷. O parlamentar escreveu várias obras para contestar os antídorcionistas, principalmente a Igreja Católica, como afirma Maria Isabel de Moura Almeida:

Sabedor da influência contínua da Igreja Católica no persistente fracasso de suas tentativas para legalizar o divórcio no país, Nelson Carneiro encetava novas polêmicas contra a instituição. Para o político baiano, era inadmissível que um político eleito pelo voto livre tivesse que prestar contas à Igreja Católica de suas

²⁹⁵ Ibidem.

²⁹⁶ *Diário do Congresso Nacional*, 04/06/1951, p. 4799. Link: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20360>

²⁹⁷ Agência do Senado. Acesso em 01 de novembro de 2020. Link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/21/radio-senado-conta-a-historia-da-lei-do-divorcio-que-completa-40-anos>

atitudes: “Os representantes do povo se reúnem, para traçar normas capazes de servir à felicidade terrena. Não lhes preocupa o reino dos céus”²⁹⁸.

Nelson Carneiro defendia que a Igreja Católica não aceitava as consequências de sua separação do Estado ao demonstrar uma confusão entre as ordens religiosa e civil, que não era mais aceitável na sociedade brasileira baseada na laicidade. É importante enfatizar que ele fazia parte do MDB e seus discursos não eram propriamente liberais ou progressistas. No Senado, ele afirmava que:

O divórcio seria importante no fortalecimento da família, pois na sua visão a indissolubilidade apenas camuflava a desestabilidade familiar, impossibilitando a reconstrução da estabilidade das famílias, tão necessária para o equilíbrio individual e ordem social²⁹⁹.

Nesse sentido, ao destacar o “fortalecimento da família” e a busca pela “ordem social”, ele conferia ao projeto da lei do divórcio a mesma finalidade que os antivorcistas acreditavam ter. Não podemos afirmar se este posicionamento era uma forma de cativar o maior público possível para então conseguir passar o projeto de lei, ou se realmente ele acreditava nele. O que podemos dizer é que a partir da campanha do parlamentar, a discussão foi aumentando na imprensa e ganhando dois caminhos: ser divorcista ou não. Nesta perspectiva, voltando à análise feita da matéria da revista *Fon-Fon*, notamos abaixo que, ao projetar gráficos, ela tenta convencer o público leitor de que o divórcio não é a melhor saída, principalmente para as mulheres:

²⁹⁸ ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977*. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós- Graduação em História. Tese (Doutorado em História) - Goiás, 2010, p. 83.

²⁹⁹ Agência do Senado. Op. cit.

Figura 30 - *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2311, 28 de julho de 1951

PARA ALÉM DO CASAMENTO

V

O desquite, cujo aumento verifica-se atualmente no Rio, precisa ser combatido não só pelos danos morais de profunda repercussão na estrutura da sociedade, como pela responsabilidade em tragédias como a loucura e o suicídio!

(J. BANDEIRA NERY)

FINALIZANDO a série de artigos que FON-FON vem oferecendo às suas leitoras e nos quais deprezaram, com o brilho e a autoridade que lhes são peculiares os meritíssimos juizes das Varas de Família, pouco ficou para dizer-se.

Não obstante, não deixa de ser curioso o manuseio de algumas estatísticas pelas quais talvez se possa formar uma ideia objetiva com maior facilidade, justamente agora, quando, em nossa Assembleia Legislativa, o Deputado Nelson Carneiro traz à baila, outra vez, o controvertido problema do desquite.

Também, por exemplo, o desquite amigável, cujos feitos transitam pelas Varas de Família.

Não nos detenhemos em considerações sobre o grande, o enorme número dos que se separam pura e simplesmente, sem quaisquer formalidades legais.

É expressiva, sem dúvida, a linguagem das cifras que vão num crescendo, como a colina de mercúrio do termômetro que colocamos sob o braço para verificar quantos graus de febre atingiu o corpo doente.

Quais as medidas adotadas para fazer frente a esse estado de coisas?

Nenhuma! podem nos afirmar.

CASADOS	15,0%
SOLTEIROS	15,2%
VIUVOS	27,8%
DIVORCIADOS	42,0%

É responsável pelo que vem acontecendo, ainda: o baixo nível de educação em geral e a falta de educação sexual em particular; fatores de ordem moral, como a ausência de religião; o vício do jogo, da bebida, o excesso de "liberdade" da esposa, anterior ao casamento; defeitos orgânicos não revelados, e afinal tantas outras situações que, talvez, fossem evitadas ou contornadas se os casais tivessem perfeito conhecimento do que pode e deve ser a vida conjugal.

Há quem afirme que senão o divorciado ou desquitado, antes e acima de tudo, um desajustado, o fato torna-se natural e, de certo modo, lógico. Resta, porém, uma interrogação:

O desajustamento é a causa da separação, ou a separação é consequência do desajustamento?

Para os que optam pelo desajustamento como causa determinante, ainda deve ser formulada uma pergunta: Por que os viúvos ocupam, na estatística, o segundo lugar, com quase o dobro dos solteiros e dos casados?

Nessa ordem de ideias, pois, talvez se possa chegar à conclusão de que realmente a separação dos cônjuges — o desquite ou o divórcio — seja responsável pelo suicídio.

O DIVÓRCIO LEVA AO SUICÍDIO

Na falta de dados informativos nacionais, não deixa de ser interessante a estatística que a esse respeito foi levantada nos Estados Unidos. Em 4.340 suicídios registrados no Estado da Califórnia verificou-se que o número de suicidas divorciados foi quase **TRES VEZES MAIOR** que o de suicidas casados.

Conforme o gráfico que publicamos na página anterior.

Em relação ao sexo estavam assim divididos:

CASADOS	
Mulheres	140
Homens	470
Total	610
SOLTEIROS	
Mulheres	160
Homens	530
Total	690
VIUVOS	
Mulheres	180
Homens	1.020
Total	1.200
DIVORCIADOS	
Mulheres	540
Homens	1.300
Total	1.840
Total geral	4.340

Esses números nos levam a acreditar na íntima relação verificada entre a separação dos cônjuges e o suicídio.

CASADOS	283
SOLTEIROS	460
VIUVOS	726
DIVORCIADOS	2.994

A LOUCURA MUITAS VEZES É O FIM

Lancemos mão, mais uma vez, das estatísticas estrangeiras. Em 4.483 casos de loucura constatados na Baviera, conforme nos dá notícia Amaral Fontoura em sua "Introdução à Sociologia", tem-se:

Este gráfico nos dá as seguintes percentagens:

- 6,9% de casados
- 10,3% de solteiros
- 16,1% de viúvos
- 67,8% de DIVORCIADOS

Verifica-se assim, mais uma vez, que não só o número de loucos divorciados é **DEZ VEZES MAIOR** que o de casados, como ainda é **MAIOR DO QUE A SOMA DE TODOS OS OUTROS JUNTOS**.

Incontestavelmente, os números na sua fôse objetiva, vêm confirmar a tese do desajustamento social do indivíduo divorciado levando-o às raias do desequilíbrio mental.

Talvez não seja esta a causa única, mas por certo, será uma das responsáveis no lado de outras...

Legenda: Para além do casamento.
 Fonte: *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2311, 28 de julho de 1951.

Ao analisar os dois gráficos, o jornalista explica que no Brasil não havia registros de suicídios. Por isso, utilizou informativos do Estado da Califórnia, nos EUA, que continha o registro de 4.340 suicídios. No primeiro gráfico, aparece uma tabela com diferentes números de porcentagens dos suicídios sendo respectivamente: casados (15%), solteiros (15,2%), viúvos (27,8%) e divorciados (42%). Assim, na interpretação divulgada por ele, verificou-se que a maior quantidade de suicídios estava relacionada aos indivíduos divorciados, afirmando que:

O número de suicidas divorciados foi quase três vezes maior que o de suicidas casados. Esses números nos levam a acreditar na íntima relação verificada entre a separação dos cônjuges e o suicídio³⁰⁰.

³⁰⁰ "Para além do casamento". *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2311, 28 de julho de 1951.

Ele também destaca uma diferença no número de suicídios em relação ao “sexo feminino e masculino”, enfatizando a maior quantidade de suicídios realizados por homens em todos os estados civis apresentados acima. Além disso, também foi desenvolvida uma relação do divórcio com o aumento da loucura e, para isso, o jornalista levantava os seguintes questionamentos:

O desajustado é a causa da separação, ou a separação é consequência do desajustamento? Para os que optam pelo desajustamento como causa determinante, ainda deve ser formulada uma pergunta: Por que os viúvos ocupam, na estatística, o segundo lugar, com quase o dobro dos solteiros e dos casados? Nessa ordem de ideias, pois, talvez se possa chegar à conclusão de que realmente a separação dos cônjuges, o desquite ou o divórcio, seja responsável pelo suicídio³⁰¹.

Ao analisar o trecho acima, percebemos que J. Bandeira Nery utiliza perguntas retóricas e dados estatísticos como forma de orientar os leitores e comprovar sua ideia de que o divórcio traria um aumento nos índices de loucura e suicídio. Para isso, ele desenvolve duas teorias: na primeira afirma que o desajustamento do indivíduo poderia levar à separação e, como consequência final, ao suicídio. Na segunda, coloca a separação como a causa para o desajustamento, levando ao suicídio. Em sua conclusão, indica que a segunda teoria estaria correta, justificando que a alta taxa de suicídio entre os viúvos comprovaria que a separação conjugal, mesmo que por causas naturais, levaria ao suicídio. O segundo gráfico é referente a Baviera. Nele consta o registro de 4.463 casos de loucura. Novamente utiliza uma fonte para dar veracidade ao que estava afirmando e diz ter retirado as informações de um livro de sociologia do autor Amaral Fontoura. Nele continham os seguintes percentuais: “6,3% de casados, 10,3% de solteiros, 16,1% de viúvos e 67,3% de divorciados”. O jornalista, ao destacar a porcentagem maior de divorciados loucos, conclui com o mesmo pensamento do gráfico anterior, que ambos confirmam a sua “tese do desajustamento social do indivíduo divorciado levando-o às raias do desequilíbrio mental” e orientando-o ao suicídio.

A estratégia utilizada acima pelo jornalista, de manipular os gráficos e as estatísticas, mostram o esforço para o convencimento dos leitores, principalmente das leitoras, a respeito das opiniões que os periódicos queriam passar. Dessa forma, interpretavam a sua maneira, levando-as a crerem naquilo que eles defendiam. Foi possível perceber que J. Bandeira Nery divulgava informações incompletas, pois não havia o ano dos registros dos suicídios ou o tamanho da população em sua totalidade nas duas regiões citadas. Além disso, não foi feita uma análise dos suicídios ao longo do tempo. Tudo isso, somado às perguntas retóricas, nos

³⁰¹ Ibidem.

confirma uma forma bastante tendenciosa de divulgar aos leitores notícias sobre o divórcio. Todo este esforço foi feito para dar veracidade ao tema proposto e fortalecer a ideia de que a separação conjugal, seja ela de forma natural (viuvez) ou intencional (como no divórcio ou no desquite), culminaria em maiores tragédias sociais.

A revista *O Malho* em anos anteriores, como em 1926 e 1932, também já havia utilizado a mesma relação feita na *Fon-Fon*. Podemos observar em *O Malho*: “Uma estatística recente mostra que na Alemanha quem mais se suicida são os divorciados”³⁰². Em outra é destacado, além do suicídio, o assassinato:

O mundo, com as renovações, as modificações, está, realmente, fora dos eixos. (...) Apesar da campanha dos moralistas e dos catholicos, o divorcio continua a solucionar o que deve e a facilitar o que não deve. Conhecido causídico, não se conformando com o divorcio obtido por sua mulher, levou ao paroxismo o tormento, e não só matou a ex-esposa, como aos filhos, sogra, sogro, suicidando-se após. Se a moda pega...³⁰³

Ou seja, estas revistas procuravam levar ao entendimento de que todas as consequências geradas por causa do desquite ou do divórcio estariam relacionadas a maiores tragédias e violências sociais, sejam elas simbólicas (como a tristeza dos filhos ou da família, loucura ou desonra feminina) ou físicas (suicídios, assassinatos, brigas). Vimos, também, que a maioria das notícias vinculava a violência aos homens, mas seria motivada pelas mulheres, que na maioria dos casos tomavam a decisão de se separar, se tornando culpadas por isso. Anos mais tarde, na revista *Careta*, em um conto intitulado “O divórcio de Adão e Eva”, em 25 de agosto de 1956, observamos novamente o uso da violência como consequência da separação:

A curiosidade era o número dos suicídios alarmante. Eram, sobretudo, moços que tinham sido colhidos pela lei fatal da separação em plena lua de mel. (...) O estrago entre os moços, este era de molde a cortar o coração mais endurecido. Muitos deles despenhavam-se de cima dos arranha-céus de 200 andares. Outros estouravam os miolos à bala, tendo, entre os dedos crispados, o retrato da sua Dulcinéia³⁰⁴.

O trecho acima mostra uma maneira constante de tornar o homem uma vítima do divórcio/desquite. E a reação violenta dos homens seria algo naturalmente esperado, considerando-se a decepção por não conseguir controlar a esposa e mantê-la no casamento.

³⁰² “Sacrifícios femininos”. *O Malho*. Anno XXV, n. 1219, 23 de janeiro de 1926.

³⁰³ “Divorcio”. *O Malho*. Anno XXXI, n. 1541, 2 de julho de 1932.

³⁰⁴ “O divórcio de Adão e Eva.” *Careta*. Anno XLIX, n. 2513, 25 de agosto de 1956.

Como já destacamos anteriormente, a agressividade estava intimamente relacionada com a masculinidade, sendo impulsionada na educação dos homens em todo processo da vida, se manifestando inclusive na forma de controle sobre os corpos femininos. Para Rachel Soihet, a violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer um poder irrestrito sobre a mulher, “sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que força e poder”³⁰⁵, ou seja, o homem ao praticar a violência se sentia fraco e sem poder, perdendo o controle. Isto se tornava explícito principalmente diante de situações onde não havia a possibilidade do controle, partindo-se, então, para a violência.

Eram poucas as notícias a favor do divórcio, mas elas existiam. Como podemos observar abaixo na revista *Fon-Fon* de 26 de outubro de 1929:

Se houvesse o divorcio- o melhor medicamento da therapeutica social, para taes casos. Ambos procurariam a bonança, amparados pela lei e não deixariam os seus rebentos á mercê do destino. Procurariam corações que os soubessem compreender, novos amores, novas felicidades, nova vida. Construiriam outros lares, no necessário afan da perpetuação da especie. Foi o “laço indissolúvel”, porém, que evitou essa ventura, que consumou esse infortúnio. Creio que o divorcio é necessário³⁰⁶.

O trecho acima foi escrito por Max Monteiro, que defende o divórcio como uma boa solução para o caos conjugal e para o destino dos filhos, que estariam largados sem uma solução legítima por lei. A mesma afirmação foi abordada também na *Careta*, bastante tempo depois, em 24 de novembro de 1951, quando foi publicada a carta de um leitor defendendo o divórcio:

A situação das crianças, cujos pais estão separados ilegalmente, não é pior do que a das crianças cujos pais estão separados legalmente? Legalmente, o caso será aceito, não tenha dúvidas. Além disso revela considerar: a) Aqueles que vivem felizes e constituem a maioria não precisam temer o divórcio; b) Para os que vivem infelizes e pensam até em suicídio, para se livrarem do fardo, será o único benefício ou única solução. (...) Acha que um casal feliz, com quatro ou cinco filhos, irá divorciar-se tão somente para aparecer nas colunas dos jornais ou para saborear a nova Lei implantada no Brasil? Publique, caro articulista, estas linhas e faça uma consulta entre os leitores, a fim de vermos a resposta. Cordialmente, Helio Camargo³⁰⁷.

O questionamento do leitor não é respondido na revista, apenas é divulgada uma nota dizendo: “Prezado sr. Helio, está publicada a sua carta, vamos aguardar a reação dos

³⁰⁵ SOIHET, Rachel. “Corpo feminino como lugar de violência”. *Projeto História*, n°25, "corpo & cultura" N° 25. São Paulo: Editora da PUC-SP, dez/2002, p. 3.

³⁰⁶ “A sem-razão dos anti-divorcistas” *Fon-Fon*. Anno XXIII, n. 43, 26 de outubro de 1929.

³⁰⁷ “O Divórcio”. *Careta*. Anno XLIV, n.2265, 24 de novembro de 1951.

leitores”³⁰⁸. Nas edições seguintes, não há mais menção sobre a correspondência ou a posição de outros leitores sobre o assunto. Acreditamos que a revista só tenha publicado a carta numa tentativa de se apresentarem como imparciais sobre os assuntos tratados. Afinal, como afirma Marialva Barbosa: “A imparcialidade do jornalismo é a meta maior a ser buscada, como também é a construção mais acabada de sua imagem”³⁰⁹. Portanto, estas revistas em alguns momentos apresentavam outras opiniões, sem tanta ênfase como faziam com as posições que defendiam. É possível perceber que foram nessas brechas de oportunidades que algumas mulheres utilizaram o espaço para se pronunciarem de maneira oposta ao que constantemente era divulgado e amplamente defendido pela imprensa.

3.3 As manifestações femininas em favor do divórcio

Se em nosso paiz houvesse lei do divorcio, as mulheres sofferiam muito menos. Esta lei é uma necessidade. Principalmente paras as infelizes. Porque os que são felizes na vida jamais pensam no divorcio. O homem não tem direito de fazer sofrer a mulher. O casamento é um contrato. Se as obrigações são iguaes, iguaes devem ser também os direitos³¹⁰.

O trecho acima foi retirado de uma coluna da revista *Fon-Fon* chamada “Poeira das ruas”. A coluna foi inserida na revista em janeiro de 1926, não era constante e não apresentava um autor fixo. Tinha o objetivo de divulgar alguns acontecimentos na cidade e em algumas edições eram respondidas cartas dos leitores. Estas eram escritas majoritariamente por homens. O que não ocorreu no dia 29 de maio de 1926, quando a revista divulgou uma leitora relatando alguns descontentamentos no seu casamento, pedindo conselhos na coluna. A leitora foi respondida por Maria Lia, autora do trecho acima, que aconselha a busca pelo divórcio caso não existisse mais a felicidade conjugal. Esta resposta gerou desconforto por parte de um leitor que na edição seguinte se manifestou contra a autora. Abaixo vemos um trecho da crítica feita a Maria Lia na carta do leitor que assina como Ferrolho:

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ BARBOSA, Marialva. Op. cit., p. 139.

³¹⁰ “Poeira das ruas”. *Fon-Fon*. Anno XX, n. 20, 15 de maio de 1926.

Vejo-me forçado a protestar contra a idéia absurda forjada por sua cabecinha (com certeza de cabelos curtos), com a pobreza de conselhos inaceitáveis. (...) Nenhuma culpa nos cabe em participar dos prazeres que a natureza nos abre mão, e, se affectivamente desagradamos a nossa esposa, é claro que o móvel de um incidente desagradável em família só pode ter por origem outro rabo de saia; logo, deve codemnar o seu próprio sexo e não a nós homens³¹¹.

Ao analisar o trecho acima, percebemos que logo no início ele busca desqualificar o posicionamento da autora ao destacar uma característica em comum das jovens feministas, que naquela época usavam cabelos curtos. Como afirma Michelle Perrot, “por volta de 1900, o feminismo ganha força, se desenvolve e reivindica a liberação do corpo. (...) as saias ficam mais curtas, assim como os cabelos. O corte de cabelo nesse momento, significa nova mulher, nova feminilidade”³¹². Logo depois de menosprezar Maria Lia, o leitor afirma que o homem não pode sentir culpa de algo que é da sua natureza, se referindo à liberdade sexual masculina. Enfatiza ainda que a origem de uma possível traição seria por culpa das mulheres. Reafirma o senso comum da sociedade patriarcal de que os homens são sempre as vítimas de mulheres desonestas que utilizam da sua sensualidade para conquistá-los. Como afirma Mary Del Priore, a casa e a rua continuavam a delimitar as representações sobre as mulheres e ditados como “um homem que tem uma esposa atraente em casa esquece a mulher que admirou na rua”³¹³, eram usados constantemente. Segundo a autora, o “‘temperamento poligâmico’ dos homens justificava sua necessidade de liberdade. Para a esposa: manter-se sempre no mesmo lugar, pois, segundo as conselheiras sentimentais, o marido ‘sempre volta’”³¹⁴.

Porém, o conselho dado por Maria Lia foi o contrário do que era de costume ler nas revistas, gerando, assim, uma reação de indignação por parte de um leitor que, provavelmente, representou uma parte considerável dos consumidores do periódico. Afinal, como vimos anteriormente, não era frequente o posicionamento em favor do divórcio, muito menos vindo de uma mulher. Porém, o caso ganhou maior destaque quando, após a carta do leitor insatisfeito, outras duas cartas de leitoras foram divulgadas nas edições seguintes, legitimando e defendendo o posicionamento de Maria Lia. No dia 30 de outubro de 1926, a leitora Helena escreve o seguinte:

³¹¹ “Poeira das ruas”. *Fon-Fon*. Anno XX, n.22, 29 de maio de 1926.

³¹² PERROT, Michelle. “Cortar os cabelos: sinal de emancipação. Os anos loucos, de 1920 a 1930”. In: *Minha história das mulheres*. Op. cit., p. 61.

³¹³ DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. Op. cit., p. 69.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 71.

Minha querida patrícia, não tenho o prazer de a conhecer pessoalmente para poder abraça-la, faço-a por meio desta carta, com maior entusiasmo, com infinita alegria. Sua pagina publicada no ultimo numero do Fon-Fon, sobre o divórcio, está maravilhosa. O divorcio será, pois, para nós, uma taboa da salvação. E se o casamento é um bilhete de loteria, ele quase sempre sáe branco... (...) Os maridos têm sempre a mesma liberdade. Divertem-se como querem, sem dar satisfações á sociedade. Neles tudo é perdoável. A infidelidade no homem é natural. A grosseria é do sexo. Elles têm a força e a inteligência. Nós ficamos apenas com a beleza... (...) A legalização do divorcio, por si só, fará diminuir o número de infelizes. Por tanto minha querida patrícia, bato palmas ao seu gesto e a sua atitude. Precisamos nos unir para nos defendermos do homem...³¹⁵

No texto, Helena além de defender e elogiar Maria Lia, também se posicionou a favor do divórcio, da união entre as mulheres e fez uma reflexão sobre as condições feminina e masculina no seu tempo. Um relato importante que mostra que, possivelmente, muitas mulheres que defendiam a emancipação feminina no período não tinham espaço para se manifestarem, aproveitando, assim, oportunidades como esta. Em 13 de novembro de 1926, a segunda carta foi divulgada, nela uma leitora chamada Wanda destaca a importância dos escritos de Maria Lia para reafirmar sua vontade de não querer se casar:

Minha querida Maria Lia, o homem é o mais covarde de todos os animaes. Nós nas suas mãos somos como bonequinhos do “guignol” na Praia de Botafogo. Só fazemos o que eles querem. São nossos senhores absolutos. Elles querem ter e têm toda a liberdade possível e também a impossível. Nós nada podemos fazer. Nem o direito de protestar, o único consolo dos que sofrem. (...) Elles, os maridos vão para pandegas! Eu, positivamente não me casarei. Pelo que vejo e observo. Pelo que me dizem as minhas amigas, o casamento é um bilhete de loteria. E como os bilhetes saem em geral brancos...(...). Nós sempre desculpamos os homens que amamos com o estribrilho: Elle é diferente dos outros... Até nisso somos tolas e ingênuas. Todos são iguaes. Parece terem vindo da mesma forma. Depois, são as mulheres que não prestam. Elles são os únicos culpados³¹⁶.

Na carta acima, encontramos a manifestação de uma jovem sobre o casamento e suas percepções ao analisar as ações masculinas no cotidiano. Em alguns momentos, ela apresenta indignação, ao destacar que os homens agem como se fossem “senhores absolutos” e que as mulheres não tinham o direito de protestar. Ao final, ela defende as mulheres e retira a culpa feminina, afirmando que os homens são os únicos culpados por casamentos infelizes. Ela ainda afirma que não se casará. Após esta carta, Maria Lia não aparece mais na coluna “Poeira das Ruas”. Assim, as duas cartas anteriores ficam sem respostas. Portanto, da mesma forma repentina que ela apareceu respondendo a uma leitora, e logo depois a um leitor insatisfeito com sua posição em favor divórcio, Maria Lia desapareceu da revista. Nas edições

³¹⁵ “Poeira das ruas”. *Fon-Fon*. Anno XX, n. 44, 30 de outubro de 1926.

³¹⁶ “Poeira das ruas”. *Fon-Fon*. Anno XX, n. 46, 13 de novembro de 1926.

seguintes, outros autores ficaram responsáveis pela coluna. Nenhum deles fez menção às cartas anteriores ou ao tema do divórcio. Não conseguimos encontrar nenhuma informação sobre quem era Maria Lia. Ela não aparece em contos, poemas ou em outras colunas de edições anteriores ao ano de 1926 ou mesmo depois dessa aparição na *Fon-Fon*. Estes fatos nos levam a questionar sobre a possibilidade dela não existir e ser uma criação dos redatores do periódico com o objetivo de expressar opiniões diferentes e, assim, forjar uma neutralidade ou um debate sobre o tema. Entendemos que sua participação abriu espaço para posicionamentos diferentes dos que geralmente eram divulgados e defendidos pelos periódicos cariocas, pois, ao realizar o levantamento de discursos femininos sobre a elaboração da lei do divórcio nos três periódicos, encontramos muitas mulheres que eram contra e poucas a favor.

Como vimos no capítulo 2, a conquista de espaço da escrita feminina nas revistas ilustradas, foi alcançada por poucas mulheres, sendo elas, em sua maioria, brancas e com boas condições financeiras. Sabemos que muitas delas, para conquistar estes espaços, tiveram que reiterar os discursos patriarcais da época como uma maneira possível de serem ouvidas e obterem reconhecimento entre os homens. Contudo, apesar das dificuldades, vimos como foi essencial a participação dessas mulheres, trazendo novas expectativas para o período e um maior espaço não só na imprensa, mas também no cenário social e político, levantando as pautas necessárias para a conquista e ampliação dos direitos femininos. A partir da década de 1930, foi possível notar nos periódicos que os debates sobre a questão do divórcio ficaram ainda mais intensos.

Após a participação de Maria Lia, o que vimos foram breves notícias de algumas mulheres que se pronunciavam sobre o tema. Em 19 de novembro de 1932, outra mulher escreve na *Fon-Fon* com um conto chamado “Conflito entre sexos”. Trata-se de Elisabeth Bastos de Freitas. No conto, ela criticava uma peça de teatro chamada “Guerras às mulheres”, que, segundo ela, destacava a insatisfação dos homens com a mudança do papel feminino na sociedade, como podemos observar abaixo:

Os homens parecem estar indignados porque as suas senhoras não querem mais se resignar a desempenhar na vida o papel prosaico e antiquário de mãe de família. (...) A mulher tem arrastado um fardo pesado pelos séculos afora, e até hoje, o marido em algumas nações é uma inutilidade que se tem que carregar algum tempo. Em outros países a mulher pode se ver livre. Aqui no Brasil é preciso carregar com a trouxa a vida inteira. O homem sempre fez da mulher a empregada mór da casa. Quem passa as noites em claro, é a mulher. Quem cuida das crianças é a mulher. Pois a mulher apesar de ser vítima do homem, nunca declarou nem declara guerra aos homens. Ella só quer aquillo a que tem direito. Quer trabalhar, viver honestamente e independentemente, amar quem seja digno de seu amor, viver e

sonhar. (...) Si passasse a lei do divorcio no Brasil, 98% das mulheres casadas se divorciariam. Que venha o conflito entre os sexos, as mulheres unidas para todo sempre “Guerra aos homens”³¹⁷.

A partir do trecho acima, notamos que Elisabeth Bastos vai além da crítica à peça de teatro, fazendo afirmações importantes sobre padrões sociais sexistas que ainda permaneciam em vigor naquele tempo. E, assim como Maria Lia, ela também se posiciona a favor do divórcio, o que pode ser observado quando afirma que em outros países a mulher poderia ser livre e no Brasil não e que a maioria das mulheres se divorciariam caso a lei existisse no país. Elisabeth Bastos fazia parte do movimento feminista. Não havia muitos escritos de sua autoria nos periódicos, mais um livro ganhou destaque, intitulado *Justiça, Alegria e Felicidade*, que foi comentado não apenas na *Fon-Fon*, mas também em *O Malho* juntamente com fotografias da autora, como pode ser observado abaixo:

Figura 31 - *Fon-Fon*, Anno XXVII, n. 33, 19 de agosto de 1933



A escriptora Elisabeth Bastos, que se tem destacado nos círculos feministas brasileiros, pela sua brilhante actuação no movimento em pról dos direitos da mulher, acaba de entregar à Renascença Editora os originaes de seu livro de estréa «Justiça, Alegria, Felicidade», collectanea de conferencias pronunciadas pela autora sobre o papel da mulher na sociedade.

Legenda: A escriptora Elisabeth Bastos, que se tem destacado nos círculos feministas brasileiros, pela sua brilhante actuação no movimento em pról dos direitos da mulher, acaba de entregar à Renascença Editora os originaes de seu livro de estréa “Justiça, Alegria, Felicidade”, coletânea de conferencias pronunciadas pela autora sobre o papel da mulher na sociedade.

Fonte: *Fon-Fon*, Anno XXVII, n. 33, 19 de agosto de 1933.

³¹⁷ “Conflito entre sexos”. *Fon-Fon*. Anno XXVI, n.47, 19 de novembro de 1932.

Figura 32 - *O Malho*. Anno XXIV, n.1206, 24 de outubro de 1925



Legenda: A senhora Elisabeth Bastos é um dos nomes de primeiro plano do nosso cast de escriptoras. É também um nome de relevo do movimento feminista brasileiro e, sem duvida, uma das intelligencias que penetram mais profundamente o problema do feminismo entre nós. A ilustre escriptora acaba de publicar mais um livro, destinado a um grande êxito, por isso que nessa obra, a Sra. Elisabeth Bastos estuda diversos assumptos que se relacionam com a questão feminista, em pequenos capítulos que lêem com agrado e crescente curiosidade. O título desse livro é "Justiça, Alegria, Felicidade" e nelle se traçam, com affeito, os novos rumos do feminismo brasileiro.

Fonte: *O Malho*. Anno XXIV, n.1206, 24 de outubro de 1925.

Notamos que a maneira como a escritora e seu livro aparecem em ambas as revistas é bem parecida. Nelas é possível perceber um maior destaque à participação da autora no movimento feminista e suas causas. Nas legendas, vimos muitos elogios a ela, mas, após estas reportagens, não houve mais notícias ou participações da mesma nas revistas.

Em 1937, outra participação feminina nos periódicos pode ser destacada, a da advogada Ilnah Pacheco Secundino. Ela foi fundadora do Centro Paranaense Feminino de Cultura, em Curitiba, e, neste ano, havia sido reeleita para a sua presidência, como podemos ver abaixo a partir de uma fotografia publicada na revista *O Malho*:

Figura 33 - *O Malho*. Anno XXXVI, n.194, 18 de fevereiro de 1937



Legenda: CENTRO PARANAENSE DE CULTURA FEMININA- Aspecto da posse da nova Directora do Centro Paranaense de Cultura Feminina, quando falava a presidente reeleita, senhorita Dra. Inah Secundino.

Fonte: *O Malho*. Anno XXXVI, n.194, 18 de fevereiro de 1937.

Segundo Larissa Seixas³¹⁸, o Centro reunia na sua inauguração 51 associadas e as participantes eram mulheres abastadas. Tinha o objetivo de divulgar poetisas e escritoras da região, com conferências, recitais e exposições com participação de mulheres mesmo fora de seu estado. Paralelamente ao enfoque cultural, as associadas dedicavam-se também a oferecer cursos, como de corte e costura, inglês, datilografia, entre outros. Para Ana Maria Ganz, Inah Secundino utilizava o espaço do Centro para “argumentar como deviam as mulheres atuarem em sociedade. (...) Propunha uma educação feminina num sentido mais racional, mais prático, mais eficiente e mais utilitário”³¹⁹. Em uma das conferências realizadas no local, a advogada e poetisa enfatiza a importância das mulheres no mercado de trabalho:

Qualquer trabalho é dignificante, tanto o da humilde operária como o da que exerce profissões mais elevadas. Aquela, lutando contra a miséria, com o seu serviço exaustivo no calor asfixiante da fábrica, quantas vezes para sustentar a sua família. Ninguém contestará o alcance da sua colaboração, ao lado do homem no mesmo

³¹⁸ SEIXAS, Larissa Selhorst. “*O feminismo no bom sentido*”: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2011, p. 71.

³¹⁹ GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba (1925-1945)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994, p. 132.

nível, no trabalho para o beneficiamento, para o progresso da sociedade em que vive³²⁰.

Ilnah Secundino entendia que quanto maior fosse o acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, maior era sua chance de liberdade. Diante disso, também se posicionou a favor da lei do divórcio e, em 1941, escreveu um livro chamado *A mulher e o divórcio*. Na época, o periódico *O Malho* afirmava que ela estava consagrada pela crítica nacional, trazendo seus “conhecimentos profundos da questão e em que desenvolve uma tese interessante”³²¹. Em um trecho do seu livro, encontramos sua posição sobre o assunto:

(...) estejam as mulheres prontas para trabalhar. Trabalhem seja qual for o trabalho porque todo ele, desde o mais grosseiro e humilde, eleva e enobrece, e fiquem tranquilas quanto a situação em que hão de ficar no futuro, si uma infelicidade tornar rotos os laços matrimoniais e desfizer os seus lares³²².

Ilnah Secundino escrevia para as mulheres e pretendia chamar a atenção para a questão da independência financeira como uma alternativa para a dissolução familiar. Acreditava que a maioria das mulheres no Brasil era contra a lei do divórcio por não entenderem os benefícios que a mesma lhes traria. Isto dificultaria o processo de implementação da lei no país:

(...) dedicamos este pequeno trabalho à mulher brasileira, que tem sido a maior inimiga da medida em questão, e isso por ter estado mais afastada do conhecimento da verdadeira feição do divórcio, temerosa da sua aproximação, justamente por falta de estudo e de observação do que ele tem de útil em determinadas situações (...). Ela teme por desconhecê-lo³²³.

Ilnah Secundino defendia a importância de se oferecer as informações necessárias para a mudança de posicionamento das mulheres, pois ainda não teriam compreendido a “verdadeira feição do divórcio”. Como afirma Ana Maria Ganz, a advogada utilizava a ideia de que o divórcio era “uma medida muito mais moral que o desquite em vigor na legislação brasileira, pois impediria o adultério e o concubinato, não oferecendo perigo algum à

³²⁰ SECUNDINO, Ilnah Pacheco. *Conferência pronunciada na sessão solene de fundação do Centro Paranaense de Cultura Paranaense de Cultura Feminina*. 5 de dezembro de 1933. Curitiba: (s.n), p.6.

³²¹ *O Malho*. Anno XL, n. 20, setembro de 1941.

³²² SECUNDINO, Ilnah Pacheco. *A mulher e o divórcio*. Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro: Guaira, 1941, p.111.

³²³ *Ibidem*, p.10.

família”³²⁴. O mesmo discurso foi utilizado por Lucia Del Rodes, que apareceu somente esta vez na revista *O Malho* em setembro de 1948:

Sou a favor do divórcio. Encaro-o como medida moralizadora. A igreja católica, na sua guerra contra o divórcio, não encontrou, ainda quem esclarecesse a medida como indispensável à própria igreja. O divórcio separaria o joio do trigo, na clássica expressão bíblica. Os verdadeiros católicos não se divorciariam, dando exemplos edificantes e convincentes. Além desse exemplo, consentindo no divórcio, a igreja estaria rigorosamente dentro do seu papel: amparar os fracos e os que erram, consolar os aflitos e socorrer as vítimas³²⁵.

Ao longo desta pesquisa, vimos que estes discursos ambíguos eram utilizados por alguns homens (como o parlamentar Nelson Carneiro) e, constantemente, por mulheres ávidas por mudanças e que viam nessa estratégia uma possibilidade de alcançar a visibilidade necessária. Acreditamos que foi a partir desses discursos, por vezes contraditórios, que se tornou possível conquistar algumas das alterações e ampliações dos direitos das mulheres no país. A última autora que encontramos, que se colocava a favor do divórcio, foi Alice Afra de Carvalho. Alice apareceu nas revistas *O Malho* e *Fon-Fon*:

Surge agora uma apologista do divórcio, a senhora Alice Afra de Carvalho, do Instituto Brasileiro de Cultura, que lançou, em edição própria, uma “plaquette”, na qual expõe seus pontos de vista. Os argumentos que expende merecem atenção e estudo, porque têm a virtude da sinceridade e da coragem³²⁶.

(...) Intitulado “O Divórcio”, no qual Alice Afra de Carvalho resumia sua opinião acerca do discutido e sempre momentoso problema. Ela pertence à Associação Brasileira de Escritores, à Sociedade Brasileira de Filosofia, ao Instituto Brasileiro de Cultura e ao Centro Carioca, pode considerar-se uma expressão das nossas letras femininas³²⁷.

Não conseguimos acesso a obra da escritora e também não encontramos uma bibliografia sobre ela, o que dificultou o aprofundamento acerca de suas ideias. Após estas duas aparições, não há mais registros de contos ou citações da mesma. Percebemos, ao analisar essas poucas mulheres que se declaravam a favor do divórcio, uma lacuna de informações em torno delas. Mesmo aparecendo em fotografias ou sendo elogiadas em alguns momentos, as publicações eram resumidas, apareciam rapidamente e repentinamente sem aprofundamentos. Depois das autoras que vimos acima, o que encontramos nas revistas foram

³²⁴ GANZ, Ana Maria. Op. cit. p. 126.

³²⁵ “A entrevista que não dei”. *O Malho*. Anno XLVI, n. 104, setembro de 1948.

³²⁶ “O Divórcio”. *O Malho*. Anno XLV, n. 92, setembro de 1947.

³²⁷ *Fon-Fon*. Anno XLII, n.2163, 18 de setembro de 1948.

algumas informações sobre artistas do cinema americano (como o divórcio de Marilyn Monroe em 1954) e posicionamentos de artistas do rádio nacional. Destacaremos aqui o de duas cantoras. A primeira foi Dircinha Batista que, em 28 de junho de 1952, se declarou a favor do divórcio em uma entrevista para a *Fon-Fon*:

O amor é um sentimento espontâneo e como tal não aceita imposição. O amor não tem existência artificial. O vínculo indissolúvel que o atual contrato conjugal determina não consulta à realidade, à evidência dos fatos. (...) Por isso sou a favor do divórcio. Penso que assim, só assim, se evitarão os desastres domésticos, os dramas e as tragédias que a “indissolubilidade” acarreta. No dia em que essa “válvula social” for admitida e utilizada normalmente, desaparecerá o temor, o medo de casar, a desconfiança terá desaparecido. E respiraremos dias em que o revolver, os tóxicos, o desespero, terão lugares mais modestos na Sociedade. (...) Pois fiquem sabendo seus moços. A mamãe aqui é a favor do divórcio e fim, é uma opinião que precisa ser respeitada. Dircinha, ajeita a blusa que está querendo livrar-se do cinto e avisa que vai pro bar da Nacional comer qualquer coisa e fazer hora... O repórter, então, se ri³²⁸.

A segunda foi da cantora Maysa, no mesmo periódico, mas na edição da primeira quinzena de novembro de 1957. Nela consta uma reportagem feita pela jornalista Jeanette Adib, a única colaboradora mulher deste período na *Fon-Fon*. O título da notícia era: “Maysa desquita-se do milionário Andrezinho Matarazzo”. A jornalista, antes de iniciar a entrevista com Maysa, explica aos leitores o motivo da separação:

O motivo principal das desavenças do casal é a carreira de Maysa. André confessou aos mais íntimos, que o fato da esposa ter abraçado a profissão de cantora matou a felicidade de seu lar. (...) Os ensaios, os programas, a vida agitada de artista, tomavam-lhe todo o tempo. (...) Andrezinho não se conformou com as viagens da esposa e resolveu acertar as coisas. Pediu que Maysa abandonasse suas atividades artísticas para que a situação da família voltasse a se normalizar. Maysa não cedeu. Não abandonaria a carreira. Sem uma solução que agradasse a ambos. Então apelaram para o desquite³²⁹.

Então, inicia a entrevista com apenas uma pergunta:

- Depois do desquite, você continuará usando o sobrenome Matarazzo? -indagamos.
- Serei apenas Maysa.

A infelicidade transparece em seu rosto. Durante a conversa que tivemos com a cantora, ela mostrou-se bastante reservada sobre o assunto desquite, fazendo declarações entre demoradas pausas³³⁰.

³²⁸ “Dircinha é a favor do Divórcio”. *Fon-Fon*. Anno XLV, n.2359, 28 de junho de 1952.

³²⁹ “Maysa desquita-se do milionário Andrezinho Matarazzo”. *Fon-Fon*. Anno XLVIII, n.2618, 1 quinzena de novembro de 1957.

³³⁰ *Ibidem*.

Notamos que nas duas entrevistas os jornalistas apresentam sua visão sobre o que receberam de respostas das cantoras. Havia uma constante desvalorização feminina. Ao final da primeira reportagem, o jornalista destaca como Dircinha estava com sua vestimenta amarrotada ao terminar seu show e indo para um bar, espaço que, na época, era destinado aos homens. Ao finalizar a entrevista, o jornalista faz um deboche da situação ao relatar que riu da cantora, deixando a entender que ela seria alguém que não poderia ser levada a sério e deslegitimando, assim, sua posição em favor do divórcio.

Na segunda reportagem, é possível perceber outros vários julgamentos feitos pela jornalista em relação à cantora Maysa. Ela começa explicando o desquite de modo a colocar culpa na cantora, que teria preferido continuar a carreira abandonando a família. Logo depois, Jeanette Adib pergunta se ela usaria o nome de casada, ou seja, uma forma de desqualificação da cantora por estar se separando, atrelando o sucesso da sua carreira ao seu casamento, ao sobrenome do marido. Ao terminar a entrevista, a repórter ainda afirma que Maysa se sentia infeliz devido ao desquite, dando a entender que poderia não ter sido uma boa decisão. Como podemos perceber, as entrevistas conduziam os leitores a uma posição conservadora contrária à separação conjugal. Entendemos a partir das análises feitas das fontes que o principal alvo dessas matérias eram as mulheres, que enfrentavam o julgamento social e moral diante de uma decisão de desquite ou algum posicionamento a favor do divórcio. Estas foram as últimas matérias encontradas contendo posicionamentos femininos sobre o tema.

Das três revistas aqui analisadas, a *Careta* se apresentou a mais conservadora em relação ao assunto. Nela não encontramos nenhuma posição feminina contrária ou a favor do divórcio. As mulheres não tinham voz no periódico. Mas, quando foram questionados por um leitor, sobre o tema na década de 1950, houve uma mudança de discurso, como podemos observar na resposta publicada no dia 12 de março de 1952: “Nossa opinião, caro leitor, já tem sido exposta. Somos favoráveis ao divórcio total sempre que não haja filhos do casal. Em os havendo, somos contrários”³³¹. Possivelmente, esta declaração aconteceu por medo de perder assinaturas, vendas avulsas ou patrocínios. Imersa em um discurso contraditório, a maioria dos conteúdos apresentados na revista e expostos aqui, direcionava seus leitores para o entendimento de uma posição contrária a esta afirmação. Após esta declaração, a *Careta* mantém suas publicações do mesmo jeito, e continua sem a participação feminina.

Portanto, com o que analisamos nos periódicos até aqui, acreditamos que, mesmo com o reduzido espaço da escrita feminina favorável ao divórcio, foi possível perceber as

³³¹ *Careta*. Anno XLIV, n. 2285, 12 de abril de 1952.

insatisfações de algumas mulheres naquele tempo, trazendo posições contrárias aos discursos conservadores que prevaleciam na imprensa e que refletiam os valores de uma sociedade patriarcal. Entendemos que, ao compartilhar suas opiniões, essas leitoras, advogadas, deputadas, escritoras, jornalistas, atrizes e cantoras encorajavam outras mulheres a também se manifestarem. Ou seja, a partir do espaço conquistado por elas, foi possível dar voz aquelas que viviam no anonimato. Elas não passaram despercebidas. Afinal, como afirma Mary Del Priore: “Era preciso admitir que a história das mulheres só começava quando uma delas rompia com o círculo infernal da história masculina e de suas leis, para tornar-se fonte e matéria da dinâmica social”³³².

Vimos, também, haver diferentes nuances nos discursos sobre casamento, família e divórcio ao longo da primeira metade do século XX. Sendo assim, observamos que nos anos de 1910 e 1920, o foco se dava em torno de como manter a valorização do casamento com a chegada da modernização. Para isto, com a ajuda da medicina foi introduzida uma noção de amor romântico, escolha e consenso. Mas, com o desquite presente no Código Civil de 1916 e com o aumento de casos de separações a partir dos anos de 1930, o conceito de família patriarcal estava ameaçado. Então, a partir dos anos de 1940, o casamento higiênico ganha maior destaque na imprensa, controlando comportamentos de homens e mulheres, ao mesmo tempo em que ia trazendo uma nova visão sobre o sexo sem ser somente para procriação, mas como prazer. Esta ideia veio com o objetivo de fortalecer os laços conjugais e, assim, contribuir para uma possível durabilidade dos matrimônios. Estes discursos colaboravam para que a família patriarcal fosse se moldando e se mantendo durante a modernidade e a República.

Porém, as mulheres haviam rompido com a dicotomia entre público e privado atribuída segundo o gênero, mesmo com todos os esforços feitos para contê-las num molde feminino. Elas reagiram e desafiaram a concepção de natureza feminina cujo lugar social era exclusivamente o mundo privado. Foi possível perceber isto mais intensamente a partir dos anos de 1950, quando o casamento deixava de ser o único destino, ou o mais almejado, sendo incorporadas outras aspirações e projetos pessoais. Como afirma Jeni Vatsman, “(...) essas mulheres desafiaram um conjunto de práticas e valores que conformavam os fundamentos de legitimação de um sistema hierárquico de relações de gênero e de família”³³³. A partir delas,

³³² DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: As vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 224.

³³³ VAITSMAN, Jeni. Op. cit, p. 155.

foi possível intensificar os debates sobre a lei do divórcio abrindo a possibilidade de se pensar em outro tipo de família.

4 VIOLÊNCIA E REBELDIA: O CORPO FEMININO E O PATRIARCALISMO MODERNO

4.1 Práticas e representações da violência contra as mulheres nas revistas *Careta*, *Fon-Fon* e *O Malho*

Exaltado como expressão de beleza, inspirador do desejo, fonte de prazer, de vida através da maternidade, símbolo da nação republicana, na França pós revolucionária como no Brasil, o corpo feminino é também lugar de violência, quer a violência física - espancamentos, estupros etc - tão bem conhecida, quer àquelas outras formas de violência sutis, engenhosas, entre as quais a chamada violência simbólica, que, igualmente, contribuem para a manutenção de desigualdades³³⁴.

No trecho acima, Rachel Soihet discorre acerca da ambiguidade da visão patriarcal sobre o corpo feminino, pois, ao mesmo tempo que era considerado fonte de prazer e vida, também era lugar de violência. Ainda segundo a autora, esta foi uma das formas encontradas pelo patriarcado para a manutenção das desigualdades de gênero, ao longo do século XX no Brasil. Nos capítulos anteriores, vimos que na medida em que as mulheres alcançavam mais espaços e direitos no espaço público, aumentavam as formas de violência simbólica com contos, poemas e charges irônicas criticando essas conquistas. Porém, como a autora destaca, a violência física também fazia parte do cotidiano de muitas mulheres. Sendo assim, neste capítulo refletiremos sobre como as revistas divulgavam o assunto e como as mulheres reagiam diante de tantas formas de violência.

A partir do levantamento feito nas três revistas, encontramos alguns contos satíricos sobre casos de violência física. O primeiro foi publicado na revista *O Malho* do dia 19 de maio de 1923 e o segundo na *Careta* do dia 9 de abril de 1960:

Um borrachão surpreende um carteiro a dar pancadas na esposa. - Que é isso, amigo carteiro, então você bate em sua mulher, hoje, que é feriado? - Que tem isso? - Julguei que nos feriados você não fazia distribuição³³⁵.

A quitandeira foi queixar-se ao delegado de que não podia mais suportar o marido. Além de não trabalhar, o homem se embriagava, insultava-a e lhe batia. - Mas com

³³⁴ SOIHET, Rachel. "O corpo feminino como lugar de violência". *Projeto História*, n°25, "Corpo & cultura". São Paulo: Editora da PUC-SP, dezembro de 2002, p.1.

³³⁵ *O Malho*. Anno XII, n.1079, 19 de maio de 1923.

que pretexto lhe bate ele? Pergunta a autoridade. - Desculpe, sr. Delegado, não é com pretexto, é com o cinturão³³⁶.

Em ambos os trechos, mesmo com as distâncias entre os anos em que foram escritos, vemos que a sátira é a estratégia utilizada para divulgar os casos de violência doméstica. Neles, os agressores e as mulheres foram representados por setores pobres da população urbana. No primeiro trecho, de *O Malho*, o diálogo se dá entre o borracheiro e o carteiro. No segundo, da *Careta*, os personagens são a quitandeira e o marido desempregado. Não encontramos nessas revistas, registros satíricos sobre o tema, com a participação de representantes da classe média ou alta. Sendo assim, nos questionamos se os redatores, ao formularem as sátiras, estariam objetivando levantar uma crítica sobre os casos de violência contra as mulheres ou se achavam graça deste tipo de ação violenta, quando praticada pelas classes mais pobres. Sabemos que essas revistas eram produzidas e consumidas, em sua grande maioria, pela classe dominante. Sendo assim, acreditamos que as sátiras feitas nos periódicos eram propositalmente ambíguas. Desta forma, além da crítica, abria-se margem para legitimar ou fortalecer estereótipos pré-estabelecidos de comportamentos de classes sociais diferentes, com o objetivo de distanciá-las, pois como afirma Elias Thomé Saliba:

Os registros cômicos são ambíguos, pois ter uma vida privada era privilégio da elite brasileira que, a exemplo do Rio de Janeiro, se formava na maioria das cidades. Fora dessas novas possibilidades abertas pelos melhoramentos urbanos (...), existia um outro universo social: as mulheres, homens e crianças pobres. (...) Poderíamos dizer que a vida privada dessa gente praticamente não se alterou, embora talvez fosse mais correto pensar que ela nunca tenha existido, pois, no início do século, a vida desses figurantes mudos da história brasileira parece ter se tornado mais invisível. Aliás, torna-los invisíveis fazia parte da fantasia comopolita burguesa: daí o culto de hábitos urbanos e de novos modos de vida que os diferenciavam do restante da população³³⁷.

Neste sentido, acreditamos que o uso da sátira, ao abordar a violência doméstica ocorrida nas classes populares, tinha a finalidade de fortalecer o discurso da classe dominante, considerando-as violentas e agressivas. O fato de terem seus conflitos mais expostos no cotidiano, acabava reforçando estas ideias que passaram a ser constantemente divulgadas nas revistas, como, por exemplo, na publicação da *Careta* do dia 1 de outubro de 1938:

³³⁶ “Notas de confusão”. *Careta*. Anno LII, n. 2702, 9 de abril de 1960.

³³⁷ SALIBA, Elias Thomé. “A dimensão cômica da vida privada na república brasileira”. In: *História da vida privada no Brasil república 3: Da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 318.

Não há duvida que a criminalidade, no Brasil principalmente, registra como criminosos mais mestiços do que indivíduos de raça branca, não obstante a grande diferença numérica em certos meios. (...) O mestiço, nascido geralmente de paes pobres e incultos quase sempre inicia a vida na miséria, desgostoso da sua origem. Sentindo-se tão inteligente como os brancos, vê-se sempre recalcado pela sociedade, permanecendo na baixa esfera em que nasceu, onde facilmente é levado ao crime. O individuo que nasce de paes abastados, que não encontra dificuldades econômicas na vida, que é instruído e educado, raramente é levado a praticar um crime, fora dos passionaes, porque não necessita disso para prover á sua subsistência, nem para conquistar glórias³³⁸.

O trecho da *Careta*, em 1938, mostra que além do preconceito de classe, a revista também era racista, quando afirma que pessoas não brancas tinham tendência a cometerem crimes. Diferentemente das brancas e ricas, que raramente eram levadas a praticar crimes, com exceção dos passionais. O periódico defendia a ideia de que o único crime que não dependia da classe ou da raça era o passional (a violência física contra a mulher, já que os homens eram os que mais cometiam esses crimes na época, considerados passionais pelas revistas). De fato, a análise das revistas, nos revela que esta era uma realidade presente em todas as classes sociais. Porém, quando ocorria nas camadas médias e altas, era pouco divulgado, e quando aparecia não era satirizado. Isto acontecia, pois, segundo Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, a violência contra a mulher, principalmente na classe dominante era velada e, ao mesmo tempo, fortalecida pela tradição, pois:

O marido assim como o pai se sentia no dever de punir com violência sua esposa quando desobedecido. A violência só era vista como selvageria e brutalidade quando exercida diante dos considerados pelas classes médias e altas como seus iguais, ou daqueles que privavam com o casal. Dessa categoria estavam excluídos, por exemplo, os empregados domésticos, tratados como inferiores, não como iguais. Diante destes, a coerção física não era tomada como humilhante³³⁹.

Ou seja, a violência no interior da família sem a presença de outros da mesma classe ou parentes, era legitimada. Assim, os poucos casos envolvendo camadas médias e altas que foram expostos eram divulgados nas revistas como casos graves e de grande humilhação para as famílias envolvidas. Isto pode ser observado no caso publicado em *O Malho*, no dia 17 de janeiro de 1920, sob o título “Tragédia Domestica: um lar desfeito”:

O tenente do Exército, Arthur Guedes de Abreu, depois de dez anos de casado, déra para maltratar a sua companheira, mãe de quatro criancinhas, que tinham sido o enlevo de uma vida feliz. D. Iracema da Cunha Guedes de Abreu, inditosa esposa,

³³⁸ “Os mestiços”. *Careta*. Anno XXXI, n. 1580, 1 de outubro de 1938.

³³⁹ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Op. cit., p. 376.

cansada de tanto soffrer, decidiu, por fim, abandonar o seu algoz, indo esconder-se num quarto do sobrado n. 19 da rua da Lapa. E foi lá que, terça-feira, appareceu o tenente Abreu, á procura da sua victima. D. Iracema recebeu-o na sala de jantar. Era cerca de meio dia. Falaram-se pouco. Elle, supplicando que ella voltasse para a sua companhia. Ella, resoluta, dizendo-lhe que não a procurasse mais. E, de súbito, a casa toda se alarmou ao estampido de vários tiros. Arthur Guedes de Abreu assassinára a pobre senhora. E, esbarrando nas pessoas que tentavam impedir-lhe a fuga, gritou que se ia entregar á policia que passava. O soldado levou-o para a delegacia. O tenente sem relutância confessou o crime ao delegado: - Foi uma paixão, doutor...Não sei o que fiz...³⁴⁰

Assim, confirmando o que foi enfatizado por Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, a descrição do caso acima serve como exemplo de uma violência que ocorreu no ambiente privado do lar de uma família da classe média. Ao ser descoberto, o caso se transformou em humilhação para o agressor. Tudo parece indicar que Iracema já vivia em conflito com seu marido dentro da própria casa, uma vez que já estava saturada da relação, resolvendo tomar uma atitude e fugir, abandonando o lar e tornando a situação pública. O tenente Arthur se sentindo, então, inconformado e humilhado ao ser rejeitado e ao perceber que não conseguiria reverter a situação, pois Iracema não iria voltar a se relacionar com ele e nem voltar para sua casa, decidiu matá-la. A conclusão deste caso foi publicada seis meses depois, no dia 24 de julho de 1920:

O tenente Abreu foi absolvido pelo jury, apesar da prova tremenda da sua absoluta responsabilidade no revoltante crime. É que o conselho de sentença, por quatro votos contra três, afirmou que o acusado era um “passional” e que agira sob perturbação completa dos sentidos e da inteligência³⁴¹.

Em outro caso noticiado na mesma revista, um empresário italiano chamado José Pistone, assassinou sua esposa Maria Mercedes Fea (filha de uma família rica de imigrantes argentinos), em 5 de outubro de 1928, na cidade de Santos, em São Paulo. No depoimento feito no dia da sua audiência e publicado no dia 20 de outubro de 1928, Pistone afirmava que:

(...) nesse dia, ao se aproximar do quarto dele, viu sahir um homem desconhecido. Cheio de ódio, certo de que estava sendo miseravelmente trahido, investiu contra a esposa, que se ajoelhou dizendo-lhe que estava innocente. Agarrou-a brutalmente e, na cegueira do amor próprio offendido, estrangulou-a³⁴².

³⁴⁰ “Tragédia Domestica: um lar desfeito”. *O Malho*. Anno XIX, n. 905, 17 de janeiro de 1920.

³⁴¹ *O Malho*. Anno XIX, n.932, 24 de julho de 1920.

³⁴² *O Malho*. Anno XXVII, n.1.362, 20 de outubro de 1928.

Segundo a revista, ele foi preso. Mas, no dia do seu interrogatório “simulou crises nervosas, preocupado em enquadrar o seu caso nos chamados crimes passionaes”³⁴³. A partir destes dados cabe ressaltar que homens de camadas médias e altas constantemente alegavam algum tipo de desequilíbrio ou distúrbio, na tentativa de justificar o ocorrido e se livrar da prisão. Segundo Soihet, alguns homens eram inocentados e absolvidos dos crimes cometidos contra as mulheres, pois acreditava-se que “agrediam mulheres impulsionados por sentimentos repentinos e inexplicáveis”³⁴⁴.

Durante o levantamento feito sobre os casos de violência de gênero, a revista *O Malho* foi a que mais apresentou notícias. Existiam várias páginas policiais com casos registrados na cidade. Foi a partir da análise destes casos que encontramos ocorrências também em famílias de imigrantes que viviam no Rio de Janeiro. No dia 18 de abril de 1914, foi publicado um caso no qual um sírio chamado Zacharias Elias Eddy atira na também síria Adelia Aoun. Ambos trabalhavam no mesmo local, um armarinho dentro de uma colônia Síria no Rio de Janeiro. Porém, diferentemente do caso anterior, o de Iracema, Adelia era solteira e de classes populares:

Esse individuo apaixonou-se pela jovem patricia e companheira de trabalho num armarinho, Adelia Aoun, a quem, por diversas vezes, fez propostas de casamento, propostas que eram sempre repellidas. Desesperado com isso, o apaixonado syrio, na manhã de 7, resolveu “liquidar a situação”. Entrou no armarinho e não encontrando ninguém alli, foi penetrando sorrateiramente até chegar ao “atelier”, onde deparou Adelia que costurava a uma machina. Parando, Zacharias fitou a joven por alguns instantes e, enchendo-se de coragem, caminhou para junto d’ella e, em tom imperativo, perguntou se continuava a desprezal-o. -Sim a resposta da moça. Zacharias, então tirando do bolso trazeiro uma pistola “Manchester”, mostou-a e disse-lhe:- Ou casas commigo ou morres! Adelia empallideceu; olhou para um lado, para outro, afim de ver se avistava alguém, que corresse em seu soccorro. A esse tempo o desvairado, segurando-a pelo braço, mais uma vez interpelou-a: - Então, vamos, responda! A moça tremia; porém sempre altiva, respondeu-lhe:- Mate-me. Não gosto de você. Morro, não serei sua, nem de nenhum outro. Zacharias recebeu essa resposta, ao mesmo tempo que um tiro partiu e em seguida a esse, dous outros. Os projectis attingiram ao alvo e a infelis moça cahiu sobre a machina em que costurava, apoiando a cabeça entre as mãos. Vendo sua victima por terra, Zacharias depositou a arma sobre uma mesa, tomou seu chapéu, e pacatamente deixou a casa de negocio. (...) Este foi preso pelo guarda civil que o conduziu á delegacia. A infeliz Adelia faleceu momentos depois de ser ferida³⁴⁵.

No trecho acima, novamente a violência física contra a mulher se mostrava como resultado de uma rejeição, mas, neste caso, não havia vínculo algum entre os dois. Adelia

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴ SOIHET, Rachel. “O corpo feminino como lugar de violência”. Op. cit., p. 10.

³⁴⁵ “Crimes Passionaes”. *O Malho*. Anno XIII, n. 605, 18 de abril de 1914.

levou três tiros de Zacharias, por ter recusado sua proposta de casamento. E ainda, como se considerasse justo o que tinha feito, Zacharias saiu calmamente do local em direção ao guarda e à delegacia. Nos três casos analisados na revista *O Malho*, foi demonstrado, que em momentos de conflitos, quando as mulheres decidiam se livrar de uma situação que as oprimia, algumas pagavam com a própria vida. Segundo Lia Zanotta Machado, o patriarcalismo moderno legitimava a violência contra as mulheres quando esta era justificada em nome da honra ou pela função de provedor. Assim, os homens poderiam:

(...) cercear o direito de ir e vir, de impedir o acesso ao trabalho de suas companheiras, de inspecionar órgãos sexuais para garantir que não houve traição, e “bater” se sentem ciúmes ou se não recebem atenção requerida. Contudo, ainda que saibam e se refiram à ilegitimidade da violência, em função dos direitos da companheira, prevalece a legitimidade do valor da “honra”, e a legitimidade do poder derivado de sua função de provedor, em nome do qual consideram legítimo o seu comportamento, minimizando e marginalizando o (re)conhecimento dos direitos individuais das companheiras (...)³⁴⁶.

Sendo assim, além de fingir algum tipo de distúrbio mental como vimos anteriormente, o argumento de “legítima defesa da honra”³⁴⁷ também era constantemente utilizado, já que juridicamente reconhecia-se ao homem o direito de dispor da vida das mulheres. Em algumas publicações, os homens lançavam suspeitas de adultério, para justificar sua atitude violenta, como no caso abaixo, exposto na *Careta* do dia 5 de agosto de 1911:

³⁴⁶ MACHADO, Lia Zanotta. “Perspectiva em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?” In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) *Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo*, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000, p. 14.

³⁴⁷ De acordo com o Código Penal de 1890, apenas a infidelidade feminina era penalizada por adultério. O homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina teúda e manteúda. O homem, em verdade, tinha plena liberdade de exercer sua sexualidade desde que não ameaçasse o patrimônio familiar. Já a infidelidade feminina era, via de regra, punida com a morte, sob o argumento de que o assassino se achava “em estado de completa privação de sentidos e de inteligência” no ato de cometer o crime, ante o fato de ter vilipendiado a sua honra.

Figura 34 - *Careta*. Anno IV, n.166, 5 de agosto de 1911



Legenda: O crime da rua dos arcos. O portuguez Joaquim Pereira Soares, que assassinou, disputando a posse de uma filha, a sua mulher Antonia de Jesus, á qual abandonára por suspeitar de infidelidade. A portuguesa Antonia de Jesus assassinada no dia 1, por seu marido, com o qual não vivia.

Fonte: *Careta*. Anno IV, n.166, 5 de agosto de 1911.

Não há informações sobre o que aconteceu com Joaquim, após o assassinato de Antonia. Como já enfatizamos aqui, estas agressões e crimes contra as mulheres eram uma prática constante de muitos homens de diferentes classes sociais, etnias, crenças ou qualquer outro segmento. As práticas violentas que aconteciam e acontecem ao corpo feminino se davam devido à crença masculina de que este corpo é um objeto, sendo então sua propriedade. Desta forma, como afirmam Celina Albano e Paula Monteiro:

(...) uma das explicações é de que, na medida em que é dado ao homem o direito de extravasar sua agressividade “natural” sobre os objetos de sua propriedade e sendo o corpo da mulher considerado propriedade sua, este se constitui no local próprio de extravasamento da agressividade masculina³⁴⁸.

Como vimos nos registros das revistas, essa agressividade transpassava diferentes classes sociais e se perpetuava como uma prática histórica e cultural de violência contra a mulher. Segundo Jeni Vatsman, as relações conjugais do século XX eram submetidas ao patriarcalismo moderno que defendia:

(...) uma concepção burguesa do século XVIII de que a igualdade entre os indivíduos faz-se a partir da essência universal que estes possuem sendo donos de

³⁴⁸ ALBANO, Celina; MONTEIRO, Paula. “Anatomia da violência” In: LUZ, Madel Therezinha (Org.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 110-111.

seu corpo, (...) vê-se por que a definição de indivíduo não incluía as mulheres, pois efetivamente elas não detinham o controle de seus corpos³⁴⁹.

Neste sentido, o individualismo que surgiu como um valor universalista no século XVIII, “(...) conformou-se concretamente como um individualismo patriarcal, legitimando as relações hierárquicas entre homens e mulheres, nas esferas públicas e privadas”³⁵⁰. Porém, vimos ao longo desta pesquisa que nem todas as mulheres agiam de acordo com essa concepção.

Como exemplo, podemos citar a infidelidade por parte das mulheres, já que algumas se arriscavam e viviam outros relacionamentos, apesar de ser considerada um grave crime, penalizado com morte, pois seu assassinato era reconhecido legalmente como uma forma do homem vingar a honra ofendida. Este foi o caso de Doralice de Miranda Mello, gravemente ferida pelo marido Mathias Mello Junior, que descobriu seu caso amoroso com Carlos Costa Velho Filho. O caso foi relatado na revista *O Malho* no dia 20 de dezembro de 1930, como podemos observar abaixo:

O marido, ao contrario dos seus hábitos, regressou mais cedo ao lar, para buscar uma filhinha doente, afim de leval-a ao medico. Ao chegar, ficou surpreendido, vendo aberto o portão da residência. Mais surpreendido ficou por encontrar também aberta a porta da sala de jantar. Dirigiu-se para o quarto de dormir, á procura da esposa, no receio de que a creança houvesse peiorado. E ali achou a sua companheira de onze anos, mãe de três filhos, em colloquio amoroso com um estranho! Desvairado, sacou de uma pistola e detonou-a, primeiro sobre o causador da sua desgraça, matando-o; depois, contra a mulher infame, ferindo-a gravemente³⁵¹.

No trecho acima, percebemos a utilização da violência simbólica para justificar a violência física contra a mulher. Isto está presente no destaque conferido, no início do texto, aos cuidados do pai com sua filha doente, e, em seguida, na ênfase dada às características de um ideal feminino em torno de Doralice: esposa, companheira de muitos anos e mãe. Esta não poderia agir de maneira diferente das expectativas patriarcais dando uma noção de maior gravidade à traição. Segundo Soihet, as expectativas eram em torno das:

(...) características femininas, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem, conjugava à sua força

³⁴⁹ VAITSMAN, Jeni. Op. cit., p. 31.

³⁵⁰ Ibidem.

³⁵¹ “Fim de anno rubro: A tragédia de Nictherói”. *O Malho*. Anno XXIX, n.1459, 20 de dezembro de 1930.

física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios³⁵².

As expectativas e julgamentos patriarcais eram impostos, mas, como vimos, nem todas colaboravam ou obedeciam às imposições. Um aspecto evidente que emerge das fontes é a iniciativa das mulheres que resistiam às amarras do patriarcado. Nas revistas aqui analisadas, verifica-se que a *Fon-Fon* se diferenciava das revistas *Careta* e o *O Malho*. Quando o assunto era violência, quase não havia registros. Encontramos apenas uma publicação sobre o tema – um texto avulso publicado no dia 27 de junho de 1914:

Nós temos phobia do crime passional. E para o cadastro desses delictos, é o amor que oferece maior contingente. Aqui é o marido que mata a mulher porque ella não o quer mais; ali, é um namorado que na incompreendida estupidez de um acesso de ciúme, suprime violentamente a pobre da noiva; mais além é um paspalhão de um namorado que, por não ser correspondido, tira á namorada o direito de viver. A todos estes casos, juntam-se ainda inúmeros suicídios por amor, que não podem deixar de figurar no registro dos crimes passionaes. Então neste particular, é assombroso o numero de dramas e espantosa a causa que os produz. (...) Os meios mais usados para o extermínio são: para os rapazes- o revolver; para as raparigas: o lysol e o fogo nas vestes³⁵³.

No início do trecho acima, o periódico justifica a falta de notícias de crimes passionais pela fobia sobre o assunto. Mesmo assim, logo em seguida, apresenta de forma crítica algumas das motivações que levavam, principalmente os homens, a agredirem as mulheres. Destacam-se de diferente em relação às outras revistas as reações femininas mais violentas, como a utilização do “lysol”, desinfetante muito anunciado nas revistas, ou o “fogo nas vestes” dos homens. Estas informações nos levaram a investigar mais sobre outras possíveis formas explícitas de resistência feminina contra a violência de gênero, buscando também vestígios de como estas mulheres eram socialmente vistas.

4.2 Reações femininas contra a violência de gênero

(...) Antigamente, os homens matavam as mulheres; hoje, as mulheres matam os homens. É o reverso da medalha. O sexo frágil apodera-se das armas inventadas pelo sexo forte e faz bom uso delas contra seus inventores. Castigo de Deus, dirão os

³⁵² SOIHET, Rachel. “O corpo feminino como lugar de violência”.Op. cit., p. 14.

³⁵³ “Nós temos a phobia”. *Fon-Fon*. Anno VIII, n.26, 27 de junho de 1914.

crentes. E os descrentes, os sépticos responderão com um risinho indefinível, mixto de piedade, de ironia e de desgosto: Mais um triunfo do feminismo (...)³⁵⁴.

O trecho acima da revista *Fon-Fon*, do dia 29 de dezembro de 1923, faz uma crítica a uma possível inversão de papéis nas relações de gênero no período, apontando o feminismo como sua principal causa. O periódico defende que as mulheres por serem consideradas do sexo frágil, não poderiam matar os homens do sexo forte, pois isto não fazia parte das características femininas. Sendo assim, a justificativa encontrada para o fato de mulheres estarem matando os homens, seria sua participação no movimento feminista e não uma possível defesa da própria vida. Ou seja, a revista fortalecia um discurso do senso comum que culpava o feminismo por retirar ou enfraquecer a feminilidade das mulheres, tornando-as violentas em busca da vingança ou da superioridade. Acreditamos que as revistas aqui analisadas colaboravam para a propagação destas ideias, com o objetivo de manter as estruturas patriarcais, principalmente no controle dos corpos femininos. Ao realizar o levantamento das fontes focando nas reações femininas contra as violências praticadas pelos homens, foi possível encontrar registros desta interferência.

O primeiro registro que encontramos foi na *Careta* do dia 3 de maio de 1913. O crime aconteceu em São Paulo, contra o tenente João Antonio de Oliveira. A revista destaca que ele fazia parte da “força policial do Estado, com um papel especial de dar caça os criminosos foragidos. Era um bandeirante policial”³⁵⁵. Ao longo da matéria muitos elogios foram feitos a sua atuação como policial e à forma como era temido pelos criminosos. Tudo isto para justificar o espanto ao encontrá-lo morto em sua própria casa. O desfecho do crime ocorreu quando a polícia descobriu que a esposa Benedita de Oliveira o matou com seis tiros enquanto dormia. O crime foi confessado por seu filho Pretestato de Oliveira que fez parte do plano junto com ela e Israel Coimbra (o amante de Benedita). A revista então destaca como Benedita de Oliveira reagiu após a confissão do seu filho:

A megéra, após o que o filho disse, confirmou tudo, acrescentando-lhe pormenores. Ella diz que visava ficar com o prédio que João Antonio de Oliveira possuía e receber o seguro de vida. Disse também, que pensou no crime porque ele maltrava-a e porque estava grávida dum filho que era de Israel. (...) O tenente João Antonio de Oliveira passou a vida em luta com truculentos bandidos. Afinal, tirou-lhe a vida, a sua amada... Que absurdo é o destino dos homens!³⁵⁶

³⁵⁴ “Mulheres e os tiros”. *Fon-Fon*. Anno XVII, n.52, 29 de dezembro de 1923.

³⁵⁵ “Conluio tenebroso”. *Careta*. Anno VI, n. 257, 3 de maio de 1913.

³⁵⁶ *Ibidem*.

No trecho, ao chamar Benedita de megera, a revista novamente demonstra sua posição de defesa do homem (policial), além de prestar elogios ao mesmo. Interpretamos o final dessa matéria como um alerta a todos os homens que poderiam ser vítimas de mulheres como Benedita. Em outro caso, ocorrido também em São Paulo e encontrado na revista *O Malho* de 4 de março de 1922, este mesmo discurso é aplicado. A notícia se inicia desta forma: “Excedeu as raias do comum o crime praticado pela joven professora paulista Albertina Barbosa, de sociedade com seu antigo colega e recente-marido, o professor Elisiaro Bonilha”³⁵⁷.

Figura 35 - *O Malho*. Anno XXI, n. 1.016, 4 de março de 1922



Legenda: Tragedia de São Paulo. Na terça de Carnaval.
Fonte: *O Malho*. Anno XXI, n. 1.016, 4 de março de 1922.

O crime aconteceu numa terça-feira de carnaval e a revista conta com detalhes os acontecimentos anteriores ao assassinato que, segundo ela, teria ido além do que já era considerado comum (o fato de mulheres matarem seus maridos). Em resumo, Albertina se apaixonou por Arthur um jovem estudante de direito que morou por um tempo na pensão de sua mãe que era viúva. Os dois tiveram um relacionamento escondido e ela engravidou. Dona Rosa, mãe de Albertina, percebeu a gravidez e a ajudou:

Nessa época que D. Rosa suspeitou do estado da sua filha, que apresentava visíveis symptoms de gravidez. Accentuando-se as suas desconfianças, mandou a sua criada

³⁵⁷ “A tragédia de São Paulo na terça feira de carnaval”. *O Malho*. Anno XXI, n.1016, 4 de março de 1922.

Antonia levar a sua filha á Maternidade, onde esteve internada e ahi veiu a dar á luz uma creança do sexo feminino. Albertina, então confessou os seus amores com Arthur e declarou ser d'elle a creança recém-nascida. Apesar disso, e procurado pela mae de Albertina, aquelle moço não quis reparar com o casamento o mal que havia praticado.³⁵⁸

Ou seja, quando Arthur soube da gravidez, e mesmo depois com o nascimento da filha, não quis assumir o relacionamento e a criança. Albertina resolveu reagir e, segundo a revista, quando “teve alta na Maternidade depois de dez dias e, retirando-se para sua casa, mandou entregar a creança ao Dr. Arthur, o qual a depositou no Asylo dos Expostos”³⁵⁹. Albertina passa em um concurso e vira professora na cidade de Mato Grosso de Batataes, onde conheceu Elisiario Bonilha, professor e bibliotecário. Albertina foi pedida em casamento por ele e aceitou. Depois de se casarem e passarem duas noites juntos em um hotel da cidade de São Paulo, Albertina decide contar a Elisiario que não era virgem antes de se casar, além de contar todo o caso envolvendo Arthur. Depois da confissão:

Elle declarou a ella que não podiam viver mais juntos; e sahindo do quarto, foi consultar um advogado sobre a annullação do seu casamento. (...) Albertina depois disso, não sahiu mais do hotel, emquanto que Elisiario sahia sempre, dizendo que, si encontrasse Arthur, o mataria. Em uma dessas sahidias, ao voltar da rua, Elisiario contou a Albertina que tinha visto exposto no Wolsack o retrato do Dr. Arthur e nessa ocasião, combinaram o assassinato de Arthur, sendo que este seria levado por Elisiario até o seu quarto³⁶⁰.

E foi assim que o plano seguiu. Elisiario consegue encontrar com Arthur numa rua próxima ao hotel onde estavam hospedados e inicia uma conversa para convencê-lo a ir até o seu quarto. Depois de uma longa conversa, Arthur é convencido e o crime acontece:

Mas dous passos e tinham chegado ao quarto de n.59. A porta estava semi-cerrada. Num gesto de cortezia, pretendeu Arthur que o seu desconhecido penetrasse primeiro. -Absolutamente... Faz o obsequio - redarguiu Elisiario, empurrando discretamente a folha da porta. Arthur entrou e viu-se logo deante de Albertina Barbosa, que, sem proferir palavra, lhe desfechou um tiro de revólver. – Mas que é isso? - exclamou elle, attonito, e um segundo projectil apanhou-lhe o pavilhão da orelha esquerda, fazendo-o rolar por terra sem sentidos. Não satisfeita ainda, prosseguiu Albertina na sua furia criminosa; e, tendo desfechado um terceiro tiro, cujo projectil foi encravar-se na parede, tomou de uma afiada faca que se achava sobre uma mesa do quarto, e desferiu no pescoço da sua victima exangue sucessivos golpes que quasi o decapitaram³⁶¹.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ Ibidem.

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem.

Como podemos perceber acima, Elisiario ajudou a conduzir Arthur para a realização da vingança de Albertina. Afinal, não foi Elisiario que cometeu o crime como foi combinado no plano entre eles. Interrogado pelas autoridades, ele disse que: “(...) mataria o sedutor de Albertina, si esta não tivesse demonstrado enorme empenho em fazer vingança pelas próprias mãos”³⁶². Albertina também foi interrogada pela polícia e confirmou que planejava a vingança há muito tempo:

Ao prestar as declarações no auto de flagrante, narrou com indiferença toda a scena criminosa, alegando ter concebido a idea de vingança contra seu sedutor desde que fora por ele desprezada. Em Ribeirão Preto, exercitara-se no tiro ao alvo com revólver. Fôra a única responsavel pelo crime e o praticou por saber de Elisiario que o casamento seria por ele annullado. Não tem absolutamente remorso, nem está arrependida³⁶³.

A partir destes relatos, concluímos que se trata de mais um exemplo de reação feminina violenta que ocorreu pelo fato de um homem não corresponder às expectativas matrimoniais e que garantiriam a suposta honra feminina. Não sabemos se Albertina teria planejado a vingança desde o início do seu envolvimento com Elisiario, podendo ter planejado até mesmo a sua estadia no hotel próximo a Arthur. Ou, se realmente teria visto no casamento com Elisiario uma alternativa para seguir com sua vida sem julgamentos da sociedade. Mas, quando ela percebe que isto não aconteceria após a notícia da anulação feita por ele, então retorna com o plano de se vingar de Arthur, pois para ela não havia mais esperança de mudança de vida.

Como vimos nesta pesquisa, as mulheres eram destinadas ao casamento e à maternidade e as revistas serviam como um manual de conduta, destacando o oposto do ideal, o que a mulher não deveria ser ou fazer. Sendo assim, se alguns destes ideais não se realizassem conforme o esperado, principalmente pela moral cristã, então se sentiam menosprezadas, vistas como mulheres com comportamentos “duvidosos” ou levianos e comparadas com prostitutas. Albertina tinha 22 anos, era uma jovem branca, professora e pertencia à classe média. Ou seja, essas expectativas estavam presentes na sua vida. Por isso, ela decidiu matar aquele que destruiu sua chance de uma vida honrada.

Nos capítulos anteriores, vimos que a manutenção do patriarcado no Brasil foi um projeto em conjunto que envolve Estado, Igreja e Imprensa. Sendo esta um grande veículo de

³⁶² Ibidem.

³⁶³ Ibidem.

Nas fotografias em destaque da matéria acima, estão as mulheres que protagonizaram uma sequência de homicídios no Brasil nos anos de 1950, e que renderam duas páginas de reportagem na revista. Verifica-se que existem algumas características em comum entre elas: eram de meia idade, brancas, casadas e, possivelmente, pertencentes à classe média. A matéria parece se preocupar bastante com estas semelhanças e faz uma narrativa de julgamento moral e também um alerta para os leitores de uma possível tentativa de destruição da família, que pode ser percebida logo na introdução:

A revista destinada a mulher e ao lar, desejou, porém apresentar um inquérito circunscrito ao parecer feminino, sobre tão calamitosa e insólita realidade. Insólita e calamitosa, frise-mos bem esses qualificativos, porque tais delitos evidenciam, ao mesmo tempo, uma dissolução do princípio natural, que dotou a mulher de maior sensibilidade e maior delicadeza de sentimentos, e uma substituição da base social da família, de que a mulher é a coluna mestra³⁶⁶.

Analisando o trecho acima, os redatores J. Bandeira Nery e Roberto Lobo demonstraram preocupação em esclarecer o motivo em abordar o crime e a violência, numa revista que se destinava a publicações mais amenas para senhoras do lar. Em seguida, como forma de justificativa para introduzir o assunto, reforçavam a ideia de características da natureza feminina que ajudariam a qualificar como aberração e calamidade social os crimes cometidos pelas mulheres que, segundo os redatores, deveriam ser exemplo de sensibilidade e delicadeza. Para a revista, caso a mulher se desestabilize perdendo essas características, então estaria: “vacilando sobre o pedestal de respeitabilidade que séculos de civilização lhe deram, e mostra-nos a perspectiva horrorosa do futuro da família, cuja principal trave de estrutura ameaça ruir”³⁶⁷. Afinal, como vimos no trecho acima, “a mulher é a coluna mestra” da família.

O Brasil neste período vivia o segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954) com grande crescimento urbano, industrial e ascensão da classe média. Porém, sem grandes mudanças de mentalidades e comportamentos quando o assunto eram os papéis sociais femininos e masculinos. Como afirma Mary Del Priore:

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país assistiu, otimista e esperançoso, ao crescimento urbano e à industrialização sem precedentes, que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres. Mas, distinções entre papéis femininos e masculinos continuavam nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte; e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais

³⁶⁶ “A mulher juga a mulher”. *Fon-Fon*. Anno XLV, n.2.210, 12 de janeiro de 1952.

³⁶⁷ *Idem*.

comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do “chefe da casa”. (...) Os casais viviam o dia a dia em mundos diferentes, partilhando poucos interesses comuns fora do âmbito familiar³⁶⁸.

Sendo assim, a *Fon-Fon* desejava reforçar para as leitoras a importância da manutenção dos papéis sociais de cada gênero. O fazia de maneira repetitiva e destacando as características femininas, como vimos anteriormente, dando ênfase ao incômodo da reação violenta das mulheres contra os homens. Ao mesmo tempo, recorreu à ciência como estratégia. Porém, foi escolhida uma abordagem diferente realizando entrevistas com quatro mulheres especialistas nas áreas das ciências biológicas e sociais, e não mais homens como era constantemente feito no início do século XX. Entendemos que esta escolha foi feita para dar legitimidade ao discurso que a revista pretendia divulgar. Neste sentido, o título escolhido – “A mulher julga a mulher” – tinha o objetivo de chamar a atenção das leitoras para uma análise feita por mulheres especialistas. A primeira a ser entrevistada foi a psicanalista Iracy Doyle. Ela era também professora de diversas faculdades de medicina no Rio de Janeiro, diretora da Clínica de Repouso da Tijuca e autora do livro *O sentido do movimento psicanalítico*³⁶⁹. Quando questionada pelos repórteres sobre os crimes cometidos por mulheres contra seus companheiros, ela destaca que:

Todo o indivíduo que não confia em si deixa de confiar nos semelhantes; e frequentemente, nas relações conjugais, revela-se ciumento. Ciúme é falta de apreço próprio, e nunca prova de amor. Essa deve ser a razão porque a maioria dos crimes passionais femininos ocorrem um pouco além da maturidade, quando se aproxima ou se inicia o declínio do reinado feminino, construído na base de mocidade e beleza³⁷⁰.

Nesse primeiro trecho, a psicanalista destaca uma das características que as mulheres que cometeram os crimes tinham em comum, e que enfatizamos anteriormente, a meia idade. Ela justifica essa semelhança nos casos a partir dos conflitos que poderiam ocorrer com algumas mulheres nesta fase, gerando insegurança por terem perdido a beleza, a juventude e o amor próprio. Isto levaria aos ciúmes e a um momento de crise, podendo terminar em tragédia. Entendemos que Iracy Doyle faz um discurso que condiz com a realidade do seu tempo, pois as mulheres eram constantemente pressionadas e cobradas socialmente a serem belas e jovens. Consequentemente, com o passar dos anos, isso poderia se tornar um problema

³⁶⁸ DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas*. Op. cit, p.160-161.

³⁶⁹ “A mulher julga a mulher”. *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2.210, 12 de janeiro de 1952.

³⁷⁰ *Ibidem*.

para algumas, pois geralmente quando a velhice chegava, as mulheres eram ainda mais pressionadas e desqualificadas por envelhecerem. Além disso, também vimos que na sociedade patriarcal, homens exerciam sua liberdade sexual sem serem julgados. Já as mulheres, segundo Mary Del Priore, tinham suas “aventuras extraconjugais severamente punidas”³⁷¹. Esta ideia gerava ainda maior pressão sobre as esposas que viviam em um contexto heteronormativo de fidelidade ao marido.

No segundo trecho da entrevista, a médica mostra sua defesa da profilaxia dos crimes e afirma: “É preciso procurar melhorar as relações entre os dois sexos e dar assistência psicológica aos casais desajustados”³⁷². Neste sentido, nos questionamos como melhorar a relação conjugal, quais seriam os sinais de desajustamento no casamento, e como saber quando haveria necessidade de procurar uma ajuda médica. No terceiro trecho da entrevista, ela destaca um diagnóstico de ciúme patológico de uma ré nos casos ocorridos e que pode nos servir como possível resposta:

No último crime passional da série atual, a ré costumava perguntar às pessoas com quem se encontrava se havia visto o marido, e se ele estava só. Isso equivale, indiscutivelmente, a um diagnóstico de ciúmes patológicos, a não ser que a vítima fosse um praticante do donjuanismo. E nesse caso seria ele o problema psicológico a tratar³⁷³.

No trecho acima, Iracy Doyle afirma que, analisando o comportamento da ré, ela poderia ser diagnosticada com ciúme patológico, pois constantemente desconfiava do marido e perguntava para as pessoas se o haviam encontrado sozinho ou acompanhado. Por outro lado, a médica também enfatiza que se realmente a ré tivesse sido traída pelo marido, seria ele quem teria que procurar ajuda médica. Ao fazer essa afirmação, ela demonstra o pensamento da medicina desde o início do século XX e que abordamos no capítulo anterior, sobre a importância do controle nos casamentos. Sendo assim, entendemos que, para a psicanalista, as boas relações no casamento seriam mantidas através da fidelidade. Para as mulheres, o caminho seria também o tratamento psicológico para controle emocional (em outras palavras, submissão e obediência ao marido). O homem só precisaria procurar tratamento, caso ele tivesse traído. Ela ainda termina a entrevista afirmando: “Como psicanalista, posso dizer que,

³⁷¹ DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas...* Op. cit., p. 161.

³⁷² “A mulher julga a mulher”. *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2.210, 12 de janeiro de 1952.

³⁷³ *Ibidem*.

toda mulher traída fantasia, pelo menos, a morte do marido”³⁷⁴. A partir desta última afirmação, a médica termina confirmando o senso comum de que todas as mulheres traídas seriam ciumentas com probabilidades para cometer uma loucura. Sendo assim, ficamos na dúvida se esta seria uma opinião particular da psicanalista ou uma análise da quantidade de pacientes atendidas que teriam declarado sobre ter matado ou ter tido vontade de matar os seus maridos.

A segunda entrevistada foi a advogada Ormind Bastos anunciada pela revista como “uma das principais líderes do movimento feminista do Brasil”³⁷⁵. Ao ser questionada pela revista sobre os casos de homicídios masculinos em série, cometidos por mulheres, Ormind afirma estarem relacionados à falta de punição do Tribunal do Júri para os homens que cometiam algum tipo de violência contra as mulheres e destaca:

O júri é uma instituição obsoleta, sem razão de existir. Os jurados são, em geral, pessoas leigas em Direito, que se deixam levar pelo sentimentalismo a favor do réu. (...) Se o latrocínio é posto sob julgamento do juiz togado, não se compreende que o homicídio não o seja, pois, constituindo este a subtração do maior bem que a vítima possuía, a sua vida, representa, em última análise, o latrocínio no seu mais alto grau³⁷⁶.

No Tribunal do Júri eram julgados os crimes mais graves (dolosos contra a vida), conforme precisão da Constituição de 18 de setembro 1946, nos termos de seu artigo 141, § 28:

É mantida a instituição do Júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número de seus membros e garantido o sigilo das votações e plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida³⁷⁷.

Nele quem decide sobre a condenação ou absolvição são pessoas comuns que se candidatam para compor o júri e são sorteadas para um determinado julgamento. O Juiz no Tribunal do Júri não decide pela condenação ou absolvição, apenas determina a pena quando o júri condena. No trecho acima da entrevista na *Fon-Fon*, a advogada destaca ser contra a participação popular de pessoas leigas em julgamentos como os do Júri. Ela defendia esta

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ “A mulher julga a mulher”. *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2.210, 12 de janeiro de 1952.

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em 28 de abril de 2021.

ideia, pois entendia que este era facilmente convencido da inocência dos maridos e condenava as mulheres que reagiam às violências sofridas matando seus algozes. Entendemos que isto ocorria constantemente, considerando-se as influências do senso comum e da cultura patriarcal sobre estes jurados. Sendo assim, quando a mulher matava um homem, mesmo que em legítima defesa, o júri popular a condenava. Mas, quando o homem assassinava uma mulher, na maioria dos casos, era absolvido.

Neste sentido, Orminda Bastos justifica sua crítica ao tribunal do júri, questionando o fato do latrocínio (crime contra o patrimônio) ter um julgamento realizado por um juiz togado (concurado) e o homicídio (crime contra a vida) não. Sendo assim, para as leis e a sociedade, o patrimônio era mais importante que a vida. Dando continuidade à entrevista, quando questionada sobre a importância do feminismo nestes casos, ela afirma:

Agora, a mulher já viu atendidas muitas de suas reivindicações: porém, atentemos bem para isto, não a mulher casada. Esta ainda se acha subordinada ao homem, submetida ao cabeça do casal, em quase todos os direitos civis do cidadão. É para libertar a mulher casada dêsse jugo inconcebível que o movimento feminista atualmente trabalha. (...) Eu não sei se o senhor já notou que, na maioria, essas mulheres criminosas não trabalhavam fora de casa³⁷⁸.

A advogada termina a entrevista enfatizando que o feminismo já havia conquistado muitos dos seus objetivos para mulheres solteiras, mas não para as casadas que legalmente dependiam dos maridos. E, como vimos nos capítulos anteriores, além de dependentes legalmente, muitas eram impedidas de estudar, trabalhar ou até mesmo ter uma vida social. Para Orminda, o fato da maioria das mulheres dos casos dos homicídios em série não trabalharem fora de casa, não era uma coincidência. Mas sim, uma constatação das prisões, violências e opressões que elas viviam. Portanto, possivelmente movidas por estes sentimentos, muitas mulheres acabavam assassinando seus maridos por parecer ser a única alternativa de liberdade ou defesa de suas vidas naquele momento.

A terceira entrevista foi mais curta. Nela a jornalista e educadora Maria Cecília Ribas Carneiro inicia afirmando: “Estamos em uma sociedade sem educação”. Ela defende a ideia de que “a educação visa justamente integrar o indivíduo à sociedade, freando seus instintos e paixões”³⁷⁹ e que a falta de educação não está somente nos crimes praticados, “como também pela atitude da imprensa e do público que acompanhou com entusiasmo os julgamentos e

³⁷⁸ “A mulher julga a mulher”. *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2.210, 12 de janeiro de 1952.

³⁷⁹ *Ibidem*.

principalmente dos órgãos de opinião pública como a imprensa e o rádio”³⁸⁰. Para a jornalista, as notícias divulgadas sobre os casos das mulheres que mataram seus companheiros, poderiam impulsionar ainda mais estas práticas em sociedade. E termina a entrevista afirmando que:

Uma criminosa entre nós, de alguns anos pra cá, é tratada pela imprensa com o mesmo sensacionalismo que uma estrela de cinema. Seus retratos são colocados nas capas das revistas como qualquer “cover-girl” americana. Acredito que seria de grande benefício para a coletividade se os nossos jornais e revistas abolissem o sensacionalismo que acompanhou todos esses tristes casos³⁸¹.

A última entrevistada foi Lúcia Benedetti que, segunda informa a revista, era escritora. Questionada sobre quais seriam as motivações para a sequência de crimes cometidos por mulheres, ela destaca:

Quando procuro uma razão para eles, encontro logo várias. Primeira, a mulher não pode suportar dentro de casa um tratamento humilhante, quando adquiriu na vida pública do país, uma situação de importância. A segunda razão é a facilidade criminosa com que são vendidas armas de fogo. Tomara que acabem com essas facilidades na compra e venda de armas de fogo. Deve haver outras razões ainda, como a falta de espírito cristão. E mais outras, que vão aparecendo, à medida que se examina o panorama. O pior é que essas ondas de crime de repente mudam, como que tocadas por um vento maligno. O que virá agora?

A escritora, no trecho acima, aponta algumas razões possíveis para os casos de homicídios cometidos por mulheres: a humilhação feminina, a facilidade na compra de armas de fogo e a falta do “espírito cristão”. Analisando as semelhanças nas quatro entrevistas, vimos que a humilhação e a prisão feminina dentro do casamento foram constantemente enfatizadas pelas especialistas. Acreditamos a partir disso que, mesmo sendo um crime hediondo, muitas mulheres ao saberem da notícia conseguiam compreender suas motivações, talvez por já terem vivenciado experiências semelhantes nas próprias relações conjugais.

Nas três notícias e revistas analisadas, percebemos a indignação ao enfatizar o quanto a mulher poderia ser perigosa e violenta caso não aceitasse seu papel de boa esposa e mãe. Acreditamos que esta ênfase ocorria pelo fato destes casos apresentarem como protagonistas dos crimes, mulheres brancas das classes médias e altas de sociedades cosmopolitas como Rio de Janeiro e São Paulo. Em todos os três casos observados, vemos a caracterização e o julgamento das mulheres que reagem contra os homens como histéricas, loucas, megeras ou

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ Ibidem.

individualistas, por desejarem algo a mais para suas vidas ou por quererem se livrar de alguma situação de agressão ou ofensa conjugal.

4.3 Revistas e trajetórias de rebeldia: Os casos de Pagu, Luz del Fuego e Elvira Pagã

A mulher intelectual, emancipada em fins do século XIX e início do XX, constituía-se num mau exemplo para outras, levando-as a acreditar que poderiam subsistir sozinhas sem o concurso do marido, comprometendo toda organização da sociedade³⁸².

Porque, como escreveu Rousseau a D'Alembert, “uma mulher que se mostra se desonra (...) A audácia de uma mulher é sinal certo de sua vergonha”. Ser atriz é faltar com o pudor, entrar no círculo duvidoso da galanteria, ou mesmo da prostituição³⁸³.

Os trechos acima são respectivamente das autoras Rachel Soihet e Michelle Perrot. Eles destacam duas formas de resistência feminina ao patriarcado utilizadas ao longo do tempo e que apresentamos em diferentes momentos deste trabalho: a intelectualidade e a liberdade do corpo. Vimos aqui que essas e outras estratégias foram sendo desenvolvidas por mulheres de diferentes classes sociais e etnias que se colocaram como puderam para lutar por mais direitos e maior igualdade de gênero. Para finalizar a tese, focalizaremos nestas duas formas de resistência apresentadas por Soihet e Perrot, sendo praticadas por três trajetórias femininas diferentes.

Iniciaremos nossa análise com a jornalista e poetisa Patrícia Rehder Galvão (1910-1962). Segundo o material biográfico disponível no CPDOC da FGV³⁸⁴, encontramos a informação de que ela nasceu em São João da Boa Vista, em São Paulo, e pertencia a uma família de classe média, seu pai era advogado e sua mãe dona de casa. Patrícia completou seus estudos na tradicional Escola Caetano de Campos, primeira sede da Escola Normal Paulista (que teve alunos como Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Matarazzo, Mário e Oswald de Andrade). Aos 15 anos, também frequentou o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde foi aluna de Mário de Andrade e Fernando Mendes de Almeida. Aos 18

³⁸² SOIHET, Raquel. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Op. cit., p. 45.

³⁸³ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Op. cit., p. 128.

³⁸⁴ https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/patricia_galvao. Acesso em 19 de maio de 2021.

anos, começou a ficar conhecida pelos seus escritos. Segundo Heloisa Pontes, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu na Unicamp, ela foi:

Polêmica, irreverente, emancipada. Tais são os qualificativos que mais fortemente marcaram o imaginário construído em torno da figura pública de Patrícia Galvão (1910-1962). Ou simplesmente Pagu. Apelido que recebeu aos 18 anos do poeta Raul Bopp e com o qual se tornou conhecida nos anos de 1920 quando, ainda colegial, fazia as vezes de mascote do modernismo paulista³⁸⁵.

Patrícia Galvão utilizava constantemente vários pseudônimos em suas publicações. Para Lucia Maria Teixeira Furlani, ela não assumia sua identidade, por já compreender que mulheres dificilmente eram publicadas. Algumas de suas personagens eram: “Patrícia, Pagu, Zazá, Pat, Patsy, Solange Sohl, P.T., P.G., P., Mara Lobo, K.B., Luda, Irmã Paula, G. Léa, Leonnie, Ariel, Gim, Brequinha, Peste, Cobra, King Shelter...”³⁸⁶. De fato, encontrar registros de Patrícia Galvão não foi fácil. Entre as três revistas aqui analisadas, a única que apresentou conteúdo sobre ela foi *O Malho*, com apenas 4 publicações na década de 1930. A primeira delas se deu em 31 de dezembro de 1932. Neste período, a revista estava promovendo um concurso de melhor poetisa brasileira, o mesmo que destacamos no capítulo 2, no qual Gilka Machado levou o prêmio com 48 votos. Pagu obteve apenas 4 votos. Um deles foi o do jornalista e poeta Ary Pavão, que nesta reportagem revela sua motivação:

Votei em Pagú como homenagem á inteligência moça de nossa terra e única a authentica expressão do feminismo nacional. Pagú apareceu um dia em São Paulo, empolgando o ambiente artístico do grande Estado com seu espirito revolucionario de escriptora. Seus versos traziam um perfume de seiva moça e um calôr desconhecido de modernidade. Porque – além de tudo – Pagu era bonita; e uma poetisa feia é o mesmo que ouvir a mais suave das melodias, executada pelo realejo dos homens do Periquito que tira a sorte nas ruas dos subúrbios³⁸⁷.

No trecho acima, Ary Pavão com um discurso machista e irônico explica que o seu voto era para homenagear a poetisa, que, entre outros adjetivos, era bonita. Ao finalizar a sua explicação para o voto, ele ainda critica os momentos de maior participação da poetisa em assuntos políticos e deslegitima o feminismo:

³⁸⁵ PONTES, Heloisa. “Vida e obra de uma menina nada comportada: Pagu e o Suplemento Literário do Diário de S. Paulo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 26, 2016, p. 440. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644748>.

³⁸⁶ FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. *Pagu Patrícia Galvão: Livre na Imaginação, no espaço e no tempo*. 5ª ed. Santos, SP: UNISANTA, 1999, p.18.

³⁸⁷ “Qual a maior das poetisas brasileiras? Justificações”. *O Malho*. Anno XXXI, n.1.567, 31 de dezembro de 1932.

No jornalismo paulista, Pagu fez o diabo...Arranjou polêmicas, provocou escândalos, deu tiros de revólver, levou cachações, como qualquer malandro do Morro da Mangueira. Um dia, saíu da redação entre alas de policiais e burguezes revoltados. Assim, eu compreendo o Feminismo, e daí a minha admiração por Pagú. Feminismo que quer os proventos do sexo barbado, que tira os empregos da gente com o argumento irrespondível de um par de pernas alucinantes, mas que não viaja no estribo do bonde nem pega nas armas. Isso não é Feminismo é tapeação. No dia em que todas as mulheres adeptas do novo credo se apresentarem com a coragem e a sinceridade de Pagu, então sim. Concordarei em que os homens sejam relegados ao plano pouco agradável de trocas fraldas e amamentar as crianças... ou coisa muito peor. Se Nossa Senhora do Parto não tiver piedade de nós³⁸⁸.

As polêmicas e escândalos aos quais o jornalista se referia se devem à exposição de Patrícia Galvão em uma série de acontecimentos. Em 1930, assumiu seu relacionamento com Oswald de Andrade. No ano seguinte, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), vindo a editar, pouco tempo depois, juntamente com Oswald e Queirós Lima, o jornal panfletário *O Homem do Povo* que foi invadido e fechado pelos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tendo sido publicados apenas oito números. Segundo Evandro Rocha e Lígia Lana, em um dos editoriais:

Oswald de Andrade afirmara que a Faculdade de Direito seria o “cancro” que destruía o Estado. Indignados, os alunos passaram a realizar protestos diários em frente à sede do jornal. Segundo a nota, em 15 de abril ao deixarem o edifício onde o jornal funcionava, no Largo da Sé, Oswald e Pagu foram brutalmente agredidos pelo grupo. O casal não se atemorizou. Oswald “(...) conseguiu marcar dois ou três dos agressores, feridos no rosto”, e havia quem asseverasse que Pagu “(...) fez uso de revólver e atirou duas ou três vezes contra os agressores, mas não atingiu ninguém”. Segundo o *Correio da Manhã*, os ataques contra *O Homem do Povo* eram lamentados pelos jornalistas de São Paulo. Depois dos episódios de violência, a polícia proibiu a circulação do periódico³⁸⁹.

Ainda segundo os autores acima, no jornal *Homem do Povo*, Patrícia Galvão redigia a seção “A Mulher do Povo”, em que criticava as “feministas de elite”³⁹⁰. Sendo assim, retornando à justificativa do voto de Ary Pavão em Pagu, no concurso de melhor poetisa do Brasil, acreditamos que ele não tinha admiração pelos seus escritos, mas utilizou o espaço como uma oportunidade de menosprezá-la como mulher e profissional. Fazendo uso do deboche e da ambiguidade, ele aproveitou, também, para enfraquecer o feminismo, quando faz uso da poetisa como exemplo de uma feminista estereotipada com atitudes violentas,

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; LANA, Lígia Campos de Cerqueira. “Imagens de Pagu: trajetória midiática e construção de um mito”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 54. 2018, p. 14. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8656302> Acesso em: 23 maio de 2021.

³⁹⁰ Ibidem.

escandalosas e polêmicas. Ao finalizar seu texto, desqualifica outras tentativas femininas de ocupação de espaços públicos, alegando que estas estariam usando a sensualidade para conquistá-los, quando afirma: “Feminismo que quer os proventos do sexo barbado, que tira os empregos da gente com o argumento irresponsável de um par de pernas alucinantes”³⁹¹. Escritos como os de Ary Pavão, foram ficando cada vez mais comuns nas revistas quando o assunto era Pagu, principalmente por suas escolhas e atitudes mais radicais.

Em 1933, ela lança sua obra mais conhecida e comentada na imprensa: *Parque Industrial*. A história narra o cotidiano de mulheres operárias da região do Brás. Na revista *O Malho*, do dia 4 de março de 1933, na seção “Estylos em Caricatura” que destacava vários contos de autores diferentes, foi divulgada uma parte da obra, com o título “Poema Soviético”:

De quem é aquelle 4 cylindros que vae roncando pela Av. Paulista feito um porco bravo pizando em cima de quem passa? É daquela zebra de pequeno-burguês que trabalha até ás 10 no matarazo; mas eu me vingó deixa-stá! Um dia eu também compro um ford a prestação e mostro prá essa gente como é que se piza! Pensa que eu tenho medo do Gabinete? Tóóó!!!³⁹²

Não apareceu nenhuma posição do periódico sobre o poema, só há a exposição do trecho evidenciando a posição política de Pagu e a crítica específica à família Matarazzo. Mas, no mês seguinte, em 15 de abril de 1933, o periódico lança outra reportagem sobre a mesma obra intitulada “Pagú e o seu ‘Parque Industrial’”:

Pagu escreveu um livro proletário. Deu o nome “Parque Industrial” (...) Comunista, Pagú! Com aquele gênio e aquellas manias, Pagu forçosamente deveria ser comunista. Por que não o seremos em absoluto nós, que ainda metrificamos sonetos e sonhamos thronos. Porque absolutamente seremos nós, que não temos o sangue de Pagu. Sim. Somente nós, parasitas de sangue de barata, seremos capazes de ver o que Pagu viu e ficar calados. Ella não. Ella viu e falou. Gritou. Esbravejou. Bateu-se como uma leoa pela causa. Ella que podia, com a sua beleza, conquistar milionários, preferiu conquistar os miseráveis. Ella que podia viver no luxo, preferiu viver no simples. Que podia andar em sedas, anda em modesto vestido de zephir. Pagu fuma. Anda como homem, de passo firme. E diz os nomes feios que os homens dizem. Em summa, essa é Pagu. (...) Nem de longe este romance é assumpto para moças. Poderia mesmo dizer que é improprio para menores e senhoritas. E alguns trechos, pelo realismo que encerram, para pessoas impressionáveis. (...) Como ele, porém, nenhum outro contou até hoje melhor, a tragedia operaria. Sem floreios nem poesia burguesa. Pagu lavrou um tento³⁹³ com “Parque Industrial”. E lavrará outros tantos

³⁹¹ “Qual a maior das poetisas brasileiras? Justificações”. *O Malho*. Anno XXXI, n.1.567, 31 de dezembro de 1932.

³⁹² “Estylos em Caricatura”. *O Malho*. Anno XXXII, n. 1574, 4 de março de 1933.

³⁹³ Expressão da época que significa obter êxito em algo.

quantas obras publicar no gênero. E, no fim do jogo, vencerá por dez a zero o adversário. Duvidam? Pois sim...³⁹⁴

Neste trecho, a revista mostra novamente uma ambiguidade nos discursos. Ao mesmo tempo que parece ser um escrito elogiando a poetisa, em vários momentos críticas são feitas a sua forma de vestir, agir e falar que não condiziam com a “natureza feminina”. Assim como na primeira matéria feita com relatos do Ary Pavão, nesta também percebemos que a sua personalidade incomodava. E, na medida em que ela ia se posicionando politicamente e escrevendo, as críticas sobre seu comportamento e aparência aumentavam. Afinal, Pagu fumava, tinha o gênio forte, manias, usava roupas baratas, andava como um homem e falava palavrão. Isto acontecia, pois, segundo Maria Rita Khel, mulheres que não exerciam sua feminilidade com a doçura, a passividade ou a inocência afetavam diretamente o espaço e a virilidade dos homens:

A relação entre mulheres e feminilidade teve que ser “recosturada” à força de uma enorme produção discursiva que insistia em reafirmar com argumentos científicos, filosóficos e morais o vínculo entre a mulher e a natureza, é porque a relação entre os homens e a masculinidade também foi abalada pelo modo de vida burguês.³⁹⁵

Pagu, além de não demonstrar a feminilidade esperada, era comunista em um contexto histórico nacional e internacional no qual prevalecia o combate a estas ideias. Portanto, por estes motivos, defendemos que *O Malho* tinha a intenção de deslegitimar a autora. O fazia enfatizando a falta de características femininas, incorporadas à visão do senso comum sobre as feministas e o comunismo. Na última notícia que encontramos de Pagu, em 11 de fevereiro de 1937, durante o período do Estado Novo, a revista apresenta as principais notícias da semana em uma coluna chamada “Em 7 Dias”: “Foi condenada a dois anos e meio de prisão a escritora e poetisa Patricia Galvão, que usa o pseudônimo de ‘Pagú’”³⁹⁶. Nela não se explicava o motivo da prisão. Mas, segundo Evandro Rocha e Lígia Lana, Pagu foi presa diversas vezes no Brasil e também na França:

Entre 1934-1935, viveu em Paris, filiando-se ao Partido Comunista francês. Depois de ser presa e quase deportada para a Alemanha nazista, ela voltou ao Brasil. Naquele mesmo ano, ela se separou oficialmente de Oswald de Andrade. Entre 1936 e 1940, a mídia noticiou outras inúmeras prisões, perseguições, audiências e

³⁹⁴ “Pagú e o seu ‘Parque Industrial’”. *O Malho*. Anno XXXII, n. 1582, 15 de abril de 1933.

³⁹⁵ KEHL, Maria Rita. Op. cit., p. 147.

³⁹⁶ “Em 7 Dias...” *O Malho*. Anno XXXVI, n. 193, 11 de fevereiro de 1937.

liberações de Pagu, sempre relacionadas às suas atividades no Partido Comunista. Naquele momento, qualquer pessoa ou movimento organizado que ousasse criticar o autoritarismo de Getúlio Vargas em seu ‘Estado Novo’ era duramente reprimido, com amparo da Lei de Segurança Nacional, como ocorreu na Intentona Comunista de 1935³⁹⁷.

Patricia Galvão foi uma mulher livre que não tinha medo de se posicionar, mesmo diante da repressão. Acreditamos que o silenciamento das revistas *Fon-Fon* e *Careta*, sobre a escritora foi proposital devido a censura à imprensa no período do Estado Novo por ser uma mulher feminista e comunista perseguida e condenada por Vargas. Ou seja, a revista não poderia dar voz as suas ideias consideradas subversivas, e também para não alcançar o público leitor feminino. Segundo Augusto Campos³⁹⁸, que desenvolveu uma biografia sobre Pagu, entre 1940 e 1962, ela ampliou sua atividade como escritora, jornalista e tradutora. Além disso, se desligou do Partido Comunista e se casou com Geraldo Ferraz, com quem viveu até o final da sua vida³⁹⁹. Pagu não apresentou uma trajetória contínua e estável, precisou atuar de várias formas para conseguir ser ouvida. Usou sua habilidade como escritora para compor obras que retrataram a realidade do seu tempo, utilizou da força quando precisou, pegou em armas, participou da política e foi presa diversas vezes. Seguiu seus desejos sexuais e artísticos. Sofreu as consequências de suas escolhas, por estar em um país patriarcal e capitalista. Mas, deslocou os lugares da mulher no sexo, no casamento, na maternidade como escolha (e não destino) e na atuação política.

Outro exemplo de trajetória feminina que, assim como Pagu, também sofreu críticas na imprensa por não se encaixar nos padrões sexistas, foi Dora Vivacqua, mais conhecida como Luz Del Fuego (1917-1967). Como vimos ao longo dessa pesquisa, a década de 1950, ficou conhecida como os “Anos Dourados”⁴⁰⁰, conforme lembra Pinsky, devido às grandes mudanças e novidades com a industrialização e a urbanização. Além disso, ocorreram transformações significativas nos papéis da mulher na vida social, com o maior acesso à educação superior, ao mercado de trabalho e à política. Sendo assim, já que as mulheres estavam mais atuantes no âmbito público, seus comportamentos precisavam ser orientados e vigiados. Segundo a autora:

³⁹⁷ ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; LANA, Lígia Campos de Cerqueira. Op. cit., p. 20.

³⁹⁸ CAMPOS, Augusto. *Pagu vida-obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 411.

³⁹⁹ Pagu nasceu no dia 9 de junho de 1910 em São João da Boa Vista (SP) e morreu em Santos (SP), no dia 12 de dezembro de 1962.

⁴⁰⁰ PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos rígidos”. Op. cit., p. 482.

A “moça de família” dos Anos Dourados porta-se corretamente, tem gestos contidos e “boas maneiras”, mantém-se no “bom caminho”, não abusa de bebidas alcoólicas, não se envolve em conversas picantes nem compreende piadas improprias; obedece aos pais e se prepara adequadamente para cumprir seu destino feminino, aguardando as intimidades sexuais com o futuro marido⁴⁰¹.

A imprensa, juntamente com o cinema e o rádio, com atrações musicais, revistas e celebridades passaram a ocupar o imaginário popular de maneira intensa e podem ser considerados um exemplo das mudanças e permanências desse período. Foi através destes meios comunicação que Luz Del Fuego se popularizou no Brasil, como afirma Evandro Rocha e Lúgia Lana:

Luz Del Fuego, nome artístico que ela mesma escolheu, menção à marca de um batom argentino, perturbava o imaginário de brasileiros e brasileiras não apenas porque ia além do papel esperado de uma artista de teatro, mas sim, porque era uma vedete nascida em berço de ouro, que frustrou o esperado natural projeto de se tornar uma boa moça de família⁴⁰².

Luz del Fuego nasceu em Cachoeira do Itapemirim, no interior do Estado de Espírito Santo, em 21 de fevereiro de 1917. Era a caçula de quatorze irmãos de uma família rica com muita influência política e intelectual, como afirma a biografia sobre a artista, intitulada *Luz del Fuego, a bailarina do povo*, de Cristina Agostinho, Paula Branca e Maria do Carmo Brandão:

José e Margarida Vivacqua, avós de Dora, eram italianos que chegaram ao Espírito Santo no final do século XIX, trazendo economias que renderam a construção de um empório e a compra de animais de transporte. Com a cessão de terras pelo governo, a família passou também a criar gado leiteiro e a plantar gêneros de primeira necessidade, construindo um próspero negócio, que tornou a família proeminente na região. Seus irmãos foram pessoas influentes na vida política e cultural do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Na capital mineira, onde, ainda criança, Dora viveu por alguns anos, a casa de sua família, o Salão Vivacqua, imponente casarão na esquina das ruas Gonçalves Dias e Sergipe, recebia saraus mensais com a presença dos escritores Carlos Drummond de Andrade – que foi namorado de sua irmã Mariquinhas – Pedro Nava e Milton Campos, além de Menotti Del Pichia, Guilherme de Almeida e Aníbal Machado. No Rio de Janeiro, por algum tempo, morou sob a tutela do irmão Atílio, político brasileiro que ocupou diversos cargos na administração pública e foi eleito senador em 1946⁴⁰³.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 483.

⁴⁰² ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; LANA, Lúgia Campos de Cerqueira. “Luz del Fuego: celebridade, gênero e moralidade no Brasil”. *E-Compós*, v. 23, 8 abr. 2020, p.3. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1961/1969>

⁴⁰³ AGOSTINHO, Cristina; PAULA, Branca; BRANDÃO, Maria do Carmo. *Luz del Fuego, a bailarina do povo. Uma biografia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994, p. 85.

A biografia também enfatiza as sucessivas rejeições que Dora (Luz del Fuego) sofreu durante a vida, antes mesmo de se tornar famosa. Aos 18 anos, fugiu de casa para ser artista. Deixou tudo para trás e foi trabalhar no circo. Tempos depois, desistiu da vida no circo e passou a morar nas casas de irmãos e nelas sempre tinha algum problema que a impedia de permanecer no lugar. A última irmã que lhe cedeu um espaço para viver foi Angélica que tinha uma chácara em Minas Gerais. Em poucos meses, Dora foi abusada sexualmente por seu marido. Angélica presenciou o fato e para preservar seu casamento, “(...) achara prudente abafar o escândalo internando Dora num manicômio”⁴⁰⁴ onde permaneceu por dois meses. Antes de completar 21 anos, Dora decide morar sozinha no Rio de Janeiro. Seu primeiro endereço próprio foi o internato para mulheres no Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, em 1937. Anos mais tarde, ela compra uma casa na Avenida Niemeyer⁴⁰⁵, na zona sul do Rio de Janeiro. De acordo com o levantamento feito nas três revistas analisadas nesta pesquisa, somente a revista *Careta* apresentou notícias sobre a artista. Sua primeira aparição foi no dia 5 de março de 1949:

⁴⁰⁴ Ibidem, p 113.

⁴⁰⁵ ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; LANA, Lígia Campos de Cerqueira. *Luz del Fuego: celebridade, gênero e moralidade no Brasil*. Op. cit., p. 5.

Figura 37 - *Careta*. Anno XLI, n. 2.123, 5 de março de 1949

Legenda: Carnaval improprio para menores. O carnaval do pessoal da fuzarca, da fuzarca rasgada, sem manto diáfano da fantasia nem quejandas que só servem para atrapalhar, tem por expoente máximo o Baile dos Artistas. A festa foi este ano realizada no Hotel Glória. A porta que dá para o saguão estava fechada e guardada por força embalada... Apresentamos a credencial; a porta foi aberta; penetramos no salão. Folião ali era mato!... Suando por todos os póros a “macacada” gritava, rebojava e resfolegava como bando de possessos. O calor e o abafado tonteavam. Logo na entrada topamos com uma pequena daqui, que nos informaram chamar-se “Luz del Fuego” e era, sem dúvida, a grande atração da noite. Estava maravilhosamente despida, ou melhor, fantaziada de “Léxistensialisme”, que em língua de branco quer dizer: eu quero é rosetar...Em redor dela os “gaviões babavam existencialismo, e não era para menos. A horas tantas um “babão” mais afoito conseguiu desprender o cinto de flores que trazia nos quadris e a morena ficou como veio ao mundo...Parece que a polícia então, fê-la retirar-se do baile, o que constituiu violência muito comentada.

Fonte: *Careta*. Anno XLI, n. 2.123, 5 de março de 1949.

A aparição de Luz del Fuego na revista foi polêmica devido a sua fantasia que deixava à mostra partes do seu corpo e que depois, por culpa do assédio dos homens, acabou ficando nua e foi retirada à força do baile pelos policiais. De forma conservadora e preconceituosa, a revista criticou a fantasia e também a festa, considerada imprópria para menores. O carnaval foi um evento importante para a popularização de Luz del Fuego como artista. Após esta notícia, várias outras a relacionavam com constantes escândalos e expulsões de festas durante o carnaval, pois segundo a imprensa suas fantasias eram ousadas demais. Outro exemplo foi encontrado na mesma revista, no dia 9 de fevereiro de 1952, mas, desta vez, a matéria criticava a visão imoral direcionada à artista:

São consideradas fantasias de efeito, umas pela riqueza de sua confecção, outras pela originalidade de sua concepção. A liberdade, sendo ampla, não ocasiona atritos na entrada, como aqui sucederam todos os anos com a Luz del Fuego. Afinal de contas quem vai a baile de tal ordem sabe onde vai e ao que vai, sendo portanto inútil a tentativa ingênua de moralizar o que ninguém deseja ver moralizado⁴⁰⁶.

Identificamos, então, mais uma vez as contradições existentes na sociedade e que se refletiam nas publicações da imprensa. No trecho acima, a revista considera Luz del Fuego uma vítima da moralidade durante os festejos carnavalescos. Assim, entendemos que havia uma ambiguidade em relatar notícias sobre o carnaval, pois, ao mesmo tempo que a revista considerava o período como um momento de licença para as liberdades, como se fosse uma pausa nas normas morais, também produzia matérias focadas nos trajés e comportamentos femininos, analisando o que seria adequado ou não. As mulheres eram observadas e vigiadas, e dependendo da sua fantasia corriam o risco de serem consideradas imorais pela mesma revista que em vários momentos discursava o oposto disto. Luz del Fuego, no entanto, não se importava com os julgamentos e usava as fantasias como queria, sendo barrada em vários eventos durante o carnaval. E não só neste período, mas também fora dele.

Como bailarina, ela entrou no Teatro de Revista que, segundo Delson Antunes, colocava nos palcos fatos do cotidiano, misturando música e dança, “através do uso da paródia, da zombaria, do burlesco, do sensual e do sexual não explicitado, mas insinuado através do duplo sentido, do jogo, da teatralidade”⁴⁰⁷. Para o autor, o início do teatro de revista, tem a ver com a chegada da companhia francesa Ba-Ta-Clan entre os anos de 1922 e 1923, que trouxe pela primeira vez a valorização da participação feminina, pois as atrizes foram incluídas nas chamadas publicitárias das peças teatrais⁴⁰⁸. Assim, Luz del Fuego começou a se apresentar nos teatros no Rio de Janeiro. A apresentação mais conhecida era a de dança com serpentes enroladas no seu corpo seminu. Segundo Karla Bessa, a irreverência de Luz na dança já ameaçava o patriarcado:

Ao domar a cobra - signo fálico por excelência, ela demonstrava controle. Mas, domar o falo na vida não é o mesmo que no palco. Sua radical confrontação das hipocrisias morais para além do palco a tornou alvo de violências explícitas e veladas⁴⁰⁹.

⁴⁰⁶ “Sugestões para o carnaval.” *Careta*. Anno XLIV, n.2.276, 9 de fevereiro de 1952.

⁴⁰⁷ ANTUNES, Delson. *Fora do Sério: Um panorama do Teatro de Revista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 2002, p. 19.

⁴⁰⁸ *Ibidem*.

⁴⁰⁹ BESSA, Karla. “Luz(es) del fuego: rebeldia e feminismos”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 60, 2021, p. 21.

Estas e outras performances geravam conflitos com a polícia e a justiça, tendo vários espetáculos censurados e proibidos. Karla Carloni afirma que esta preocupação com a dança era antiga, e estava presente desde os anos de 1920 quando:

Em meio aos estímulos contraditórios prevalecia o discurso que condenava o uso da sensualidade em demasia, a ocupação dos espaços públicos de forma inadequada, a rejeição da maternidade ou a apropriação de elementos estéticos e comportamentais considerados masculinos. Sendo que as chamadas “danças modernas” despertavam grandes preocupações e eram consideradas responsáveis pelos comportamentos desviantes⁴¹⁰.

Neste sentido, percebemos continuidades, ainda que com diferenças em relação ao jazz no início do século XX e à dança apresentada por Luz del Fuego na década de 1950. A preocupação era tanta que as censuras aos seus espetáculos ou fantasias ganhavam destaque na imprensa. Vejamos a charge abaixo da *Careta*, no dia 25 de março de 1950:

Figura 38 - *Careta*. Anno XLII, n.2.178, 25 de março de 1950



Legenda: A direção de Teatro Municipal impediu que a dançarina Luz del Fuego se apresentasse nua, apenas envolvida por uma cobra. -Que perigo seu Escandecêncio. Eu não queria ser a dançarina. -Nem eu. Preferia ser a cobra...

Fonte: *Careta*. Anno XLII, n.2.178, 25 de março de 1950.

Como vimos nos capítulos anteriores, a ironia era usada principalmente para ridicularizar ou desmerecer aquilo que as revistas não concordavam, pois, segundo Monica Pimenta Velloso:

⁴¹⁰ CARLONI, Karla. “Requebrando os quadris’: jazz e transgressão feminina nas revistas ilustradas cariocas da década de 1920. *Locus: Revista de História*, v. 25, n. 2, 2019, p. 5.

O apelo ao riso e ao humor é forte. Distinguem-se os diferentes tipos de riso: aqueles que são apenas expressões faciais (traduzindo desdém, escárnio e ridículo) e o riso que expressa inteligência e alegria, vindo da alma. (...) O riso surge como um dos grandes atrativos dessas publicações. Embora o objeto do riso seja sempre distinto, o humor consegue polarizar a atenção de diferentes grupos sociais⁴¹¹.

Assim, a partir do humor, a revista *Careta* divulgava para seu público leitor uma posição patriarcal e conservadora sobre Luz del Fuego. Para eles, ela era uma mulher imoral, sem pudores e decência. Um exemplo a não ser seguido pelas leitoras, mas que poderia ser apreciado pelos homens. Afinal, distinguiam-se dois tipos de mulher: a respeitável, feita para casar, e a prostituta, com quem tudo era permitido. E as revistas serviam como um manual de conduta, destacando o oposto do ideal, como afirma Pinsky:

A imagem da prostituta serve para educar; se a mulher “de família” não quer ser identificada com tal figura, não deve parecer-se com ela sequer no modo de falar, caminhar, vestir ou perfumar-se, além de evitar ambientes por onde esta circula⁴¹².

Sendo assim, entendemos que a zombaria com que ela era tratada no periódico refletia o medo do perigo do distúrbio moral que sua imagem expressava, pois, como afirma Soihet, era “como freio para possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos, constitui-se em algo habitual”⁴¹³. Na revista *Careta*, nos dias 12 e 28 de julho de 1952, temos exemplos desse medo e suas estratégias para frear a artista:

Noticiou-se que a Censura proibiu a atriz Luz del Fuego de exhibir-se nos seus trajes prediletos. Trata-se, desta vez, de falsa notícia a respeito da conduta da Polícia. A referida senhora nem sequer usa trajes quando se apresenta no palco⁴¹⁴.

Luz del Fuego, a discutidíssima bailarina existencialista já se tornou famosa por exhibições em público, tendo por vestimenta apenas volumosa serpente no palco nos nossos teatros, como intérprete da peça de Milton Rodrigues: “Fruta de Eva”. Não se pode negar o valor de sua plástica, mas o que mais intriga o espectador é que a referida artista só aparece no palco uma única vez apenas para mostrar toda a nudez de seu corpo. Os jornais chegaram mesmo a noticiar que “lá estará, além de Luz del Fuego, a polícia para impedir exhibições imorais”⁴¹⁵.

Os trechos acima apresentam uma única narrativa sobre a artista, de mulher com comportamentos imorais e que beira a loucura, pois estava constantemente desrespeitando a

⁴¹¹ VELLOSO, Monica Pimenta. “As distintas retóricas do moderno”. In: *O moderno em revistas*. Op. cit., 95.

⁴¹² PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos rígidos”. Op. cit., p. 472.

⁴¹³ SOIHET, Raquel. *Feminismos e antifeminismos...* Op. cit., p.166.

⁴¹⁴ “A comedia infinita”. *Careta*. Anno XLV, n. 2.294, 12 de julho de 1952.

⁴¹⁵ “Primazia Indesejável”. *Careta*. Anno XLV, n. 2.296, 28 de julho de 1952.

lei a partir da nudez e sendo advertida por policiais ou pela justiça; além dos seus espetáculos nos teatros e das fantasias ousadas durante o carnaval. Luz del Fuego também causava polêmica no seu dia-a-dia no Rio de Janeiro. Em uma publicação de 11 de dezembro de 1954, ela estava às 17 horas no Largo de São Francisco, “acompanhada por um ‘ser’ de sexo indefinido. Ela vestia um macacão ‘tomara que caia’ feito de pele de giboia, e o ‘ser’ indefinido com um blusão imitando pele de onça. Grande multidão em volta, grande vaia”⁴¹⁶. O ser indefinido destacado na notícia poderia ser uma travesti ou transgênero, o que não era comum observar nas calçadas em plena luz do dia ou aceito na época, pois o que permanecia na era de “modelos rígidos”⁴¹⁷ eram as distinções explícitas entre os papéis femininos e masculinos. Luz del Fuego incomodava e atingia a moral e os bons costumes. Por isso, era humilhada e criticada pela imprensa e nas ruas. Defensora do naturismo e do existencialismo filosófico, escreveu um livro intitulado *A verdade nua*, publicado em 1948, no qual é possível entender seus objetivos:

(...) com o nudismo salvaremos a humanidade das perversões inevitabilíssimas. Se o homem tem um desejo, desde que não seja prejudicial a outrem, que se satisfaçam esse desejo. Para a fome temos o pão; para a sede a água, para a imoralidade a nudez. Não existe indecência no corpo humano. Cobrindo-o com vestes, nós é que o tornamos cubicado e nos excitamos pelo pensamento desviado. (...) Se a um menino de pouca idade apresentarmos desnuda, outra criança, uma menina, ele não irá ver imoralidade nisso e acostumar-se-á a vê-la assim. A mocidade passará a encarar o nu como a coisa mais natural do mundo. Assim, não se preocupariam em espiar um pedaço de perna ou um decote mais profundo, como acontece com os mocinhos irritantes de beira de calçada, que se masturbam cerebralmente a passagem de uma senhorinha bem proporcionada e de rosto agradável. (...) Para mostrar o que acabo de dizer, divulgando as práticas da cultura física e da dança, é que escrevi este livro⁴¹⁸.

No trecho de introdução do livro, Luz del Fuego faz uma defesa pelo naturismo com o objetivo de acabar com a sexualização dos corpos, principalmente o feminino. É possível perceber uma indignação, possivelmente devido aos assédios sofridos. Bem diferente do que a imprensa divulgava sobre a artista, de que vivia atrás de escândalos ou polêmicas. A partir do que ocorreu no Rio de Janeiro e no trecho acima do seu livro, entendemos que Luz del Fuego não era somente uma personagem, ela levava para os palcos aquilo que acreditava. Assim, decidiu também fundar um clube naturista e, depois de um encontro com o Ministro da

⁴¹⁶ “Badalando”. *Careta*. Anno XLVII, n. 2.424, 11 de dezembro de 1954.

⁴¹⁷ PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos rígidos” Op. cit., p.608.

⁴¹⁸ FUEGO, Luz Del. *A verdade nua*. s. n. Rio de Janeiro, 1948. Trecho da introdução do livro. Acesso em 21 de maio: <https://www.veranunesleiloes.com.br/peca.asp?ID=1278590>

Marinha, obteve a concessão da ilha Tapuama de Dentro, na baía de Guanabara, que foi batizada de Ilha do Sol, fazendo muito sucesso entre 1955 e 1961. O acesso à Ilha do Sol era feito somente sem roupas. Logo ao chegar à ilha lia-se um aviso no pequeno cais: “Nesta ilha é proibido proferir palavras de baixo calão e também práticas indecorosas. O nudismo só pode ser entendido por aqueles que possuem mente sadia”⁴¹⁹.

Além da ilha, uma outra forma de colocar em prática suas ideias foi participar da política. Luz del Fuego tentou registrar o Partido Naturalista Brasileiro (PNB) em 1949, que acabou não obtendo as assinaturas necessárias. Seus objetivos eram:

Proteção aos artistas, às mulheres e aos animais, divulgação da música brasileira e do folclore indígena, proteção ao espiritismo e à macumba, legalização do divórcio, liberdade para o jogo e incentivo à ocupação do interior do Brasil. O partido ainda declarava apoio a Oswaldo Aranha (que, na verdade, nem se candidatou) nas eleições presidenciais de 1950 e lançava a candidatura de Luz del Fuego à Câmara dos Deputados⁴²⁰.

Ou seja, eram muitas as posições progressistas e incomuns de Luz del Fuego e, evidentemente, foram estas escolhas naquele tempo que as definiram como louca e imoral. A artista também teve seu nome envolvido em disputas políticas durante as eleições de 1955, devido a um texto em formato de manifesto, publicado em 1948, escrito por Plínio Salgado e citando a artista. Na época ela tinha sido barrada no baile do Teatro Municipal e, segundo Evandro Rocha e Lígia Lana, Plínio Salgado defendeu a nudez da artista e criticou o falso moralismo da burguesia brasileira⁴²¹. O título era “A mulher nua”. Não o encontramos para análise, mas em uma publicação da *Careta* do dia 15 de outubro de 1955, o manifesto foi lembrado, pois era o ano em que Plínio Salgado havia se candidatado à presidência da República. “A peça literária mais sensacional que a última campanha revelou foi o Prefácio que o sr. Plínio Salgado escreveu para o livro de Luz del Fuego. Que mimo!... Quem havia de dizer?”⁴²² Este trecho se referia à utilização do texto de Plínio Salgado escrito em 1948 em defesa de Luz del Fuego, que foi colocado por ela no prefácio do seu livro. Não sabemos se com ou sem a autorização dele, mas o episódio foi motivo de crítica da revista ao candidato no período. Destacamos, assim, a contradição em Plínio Salgado defender uma mulher

⁴¹⁹ AGOSTINHO, Cristina; PAULA, Branca; BRANDÃO, Maria do Carmo. Op. cit., p. 261.

⁴²⁰ Ibidem, p. 18.

⁴²¹ ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; LANA, Lígia Campos de Cerqueira. *Luz del Fuego: celebridade, gênero e moralidade no Brasil*. Op. cit., p. 19.

⁴²² *Careta*. Anno XLVIII, n. 2.468, 15 de outubro de 1955.

naturista, o que não condizia com a posição de um líder integralista cujo entendimento do papel feminino pode ser encontrado em trecho do seu livro *A mulher do século XX*, de 1949:

Precisamos sempre considerar o afastamento da mulher do lar, como evidente anormalidade biológica, pois partindo do fundamento da diferença física e do desenvolvimento dos filhos depois de nascidos, em ritmo mais lento do que outras espécies animais, temos de convir que a missão da mulher é, acima de tudo, a missão educativa. É na doutrina do Evangelho e nos ensinamentos dela decorrentes, através do magistério da Igreja de Cristo, que a mulher achará o segredo da felicidade e a direção do seu verdadeiro destino⁴²³.

A mulher defendida por Plínio Salgado “(...) se limitava a cooperar e colaborar, assim, rejeitando outros padrões de conduta feminina. Afirmando a doutrina cristã a orientação necessária à mulher em seu papel social de mãe e esposa”⁴²⁴. Ou seja, padrões opostos ao que representava a figura de Luz del Fuego que ele defendeu. O fato deve ter gerado muitas críticas a ele, não somente a que foi feita pela *Careta*. Também não sabemos o motivo que levou a artista a utilizar um texto de um integralista em seu livro. Talvez tenha sido uma estratégia para se proteger, pois estava sendo defendida por um dos maiores ícones do conservadorismo brasileiro naquele período. Afinal, se até ele a “compreendia”, porque outras pessoas a condenavam? Abaixo, está a última aparição de Luz na revista no dia 24 de setembro de 1960:

⁴²³ SALGADO, Plínio. *A mulher do século XX*. São Paulo: Guanumby, 1949, p. 93.

⁴²⁴ FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O imparcial: 1933-1937*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 80.

Figura 39 - *Careta*. Anno LIII, n.2.726, 24 de setembro de 1960



Legenda: Luz del Fuego espera, tranquila, em sua ilha na baía de Guanabara pelo Censor para lhe apresentar: 12 cachorros, 4 gatos, 14 perus, 1 cabrito, 12 galinhas, 10 patos, três homens e duas mulheres para serem incluídas ao número dos vivos desta terra. Alega a vedeta que há bichos com mais direito a censo do que muito homem.

Fonte: *Careta*. Anno LIII, n.2.726, 24 de setembro de 1960.

Na imagem acima, a revista destaca uma fotografia de Luz del Fuego segurando uma cobra, como constantemente era retratada na imprensa. Apresenta também uma legenda irônica de que ela estaria tranquila vivendo com mais bichos na ilha do que com pessoas, novamente conferindo a ela uma imagem de desajustada. Possivelmente, a revista trouxe a notícia, pois foi neste período que ela havia decidido fechar o clube, mas permanecer morando na ilha com seus animais e algumas pessoas que a ajudavam a cuidar do local. Ela viveu na ilha até sua morte em 1967, quando foi assassinada por dois pescadores. Luz del Fuego nunca se casou e não teve filhos⁴²⁵. Foi uma mulher que não se conteve nos limites que lhe queriam impor. Lutou pela liberação do corpo e da sexualidade feminina, ao questionar o nu como vergonha, o sexo como pecado e a obediência das mulheres como submissão. Acreditamos que a partir desta breve análise, foi possível perceber sua contribuição na luta pela emancipação das mulheres brasileiras, na defesa do divórcio, na educação sexual e na sua percepção como sujeitos de direitos políticos.

Assim como Pagu e Luz del Fuego, outra trajetória feminina nos chamou a atenção na pesquisa por também receber críticas da imprensa. Trata-se da cantora Elvira Olivieri Cozzolini, mais conhecida como Elvira Pagã (1920-2003). Ela nasceu em São Paulo, no dia

⁴²⁵ ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; LANA, Lígia Campos de Cerqueira. *Luz del Fuego: celebridade, gênero e moralidade no Brasil*. Op. cit, p. 12.

06 de setembro de 1920. Em 1923, mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a carreira de cantora na década de 1930, formando uma dupla com sua irmã, Rosina Cozzolini. Tivemos dificuldades de encontrar informações sobre Elvira, pois não há produções acadêmicas, somente uma biografia escrita pelo jornalista Thiago de Menezes, *Uma Mulher Chamada Elvira Pagã*. Segundo ele, as irmãs, ainda sem nome artístico, cantaram em uma festa e foram muito aplaudidas. Na ocasião, “o locutor Heitor Beltrão teve a ideia de batizá-las artisticamente, molhou algumas flores com água e salpicou nas jovens, afirmando, ironicamente: Foram aclamadas as Irmãs Pagãs!”⁴²⁶. Fizeram sucesso internacionalmente, mas após alguns anos, a dupla foi desfeita e cada uma seguiu carreira solo. Rosina não fez tanto sucesso quanto a irmã no Brasil. As fontes apresentam mais notícias de Elvira. Em 1944, ano que marcou o início da sua carreira solo, diferentemente de Pagu e Luz del Fuego, que não foram noticiadas em todas as revistas aqui analisadas, Elvira Pagã foi citada nas três: A primeira foi *O Malho* na edição do mês de março: “A notícia mais sensacional é a estreia de Elvira Pagã no rádio. Vai reaparecer sosinha”⁴²⁷. Depois na *Careta*, em 20 de maio, foi divulgado que “Elvira Pagã agora sosinha, está encantando seus ‘fans’ com sua voz tão harmoniosa, tão suave e tão bonita”⁴²⁸. Na *Fon-Fon*, em 3 de junho, estampou uma fotografia de página inteira para anunciar seu retorno à música:

⁴²⁶ MENEZES, Thiago de. *Uma Mulher Chamada Elvira Pagã*. Joinville-SC: Clube de Autores, 2010, p. 19.

⁴²⁷ “Em Revista”. *O Malho*. Anno XLII, n.50, março de 1944.

⁴²⁸ “Fora da onda”. *Careta*. Anno XXXVI, n. 1873, 20 de maio de 1944.

Figura 40 - *Fon-Fon*. Anno XXXVIII, n. 23, 3 de junho de 1944

Legenda: O rostinho delicado que ilustra hoje esta página é de Elvira Pagã, a popular cantora de sambas e foxes que regressou há pouco dos Estados Unidos, e para quem Zimbiniski está preparando um "Show" que breve veremos no Atlântico.

Fone: *Fon-Fon*. Anno XXXVIII, n. 23, 3 de junho de 1944.

Com a notícia de sua carreira solo, Elvira Pagã começa a ser convidada para programas de rádios e bailes de carnaval. Os destaques nas matérias das revistas eram sobre a sua beleza e linda voz. Em *O Malho*, não encontramos mais notícias depois do anúncio da cantora. Em 1 de outubro de 1949, a *Fon-Fon* enfatiza uma "possível contratação por uma emissora"⁴²⁹. Em 4 de março de 1950, a *Careta* divulga a notícia de que ela havia se tornado a rainha do carnaval: "No 'Baile dos Artistas', no Hotel da Gloria, onde é eleita e proclamada a 'Rainha do Carnaval'. A preferência, este ano, recaiu em Elvira Pagã, a linda e simpática artista do rádio"⁴³⁰. Estas matérias marcam o início da fama da cantora, que antes não era noticiada com frequência nas revistas. Segundo Evandro Rocha e Lígia Lana, Elvira passava a disputar com Luz del Fuego, o posto de mais bela do carnaval e do teatro de revista⁴³¹. Além de cantora, Elvira também passou a atuar e a dançar no teatro de revista. Com isto, as reportagens a seu respeito começavam a sofrer modificações no discurso. Provavelmente, pelo

⁴²⁹ "Notas soltas". Radio Fon-Fon. *Fon-Fon*, 1 de outubro de 1949.

⁴³⁰ *Careta*. Anno XLII, n.2.175, 4 de março de 1950.

⁴³¹ ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; LANA, Lígia Campos de Cerqueira. *Luz del Fuego: celebridade, gênero e moralidade no Brasil*. Op. cit., p. 8.

fato de começar a se expor mais nas suas apresentações com trajes menores e diferentes de quando estava com sua irmã ou no início da carreira solo. Sendo assim, as notícias sobre ela acompanhavam suas escolhas artísticas e, como estas afetavam os bons costumes, as revistas foram depreciando a sua imagem. Um exemplo é a reportagem da *Careta* do dia 10 de março de 1951, quando em evento de um programa do Radio Clube do Brasil, ela aparece de biquini para a apresentação de um dos momentos:

O grande sucesso da tarde foi quando anunciaram o outro programa “Pescando Estrelas”, cujo anúncio precedeu de poucos momentos a entrada triunfal de Elvira Pagã naqueles trajes paradisíacos com que a serpente embrulhou o pobre Adão. Foi um frenesi que passou pela assistência. Que se virou para contemplar aquele espetáculo inesperado e excitante. Vejam, na fotografia, a reação na assistência. Esse da extrema direita, por exemplo, ficou tão descontrolado que revirou os olhos para não ver. Nós, porém, vimos e fotografamos⁴³².

Figura 41 - *Careta*. Anno XLIII, n. 2.228, 10 de março de 1951



Legenda: Evento do Radio Clube do Brasil.

Fonte: *Careta*. Anno XLIII, n. 2.228, 10 de março de 1951.

No trecho, percebe-se que a revista não direciona mais alguns adjetivos a Elvira, como rostinho delicado, harmoniosa, suave, linda ou simpática. Mas, passa a conferir-lhe adjetivos pejorativos e sexualizados. Elvira Pagã começou a mostrar em suas apresentações que não tinha mais pudores em relação ao seu corpo. E as reações as suas novas ações foram repressoras. No dia 20 de dezembro de 1952, ela aparece nua numa sacada de hotel em Cachoeira do Itapemirim. O episódio é noticiado pela revista *Careta*:

⁴³² “No mundo do rádio”. *Careta*. Anno XLIII, n. 2.228, 10 de março de 1951.

Elvira Pagã apresentou-se à sacada do hotel em que estava hospedada, completamente despida. Segundo mencionam as notícias, a população local foi tomada de grande indignação, sem prejuízo, é claro, de algumas satisfações secretas... Mas a Polícia, esta agiu com a máxima energia, terminando por fazer a Sra. Pagã, retirar-se da cidade⁴³³.

Novamente com o uso do deboche e do machismo ao relatar a notícia, a revista destaca a expulsão da artista da cidade como forma de punição por aparecer nua no quarto do hotel. Elvira uma semana depois foi presa novamente no Rio de Janeiro, por ter “(..) cometido algumas inconveniências públicas, sob ação de valente pileque. Foi condenada a 18 meses de prisão”⁴³⁴. Neste sentido, Elvira Pagã, assim como Luz e Pagu, ameaçavam o patriarcado não somente com sua profissão ou arte, mas na tentativa de “ser uma outra”⁴³⁵, deslocando o lugar do feminino da família e do espaço doméstico. Elvira Pagã viveu como queria. Não era naturista como Luz del Fuego, mas defendia igualmente a liberdade dos corpos femininos. Como respostas às prisões e repressões que vinha sofrendo, decidiu compor marchinhas de carnaval, como a de 1951, chamada “Cassetete, não!”. Abaixo observamos a letra:

Eu que nem bem conhecia aquele estranho rapaz, me viu sentada com outro e me mandou espancar. Cassetete não! Cassetete não! Não adianta tu não terás meu coração. Vendo que não conseguia me derrubar, pra que eu ficasse marcada mandou me aprisionar. Cassetete, não! Cassetete, não! Não adianta tu não terás meu coração⁴³⁶.

A letra denuncia a violência física que enfrentava constantemente, por fazer o que tinha vontade e não o que a moral patriarcal exigia. As duas últimas aparições da artista nas fontes aqui trabalhadas se deram na *Fon -Fon*: A primeira foi no dia 13 de março de 1954. Neste dia, um evento consagrava a Rainha do Rádio no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro. Neste ano, Ângela Maria que estava começando sua carreira como cantora, ganhou a disputa. Durante o evento, Elvira Pagã foi expulsa pelo prefeito da cidade, “(...) sob a alegação de que estava indecentemente trajada”⁴³⁷. A segunda ocorreu no dia 26 de fevereiro de 1957, quando ela participa de uma entrevista de duas páginas intitulada: “A artista mais bem paga do Brasil expõe teorias sobre a vida e a morte”. O título faz referência a um livro

⁴³³ *Careta*. Anno XLV, n. 2.321, 20 de dezembro de 1952.

⁴³⁴ *Careta*. Anno XLV, n. 2.322, 27 de dezembro de 1952.

⁴³⁵ KEHL, Maria Rita. Op. cit., p.146.

⁴³⁶ PAGÃ, Elvira. “Cassetete, não!” Samba de carnaval do ano de 1951. Disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ONrkUBbG-KI>

⁴³⁷ *Careta*. Anno XLVI, n. 2.385, 13 de março de 1954.

que ela havia publicado em 1956, chamado *Vida e Morte*, no qual refletia filosoficamente sobre a existência humana. Porém, a entrevista não focou nele, mas sim em um novo livro que a artista iria publicar:

Conhecida em todo Brasil, e até mesmo em outros países, notadamente nos Estados Unidos, pela sua beleza, pelo seu exotismo e pelos “shows” com a polícia, Elvira Pagã é, inegavelmente, um estupendo sucesso. (...) É uma mulher franca, sem meios termos. Diz o que pensa, sem medir consequências. Tanto assim, que ela declarou à reportagem de *Fon-Fon*: Vou contar-lhe algo interessante: depois do carnaval seguirei para Las Vegas, com um contrato de 5 mil dólares semanais. - Quer dizer que logo após o carnaval, você embarcava para Las Vegas? – Exatamente! E deixarei a venda, o meu novo livro, intitulado “Os amores de Lucinda”. Quero estar bem longe quando de sua publicação. – Algo de extraordinário, Elvira? – Pra lá de extraordinário. Bombástico! Vai dar uma confusão...- Como assim? – Bem, o livro é sensivelmente provocante. Conta os pecaminosos amores de Lucinda. Esse romance contém quadros descritivos das mais picantes cenas vividas por Lucinda e seus amores. Portanto, quero estar de malas arrumadas quando o romance for publicado. – Mudando de assunto, e no carnaval, qual será a sua fantasia? – Mais sensacional do que nunca: pintora moderna. - Quer descrever essa fantasia? – Um pincel e palheta na mão. – Uai! E a roupa? -A mínima possível! Isto é o que menos importa. Se a polícia me encarar, será o último “show” que darei no Rio, antes do meu embarque, tudo é propaganda, afinal⁴³⁸.

Elvira Pagã soube usar a seu favor as difamações feitas pela imprensa, principalmente devido aos constantes enfrentamentos com a polícia. Tanto que ao destacar sua viagem para os EUA, enfatiza que seria depois do carnaval. A estratégia de usar o carnaval para conseguir mais visibilidade antes de lançar o livro, mostra como ela sabia articular os projetos do seu interesse. Depois desta publicação, não encontramos mais registros de Elvira nas revistas aqui analisadas. Em 1979, ela foi homenageada pela cantora Rita Lee com o rock “Elvira Pagã”. Elvira retribuiu com uma pintura que chamou de “Rita Lee no Baixo Leblon”. Em 8 de maio de 2003, morreu aos 82 anos. Segundo notícia divulgada na *Folha de São Paulo* no dia 21 de agosto de 2003:

Nos últimos anos, Elvira Pagã permanecia reclusa num apartamento em Copacabana. Apenas duas irmãs costumavam visitá-la. A causa da morte foi falência múltipla dos órgãos, de acordo com o atestado de óbito. Elvira Pagã não teve filhos⁴³⁹.

⁴³⁸ “A artista mais bem paga do Brasil expõe teorias sobre a vida e a morte.” *Fon-Fon*. Anno XXL n. 2.601, 26 de fevereiro de 1957.

⁴³⁹ “Vedete Elvira Pagã morreu em maio no RJ”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 de agosto de 2003. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2108200318.htm>

As trajetórias de Patrícia Galvão, Luz del Fuego e Elvirã Pagã nos revelaram mulheres que, na primeira metade do século XX, conseguiram se entender como sujeitos de sua própria história. Escolhemos estas três mulheres, por serem figuras públicas representantes das camadas média e alta, que constantemente serviam como modelo de inspiração para os papéis tradicionais femininos. Porém, com elas ocorreu o oposto. Apresentando comportamentos que não condiziam com os determinantes da época, elas mostravam outras possibilidades de escolhas e estilo de vida. Cada uma a sua maneira, com atos de rebeldia, conquistaram os seus espaços nos cenários artísticos, públicos, políticos e intelectuais. Este trajeto não foi fácil. As experiências de rupturas que elas vivenciaram com as normas, convenções do corpo, da sexualidade e sociabilidade foram compostas de sofrimento e violência de todos os tipos. Afinal, o modelo patriarcal moderno era composto pela união entre o conservadorismo da rainha do lar e a modernidade da mulher emancipada para o trabalho e o consumo, gerando questões que ocupam até os dias de hoje o debate público.

Através das revistas *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho*, foi possível uma melhor compreensão destas trajetórias que, mesmo enfrentando resistência da imprensa com charges, textos irônicos, entrevistas e notícias. Elas foram firmes nos seus posicionamentos, fortalecendo as variadas formas de atuação do feminino para a libertação dos corpos, da sexualidade e da intelectualidade. Mesmo aparecendo pouco nas revistas, acreditamos que destacá-las se torna importante a fim de demonstrar a atuação feminina frente às imposições do patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do registro recorde de candidaturas femininas em 2020 na disputa pelas prefeituras e câmaras municipais, o total de mulheres eleitas, reeleitas ou que ainda concorrerão no segundo turno também cresceu. Os resultados finais serão consolidados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até sexta-feira (20). Até o momento, dados oficiais mostram que para 12,2% das prefeituras foram eleitas mulheres. Na eleição de 2016 esse número foi de 11,57%⁴⁴⁰.

A reportagem acima foi publicada no dia 16 de novembro de 2020 do site do Senado. Nela é destacado o aumento da participação feminina na política brasileira, no Legislativo e no Executivo. Para a democracia do país, isto é considerado um avanço importante na tentativa de redução da disparidade de gênero. A revista *Cult* do dia 14 de novembro do mesmo ano, celebrou este momento com expectativas de mudanças com uma matéria intitulada “O voto feminista é revolucionário”.

Hoje, em 2020, toda mulher é livre na cabine eleitoral. Não é um pormenor. Ali, de cara com a urna, talvez mais do que em qualquer outro momento da vida cotidiana, o poder, o sonho e a autonomia ocupam a mesma frase, o mesmo espaço. É revolucionário o poder de poder! (...) Com 30% de mulheres diversas eleitas para as câmaras municipais e as prefeituras (e em todas as esferas de poder) é possível alterar a correlação de forças, ainda em bastante desvantagem, porém não mais em desamparo ou exclusão. A onda do voto feminista nessas eleições pode acelerar o lento crescimento feminino nos poderes executivo e legislativo⁴⁴¹.

Com o final do primeiro turno das eleições de 2020, os 30% que foram almejados pela revista, não haviam sido atingidos. No dia 24 de novembro, o Tribunal Superior Eleitoral divulgou uma notícia com a quantidade total de mulheres eleitas: “Foram eleitas, neste ano, 651 prefeitas (12,1%), contra 4.750 prefeitos (87,9%). Já para as câmaras municipais, foram 9.196 vereadoras eleitas (16%), contra 48.265 vereadores (84%)”⁴⁴². Mesmo que o número de mulheres eleitas ainda não tenha sido tão expressivo se comparado ao de homens, cada

⁴⁴⁰ “Cresce número de mulheres candidatas e eleitas no pleito de 2020”. Site Senado Notícias. Agência do Senado, 16 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/16/cresce-numero-de-mulheres-candidatas-e-eleitas-no-pleito-de-2020>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

⁴⁴¹ “O voto feminista é revolucionário” Site *Revista Cult*, 14 de novembro de 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/voto-feminista-revolucionario/> Acesso em 23 de julho de 2021.

⁴⁴² “Mulheres representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1 turno das Eleições 2020”. Site Tribunal Superior Eleitoral, 24 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

avanço se torna muito importante na luta das mulheres pela conquista de espaço na política. Isto porque, como vimos nesta tese, historicamente elas enfrentaram, e ainda enfrentam, a resistência masculina ao avanço dos direitos femininos. Na reportagem anterior, além da informação sobre a quantidade de mulheres eleitas em 2020, foi abordada também a importância de se combater a violência de gênero na política com uma nota do presidente do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso. Segundo ele, ao mesmo tempo em que houve um aumento do número total de mulheres eleitas:

Também tivemos um aumento nos ataques físicos ou morais a mulheres candidatas. Esse tipo de agressão a mulheres é pior que machismo, é covardia. Precisamos de mais mulheres na política e, portanto, precisamos enfrentar essa cultura do atraso, da discriminação, do preconceito e da desqualificação⁴⁴³.

O posicionamento do ministro Barroso foi baseado nas informações levantadas pela Assessoria Especial de Segurança e Inteligência do Tribunal Superior Eleitoral, que revelaram este aumento preocupante nos registros de ataques físicos e morais às candidatas que enfraquecem a democracia. Outro exemplo de violência política de gênero, ocorreu no mês seguinte a essa notícia, quando foi divulgado na imprensa o vídeo de uma sessão extraordinária da Assembleia Legislativa de São Paulo para votação do orçamento do estado, ocorrida no dia 16 de dezembro de 2020. O vídeo mostra a deputada estadual Isa Penna (PSOL) sendo assediada pelo deputado estadual Fernando Cury (Cidadania). A reportagem abaixo, publicada pelo G1 no dia 17 de dezembro de 2020, mostra como ocorreu o assédio:

Pelas imagens, é possível ver Cury conversando com outro deputado. Depois, ele faz um movimento em direção à deputada Isa Penna, que está apoiada na mesa diretora da Casa, e volta a conversar com outro parlamentar, que tenta segura-lo, mas se dirige novamente à deputada. Cury, então, para atrás da deputada apalpando seu seio e ela, imediatamente, tenta afastá-lo. A deputada registrou boletim de ocorrência contra o deputado por importunação sexual.⁴⁴⁴

Após a divulgação e compartilhamentos do vídeo, o caso atingiu muitas visualizações e gerou manifestações de revolta na internet, principalmente nas mulheres, que pressionavam por justiça. No livro *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*,

⁴⁴³ Ibidem.

⁴⁴⁴ “Vídeo mostra deputado Fernando Cury passando a mão no seio da deputada Isa Penna durante sessão da Alesp”. Site *Globo G1*, 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/17/video-mostra-deputado-fernando-cury-passando-a-mao-no-seio-da-deputada-isa-penna-durante-sessao-da-alesp.ghtml>. Acesso em 23 de julho de 2020.

organizado por Manuela D'Ávila, Isa Penna relata este dia, contando como se sentiu no momento do assédio e quais atitudes resolveu tomar depois do ocorrido:

Bom, o momento em si do assédio todos puderam acompanhar. A enxada e a mão do deputado, que foi rapidamente removida por mim, trouxeram-me aquela conhecida sensação. Pra mim sempre foi ânsia de vômito misturada com uma vontade de chorar. (...) No dia seguinte, acordei e mandei uma mensagem de Whatsapp para minha equipe: “Olá gente, fui assediada infelizmente na Alesp ontem e preciso de vocês atentos hoje, estou decidindo aqui ainda como vou proceder e já aviso vocês”. Eu ainda não tinha visto o vídeo. Por coincidência um dos meus assessores, estava me aguardando assistindo a sessão pela TV Alesp. (...) Ele apareceu na minha casa no exato momento em que eu estava me questionando e sendo questionada quanto à nossa capacidade de provar que aquilo tinha acontecido. Eu disse: “Como eu vou provar?”; e ele entrou na mesma hora dizendo: “Isa, pode pegar as câmeras, dá pra ver tudinho que eu vi também.” (...) dominar o corpo das mulheres sempre foi um gesto de poder na história da humanidade. Por isso, o deputado precisa ser cassado. É preciso tirar o poder deles⁴⁴⁵.

A partir da fala da deputada é possível perceber o quanto as mulheres ainda incomodam os homens na política e a forma recorrente encontrada para desmotivar sua participação é a utilização da violência (simbólica, física, sexual...). Vimos nesta pesquisa que, na primeira metade do século XX, mulheres como Bertha Lutz, Myrthes Campos, Gilka Machado, Pagu, Elvira Pagã, Luz del Fuego, entre outras, passaram por vários tipos de violência por se posicionarem, principalmente se fosse de maneira diferente do esperado da mulher “moderna” estereotipada como dona de casa, submissa, doce e maternal, ou simplesmente por ocuparem espaços majoritariamente masculinos. Ou seja, um século depois, Isa Penna e as candidatas ameaçadas, oprimidas ou ridicularizadas durante as eleições de 2020, são exemplos de que a violência masculina ainda se mantém na atualidade. Para Mirla Cisne e Maria Lúcia Duriguetto, os desafios atuais consistem na eliminação de:

(...) toda forma de propriedade, inclusive sobre o corpo da mulher, bem como o racismo, a homofobia, o patriarcado, enfim todas as formas de opressão e exploração. Esta perspectiva implica em considerar a importância das lutas feministas para o processo de democratização e para a construção de princípios e valores radicalmente democráticos e igualitários. A luta feminista não é uma questão de interesse apenas das mulheres, mas da humanidade que se pretende livre⁴⁴⁶.

⁴⁴⁵ PENNA, Isa. “Assédio é sobre poder”. In: D'ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021, p. 85-86.

⁴⁴⁶ DURIGUETTO, Maria Lúcia; CISNE, Mirla. “Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil”. *SER Social*, v. 17, n. 36, 2015, p. 20. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13413. Acesso em: 28 jul. 2021.

Ou seja, o feminismo e a democracia caminham juntos e um exemplo disso está nos desdobramentos do caso de assédio sobre a deputada Isa Penna, divulgados no dia 1 de abril de 2021 no site do G1. A Alesp aprovou por unanimidade uma resolução que determinou a perda temporária do mandato do deputado por 180 dias. Segundo a reportagem, tratava-se de uma suspensão inédita:

Foram 86 votos a favor e nenhum contra – não houve abstenção nem voto em branco. A suspensão é inédita na Casa Legislativa paulista e ocorreu após consenso no Colégio de Líderes. A suspensão por seis meses é uma punição mais dura do que a sugerida pelo Conselho de Ética da Alesp, prevista inicialmente para 119 dias⁴⁴⁷.

A resolução não se deu como desejavam Isa Penna e os que a apoiavam, já que a exposição da vítima e do vídeo com a prova do caso de assédio não foi suficiente para cassar o mandato do deputado. Mesmo assim, ela comemorou este momento histórico no parlamento paulista e ressaltou:

Foram 86 votos a zero pela punição e suspensão de mandato do Deputado Fernando Cury. Lutamos pela cassação desde o primeiro momento, mas o Conselho de Ética tinha decidido apenas pelo afastamento de 119 dias. Porém, com a pressão das mulheres, da população, da sociedade civil, além de artistas, juristas, e outras deputadas e deputados de Alesp, foi possível construir uma pena maior, mais dura, e com o Plenário sendo soberano. Minha equipe também foi fundamental nesse processo que se estendeu de dezembro até agora. Deixamos um recado para a sociedade: a Alesp não aceitará assédio, nós, mulheres, não iremos aceitar assédio, seja ele moral, sexual ou psicológico! Estaremos lado a lado com todas as mulheres⁴⁴⁸.

O conservadorismo no país segue forte politicamente com apoio da Igreja Católica e, no cenário atual, também de protestantes neopentecostais. Se mantém os discursos patriarcais sobre a mulher e este é um dos fatores que dificultam a transformação no olhar sobre a condição feminina e o alcance de direitos, impedindo avanços importantes e, muitas vezes, levando a um retrocesso histórico, como o projeto de lei do nascituro (PL 478/2007- que propõe a criminalização do aborto nos casos em que já é legalizado no país). Como exemplo de apoio de setores conservadores a este projeto, podemos citar o caso da menina de 10 anos que foi estuprada pelo tio no Espírito Santo e engravidou. A menina e sua família recorreram ao aborto que é legal no país em caso de estupro desde 1940 pela lei 2848/40. Mesmo assim,

⁴⁴⁷ “Caso Isa Penna: em decisão inédita, Alesp suspende deputado Fernando Cury por seis meses por passar a mão na coleira”. Site *Globo G1*. 1 de abril de 2021. Disponível em : <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/01/caso-isa-penna-em-decisao-inedita-alesp-suspende-por-6-meses-mandato-do-deputado-fernando-cury-que-passou-a-mao-em-colega.ghtml> . Acesso em 23 de julho de 2021.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

sofreu a condenação de grupos conservadores religiosos, médicos e políticos que tentaram impedi-lo, como podemos observar abaixo na reportagem do *El País* do dia 17 de agosto de 2020:

(...) no Recife, referência no atendimento de vítimas de abuso sexual, a garota foi assediada por um obstetra e uma pediatra. Eles entraram no hospital, se valendo da identidade profissional, para assediá-la. Mas tanto a garota quanto sua responsável, a avó, estavam seguras da decisão de interromper aquela gravidez. (...) O medo de que houvesse alguém no aeroporto se concretizou na chegada ao Hospital, cuja porta da frente reunia algumas dúzias de militantes contrários ao aborto e incendiados pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves⁴⁴⁹.

O posicionamento destes conservadores é apenas um exemplo da resistência, pautada na religião, ao avanço dos direitos reprodutivos femininos, acusando e oprimindo uma menina de 10 anos que foi violentada por querer realizar um aborto. Percebemos o quanto a questão segue complexa na atualidade, mesmo após todo avanço do movimento feminista durante o século XX. Se em seu início o divórcio gerava muita polêmica, agora o aborto ocupa este lugar. Podemos citar ainda outro exemplo de conservadorismo com relação aos direitos reprodutivos femininos noticiado pela *Folha de São Paulo* no dia 3 de agosto de 2021, no qual evidencia que planos de saúde estavam exigido a autorização dos maridos para o procedimento de inserção de DIU (dispositivo uterino):

Sem se identificar a Folha entrou em contato por telefone com três cooperativas da seguradora para confirmar a informação, que consta nos Termos de Consentimento para inserção do contraceptivo. A informação de que não era possível realizar o procedimento sem o consentimento do cônjuge foi confirmada pela central de atendimento ao cliente das três unidades⁴⁵⁰.

Esta notícia mostra que, mesmo conquistando direitos, as mulheres ainda sofrem com a mentalidade patriarcal da sociedade que as entende como propriedades dos homens, agravando ainda mais a situação daquelas que vivem em situação de violência. Além disso, também precisamos refletir sobre a dificuldade da aplicação das leis Maria da Penha (aprovada em 2006) e do Femicídio (aprovada em 2015), que ficou ainda mais alarmante a partir de 2020, devido um aumento considerável da violência doméstica e da morte de

⁴⁴⁹ “Menina estuprada sofreu acosso de ultraconservadores até dentro de hospital”. Site *El País*, 17 de agosto de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-18/menina-estuprada-sofreu-acosso-de-ultraconservadores-ate-dentro-de-hospital.html> Acesso em 23 de julho de 2021.

⁴⁵⁰ “Seguros de saúde exigem consentimento do marido para inserção do DIU em mulheres casadas”. Site *Folha de São Paulo*, 3 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/08/seguros-de-saude-exigem-consentimento-do-marido-para-insercao-do-diu-em-mulheres-casadas.shtml> Acesso em 13 de setembro de 2021.

mulheres em meio à pandemia do Covid-19, no qual muitas mulheres e crianças se viram presas em residências pouco seguras. Sobre isto, podemos observar três exemplos. O primeiro em uma nota do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro do dia 17 de agosto de 2020, na qual foi registrado recorde de atendimento de mulheres:

Os números revelam que a Central Judiciária de Acolhimento da Mulher Vítima de Violência Doméstica (Cejuvida) atingiu recorde de atendimentos em 2020. Foram registrados 1.500 atendimentos de vítimas de violência doméstica e familiar pelo projeto no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) até julho. Já no ano passado inteiro foram 1.963. Do número total de mulheres atendidas de janeiro a julho, 26 foram encaminhadas aos abrigos⁴⁵¹.

O segundo exemplo foi publicado na revista *Azmina* do dia 8 de março de 2021. Trata-se de uma pesquisa feita pelo monitoramento de mídias independentes entre os meses de março e dezembro de 2020 no Brasil:

Mesmo sobrevivendo aos riscos do coronavírus, pelo menos 1.005 mulheres morreram pelo simples fato de serem mulheres. (...) Isso quer dizer que, por dia, pelo menos três mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil. Se é difícil para uma mulher romper o ciclo da violência por uma série de questões que passam por subjetividades emocionais até contextos práticos, como a dependência financeira, a pandemia impôs isolamento social e, portanto, mais um obstáculo para o enfrentamento dessa situação⁴⁵².

O terceiro exemplo foi publicado na Folha de São Paulo em 6 de junho de 2021, no qual destaca o registro do total de mortes de mulheres em 2020 e a comparação em relação aos anos anteriores a pandemia:

O Brasil registrou oficialmente em 2020 a morte de 1.338 mulheres por sua condição de gênero. Os números mostram que a violência contra a mulher tem trilhado uma trajetória de alta apesar do endurecimento da legislação em anos recentes. O feminicídio cresceu 8% de 2018 par 2019, de acordo com dados atualizados das Secretarias de Segurança Pública e do Distrito Federal.⁴⁵³

⁴⁵¹ “Números de atendimentos demonstram aumento de vítimas de violência doméstica na pandemia”. Site do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2020. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/7500150> Acesso em 23 de julho de 2021.

⁴⁵² “Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia”. Site Revista *Azmina*, 8 de março de 2021. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-femicidio-por-dia/> Acesso em 28 de julho de 2021.

⁴⁵³ “Brasil registra 1.338 feminicídio na pandemia com forte alta no Norte e no Centro-Oeste”. Site Folha de São Paulo, 6 de junho de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/brasil-registra-1338-femicidios-na-pandemia-com-forte-alta-no-norte-e-no-centro-oeste.shtml> Acesso em 13 de setembro de 2021.

Assim, não temos dúvida de que as violências contra a mulher não são problemas isolados, tampouco individuais ou privados, mas refletem uma estrutura social patriarcal que não apenas explora a força de trabalho feminina, mas, também, oprime, violenta e assassina mulheres. Esta mesma sociedade patriarcal estabelece um modelo único de família, pautado na heterossexualidade e legitimando a homofobia e a transfobia no Brasil. Sendo assim, somos confrontados constantemente com outras questões de gênero que vão muito além das relações entre homens e mulheres. Estes fatos não estão dissociados, sendo reveladores de uma conjuntura fundamentalista e conservadora que, cotidianamente, vem ameaçando a laicidade do Estado e naturalizando violências. Por isso, defendemos a necessidade de se estudar as relações de gênero também na atualidade. E acreditamos que, embora este não seja, evidentemente, nosso foco, tenha sido pertinente trazer estas questões nas considerações finais. Afinal, os movimentos feministas estão crescendo no século XXI, com muitas e diferentes vertentes, o que atende aos interesses de variados grupos. Mas, como destaquei na minha dissertação, o importante é focar na luta coletiva já que a liberdade de uma mulher exige a de todas. Assim, seria possível enfrentar o peso deste conservadorismo na sociedade.

Nesta pesquisa, percebemos as variadas formas de resistência feminina ao patriarcado durante a primeira metade do século XX. Neste período, a construção do feminino representava a mulher a partir de valores patriarcais que conjugavam tradição e modernidade, assim como todo o projeto de modernização no Brasil. Refletimos sobre o discurso de modernidade direcionado à mulher contido nas revistas *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon* e percebemos o reforço da exclusão social e da dominação de gênero que estas promoviam. Os argumentos usados contra o feminismo que vimos ao longo da tese, baseados na ironia e no deboche, estão ainda muito presentes atualmente no combate ao movimento. Porém, notamos a importância do fortalecimento do feminismo no século XX, que destacou trajetórias femininas que souberam utilizar suas redes de sociabilidade e visibilidade para alcançar direitos e espaços ainda não conquistados. Percebemos, então, o quanto as mulheres feministas afetavam a sociedade conservadora que estava perdendo o controle sobre seus corpos, enquanto elas conquistavam sua liberdade.

No primeiro capítulo refletimos sobre as diferenças e semelhanças entre as três revistas, *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*, principalmente em relação à mulher e ao discurso feminista. Analisamos as mudanças ocorridas na condição feminina e no olhar sobre ela, em especial devido à conquista do voto e à maior participação política. Além disso, observamos as posições destas revistas em relação à república e a uma ideia de progresso, tendo como base a relação entre tradição e modernidade. No capítulo II, analisamos a inserção da mulher

no mercado de trabalho e como esta realidade foi divulgada pelos organizadores dos periódicos. Vimos a diferença do trabalho para mulheres da classe dominante e das classes populares e a participação feminina nos movimentos grevistas, tendo como consequência as primeiras leis que regulamentaram o trabalho feminino. Ao mesmo tempo, analisamos a participação feminina na imprensa com os discursos de mulheres que atuaram nestas revistas publicando artigos, colunas ou contos. Buscamos conferir voz a elas, mesmo que algumas corroborassem com os papéis tradicionais considerados femininos, pois o importante era ouvi-las e não apenas os homens que falavam por elas. No terceiro capítulo, refletimos sobre as posições das três revistas acerca do papel da mulher na chamada “família moderna”, sendo filha, esposa ou mãe. Vimos como a imprensa condenava e menosprezava os casos de separações e o desejo feminino pelo divórcio. E, por fim, analisamos os escritos femininos sobre o tema, indo contra e a favor do divórcio. No quarto e último capítulo, estudamos os conteúdos na imprensa que naturalizavam ou amenizavam a violência contra a mulher, assim como também as reações femininas contra esta naturalização. Nesta perspectiva, também observamos três trajetórias femininas de rebeldia que romperam com a construção do feminino que as revistas e a sociedade patriarcal estabeleciam, como virgindade, recato, lar, família, casamento e maternidade. Assim, foi possível perceber como elas sofreram por viverem da maneira que desejavam e não como era imposto. Como consequência foram acusadas de subverterem a ordem natural, destruir a família, a honra e a dignidade femininas.

Como vimos nas notícias atuais citadas no início destas considerações, temas semelhantes continuam ganhando destaque na imprensa e na sociedade em geral, impedindo, por exemplo, a maior participação feminina na política, no mercado de trabalho e no alcance aos direitos reprodutivos como a conquista da legalização do aborto. Contudo, acreditamos que o movimento feminista, como afirma Mirla Cisne e Maria Lúcia Duriguetto, “continuará promovendo confrontos aos conservadorismos patriarcais e racistas que estão presentes nas famílias, igrejas, escolas e na estrutura burocrática do Estado”⁴⁵⁴. A proposta desta tese era a partir da análise da participação das mulheres na imprensa, compreendê-las como sujeitos de suas histórias, portadoras do poder de tomada de decisão e conscientes sobre suas vidas e os seus desejos. Assim, visamos colaborar para o campo dos estudos de gênero não apenas no século passado, mas também hoje, pensando sobre o futuro que queremos. Esta abordagem foi

⁴⁵⁴ DURIGUETTO, Maria Lúcia; CISNE, Mirla. Op. cit., p. 29.

uma opção particular entre as muitas possíveis para a compreensão do problema e que, acreditamos, ainda poderá render interessantes estudos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Cristina; PAULA, Branca; BRANDÃO, Maria do Carmo. *Luz del Fuego, a bailarina do povo. Uma biografia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

ALBANO, Celina; MONTEIRO, Paula. “Anatomia da violência”. In: LUZ, Madel Therezinha (Org.). *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 110-111.

ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. *Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977*. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós- Graduação em História. Tese (Doutorado em História). Goiás. 2010, 189f.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANTUNES, Delson. *Fora do Sério: Um panorama do Teatro de Revista no Brasil*. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.

ARRUDA, Ângela. “Teoria das representações sociais e teorias de gênero”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 17, novembro de 2002, p. 127-147.

AREND, Silvia Fávero. “Meninas: trabalho escola e lazer”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). In: *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 65-83.

ARENDT, Hanna. “A tradição e a época moderna”. In: *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mario W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2011, pp. 229-237.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BELIVAQUA, Clóvis. *Direito da família*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Freitas Bastos, 1938.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BESSA, Karla. “Luz(es) del fuego: rebeldia e feminismos”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 60, 2021, pp. 1-40.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1919-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. “Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica”. In: BIANCO, Bela Feldan; LEITE, Miriam L. Moreira. (Org.). *Desafios da imagem*. 2.ed. Campinas, SP: Papirus, 2004, pp.197-212.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. *Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000, 416f.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

_____. “Campo do Poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, pp.183-283.

BUONICORE, Augusto César. “As mulheres e a luta socialista”. In: MACIEL, David, MAIA, Cláudio e LEMOS Antônio. et alii (Orgs.). *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiás: CEPEC, 2007, pp. 1 -18.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMPOS, Augusto. *Pagu vida-obra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CAMPOS, Humberto de. *Diário Secreto*, Vol.II, Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1954.

CARLONI, Karla. “‘Requebrando os quadris’: jazz e transgressão feminina nas revistas ilustradas cariocas da década de 1920”. *Locus: Revista de História*, v. 25, n. 2, 2019, pp. 1-21.

CARULA, Karoline. “A Educação Feminina em A Mãe de Família”. In: CARULA, Karoline; CORRÊA, Maria Leticia; ENGEL, Magali Gouveia (Org.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, pp. 85-112.

CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os sexos e dominação masculina simbólica”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, pp. 37-47.

_____. “Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, pp. 13-18.

COHEN, Ilka Stern. “Diversificação e segmentação dos impressos”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 103-130.

CIARALLO, Gilson. “O matrimônio entre os poderes temporal e espiritual: o casamento civil e o processo de secularização da esfera jurídica no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, n. 39, jul.- dez. 2009, pp. 257-284.

COTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias Intimas: Sexualidade e erotismo do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

_____. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013.

_____. “História das Mulheres: As vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 217-235.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; CISNE, Mirla. “Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil”. *SER Social*, v. 17, n. 36, 2015, pp. 13-30.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 83-102.

FÁVERI, Marlene de. “Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa”. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 1, jan.- jul. 2007, pp. 335-357.

FEIJÃO, Rosane. “Moda e androginia nos anos de 1920”. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores velhos e novos desafios. Florianópolis-SC, 2015.

FIGUEIREDO, Camila Ferreira. “Da moralidade à necessidade: o trabalho feminino na Primeira República e as representações da mulher na revista *Careta*”. In: MAIA, Andréa Casa Nova (Org.). *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas*. Rio de Janeiro: 7 Letra, 2015, pp. 37- 56.

FONSECA, Claudia. “Ser mulher, mãe e pobre”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, pp. 510-553.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. “Ordens e Liberdades”. In: DUBY, Georges. PERROT, Michelle. (Org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 9- 15.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O imparcial: 1933-1937*. Salvador: EDUFBA, 2009.

FERREIRA, Vívian Marcello. *Moda e condição feminina nas páginas da revista Fon-Fon (1910-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social-PPGHS) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro-FFP. Rio de Janeiro, 2016, 144f.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. *Pagu Patrícia Galvão: Livre na Imaginação, no espaço e no tempo*. 5ª ed. Santos, SP: UNISANTA, 1999.

FUEGO, Luz Del. *A verdade nua*. Rio de Janeiro: s/n, 1948.

GANZ, Ana Maria. *Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba (1925-1945)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994, 181f.

GARZONI, Lericice de Castro. *Arena de Combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GRECCO, Gabriela de Lima. “Levemos a mulher à Academia Brasileira de Letras! Tetrá de Tefté, a primeira romancista premiada pelos imortais”. *Revista Travessias*. Cascavel. v. 12, n.1, p. 177–192, jan./abr. 2018.

HANSEN, Miriam Bratu. “Estados Unidos, Paris, Alpes: Kracauer (e Benjamin) sobre o cinema e a modernidade”. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. (Orgs.). *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, pp. 497-558.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KÄPPELI, Anne-Marie. “Cenas Feministas”. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. (Org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 4. Porto: Edições Afrontamento, 1998, pp. 441-790.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LEMOS, Aline de Castro. *Gênero e ciência na ficção científica de Berilo Neves*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

LOYOLA, Maria Andréa. “Bourdieu e a sociologia”. In: BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, pp. 63-86.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

LUTZ, Bertha. *O trabalho feminino: a mulher e a ordem econômica e social*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

MACHADO, Gilka. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editoria, Ltda., 1992.

MACHADO, Lia Zanotta. “Perspectiva em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?” In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) *Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência*. Brasília. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000, pp.1-20.

MAIA, Claudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral-Minas Gerais (1890-1948)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2007, 319 f.

_____. “Entre “inocência” e “corrupção”: Gênero e representações de mulheres desquitadas (1917-1936)”. Universidade Estadual de Montes Claros. *Revista Gênero*. Niterói, v.8, n.2, 2008, pp. 283-300.

MALUF, Maria; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos Do Mundo Feminino”. In: *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras. Editora: Schwarcz, 1998, pp. 367-421.

MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime - Europa (1848-1914)*. SP, Companhia das Letras, 1987.

MENEZES, Lená Medeiros de. “Feminismo(s): reflexões sobre silêncios, resistências e descontinuidades”. In: MAGALHAES, Livia (Org.). *Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2017, pp. 18-41.

MENEZES, Thiago de. *Uma Mulher Chamada Elvira Pagã*. Joinville-SC: Clube de Autores, 2010.

MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Tese de doutorado. 2 v. Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 1990.

_____. “Janelas que se abrem para o mundo: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. Vol.10, n.2, julio/diciembre, 1999. Link para acesso: <https://www7.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1072/1104>.

_____. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, 1996, pp. 73-98.

MACENA, Fabiana Francisca. *Madames, mademoiselles, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010, 128f.

NAHES, Semiranis. *Revista Fon-Fon: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio (Org.). *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEWTON, Esther. “Le mythe de la lesbienne masculine: Radclyffe Hall et la Nouvelle Femme”. *Cahiers du Genre*, N. 45, 2008, pp. 15-42.

NOGUEIRA, Clara Asperti. “Revista Careta (1908- 1922): Símbolo da modernização da imprensa no século XX”. *Miscelânea*, Revista de pós-graduação em letras, UNESP, Campus de Assis, vol.8, jul./dez, 2010, pp. 60-80.

OLIVEIRA, Ana Paula Costa. “Poesia erótica e construção identitária: a obra de Gilka Machado”. *Anuário de Literatura*, Florianópolis, jan. 1999, pp. 241-272.

OLIVEIRA, Darlene Socorro da Silva. *Liga das Senhoras Católicas de Cuiabá (1924-1935): O movimento de Ação Católica no Brasil e as Associações Femininas*. Universidade Federal De Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de Mestrado. Cuiabá-MT, 2010, 193f.

ORTIZ, Renato (org). *Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PAIXÃO, Sylvia. *A fala-a-menos*. Rio de Janeiro: Numen, 1991.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Autêntica, 1993.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994.

PENNA, Isa. “Assédio é sobre poder.” In: D’ÁVILA, Manuela (Org.). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021, pp. 81-86.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. “A mulher popular rebelde”. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 185- 231.

PONTES, Heloisa. “Vida e obra de uma menina nada comportada: Pagu e o Suplemento Literário do Diário de S. Paulo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 26, 2016, pp. 431–441.

_____. “Os silêncios do corpo da mulher”. In: MATOS, Maria Izilda S.; SOIHET, Raquel (Org.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003, pp. 13-28.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. “Mulheres dos anos dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 607-639.

_____. “A era dos modelos rígidos”. In: PEDRO, Joana Maria e PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Nova Histórias das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 469-512.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. “Relações de Gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930”. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. (Orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006, pp. 219-238.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães; LANA, Lígia Campos de Cerqueira. “Imagens de Pagu: trajetória midiática e construção de um mito”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 54. 2018, pp.1-29.

_____. “Luz del Fuego: celebridade, gênero e moralidade no Brasil”. *E-Compós*, v. 23, 8 abr. 2020, pp. 1-26.

SALGADO, Plínio. *A mulher do século XX*. São Paulo: Guanumby, 1949.

SALIBA, Elias Thomé. “A dimensão cômica da vida privada na república brasileira”. In: *História da vida privada no Brasil república 3: Da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 290-365.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil da análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

_____. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SECUNDINO, Ilnah Pacheco. *A mulher e o divórcio*. Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro: Guaira, 1941.

SEIXAS, Larissa Selhorst. “*O feminismo no bom sentido*”: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2011, 141f.

SOARES, Angélica. *A Paixão Emancipatória: vozes femininas de liberação do erotismo na poesia brasileira*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999.

_____. “O erotismo poético de Gilka Machado: um marco na liberação da mulher”, UFRJ, *Revista Litcult*, 6 de novembro de 2012, p. 1-4.

SOIHET, Raquel. *Feminismos e antifeminismos. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

_____. “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15. Campinas: Editora Autores Associados, set.-dez. 2000, pp. 97-117.

_____. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005, pp. 591-611.

SOIHET, Raquel. “Corpo feminino como lugar de violência”. *Projeto História*, nº25, “corpo & cultura”. São Paulo: Editora da PUC-SP, dez/2002, pp. 1-24.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Campinas: Papirus, 1996.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Em busca da identidade nacional: diferentes expressões do moderno e da brasilidade”. In: MAGALDI, Ana M.; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 349-373.

_____. “Distintas retóricas do moderno”. In: OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Monica Pimenta; LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp. 43-110.

_____. “Fon-Fon! Em Paris: passaporte para o mundo. Fon-Fon! Buzinando a modernidade”. *Caderno de Comunicação*. Série Memória; 22, Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação, 2008, pp. 1-80.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VENANCIO, Giselle Martins. “Lugar de mulher é...na fábrica: Estado e trabalho feminino no Brasil (1910- 1934)”. Curitiba: Editora da UFPR. *História: Questões & Debates*, n. 34, 2001, p. 175-200

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

FONTES

REVISTA CARETA:

“Ahi vae nossa Careta”. *Careta*. Anno I, n.1, 6 de junho de 1908.

“Gymnasio do Espirito Santo”. *Careta*. Anno II, n. 41, 13 de março de 1909.

“Casamento é logro?”. *Careta*. Anno II, n.117. 27 de agosto de 1910.

“Conluio tenebroso”. *Careta*. Anno VI, n. 257, 3 de maio de 1913.

“Rainhas por um dia”. *Careta*. Anno VIII, n.302, 14 de março de 1914.

Careta. Anno VII, n.319, 1 agosto de 1914.

Careta, Anno VIII, n.376, 4 de setembro de 1915.

“Num baile”. *Careta*. Anno IV, n.8, 13 de novembro de 1915.

- “Revolucionária Feminista”, *Careta*, Anno X, n. 476, 4 de agosto de 1917.
- “Voto Feminino”. *Careta*. Anno XIV, n. 681, 9 de julho de 1921.
- “Eva, funcionaria”. *Careta*, Anno XVIII, n. 872, 7 de março de 1925.
- Careta*. Anno XXIV, n. 1206, 1 de agosto de 1931.
- “Pensamento”. *Careta*. Anno XXVIII, n. 1401, 27 de abril de 1935.
- “A victoria é dos fortes”. *Careta*. Anno XXIX, n.1438, 11 de janeiro de 1936.
- “Os mestiços”. *Careta*. Anno XXXI, n. 1580, 1 de outubro de 1938.
- “Fora da onda”. *Careta*. Anno XXXVI, n. 1873, 20 de maio de 1944.
- “Perigo feminista”. *Careta*. Anno XXXIX, n. 1989, 10 de agosto de 1946.
- Careta*. Anno XLII, n.2.175, 4 de março de 1950.
- “No mundo do rádio”. *Careta*. Anno XLIII, n. 2.228, 10 de março de 1951.
- “O Divórcio”. *Careta*. Anno XLIV, n.2265, 24 de novembro de 1951.
- “Sugestões para o carnaval.” *Careta*. Anno XLIV, n.2.276, 9 de fevereiro de 1952.
- Careta*. Anno XLIV, n. 2285, 12 de abril de 1952.
- “A comedia infinita”. *Careta*. Anno XLV, n. 2.294, 12 de julho de 1952.
- “Primazia Indesejável”. *Careta*. Anno XLV, n. 2.296, 28 de julho de 1952.
- Careta*. Anno XLV, n. 2.321, 20 de dezembro de 1952.
- Careta*. Anno XLV, n. 2.322, 27 de dezembro de 1952.
- Careta*. Anno XLVI, n. 2.385, 13 de março de 1954.
- “Badalando”. *Careta*. Anno XLVII, n. 2.424, 11 de dezembro de 1954.
- Careta*. Anno XLVIII, n. 2.468, 15 de outubro de 1955.
- “O divórcio de Adão e Eva.” *Careta*. Anno XLIX, n. 2513, 25 de agosto de 1956.
- “Notas de confusão”. *Careta*. Anno LII, n. 2702, 9 de abril de 1960.

REVISTA FON-FON:

- “Reflexão de Simplicio”. *Fon-Fon*, Anno IV, n.22, 28 de maio de 1910.
- “Nós temos a phobia”. *Fon-Fon*. Anno VIII, n.26, 27 de junho de 1914.
- “O leilão das moças”. *Fon-Fon*. Anno XII, n.1. 5 de janeiro de 1918.
- “Coisas”. *Fon-Fon*. Anno XIV, n. 4, 24 de janeiro de 1920.
- “Do meu diário”. *Fon-Fon*. Anno XVI, n. 41, 14 de outubro de 1922.
- “Do meu diário”. *Fon-Fon*. Anno XVII, n.31, 1 de agosto de 1923.
- “Do meu diário”. *Fon-Fon*. Anno XVII, n.37, 11 de setembro de 1923.
- “Do meu diário”. *Fon-Fon*. Anno XVII, n.38, 18 de setembro de 1923.
- “Do meu diário” *Fon-Fon*. Anno XVII, n.43, 23 de outubro de 1923.

- “Do meu diário” *Fon-Fon*. Anno XVII, n.51, 22 de dezembro de 1923.
- “Mulheres e os tiros”. *Fon-Fon*. Anno XVII, n.52, 29 de dezembro de 1923.
- “O amor livre”. *Fon-Fon*. Anno XVIII, n. 26, 28 de junho de 1924.
- “Poeira das ruas”. *Fon-Fon*. Anno XX, n. 20, 15 de maio de 1926.
- “Poeira das ruas”. *Fon-Fon*. Anno XX, n.22, 29 de maio de 1926.
- “Poeira das ruas”. *Fon-Fon*. Anno XX, n. 44, 30 de outubro de 1926.
- “Poeira das ruas”. *Fon-Fon*. Anno XX, n. 46, 13 de novembro de 1926.
- “Feminismo”. *Fon-Fon*, Anno XXII, n.15, 14 de abril de 1928.
- “A sem-razão dos anti-divorcistas” *Fon-Fon*. Anno XXIII, n. 43, 26 de outubro de 1929.
- “Trepações”. *Fon-Fon*, Anno XXVI ,n.11. 12 de março de 1932.
- “Conflito entre sexos”. *Fon-Fon*. Anno XXVI, n.47, 19 de novembro de 1932.
- “Feira de vaidades. Um ágape do congresso feminino”. *Fon-Fon*, Anno XXX, n. 41, 10 de outubro de 1936.
- “Absolvição”. Lurdes Pereira de Freitas. *Fon-Fon*. Anno XXX, n. 45, 7 de novembro de 1936.
- Fon-Fon*. Anno XXXIV, n. 4, 27 de janeiro de 1940.
- “Um dia com as ‘Kitty Foyle’ brasileiras”. *Fon-Fon*. Anno XXXV, n. 12, 26 de março de 1941.
- Fon-Fon*. Anno XXXVIII, n. 15, 8 de abril de 1944.
- “Cenáculo Feminino”. *Fon-Fon*. Anno XXXIX, n. 8. 23 de fevereiro de 1946.
- Cenáculo Feminino”. *Fon-Fon*. Anno XXXIX, n. 22, 1 de junho de 1946.
- Fon-Fon*, Anno XXXIX, n.37, 21 de setembro de 1946.
- Fon-Fon*. Anno XLII, n. 2163, 18 de setembro de 1948.
- “Notas soltas”. Radio Fon-Fon. *Fon-Fon*, 1 de outubro de 1949.
- “Formaturas”. *Careta*. Anno XLII, n. 2.169, 21 de janeiro de 1950.
- “Para além do casamento”. *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2307, 30 de junho de 1951.
- “Para além do casamento”. *Fon-Fon*. Anno XLIV, n. 2311, 28 de julho de 1951.
- “A mulher joga a mulher”. *Fon-Fon*. Anno XLV, n.2.210, 12 de janeiro de 1952.
- “Dircinha é a favor do Divórcio”. *Fon-Fon*. Anno XLV, n.2359, 28 de junho de 1952.
- “A artista mais bem paga do Brasil expõe teorias sobre a vida e a morte.” *Fon-Fon*. Anno XXL n. 2.601, 26 de fevereiro de 1957.
- “Maysa desquita-se do milionário Andrezinho Matarazzo”. *Fon-Fon*. Anno XLVIII, n.2618, 1 quinzena de novembro de 1957.

REVISTA O MALHO:

Editorial de abertura do número inaugural de *O Malho*, Anno I, n. 1, de 20 de setembro de 1902.

O Malho. Anno XI, n. 518, 17 de agosto de 1912.

“Crimes Passionaes”. *O Malho*. Anno XIII, n. 605, 18 de abril de 1914.

“Tragédia Domestica: um lar desfeito”. *O Malho*. Anno XIX, n. 905, 17 de janeiro de 1920.

O Malho. Anno XIX, n.932, 24 de julho de 1920.

“A tragédia de São Paulo na terça feira de carnaval”. *O Malho*. Anno XXI, n.1016, 4 de março de 1922.

O Malho. Anno XII, n.1079, 19 de maio de 1923.

“Sacrifícios femininos”. *O Malho*. Anno XXV, n. 1219, 23 de janeiro de 1926.

O Malho. Anno XXVII, n.1.362, 20 de outubro de 1928.

“Fim de anno rubro: A tragédia de Nictherói”. *O Malho*. Anno XXIX, n.1459, 20 de dezembro de 1930.

“Alinhavos”. *O Malho*. Anno XXXI, n. 1.520, 16 de janeiro de 1932.

“Divorcio”. *O Malho*. Anno XXXI, n. 1541, 2 de julho de 1932.

“O primeiro socorro e o exame pre-nupcial”. *O Malho*. Anno XXXI, n. 1558, 29 de outubro de 1932.

“Qual a maior das poetisas brasileiras? Justificações”. *O Malho*. Anno XXXI, n.1.567, 31 de dezembro de 1932.

“Qual a maior das poetisas brasileiras?”. *O Malho*. Anno XXXII, n.1.571, 28 de janeiro de 1933.

“O novo O Malho”. *O Malho*, Anno XXXII, n. 1.588, 27 de maio de 1933.

“Estylos em Caricatura”. *O Malho*. Anno XXXII, n. 1576, 4 de março de 1933.

“O alistamento eleitoral na federação feminina”. *O Malho*, Ano XXXII, n. 1576, 4 de março de 1933.

“Pagú e o seu ‘Parque Industrial’”. *O Malho*. Anno XXXII, n. 1582, 15 de abril de 1933.

“Senhora: suplemento feminino”. *O Malho*. Anno XXXII, n. 28, 14 de dezembro de 1933.

“O feminismo em 1930”. *O Malho*. Anno XXXIV, n. 86, 24 de janeiro de 1935.

“A volta do matriarcado”. *O Malho*. Anno XXXV, n. 152, 30 de abril de 1936.

“Em 7 Dias...” *O Malho*. Anno XXXVI, n. 193, 11 de fevereiro de 1937.

O Malho. Anno XL, n. 20, setembro de 1941.

“O feminismo brasileiro em movimento”. *O Malho*. Anno XL, n. 21, outubro de 1941.

“Em Revista”. *O Malho*. Anno XLII, n.50, março de 1944.

“Para alcançar a felicidade conjugal”. *O Malho*. Anno XLV, n. 88, maio de 1947.

“O Divórcio”. *O Malho*. Anno XLV, n. 92, setembro de 1947.

“Mulher! Sempre a mulher”. *O Malho*. Anno XLV, n. 95, dezembro de 1947.

“Mulher! Sempre a mulher”. *O Malho*. Anno XLVI, n. 103, agosto de 1948.

“A entrevista que não dei”. *O Malho*. Anno XLVI, n. 104, setembro de 1948.

“Mulher! Sempre a mulher”. *O Malho*. Anno XLIX, n.135, abril de 1951.